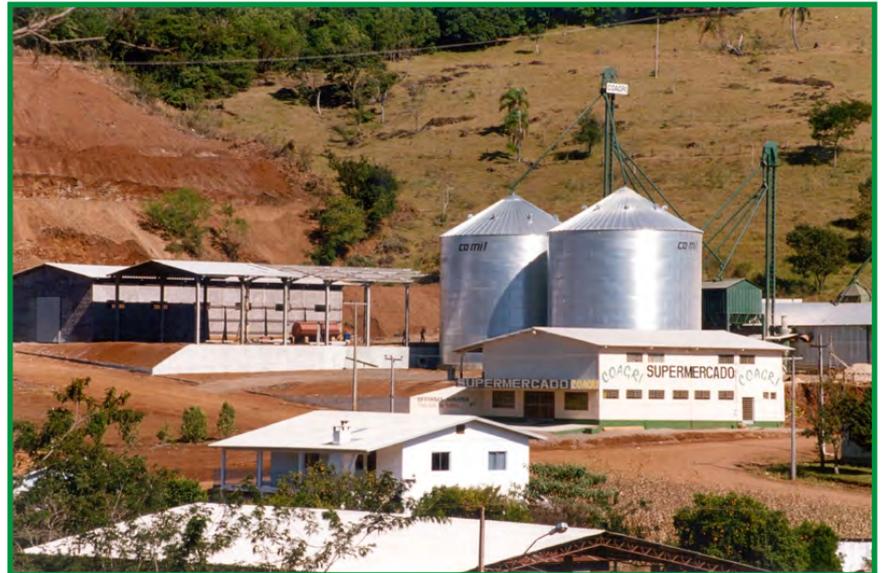


Revista NERA n. 8



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

Questão agrária, renda da terra e transformações atuais no campo brasileiro

Revista NERA nº. 9

**Processos socioterritoriais no
campo: modernização, movimentos
camponeses e ação governamental**

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-dez./2006

Revista NERA

Coordenação de Publicação

Bernardo Mançano Fernandes
Anderson Antonio da Silva
Eduardo Paulon Girardi
Matuzalem Cavalcante

Colaboração

Cliff Welch

Conselho Editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Cliff Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Winnipeg (Canadá)

Fotos da capa

Douglas Mansur
Bernardo Mançano Fernandes
Marcelo Gourlat

Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305 – 19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n.º 1, n.º 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, n.º 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, n.º 4
2004 – ano 7, n.º 5
2005 – ano 8, n.º 6
2005 – ano 8, n.º 7
2006 – ano 9, n.º 8
2006 – ano 9, n.º 9
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

-
- 1** GÊNERO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO
Beatriz Maria Alásia Heredia e Rosângela Pazze Cintrão
-
- 29** ENSAIOS SOBRE OS ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE EXCLUSÃO
Denise Elias
-
- 52** CAPITALISMO RENTISTA E LUTA PELA TERRA: A FRAGILIDADE DO PARÂMETRO DE RENDA MONETÁRIA NO ESTUDO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
Eliane Tomiasi Paulino
-
- 74** DO KAROSHI NO JAPÃO À BIRÔLA NO BRASIL: AS FACES DO TRABALHO NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO
Maria Aparecida de Moraes Silva, Rodrigo Constante Martins, Fábio Kazuo Ocada, et alli
-
- 109** MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA
Matuzalem Cavalcante e Bernardo Mançano Fernandes
-
- 122** LA RENTA DE LA TIERRA EN LA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSICA: DAVID RICARDO
Miguel Teubal
-
- 133** UM OLHAR SOBRE AS REDES DE SOCIABILIDADE CONSTRUÍDORAS DO TERRITÓRIO DAS FABRIQUETAS DE QUEIJO
Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida
-
- 151** QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ORIGEM, E A NECESSIDADE E PERSPECTIVAS DE REFORMA HOJE
Wagner Miralha
-
- 173** **POLÊMICA**
VOCÊ TEM FOME DO QUE?
José Arbex Júnior
-

Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro

Beatriz Maria Alásia de Heredia

Doutora em Antropologia Social pela UFRJ (1986)

Profesora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do IFCS/UFRJ

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)

Áreas de interesse: Agricultura familiar, Questão Agrária, Antropologia da Política.

Endereço profissional: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Largo São Francisco de

Paula, n. 1, Centro, 20.051-070 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Telefone: (21) 2224-8965/ramal: 211; Fax: (21) 2224-8965

Endereço eletrônico: bheredia@pobox.com

Rosângela Pezza Cintrão

Mestre em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ

Endereço eletrônico: bibicintrao@uol.com.br

Resumo

Este artigo pretende analisar os avanços das políticas públicas e os seus impactos sobre as mulheres rurais, bem como sua relação com as reivindicações dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. O conjunto de políticas analisadas abrange tanto aquelas especialmente dirigidas às mulheres quanto outras destinadas ao conjunto dos trabalhadores rurais, mas que afetam direta ou indiretamente as trabalhadoras. Nosso foco privilegiado de reflexão refere-se às condições de trabalho das mulheres agricultoras, que representam cerca de 87% das mulheres ocupadas na agricultura no Brasil¹. Embora o período em análise seja aquele compreendido entre 1992 e 2002, sem dúvida os avanços e mudanças ocorridas nesse lapso são resultado de processos que têm origem em períodos imediatamente anteriores e desdobramentos posteriores, que são também abordados.

Palavras-chave: políticas públicas; gênero; mulheres trabalhadoras rurais.

Resumen

Género y acceso a la políticas públicas en lo medio rural brasileño

Este artículo se propone analizar los avances de la política pública y sus impactos sobre las mujeres agrícolas, así como su relación con las demandas de los movimientos de mujeres trabajadoras agrícolas. El conjunto de políticas analizadas abarca tanto aquellas especialmente a mujeres cuánto otras destinadas al conjunto de los trabajadores agrícolas, pero eso afectan directa o indirectamente las trabajadoras. Nuestro foco privilegiado de la reflexión menciona las condiciones a él del trabajo de las mujeres agricultoras, que representan cerca de 87% de las mujeres ocupadas en agricultura en el Brasil. Aunque el período en análisis cualquiera entendiendo entre 1992 y 2002, sin una duda los avances y los cambios ocurridos en este lapso son resultado de los procesos que tienen origen en períodos inmediatamente anteriores y despliegues posteriores, que también son abordados.

¹ Ver Tabela 1, no anexo, com base no Censo Agropecuário de 1995-96. O dado refere-se às mulheres “responsáveis e membros da família (sem remuneração)”, correspondente às mulheres ocupadas na agricultura familiar. De acordo com esta tabela, as mulheres assalariadas rurais (classificadas como “empregadas permanentes ou temporárias”), englobam cerca de 9% do pessoal ocupado na agricultura. Neste artigo não estaremos analisando as políticas voltadas para as assalariadas rurais, que envolve uma grande diversidade de situações de trabalho, que não cabem nos limites deste artigo.

Palabras clave: políticas públicas; gênero; mulheres trabalhadoras rurais.

Abstract

Gender and access the public policies in the Brazilian agricultural way

This paper aims to analyze the advances of the public policies and its impact on rural women as well as its relation with the claims of rural workers women movements. The public policies here analyzed are about those made to women and those made to all rural workers and that affect directly and indirectly women workers. Our reflection is related to the work conditions of farmer women, that are around 87% of all women occupied with agriculture in Brazil. Although the analyzed period be between 1992 and 2002, the advances and exchanges happened at this period are resulted from process that begun in past times. These past periods are here considered too.

Key-words: public policies, gender, rural women workers.

As desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana, bem como na comparação entre as diferentes regiões do país². Assim, a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas nas zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que afetam sobremaneira as mulheres rurais, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero.

Um exemplo destas desigualdades entre população rural e urbana é o fato das políticas públicas e dos direitos trabalhistas terem atingido muito tardiamente a massa dos trabalhadores rurais. Enquanto a legislação trabalhista urbana data dos anos 40, apenas no final dos anos 60, cerca de 30 anos depois, é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. E embora a constituição de 1934 determinasse que todo trabalhador brasileiro teria direito à cobertura da previdência social, apenas depois dos anos 70 os trabalhadores rurais começam a ter algum acesso (com o Funrural/Prorural), e somente há uma universalização desta política após a constituição de 1988³. Essas desigualdades entre a população rural e urbana se estendem a outras áreas, como educação e infra-estrutura (BRUMER, 2000).

Tomando como base as estatísticas oficiais (especialmente os dados da PNAD) analisaremos em primeiro lugar os avanços na situação das mulheres no que se refere à educação, infra-estrutura e condições de vida em geral, de modo a melhor situar a população rural em relação a urbana e as diferenças de gênero existentes. A segunda parte do artigo é dedicada à análise dos movimentos sociais de mulheres rurais, que constituem sem dúvida o motor que move as políticas públicas. Por último, na sessão seguinte estão delineados os avanços nas políticas públicas que aparecem como resposta àqueles movimentos.

² Há provavelmente também desigualdades referentes à raça e etnia, que não serão abordadas neste artigo pela dificuldade de acesso a dados desagregados ao mesmo tempo por raça e por rural/urbano. No entanto, o fato da população parda e negra ser proporcionalmente maior nas zonas rurais e nas regiões norte e nordeste do país (Tabela 2, no anexo), que conforme veremos são aquelas com os piores indicadores sociais, acrescido às indicações do artigo de Bruschini sobre condições de trabalho das mulheres negras, é possível levantar a hipótese de que às desigualdades entre rural e urbano e regionais somam-se também as desigualdades de raça e etnia.

³ Sobre a universalização da previdência social rural, ver Delgado e Cardoso Jr. (2003).

As desigualdades de gênero no Brasil urbano e rural no período 1992-2002⁴

A análise da evolução dos dados de educação da PNAD entre 1992 e 2002 aponta uma melhoria generalizada no acesso à educação para o conjunto da população brasileira, homens e mulheres de áreas rural e urbana, com uma queda na taxa de analfabetismo e um aumento nos anos de estudo, aproximando ainda mais mulheres e homens.

Esses dados confirmam análises anteriores que já mostravam que a partir dos anos 70 as desigualdades de gênero na educação começam a ser revertidas, com as mulheres se equiparando aos homens, especialmente no que se refere à matrícula nos distintos níveis de ensino formal (TEIXEIRA, 1994). Nas zonas rurais, já nos anos 80 a situação das mulheres passa a ser ligeiramente superior, com taxas de analfabetismo mais elevadas entre homens que entre mulheres, mantendo-se no período em análise (Tabela 3, em anexo)

Apesar do conjunto de melhorias, se observa que mantêm-se no período as desigualdades existentes entre as áreas urbanas e rurais, bem como entre as regiões do país, como se pode ver pelas grandes diferenças nas taxas de alfabetização e anos de estudo (Tabelas 3 e 4)⁵.

A região nordeste do país continua (em 2002) com um quarto da população, e mais de um terço da população rural (39%) analfabetas (Tabela 3). Ainda um terço da população rural do nordeste mantém-se com menos de 1 ano de estudo (34%), o dobro da população urbana no nordeste (16%) e quatro vezes mais que a população urbana nacional (9%). E a diferença é ainda maior quando tomamos as pessoas com cinco ou mais anos de estudo, que em 1992 a nível nacional eram três vezes superiores no meio urbano que no rural (respectivamente 49% e 16%), e permanecem o dobro em 2002 (63% e 30%, respectivamente – Tabela 4).

Já as diferenças entre homens e mulheres nas zonas rurais, tanto a nível nacional e como em cada região não são significativas, com as mulheres apresentando uma situação ligeiramente superior à dos homens (1 a 6% de diferença), especialmente no Nordeste (Tabelas 3 e 5). Assim, na educação as desigualdades entre rural e urbano e entre as regiões sobrepõem-se às diferenças de gênero. No entanto, diferentemente do caso das mulheres urbanas⁶, a expansão da escolaridade não necessariamente se reflete em melhores condições de trabalho para as mulheres rurais. Teixeira (1994) observa o investimento em formação e capacitação das mulheres rurais para os trabalhos agrícolas (em geral negligenciado, conforme veremos) pode ser tão importante e urgente quanto o ensino formal, já que aquele aprendizado poderia contribuir para diversificar as opções de trabalho das mulheres, elevar sua renda pessoal e fortalecer sua posição pessoal⁷.

Além da educação, outro aspecto importante a ser considerado no que se refere à qualidade de vida das mulheres no meio rural é o acesso a recursos básicos de infraestrutura tais como água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, telefone. Nestes casos também se nota melhorias generalizadas entre 1992 e 2002, mantendo-se fortes as desigualdades entre urbano e rural e entre as regiões do país, de forma que em 2002 ainda se observa uma porcentagem significativa de domicílios rurais sem acesso a estes itens da infra-estrutura, especialmente nas regiões mais pobres (Tabela 6). Embora a carência de infra-estrutura afete o conjunto dos moradores dos domicílios rurais, elas

⁴ No levantamento dos dados referentes a esta parte contamos com a colaboração de Cloviomar Cararine.

⁵ Também as diferenças entre as faixas etárias são grandes, com índices maiores na população mais velha. A faixa acima de 50 anos traz marcas das desigualdades anteriormente existentes entre os sexos, com as mulheres apresentando índices de analfabetismo ligeiramente superiores que os homens (até 5%).

⁶ Conforme analisado no artigo de Bruschini et alii.

⁷ Esta autora considera que a capacitação tradicionalmente destinada pela extensão rural às mulheres rurais, voltada para atividades domésticas tradicionalmente femininas, pode contribuir negativamente para retenção das mulheres nas atividades menos rentáveis.

atingem especialmente as mulheres, por ser a moradia um dos espaços importantes do trabalho realizado por elas.

A falta de abastecimento de água e de sua canalização interna no domicílio é talvez o elemento da infra-estrutura que mais conseqüências traga para o trabalho das mulheres na zona rural, dado que em geral compete a elas a busca de água para o abastecimento da casa (no caso de não se ter fontes de água próximas à casa) e que a falta de canalização interna dificulta em muito todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar a louça, lavar roupas, o cuidado com as crianças (banho e asseio). Entre 1992 e 2002, a porcentagem de domicílios rurais com acesso a água evolui de 37% para 56% ao nível de Brasil, mas praticamente a metade dos domicílios a nível nacional (44%) e quase três quartos dos domicílios do Nordeste permanecem sem abastecimento de água (Tabela 6). No nordeste este fato é provavelmente agravado pelas condições do semi-árido, que levam nos períodos de seca mulheres e crianças a terem que se deslocar quilômetros em busca de água.

A presença de esgotamento sanitário se amplia de metade dos domicílios rurais em 1992 para cerca de dois terços em 2002. No nordeste apesar de ter quase dobrado, metade dos domicílios rurais não têm acesso a ele. A falta de esgotamento sanitário provavelmente tem conseqüências na qualidade da água e na saúde da família em geral, sendo mais um fator de agravamento das condições de trabalho das mulheres rurais, dado que recai sobre elas o tratamento dos doentes (Tabela 6).

O acesso a iluminação elétrica passou no período analisado de 54% para 80% no total dos domicílios rurais do país. No nordeste praticamente dobrou o número de domicílios rurais com acesso, passando de 37% para 70%, mas mesmo assim quase um terço dos domicílios continua sem iluminação elétrica (Tabela 6).

As precariedades de infra-estrutura da zona rural, especialmente de energia elétrica e água encanada trazem adicionalmente a privação das famílias rurais de uma série de facilidades já acessíveis aos meios urbanos, especialmente no que se refere ao acesso a bens eletrodomésticos. Em 2002, 41% dos domicílios rurais a nível nacional não tinham geladeira e 91% não tinham máquina de lavar roupa, enquanto nos domicílios urbanos estes dados são respectivamente de 9% e 62%. (Tabela 7). Se acrescentarmos a isso o fato das famílias rurais serem geralmente maiores que as urbanas, as condições do trabalho doméstico das mulheres rurais são marcadamente piores que das mulheres urbanas.

A esse conjunto de desigualdades, principalmente regionais e entre rural e urbano, se somam, as desigualdades específicas de gênero. Diversas autoras estudaram e assinalaram a existência das desigualdades de gênero, apontando as diversas formas que elas assumem, especialmente sobre a forma do denominado trabalho invisível. Esse trabalho invisível é em geral identificado com as tarefas do lar, enquanto as atividades realizadas pelos homens se restringem ao trabalho “fora da casa”.

No caso da agricultura familiar, se somam ainda especificidades decorrentes das características próprias deste tipo de unidade. Nessas unidades produtivas caracterizadas pelo trabalho dos membros da família, a remuneração do trabalho enquanto tal é inexistente e portanto impossível de ser contabilizada em termos monetários. A massa de produtos obtida pelo trabalho conjunto de seus membros é o que vai permitir abastecer (ou não) as necessidades do conjunto da família.

Na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura e se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Com isto, também não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda. Em outras palavras, para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e portanto não considerado como “trabalho” (HEREDIA, 1979). Teixeira (1994) observa, por exemplo, que nos projetos

irrigados na região de Petrolina o fornecimento de água, o cultivo da horta, a criação de pequenos animais e a fabricação de farinha de mandioca são atividades freqüentemente realizadas pelas mulheres e não consideradas como parte do processo produtivo, sendo portanto “invisíveis”.

Uma outra especificidade no caso das mulheres na área rural é que não poucas vezes as mulheres e filhos pertencentes a unidade de trabalho familiar vão com o marido realizar trabalhos como assalariados, mas na medida em que o pagamento é baseado na tarefa e produção realizada, o pagamento é único, indivisível e feito ao chefe de família. Assim, a própria categoria trabalhadora rural inclui tanto as agricultoras familiares como as assalariadas rurais, sem discriminar as diferenças existentes, que não são poucas. Essas características do trabalho feminino agrícola fazem com que muitas vezes essa invisibilidade resulte na escassez ou até ausência de dados estatísticos oficiais relativos às mulheres. De fato esses dados nem sempre são desagregados assim como há informações que não podem ser discriminadas. Mesmo assim, várias das questões abordadas refletem-se nos dados do IBGE referentes ao trabalho agrícola (Censo Agropecuário e PNAD).

Conforme apontamos anteriormente, segundo o Censo Agropecuário (1995-96), 87% dos quase 6 milhões de mulheres ocupadas na agricultura estão enquadradas na categoria “responsáveis e membros da família (sem remuneração)”, o que corresponde às mulheres ocupadas na agricultura familiar (Ver Tabela 1, no anexo)⁸. O fato do trabalho ser “sem remuneração” reflete as características do trabalho familiar abordadas anteriormente, e não necessariamente corresponde a condições precárias de trabalho, embora certamente tenha consequências sobre as vidas das mulheres (e também dos filhos e filhas).

Segundo os dados da PNAD, que permitem uma análise mais detalhada⁹, as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres concentram-se nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, que em 2002 absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura, totalizando 81% (Tabela 8), porcentagem equivalente às mulheres sem rendimento na agricultura (Tabela 9). As mulheres representavam 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo, um peso significativo (Tabela 10). Neste trabalho, elas declaram ocupar uma jornada inferior a 15 horas semanais (Tabela 11), o que seria segundo Melo e Sabbato (2000) uma indicação adicional de que o trabalho da mulher nas atividades de consumo (em geral relacionadas ao “quintal”), é visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar. A não auto-identificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho” (Tabelas 10 e 12).

Já os homens rurais concentram-se nas categorias “empregados” e “conta própria”, que somadas representam 71% dos homens ocupados na atividade agrícola em 2002 (Tabela 8). Embora seja também significativa a porcentagem de homens em atividades não remuneradas (18%, provavelmente referindo-se a membros da família, especialmente filhos), a porcentagem de mulheres em atividades não remuneradas é significativamente superior à de homens. Chamam a atenção os baixos salários tanto de homens quanto de

⁸ O único dado do Censo Agropecuário que permite a separação entre homens e mulheres é aquele referente ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas. Todos os demais dados referem-se ao estabelecimento agrícola. O fato do Censo Agropecuário não separar os “responsáveis” dos demais “membros da família”, não permite quantificar quantas mulheres são responsáveis por estabelecimentos agrícolas e conseqüentemente não permite analisar separadamente o perfil dos estabelecimentos que têm mulheres como responsáveis ou chefes de família. Esta seria uma mudança simples no Censo e que permitiria toda uma abordagem de gênero.

⁹ Segundo Bruschini, as mudanças no conceito de trabalho utilizado pela PNAD que permitiram a visibilização do trabalho feminino foram realizadas somente em 1990.

mulheres nas atividades agrícolas: apenas 11% dos homens e 1% das mulheres ocupados recebem mais de 2 salários mínimos (Tabela 9).

Diferentemente dos dados de educação e infra-estrutura, a comparação entre os dados de 1992 e 2002 da PNAD revela que não houve alterações na situação do trabalho agrícola, seja dos homens seja das mulheres.

O surgimento e a evolução das organizações de mulheres rurais¹⁰

De uma forma geral os movimentos sociais rurais têm tido um papel importante no alavancamento de políticas públicas, como a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos¹¹, o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e um crédito agrícola voltado especificamente para a agricultura familiar, entre outros exemplos. Nesse sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais rurais, através de suas lutas, influenciaram na redução das desigualdades entre zona rural e urbana, tendo efeito positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo favorecido o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas.

Vamos no concentrar aqui na análise dos movimentos específicos de mulheres rurais, que têm tido um papel importante na sua visibilização e, através de suas reivindicações, acabaram influenciando na construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura. De uma forma geral estes movimentos de mulheres estão associados (mais ou menos autonomamente) a outros movimentos mais abrangentes, como, por exemplo, o movimento sindical de trabalhadores rurais (representado a nível nacional pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CUT – Central Única dos Trabalhadores e o MST – Movimento dos Sem Terra.

Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente e é possível notar uma grande evolução do período imediatamente anterior à constituinte até os dias atuais. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, e tomaram maior força no Sul do país (especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), e no Nordeste (especialmente Pernambuco e Paraíba)¹². Estes movimentos se expressam e ganham visibilidade através de encontros, congressos, passeatas, marchas¹³. Estes processos regionais se consolidam

¹⁰ Para a recuperação da história do movimento das mulheres trabalhadoras rurais, bem como das políticas públicas existentes, foram importantes as contribuições de Francisca Rocicleide Ferreira da Silva e de Emma Siliprandi.

¹¹ Várias pesquisas apontam este fato, como, por exemplo, na recente pesquisa sobre os impactos dos assentamentos de reforma agrária, que mostrou a estreita relação entre os assentamentos e as iniciativas dos trabalhadores: na origem da grande maioria dos projetos pesquisados estiveram situações de conflito: 88 dos 92 assentamentos estudados (96%) nasceram de alguma disputa pela propriedade da terra entre proprietários e “ocupantes”, não necessariamente com uso da violência, embora esta esteja presente em vários casos. Em 82 casos (89%), a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores e seus movimentos. Em apenas 10% dos assentamentos da amostra a iniciativa de desapropriação partiu do Incra e em apenas 3% não houve algum tipo de conflito (Leite et alii, 2004).

¹² Provavelmente sob influência da chamada “década da mulher” (1975-1985), das Nações Unidas, que contribuiu para dar visibilidade às discriminações políticas, econômicas, sociais e culturais sofridas pelas mulheres e incentivar a atuação dos movimentos de mulheres em todo o mundo no sentido de reverter este quadro.

¹³ Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o “1º Congresso da Mulher Camponesa” (1982), o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras (1983), a celebração do 8 de março em 1984 (em Erechim, reunindo mais de mil agricultoras), o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais (em 1985, com cerca de 10 mil mulheres), a “Caminhada das Mulheres da Roça” (em 1986, no contexto das mobilizações para a

com a fundação do “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS” (em 1989) e do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE (em 1986), movimentos que se mantêm até hoje independentes (embora próximos) do movimento sindical.

As questões principais que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são principalmente o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica, visando quebrar a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e salário maternidade; e o direito à sindicalização; questões relacionadas com a saúde da mulher¹⁴. Aparece também o tema do acesso à terra, com as mulheres encampando a bandeira da Reforma Agrária e a ela incorporando reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária..

Entre 1986 e 1988 estes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, ainda incipientes e de abrangência geográfica relativamente limitada, se engajam nas mobilizações para a participação popular na Assembléia Constituinte ampliando se com o estímulo e o apoio de organizações sindicais de âmbito nacional (como a Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, e o Departamento de Mulheres da CUT¹⁵), dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher¹⁶ e da cooperação internacional (através de ONGs feministas). Estas mobilizações culminaram com a realização de uma grande passeata em Brasília e, juntamente com o lobby realizado junto à assembléia constituinte acabaram redundando em importantes conquistas para as mulheres na constituição de 1988 na área da previdência e do direito à propriedade da terra.

A constituinte pode ser considerada um marco, pois pela primeira vez foi colocada a nível nacional uma negociação de políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais. A partir daí, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade¹⁷ e têm um impulso para a sua nacionalização.

Ainda em 1988, sob influência das mobilizações da constituinte, acontece o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, que desencadeia a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais, permitindo uma grande ampliação geográfica do mesmo, dada a presença capilar de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todos os estados e num enorme número de municípios¹⁸. A partir daí há um aumento progressivo na participação das mulheres no

constituinte). Exemplos no Nordeste são o “1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central” de Pernambuco em 1984 e o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba em 1986.

¹⁴ Duas bandeiras importantes no movimento do Rio Grande do Sul foram a Previdência e o Bloco da Produtora Rural. Como a carteira do sindicato era em nome do marido, o bloco da produtora, além de dar visibilidade ao trabalho da mulher agricultora, serviria também como um dos documentos principais para a comprovação da profissão no momento da aposentadoria. Já em Santa Catarina, a organização abrangia também trabalhos voltados para a agroecologia, hortas e plantas medicinais. O nordeste incluía também temas no campo da cidadania.

¹⁵ Vale ressaltar que a atuação das oposições sindicais e dos sindicatos filiados à CUT-Central Única dos Trabalhadores teve influência importante sobre a Contag. Barsted (2002) observa que a CUT foi pioneira na criação de uma Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora e na criação e aplicação de uma política de cotas para mulheres.

¹⁶ O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres havia sido criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, e a partir de sua criação foram formados Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher. Estes conselhos receberam fundos da Unifem, Unesco, Unicef e foram importante apoio nas mobilizações e agente de lobby na constituinte (SCHAAF, 2001).

¹⁷ Esta visibilidade foi dada também frente aos movimentos feministas urbanos. Os movimentos de mulheres rurais surgem e se consolidam de forma bastante independente dos movimentos feministas urbanos, que tinham um perfil diferenciado, abrangendo mais setores intelectuais e a classe média urbana.

¹⁸ A Contag contava em 2004 com 25 Federações Estaduais e cerca de 3.600 Sindicatos filiados.

movimento sindical, que pode ser constatado tanto na ampliação do número de mulheres nos congressos como no aumento das resoluções e propostas referentes às mulheres rurais, e que vão ser elemento de negociação e de construção de políticas públicas.

No 5º Congresso, realizado em 1991, o primeiro após a constituinte, já se nota uma evolução na participação das mulheres entre os delegados, que antes era inferior a 4%¹⁹, para cerca de 10%, com a participação de 200 delegadas mulheres²⁰. E pela primeira vez uma mulher foi eleita membro efetivo da Diretoria da Contag²¹. Em 1998 foi realizada a 1ª Plenária Nacional de Mulheres do Movimento Sindical, que levou a uma formulação e o aprofundamento das propostas relativas às mulheres para serem levadas ao 7º Congresso da Contag, que passou a se chamar “Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais” (grifo nosso), se refletindo também na aprovação de políticas afirmativas, como a cota mínima de participação de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical e o fortalecimento das comissões de mulheres nos sindicatos. No congresso seguinte (8º Congresso, realizado em 2001) a participação de mulheres no total de delegados é expressiva, em torno de 39%, e se constata a presença média de 28% de mulheres nas direções das federações estaduais dos sindicatos de trabalhadores rurais ligadas à Contag²².

É possível notar nos anais dos congressos da Contag um amadurecimento e um detalhamento de propostas relativas às mulheres, que apontam um enraizamento das discussões nas bases sindicais. Progressivamente itens relativos às mulheres começam a estar presentes em quase todas as comissões temáticas, além da comissão temática específica de “Gênero e Geração”. A presença recorrente nos congressos de denúncias e proposta no sentido de garantir os direitos sociais conquistados pelas mulheres na constituição indica que a aprovação de leis não garante este acesso, e que a mobilização dos movimentos é importante na sua efetivação.

No Congresso de 2002 pela primeira vez as mulheres aparecem nas pautas relativas à produção agrícola e à agricultura familiar²³, o que pode ser considerado uma espécie de reconhecimento, por parte do movimento sindical, da profissão de trabalhadora rural²⁴. No início dos anos 1990 o movimento sindical começou a organizar os “Gritos da Terra”, mobilizações nacionais que culminam num grande ato público em Brasília e nas capitais dos estados, onde se negocia com os governos (federal e estaduais) uma pauta de reivindicações. Estas mobilizações são inicialmente realizadas pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e apesar de haver uma representante da Comissão de

¹⁹ Nos Anais do 4º Congresso da Contag havia cerca de 36 mulheres presentes, sendo 22 delegadas de base, 5 observadoras, 6 presidentes de STR (sendo 1 no MA, 1 no MT, 1 em PE, 2 em SE, 1 em SP), 1 tesoureira, 1 secretária, 1 diretora. Os estados com maior participação de mulheres eram RS e MG.

²⁰ Suárez e Libardoni (1992), citadas por Teixeira (1994) também chamam a atenção para isto.

²¹ Este congresso propõe a estruturação de comissões de mulheres trabalhadoras rurais em todos os níveis (nacional, estadual, regional e municipal), o que foi importante para a ampliação da participação das mulheres.

²² Pelos participantes no Congresso pode-se ver que 16 Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura tinham uma participação de mulheres nas suas diretorias igual ou superior a 30%, sendo que em 3 delas é igual ou superior a 40%. Em outras 9 esta participação é igual ou superior a 20%, em 2 acima de 10%. E apenas uma Federação não tinha nenhuma mulher na sua diretoria.

²³ Antes disso, elas apareciam apenas nas pautas relativas às políticas sociais, organização sindical e assalariamento. Este congresso aponta o papel da mulher na construção do que é chamado de “um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável – PADRS”

²⁴ É importante ressaltar que a conquista de espaços, por parte das mulheres, no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais não se dá sem um conjunto de conflitos, que se refletem no fato dos movimentos de mulheres rurais ora se aproximarem ora se afastarem do movimento sindical. O mesmo tipo de relação conflituosa se dá também no caso dos movimentos de mulheres mais próximos ao MST, que também enfrentam uma disputa constante para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero.

Mulheres da CUT não havia uma pauta voltada para as mulheres²⁵. Com o avanço na participação das mulheres, progressivamente questões relativas a gênero passam a integrar as pautas de negociação dos Gritos²⁶.

No ano 2000, no contexto da organização da “Marcha Mundial das Mulheres – 2000 Razões para Marchar”, é realizada a primeira “Marcha das Margaridas”²⁷, uma grande mobilização nacional que segue moldes parecidos com os dos Gritos da Terra, organizada pelas mulheres filiadas à Contag, que reuniu em Brasília cerca de 10 a 20 mil mulheres sob o lema “Contra a fome, a pobreza e a violência sexistas”²⁸. Em 2003, na segunda edição da Marcha das Margaridas, estima-se que entre 40 mil e 50 mil mulheres de todas as partes do país estiveram presentes, numa das maiores manifestações de mulheres a nível nacional. Durante as marchas, uma pauta de reivindicações é entregue ao presidente da república e negociada com o governo.

As Marchas das Margaridas foram um marco porque permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas, reivindicações dos movimentos de mulheres rurais²⁹. Provavelmente as mobilizações permitiram também levar discussões sobre os problemas de gênero para um número mais amplo de mulheres rurais, dado que a preparação para a Marcha nacional envolveu todo um processo de organização no qual sindicatos e associações realizam localmente reuniões e seminários para discutir os problemas e as reivindicações das trabalhadoras rurais, bem como se incentiva atos públicos e manifestações voltadas para reivindicações específicas nos estados e municípios³⁰.

As principais questões colocadas nas pautas referem-se àquelas historicamente levantadas pelos movimentos de mulheres, e principalmente relacionadas com o reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora na agricultura. Incluem vários itens relativos à reforma agrária e ao acesso à terra, que se somam à reivindicação geral da efetiva realização da reforma agrária e incluem questões específicas das mulheres, como as reivindicações de titulação conjunta das terras para homens e mulheres, de prioridade de assentamento das mulheres chefe de família. Incluem também demandas históricas, de garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, ampliação dos direitos sociais. Outro conjunto de itens é relativo ao acesso das mulheres rurais a políticas que fortaleçam seu papel enquanto agricultora, como o acesso ao crédito (com a criação de uma linha especial de crédito agrícola voltado para as mulheres agricultoras familiares: o Pronaf – mulher), o acesso das mulheres aos programas de geração de renda e formação

²⁵ Uma das principais bandeiras dos Gritos da Terra era a criação de um crédito rural específico para a Agricultura Familiar, que vai se transformar no Pronaf - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar. Neste processo se consolida também a construção da própria defesa da “Agricultura Familiar” como uma bandeira de luta. Posteriormente, com a aproximação entre Contag e CUT em 1995, passam a ser coordenadas pela Contag.

²⁶ Muitas vezes as reivindicações de gênero vêm associadas com reivindicações de geração, voltadas para os jovens, como créditos específicos para mulheres e jovens, inclusão da perspectiva de gênero e geracional nos programas de assistência técnica, formação profissional, comercialização, etc.

²⁷ O nome da marcha é uma homenagem a Margarida Maria Alves, liderança sindical assassinada em Alagoa Grande, Pernambuco, em 1983, que foi uma das precursoras na luta dos direitos das trabalhadoras rurais.

²⁸ Na Marcha das Margaridas participam também as Quebradeiras de Coco, o MMTR-NE, e outros movimentos autônomos.

²⁹ Por exemplo, durante a primeira Marcha, as reivindicações foram entregues diretamente ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Na Marcha de 2003, pela manhã uma comissão de 30 mulheres entregou a pauta de reivindicações ao presidente interino, José Alencar. Pela tarde, foram feitas manifestações ao longo da Esplanada dos Ministérios, e participaram do ato alguns ministros e ministras do Governo Lula, bem como autoridades do governo, senadores, senadoras, deputados e deputadas. Na marcha de 2003 um tema de grande relevância foi o direito à saúde pública com assistência integral à mulher.

³⁰ A Contag estima que quase um milhão de mulheres trabalhadoras rurais participaram em algum momento das atividades envolvidas na marcha (Agência Contag de Notícias – site da Marcha).

profissional, à assistência técnica, a programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar, participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental. Uma reivindicação importante, já transformada em política pública, e que de certa forma é pré-requisito as demais, é de acesso das mulheres rurais à documentação básica. Incluem também temas comuns às pautas das mulheres em geral (como programas voltados para a saúde da mulher no campo e para o combate à violência sexista e a todas as formas de violência e discriminação no campo), temas voltados para a Educação (que se somam às reivindicações mais amplas de uma educação específica voltada para a zona rural)³¹.

Além das iniciativas do movimento sindical, e com diferentes graus de interseção em relação a ele, multiplicaram-se ao longo dos anos noventa movimentos sociais que envolvem as mulheres rurais.

Pela sua expressão nacional vale a pena citar o tratamento dado pelo MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra à questão de gênero. O Congresso de fundação do MST, em 1985³², contou com uma presença expressiva de 30% de mulheres, provavelmente reflexo do contexto de surgimento e efervescência dos movimentos de mulheres de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde então, o MST busca estimular a presença das mulheres nas ocupações de terras e nos acampamentos, incluindo a questão de gênero nas suas ações e discussões. O MST tem um Setor de Gênero, e considera que “a luta pela igualdade de gênero não deve se dar em detrimento da luta de classes”³³. Suas principais preocupações referem-se à ao estímulo da participação das mulheres nas lutas desenvolvidas pelo MST, o que se reflete nas principais questões levantadas pelo setor de gênero, que são a garantia de participação igualitária de homens e mulheres nas atividades de formação e capacitação e nos núcleos de base, a presença de “cirandas infantis” (espécie de creches) em todas as suas atividades para que os filhos não sejam impedimento da participação das mulheres, assegurar que a terra e os créditos saiam em nome do casal, e que as decisões sobre a produção sejam tomadas com a participação da família³⁴.

Entre os demais movimentos, além do MMTR-RS e do MMTR-NE, que permanecem até hoje, há ainda uma multiplicidade de organizações de mulheres rurais, que foram surgindo ao longo dos anos 90, a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculados a outros movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista (do Conselho Nacional dos Seringueiros), a organização das Mulheres Quilombolas. Entre estes movimentos, um que é mais antigo e ganhou visibilidade nacional é o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, que atualmente conta com uma organização interestadual e desenvolve inúmeras atividades, que vão da luta pela terra e pela garantia de acesso aos recursos naturais, à agroindustrialização e comercialização de produtos a partir do babaçu³⁵.

Estes movimentos se aproximam do movimento sindical em algumas lutas e manifestações (tanto ao nível local quanto nacional), mas também buscam se articular nacionalmente.

Uma iniciativa importante no sentido de articular alguns movimentos autônomos de mulheres, se deu com a criação, em 1995, da “Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR”, reunindo mulheres que participam de movimentos autônomos, como Comissão Pastoral da Terra, MST, Pastoral da juventude rural,

³¹ Neste aspecto, as mulheres rurais somam-se ao “Movimento Nacional Por uma Educação do Campo”, do qual o MST é um dos coordenadores. Uma das respostas dada pelo governo foi a criação de uma Coordenadoria de Educação no Campo pelo Ministério de Educação.

³² 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Curitiba-PR.

³³ Informação levantada no site do MST em dez/2004 <www.mst.org.br/setores/genero.html>

³⁴ O MST não participa da Marcha das Margaridas e tem canais de negociação direta com os ministérios. Participa do comitê gestor do programa nacional de documentação da mulher trabalhadora rural, e tem importância em ações relativas à Educação do Campo.

³⁵ O movimento tem participação ativa na luta pela criação de reservas extrativistas e também propõe a criação da lei do babaçu livre, para garantir o acesso ao côco a mulheres sem terra.

Movimento dos Atingidos por Barragens, e mesmo alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A ANMTR organizou mobilizações, marchas, lutas, eventos, estando também presente em conselhos e fóruns. Os esforços de unificação dos movimentos autônomos culminaram em 2003 na criação do MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, atualmente um movimento com expressão nacional³⁶. Sua principal bandeira é o “Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais”, que têm muitas confluências com as questões levantadas pelo movimento sindical. Uma das questões enfatizadas pelo MMC é a valorização do papel das mulheres camponesas na construção de um novo modelo de agricultura, defendendo temas como agroecologia, biodiversidade, uso de plantas medicinais, recuperação das sementes como patrimônio da humanidade, diversificação da produção, soberania alimentar³⁷.

Os avanços nas políticas públicas que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais

A organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais trouxeram ao Estado um conjunto de reivindicações, colocando a necessidade de dar respostas às questões colocadas. Assim, se durante muito tempo os programas governamentais se voltaram indistintamente para um suposto “cidadão indiferenciado”, a partir de 1985 começam a surgir programas e projetos que buscam incorporar componentes de gênero em suas ações³⁸. É interessante observar que não por acaso há coincidências entre o início das mobilizações e reivindicações das mulheres rurais e a criação destes programas.

Em 1985, com incentivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, se deu a criação do “Programa de Apoio à Mulher Rural” no âmbito do Ministério da Agricultura, que tinha o objetivo de “estudar e desenvolver planos de ação que proporcionem à mulher trabalhadora rural melhores condições de trabalho, possibilitando sua maior participação no processo de Reforma Agrária” (Teixeira, 1994 e Barsted, 2002). Em 1988 passa a ser desenvolvido, dentro do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural o “Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural”, que procurava sensibilizar e treinar os extensionistas na adoção de considerações de gênero a nível local. Estas ações no entanto não tiveram continuidade, com o desmonte no governo Collor dos órgãos a que estavam vinculadas (Teixeira, 1994).

Nos últimos dez anos, os avanços nas organizações rurais e de mulheres vêm se refletindo na implementação de diversas políticas que visam a população rural, que embora nem sempre dirigidas especialmente as mulheres, uma vez aplicadas acabaram tendo efeitos positivos para atenuar a situação de desigualdade social e de gênero.

³⁶ O Movimento das Mulheres Camponesas, acabou aglutinando também grupos de mulheres ligados anteriormente ao MST e que discordavam do tratamento dado por este movimento à questão de gênero.

³⁷ Neste mesmo sentido vale a pena destacar as Organizações Não Governamentais com atuação na zona rural, muitas delas voltadas para a agroecologia, que a partir principalmente de uma pressão dos organismos de cooperação internacional, começaram nos anos 90 a atuar no estímulo e no apoio à organização das mulheres rurais. Na década em curso, tende a crescer a discussão sobre as relações entre gênero e agroecologia.

³⁸ Teixeira (1994) observa que antes de 1985 a exceção foram programas e projetos voltados exclusivamente para as mulheres, conduzidos separadamente de outros projetos de desenvolvimento, como por exemplo projetos voltados para saúde, mais especificamente ao atendimento materno-infantil. Esta autora ressalta que como além dos mecanismos econômicos (e às vezes legais) existem também mecanismos culturais que têm o poder real de excluir certos atores sociais. Assim, para a consolidação da igualdade de gênero é importante uma intervenção decidida das instituições que definem as políticas.

O acesso das mulheres rurais a previdência Social

No período em análise, a política de Previdência Rural é sem dúvida umas das mais importantes em termos de efetividade e universalização de direitos para os trabalhadores rurais em geral, e especificamente para as mulheres trabalhadoras rurais.

Somente partir das constituição de 1988 as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter por lei os mesmos direitos que os homens trabalhadores rurais. Antes de 1988, o Pró rural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural) era concedido somente ao chefe ou arrimo da família, e em geral as mulheres ficavam excluídas. A constituição de 1988 ampliou o piso para um salário mínimo³⁹ e reduziu o limite de idade para 60 anos no caso do homem e 55 no caso da mulher, e estendeu o direito ao recebimento dos benefícios a todas as mulheres trabalhadoras, independente de serem ou não chefes ou arrimos de família.

No entanto, este direito começou a ser acessado apenas em 1991, como consequência de mobilizações dos movimentos das trabalhadoras rurais que levaram ao estabelecimento de leis complementares⁴⁰. Em 1992 se nota a entrada das trabalhadoras rurais no sistema de previdência, com um extraordinário aumento na quantidade de benefícios previdenciários rurais concedidos, sendo 66% dos beneficiários mulheres, o que expressa uma demanda contida (DELGADO, 2000). É interessante observar que em 2002 as mulheres representam 60% do total de beneficiários, porcentagem essa que se mantém estável desde o ano 1996, com um número anual de benefícios concedidos em torno de 250 mil mulheres. Entre 1995 a 1998 o número de benefícios concedidos às mulheres foram superiores em 30% aos dos homens⁴¹. É interessante assinalar que em 2002 as mulheres recebiam 73% das pensões por morte porcentagem mais o menos estável desde 1996.

O recebimento da aposentadoria rural trouxe mudanças bastante significativas para a vida das idosas trabalhadoras rurais, que ao longo de suas vidas acumularam uma série de desvantagens como: a dupla jornada de trabalho, discriminação salarial e/ou trabalho sem remuneração, além de entrarem mais cedo e permanecerem mais tempo ocupadas nas atividades rurais⁴². A aposentadoria rural mexe com as relações entre as gerações, levando à revalorização das pessoas idosas que no momento anterior à sua existência viviam na condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes em idade ativa, contribuindo para o empobrecimento do domicílio rural a que pertenciam. Além disso, o direito à aposentadoria para as mulheres, muito mais que para os homens, ganha dimensão maior como consequência do fato que grande parte das mulheres hoje aposentadas rurais nunca terem recebido ao longo da vida qualquer remuneração pelos trabalhos realizados, o

³⁹ O antigo sistema previa a aposentadoria por velhice aos 65 anos para ambos os sexos e seus valores correspondiam a 50% do salário-mínimo e as pensões pormorte eram limitadas a 30% do salário mínimo.

⁴⁰ Neste ano se deu a publicação da Lei de Custeio e Benefício da Previdência Social (ANDRADE SILVA, 2000).

⁴¹ Vale observar que nos anos de 1995 e 1996 a concessão dos benefícios da previdência teve uma queda grande, por conta de alterações nos procedimentos até então praticados pelo INSS, visando conter fraudes, e que resultaram num expressivo aumento dos indeferimentos nas solicitações de aposentadorias. Até esta data valia como documento a declaração do sindicato, e a partir de então se passou a exigir documentos comprobatórios em nome da própria pessoa requerente. Este procedimento prejudicou especialmente as mulheres rurais, pois todos os documentos considerados básicos (cadastro de propriedade do imóvel, contrato de arrendamento, bloco de notas) raramente emitidos em nome das mulheres cônjuges. Em meados de 1996, após uma série de pressões sindicais e negociações com o INSS/Ministério a trabalhadora rural voltou a poder requerer aposentadoria com documentos em nome do companheiro, desde que comprovasse vínculo familiar (registro de casamento, por ex) e participasse de entrevista com funcionário do INSS (ANDRADE SILVA, 2000). Nessas entrevistas, muitas vezes o pedido é indeferido nos casos em que a mulher não se auto-identifica como trabalhadora rural e se declara como sendo “do lar”.

⁴² Segundo Andrade Silva (2000) as estatísticas demográficas e de emprego agrícola comprovam este dado, o que foi um dos argumentos principais para assegurar às mulheres rurais a aposentadoria cinco anos antes que as trabalhadoras urbanas.

que simboliza um reconhecimento delas como cidadãs e trabalhadoras (ANDRADE SILVA, 2000).

A análise de casos em pesquisa realizada no interior de Rio Grande do Sul mostram outros efeitos do acesso à previdência por parte das mulheres trabalhadoras rurais. Diferentemente dos homens, as mulheres raramente destinam o dinheiro que recebem como pensão para gastos pessoais, garantindo com esse benefício a sua reprodução e a de suas famílias, enquanto apenas parte – embora provavelmente a maior parte – dos benefícios recebidos pelos homens atua nesta direção (BRUMER, 2000; ANDRADE SILVA, 2000). Se esse fato contribui para uma maior valorização de seu lugar dentro da família, o acesso à previdência soma ainda outro valor, este simbólico, que é a percepção de que foram artífices de suas conquistas, aumentando a consciência sobre os seus direitos e a necessidade de lutar por eles.

Um fator adicional que reforça os efeitos benéficos da previdência é a tendência das mulheres idosas viverem sozinhas. Esse fato confirma o que já fora assinalado por Andrade e Silva, (2000) de que metade das seguradas da previdência encontravam-se na categoria de viúva. Este percentual reflete não apenas o ciclo mais longo de vida das mulheres mas também o fato dos homens serem mais propensos a novos casamentos. A feminização da velhice fortalece a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais. Entre as beneficiárias da previdência pesquisadas no nordeste, por exemplo, 59% eram chefes de família (dentre estas aproximadamente 71% viúvas, 20% descasadas e solteiras e 9% casadas ou com companheiros).

Apesar dos avanços que representa a extensão dos benefícios previdenciários às trabalhadoras rurais, a situação da mulher idosa na zona rural continua precária quando comparada à do homem. Mais da metade das mulheres previdenciárias vive sem companheiros, sendo elas próprias chefes de famílias e sustentando, na maioria dos casos, seus dependentes e contando para isto, apenas com um benefício previdenciário. A feminização da velhice se expressa no fato de que são elas quem recebe 74% das pensões por morte no ano de 2002, evidenciando a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais, pois como vivem proporcionalmente mais que os homens e permanecem parte da velhice sozinhas, têm maior dependência do recebimento do seguro previdenciário. Segundo Andrade e Silva (2000) apesar da igualdade do valor do benefício, os domicílios que têm as próprias beneficiárias como chefes de família são mais pobres do que aqueles chefiados por homens beneficiários (em geral pelo fato de serem monoparentais), e as condições das aposentadas e pensionistas no nordeste são mais precárias que as da região Sul do país.

Por outro lado, é necessário assinalar que apesar dos avanços, grande parte das trabalhadoras rurais ainda continua excluída da previdência social rural, como é o caso das assalariadas e daquelas que exercem atividades rurais de forma informal, isto é, sem registro em carteira de trabalho como assalariadas, ou sem registro de venda da produção em seu próprio nome e no de seus dependentes (DELGADO, 2000).

O fato do trabalho feminino não ser objeto de reconhecimento social, tem trazido em diferentes circunstâncias problemas para o acesso das mulheres às políticas públicas. O não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural (com sua classificação em termos de profissão como “do lar”) tem sido um dos grandes empecilhos para o acesso à aposentadoria rural. Pesquisa realizada entre as beneficiárias da previdência social constatou um problema de auto-identificação das atividades femininas por parte das mulheres, que se declaram “sem ocupação” ou “do lar”, quando se sabe que uma parte importante destas mulheres responde pelas atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos em que moram e trabalham.

A solicitação que precede a concessão exige que a mulher que aspira usufruir da aposentadoria se auto-declare como trabalhadora rural, e isto vem exigindo uma preparação das mesmas por parte dos sindicatos e movimentos de mulheres, para que se auto-reconheçam enquanto tal nas entrevistas feitas pelo INSS. Também em outras situações, como no Programa de Emergência de Seca na região NE, foi constatada essa falta de

equidade, sendo as mulheres preteridas no acesso as frentes de trabalho. Só apenas as mulheres viúvas e chefes de família é que são recrutadas pelos programas. (MELO, 2001).

Como vimos, entre as que se declararam com ocupação, dois terços não recebem remuneração pelas atividades exercidas. Entre as beneficiárias da previdência que declararam trabalhar, 80% exercem ocupações ligadas à agropecuária (Andrade Silva, 2000). A necessidade de reconhecimento (e de auto-reconhecimento) das mulheres rurais enquanto trabalhadoras foi historicamente uma das principais questões levantadas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, e pode-se dizer que faz parte da construção da sua identidade⁴³.

Outra conquista do movimento de mulheres rurais foi o direito ao benefício previdenciário do salário maternidade⁴⁴. Apesar de sinalizado pela constituição de 1988, a legislação que garantiu o acesso das mulheres rurais a este benefício foi regulamentada apenas em 1994, como fruto de reivindicações e pressões do movimento sindical de trabalhadores rurais⁴⁵. Assim, apenas a partir de 1994 as mulheres rurais passaram a ter acesso a este benefício. A partir deste ano, houve um grande crescimento no número de benefícios concedidos, que no ano 2000 atingiu o patamar de 400 mil benefícios anuais, ultrapassando o número de benefícios concedidos a mulheres urbanas (ver Tabela 13). Também neste caso os movimentos de mulheres e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais têm um papel determinante na efetivação da política, tanto no sentido garantir a efetivação legal e operacional do benefício, quanto de informar sobre a sua existência.

O acesso das mulheres rurais à terra e à política de assentamentos de Reforma Agrária

Outra política pública implementada nos últimos 20 anos que tem tido um impacto importante sobre as populações rurais na redução das desigualdades sociais e da pobreza rural, tem sido os assentamentos de reforma agrária.

Como fruto da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, os assentamentos tiveram um grande incremento após 1995. Segundo dados do Incra, entre 1985 e 1995 haviam sido assentadas no Brasil cerca de 350 mil famílias, e a partir deste ano houve um crescimento exponencial atingindo, em 2002, cerca de 567 mil famílias. Embora estejam longe de atender à efetiva demanda dos trabalhadores rurais sem terra, ou de modificar o quadro de elevada concentração de terras existente no país, estes assentamentos têm trazido mudanças para as regiões onde estão inseridos e têm sido uma forma importante de garantir o acesso à terra a uma população rural que vivia anteriormente em uma situação de trabalho bastante instável e precária e historicamente excluída não somente da terra mas do acesso a um conjunto de políticas públicas, como educação e crédito.

Diversas pesquisas vêm indicando que os assentamentos rurais têm tido um impacto bastante positivo na vida das famílias assentadas. Neste artigo privilegiaremos trazer dados de pesquisa da qual participamos, coletados no ano 2000, numa amostragem de 1568 famílias em áreas de concentração de assentamentos de várias regiões do país, e que aponta que os assentamentos trouxeram melhorias nas condições de habitação, do

⁴³ Exemplo disso é que já no Congresso da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura de 1985 aparece, dentro do item de enquadramento sindical, a reivindicação de “que a mulher rural integrada ao regime de economia familiar seja reconhecida enquanto trabalhadora rural, eliminando a discriminação de considerá-la como doméstica ou dependente”. Em congressos posteriores aparece também a reivindicação do « enquadramento da mulher como trabalhadora rural na documentação pessoal (título da terra, cadastros de assentados e ITR, mudando o cadastramento como doméstica, do lar ou outras».

⁴⁴ Agradecemos a Miriam Ventura o fornecimento dos dados sobre salário maternidade.

⁴⁵ Lei n. 8.861, de 25/03/94, que garantiu à segurada especial “a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício”.

trabalho, de renda, de alimentação, de acesso à educação e à saúde, entre outras questões (LEITE et alii, 2004)⁴⁶.

Os beneficiários dos assentamentos de reforma agrária são famílias, a maioria de origem rural, com uma composição bastante semelhante à dos agricultores familiares: quase três quartos dos lotes são destinados a famílias compostas por um casal com filhos, e em um quarto dos lotes habitam também outros parentes (como filhos casados, pais/ sogros, netos). No total da amostra pesquisada, 54% dos beneficiários dos assentamentos são homens e 46% mulheres, aproximadamente a mesma proporção do meio rural brasileiro (respectivamente 52 e 48%, segundo dados da PNAD 2002) (LEITE et alii, 2004).

É possível dizer que, ao melhorar as condições de vida das famílias assentadas, os assentamentos vêm contribuindo também para a melhoria geral das condições de vida das mulheres que compõem estas famílias. Entre os exemplos citados pela pesquisa mencionada, a melhoria da alimentação e sua diversificação trazem certamente impactos positivos sobre as mulheres, já que ao serem responsáveis pela elaboração da comida elas são provavelmente as que mais sofrem quando faltam gêneros alimentícios para família. Os assentamentos permitiram ainda um aumento nas possibilidades de produção para o auto-consumo, com uma maior diversificação da produção. O próprio fato de terem moradia própria e fixa (o que não era a realidade anterior de muitas destas famílias assentadas), com a possibilidade de ter um “quintal”, em geral sob responsabilidade das mulheres, também possivelmente traz impactos positivos sobre a qualidade de vida das mesmas, com a possibilidade de desenvolver atividades nos quintais e de criação de pequenos animais, como aves, cujos ovos aparecem com peso na renda e alimentação das famílias, especialmente das mais pobres (LEITE et alii, 2004)⁴⁷.

Um outro aspecto revelado pela pesquisa são as melhorias na infra-estrutura e na posse de bens eletrodomésticos pelas famílias assentadas, quando se compara com a situação que viviam anteriormente ao assentamento (Gráfico 1, no anexo): 37% das famílias possuíam geladeiras depois do assentamento, enquanto apenas 22% as possuíam antes; 12% das famílias possuíam máquina de lavar, quando antes do assentamento eram 5% (LEITE et alii, 2004). Mesmo assim, a posse de eletrodomésticos ainda está abaixo das médias nacionais rurais.

Vale ressaltar que a deficiência de infra-estrutura nos assentamentos, embora reflita as precariedades do meio rural brasileiro, é um aspecto que precisa ser superado pela política e que certamente impacta de forma diferenciada as mulheres. Esta pesquisa aponta para a existência de lotes sem água e para a carência de eletricidade, que claramente é o principal fator impeditivo da posse de eletrodomésticos, como indica o caso do Pará, com renda superior à de outras regiões, mas com posse de eletrodomésticos inferior, coincidindo com o fato de ter se o estado com maior ausência de rede elétrica nos assentamentos (LEITE et alii, 2004). Também as distâncias dos assentamentos em relação aos centros urbanos, e especialmente a precariedade das estradas somada à carência de transporte coletivo impactam de forma diferenciada as mulheres, dificultando o abastecimento doméstico, e também a busca de socorro no caso de problemas de saúde, já que o cuidado com os doentes é atribuição das mulheres, sem contar casos como partos e outros acompanhamentos à saúde da mulher.

⁴⁶ Essa pesquisa foi realizada em 39 municípios de seis regiões do Brasil que apresentam elevada concentração de projetos de assentamento e de famílias assentadas (Sul da Bahia, Entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste Catarinense e Zona Canavieira Nordestina). Os municípios pesquisados foram aqueles que apresentaram, nas áreas estudadas, as mais elevadas concentrações de projetos de assentamento e mais altas participações de assentados em relação às populações rural e urbana. Esta pesquisa contou com uma amostra de 1.568 famílias, de 92 projetos de assentamento, estatisticamente representativos do total de famílias assentadas naqueles municípios entre 1985 e 1997 pelo Incra naqueles municípios, correspondente a 15.113 famílias.

⁴⁷ Nesta pesquisa, o fato de serem anteriormente impedidos de criarem animais nos quintais foi ressaltado especialmente aquelas famílias que eram antigos “moradores” na Zona da Mata nordestina e no sertão do Ceará. (LEITE et alii, 2004).

No entanto, o fato de ter entre seus beneficiários um número representativo de mulheres integrantes das famílias assentadas e de trazerem melhorias para a vida destas mulheres não significa necessariamente que os assentamentos estejam modificando as desigualdades de gênero no interior destas famílias.

No que se refere ao trabalho, não há grandes diferenças entre as porcentagens de homens e de mulheres trabalhando no lote e fora dele, mas o fato de que as mulheres predominam no grupo que declarou “não trabalhar” (33% das mulheres assentadas versus 24% dos homens), provavelmente reflete a já citada invisibilidade das atividades femininas e sua desconsideração enquanto “trabalho” (LEITE et alii, 2004)⁴⁸.

O processo de luta pela terra tem levado a uma maior participação das mulheres, incentivadas pelos movimentos sociais, como vimos no caso do MST, e este fato parece se refletir na presença de grupos de mulheres em mais de um quarto dos assentamentos pesquisados (27%), representando o segundo tipo de organização com maior presença, o que indica que provavelmente a situação de assentada favorece a organização das mulheres (LEITE et alii, 2004)⁴⁹.

A pesquisa citada indica ainda que cerca de 85% dos lotes entrevistados têm como responsáveis homens, e em 15% dos lotes as responsáveis são mulheres (LEITE et alii, 2004) e que a titularidade do lote tende a ser apenas em nome da pessoa “responsável” pelo lote⁵⁰, já que quando se toma apenas as pessoas que se declararam responsáveis pelos lotes, esta pesquisa aponta que 91% dos homens responsáveis pelos lotes são também os titulares, enquanto 87% das mulheres responsáveis pelos lotes são titulares, o que indica uma proximidade muito grande entre homens e mulheres responsáveis⁵¹.

Quando comparamos o perfil familiar dos lotes com responsáveis homens e com responsáveis mulheres, se observa um perfil de família semelhante, com boa parte das mulheres responsáveis pelos lotes tendo também cônjuges: 74% dos lotes com responsáveis mulheres têm cônjuge, enquanto na média geral 86% dos lotes entrevistados têm cônjuge. Ou seja, um quarto das mulheres responsáveis pelo lote não têm cônjuge.

A possibilidade das mulheres serem também titulares dos lotes é uma das bandeiras da luta das mulheres trabalhadoras rurais e tem implicações sobre a mulher no caso de separações (quando o marido tende a ficar com o lote), bem como sobre o reconhecimento da importância e do valor da mulher assentada enquanto trabalhadora. Embora a constituição de 1988 garanta legalmente à mulher igualdade de direitos ao título de domínio e concessão de uso da terra, independente do seu estado civil, este acesso não se configura na prática. Os dados indicam que o não acesso da mulher à titularidade da terra (seja por herança seja pelo processo da reforma agrária) depende da posição específica da mulher no processo produtivo e dos valores que sustentam esta posição. Se os direitos legais são importantes como condição para a igualdade entre os gêneros, eles não são suficientes⁵². Outro obstáculo para as mulheres terem acesso à terra e à titularidade parece referir-se a práticas institucionais dos funcionários dos órgãos governamentais, que tendem a discriminar as mulheres. No sentido de minimizar estas questões, uma reivindicação do movimento de trabalhadoras rurais, recentemente (2003) acatada como política (mas ainda não posta em prática), é a obrigatoriedade do Incra colocar a terra em nome do casal, e não apenas do homem⁵³. Caso efetivada, esta medida pode facilitar também o acesso a outras

⁴⁸ No questionário desta pesquisa tomou-se o cuidado de levantar as pessoas que “trabalhavam ou ajudavam” no lote, tendo em vista minimizar as sub-declarações do trabalho feminino e infantil, mas mesmo assim a diferença aparece.

⁴⁹ Entre os 92 assentamentos pesquisados, 78% possuíam associações de assentados, 20% grupos coletivos, 13% cooperativas, 12% grupos de jovens e 15% outros grupos (religiosos, de esportes, etc.). (HEREDIA, 2004)

⁵⁰ Consideramos como responsáveis pelos lotes as pessoas que de fato gerenciam a unidade produtiva, em geral o/a chefe de família, independente de serem ou não os titulares.

⁵¹ O número de titulares levantado nesta pesquisa é muito próximo daquele levantado pelo censo dos assentamentos realizado em 1996, e citado por Deere (2004).

⁵² Carneiro (2000) também chama a atenção para esta questão.

⁵³ Esta sendo discutida a possibilidade de extensão dessa medida incluindo as terras já tituladas.

políticas, que têm como pré-requisito a titularidade da terra, como é o caso do acesso ao crédito rural pelas mulheres assentadas. Outras reivindicações são de que o Incra reconheça e priorize o direito das mulheres chefes de família a terem acesso aos lotes, bem como o direito das mulheres solteiras terem acesso à terra.

Embora estas leis e resoluções sejam importantes para modificar o quadro atual, os dados da pesquisa anteriormente mencionados apontam que a não titularidade dos lotes pelas mulheres é também reflexo das relações colocadas tradicionalmente no interior da agricultura familiar, dado o fato das mulheres cônjuges não se auto-reconhecerem enquanto co-responsáveis pelo lote.

Criação de Programas e Instituições Governamentais com o enfoque de gênero

A partir das reivindicações dos movimentos de mulheres o Estado passa a criar programas e ações, que acabam dando origem a instituições voltadas para a questão de gênero.

Uma das iniciativas pioneiras do Governo Federal no que se refere à incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas refere-se à criação do CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985 no contexto de abertura política, vinculado ao Ministério da Justiça. O conselho passou por algumas mudanças, a mais significativa com a criação, em 2003, da SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres à qual o CNDM passou a estar vinculado.

Como vimos anteriormente, no que se refere às trabalhadoras rurais o CNDM foi parceiro, já em 1985, do Ministério da Agricultura no “Programa de Apoio à Mulher Rural”. Depois teria um papel importante no apoio à mobilização nacional das mulheres rurais para a participação na Constituinte.

A primeira nomeação de uma mulher trabalhadora rural para participar do CNDM se deu somente em 2000, quinze anos depois de sua criação, com a nomeação de uma participante do MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, indicando o baixo peso das mulheres rurais no conselho. Uma ampliação para uma participação mais representativa aconteceu somente muito recentemente, em 2003, no governo Lula, quando foram indicadas representantes dos principais movimentos de mulheres com expressão nacional, como a Contag e a ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais⁵⁴. Também Conselho Nacional de Mulheres Indígenas participa, e uma ONG com atuação junto a mulheres rurais na Amazônia⁵⁵.

Posteriormente, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status semelhante ao de um Ministério, o que também pode ser considerado um avanço significativo enquanto reconhecimento, pelo Estado, da importância de políticas públicas voltadas para a questão de gênero. Uma das prioridades da SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é o “Combate à Violência contra a Mulher”. No entanto, esta Secretaria tem uma atuação incipiente nos temas relacionados às mulheres rurais, incorporando algumas das reivindicações dos movimentos, como o apoio e pressão junto aos ministérios e órgãos do governo para a titulação da terra em nome da trabalhadora rural, e para a participação da mulher na produção agrícola⁵⁶.

⁵⁴ Com a dissolução da ANMTR, esta vaga passa a ser dividida entre o MMC e o MMTR-NE.

⁵⁵ Movimento de Mulheres do Amazonas

⁵⁶ Um programa lançado em 1994 visa a incorporação das mulheres nas políticas para a aqüicultura, em parceria com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Um exemplo é o Programa Pescando Letras, lançado em 2003 através de parceria entre a Secretaria de Aqüicultura e o MEC, que se volta para a alfabetização de pescadoras e pescadores.

A SPM e o CNDM organizaram em 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com o tema “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”⁵⁷.

Uma outra iniciativa importante, e que responde mais diretamente às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, foi a criação em 2001 do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 seu nome foi mudado para “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”. O Programa tem o objetivo de promover e articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro. Sua atuação envolve o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos seculares de exclusão, subsidiando o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na elaboração de políticas. Entre os principais pontos abordados estão o acesso à terra, políticas de crédito, a titulação conjunta, e os programas de capacitação voltados para o público rural feminino⁵⁸. Todas as iniciativas do Programa são ainda muito recentes para terem sua efetividade avaliada, mas não há dúvidas que a sua criação significa uma resposta e um reconhecimento das reivindicações dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Além deste Programa, é possível verificar a preocupação com a incorporação da perspectiva de gênero em várias das Secretarias e Órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵⁹. No entanto, a efetivação das ações é um processo lento.

Uma das ações em início de implementação pelo Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA é o “Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural” lançado em 2004, em parceria com a SPM e diferentes órgãos de governo, voltado para o fornecimento gratuito de documentação civil básica⁶⁰ para trabalhadoras rurais, mulheres indígenas e quilombolas.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 40% da população rural brasileira não possuem documentos. Desse número, 60% são mulheres. Estimativas do Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia, do MDA, apontam a existência de nove milhões de mulheres nessa situação no meio rural brasileiro⁶¹. Como vimos, a necessidade de documentação civil básica surge como um desdobramento de reivindicações antigas dos movimentos de mulheres rurais, na medida em que é pré-requisito para o acesso das mulheres rurais a um conjunto de políticas públicas do governo federal, entre elas os benefícios previdenciários (como aposentadoria rural e auxílio maternidade), os programas de crédito (como o Pronaf-mulher), a titularidade conjunta da terra, o Bolsa Família e outros programas sociais do governo. Segundo dados do Banco do

⁵⁷ Na Conferência uma ampla gama de movimentos de trabalhadoras rurais esteve presente, e as propostas tiradas apontam para a capacitação profissional das mulheres e a criação de oportunidades de trabalho, estímulo à formação de associações e cooperativas, incentivo à agroindústria, à pesca, ao ecoturismo e ao artesanato, a ampliação ao crédito rural e a titularidade da terra para a mulher.

⁵⁸ Deveria atuar de forma integrada com as secretarias e órgãos vinculados ao MDA, com demais ministérios e instituições para a promoção de ações nas áreas da educação, saúde e violência. As principais interfaces do programa são com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares e Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

⁵⁹ Como por exemplo um setor de gênero dentro do Incra, bem como pessoas designadas para esta questão na Secretaria de Agricultura Familiar (setor de financiamento da produção, departamento de assistência técnica e extensão rural), entre outros.

⁶⁰ Incluindo CPF, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento e registro no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

⁶¹ A pesquisa “Relações de Gênero no Contexto da Agricultura Familiar” realizada no Sertão Sergipano pelo Projeto Dom Helder Câmara, conjuntamente com o Centro Dom José Brandão de Castro indica que 64% dos documentos estão em nome do marido ou do companheiro, 83% das mulheres nunca acessaram crédito e 90% deixam a atividade de comercialização a cargo dos homens. Foram realizadas 274 entrevistas com mulheres de assentamentos e comunidades de agricultura familiar.

Nordeste Brasileiro (BNB), a ausência de documentação, especialmente do registro civil e CPF, é responsável por cerca de 60% das restrições para acesso a linhas de crédito do Pronaf. Assim, é mais um exemplo de política que se estrutura a partir das reivindicações dos movimentos sociais, e que de certa forma depende deles para se concretizar. Além de convênios com outros órgãos e instituições, o programa estabelece uma parceria com os movimentos sociais – como a coordenação de mulheres da CONTAG, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e o Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – a quem é atribuído o papel de “conscientizar as trabalhadoras rurais sobre a importância do programa”. Este programa se inicia tímido, abrangendo somente os assentamentos de reforma agrária e com previsão de atingir 41 mil mulheres em 2004.

Outra questão levantada historicamente pelos movimentos de mulheres rurais e que vem sendo objeto de atenção pelo Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, diz respeito à “invisibilidade” e o não reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura, mais um fator importante de exclusão de um conjunto de políticas, como o acesso à terra, ao crédito, a políticas de assistência técnica e extensão rural e de formação profissional. Neste sentido, um dos aspectos visto como estratégico pelos movimentos de mulheres rurais é o acesso das mulheres ao crédito agrícola, que tem no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar um dos pilares fundamentais.

O Pronaf é um programa de crédito rural voltado exclusivamente para os agricultores familiares, criado como resposta às reivindicações trabalhadores rurais representados na Contag e na CUT, especialmente nas negociações durante os Gritos da Terra. Esta reivindicação do movimento sindical visava minimizar as desigualdades históricas existentes na zona rural no acesso às políticas que levam à concentração do crédito rural nos setores empresariais e patronais da agricultura, excluindo os agricultores familiares⁶². O Pronaf foi criado em 1995 e desde então é a política de crédito rural que mais impacto teve sobre a agricultura familiar⁶³.

No ano 2000, os movimentos de mulheres estimavam que o acesso das mulheres ao crédito através do Pronaf restringia-se a 7% do total dos beneficiários⁶⁴. Dados levantados em 2004 pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA para 10 estados brasileiros, indicam que o acesso das mulheres ao crédito evolui para 12% em 2003, com variações importantes entre os estados, com índices em torno de 32% nos estados do Nordeste e em torno de 10% no Sul e Sudeste⁶⁵.

No sentido de ampliar o acesso das mulheres ao crédito, uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres nas Marchas das Margaridas refere-se à criação de um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais. Como resposta a esta reivindicação, no ano de 2003 foi criada uma nova linha de ação no Pronaf, denominado “Pronaf Mulher”. Essa nova linha é considerada como um avanço em termos de conquistas para as mulheres rurais porque no Pronaf existente até 2003 o acesso ao crédito

⁶² Como critério de diferenciação dos setores patronais e empresariais o Pronaf exige, entre outras coisas, que o trabalho seja predominantemente familiar (admite a contratação de, no máximo, dois empregados); que o tamanho da área seja limitado a quatro módulos fiscais; que 80% da renda advinda de atividades agropecuárias e extrativas na propriedade rural; e que a residência da família seja na propriedade explorada ou em aglomerado urbano ou rural próximo.

⁶³ Ele foi criado no âmbito na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do antigo Ministério da Agricultura e Abastecimento (atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Em 1999 foi deslocado para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, dentro da também recém-criada SAF – Secretaria de Agricultura Familiar. A própria criação do MDA (diferenciado do MAPA) e da SAF é fruto do reconhecimento das reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadores rurais.

⁶⁴ Dados levantados por instituições como Contag, MST, Fase, MMTR e citados no documento distribuído pelas trabalhadoras durante a Marcha das Margaridas (BARSTED, 2002)

⁶⁵ Para mais detalhes sobre os tipos de crédito e a evolução ano a ano ver Leite (2004).

era concedido somente a um membro da família, em geral o homem⁶⁶. Hoje, as mulheres potencialmente podem ter acesso a essa nova linha de crédito, dedicado a atividades agrícolas e não agrícolas, podendo envolver tanto financiamentos para hortas, roçados e criação de animais quanto a produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geléias, etc., e permitindo também a geração de renda para as mulheres rurais. O acesso da mulher ao crédito, e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito (outra reivindicação dos movimentos de mulheres, visando facilitar a quantificação da porcentagem de mulheres que tem acesso ao crédito) são vistos como tendo um valor para além do econômico, significando também o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas⁶⁷. Além disso, o acesso ao crédito é visto pelo MDA como importante para que as trabalhadoras rurais garantam a segurança alimentar da família. Por ser muito recente, o impacto efetivo desta política ainda não pode ser avaliado.

Outras medidas que vêm sendo tomadas a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres e que dizem respeito ao reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras vem sendo a incorporação da perspectiva de gênero nas capacitações de técnicos promovidas pelo Ministério. Embora não quantificável e ainda não analisado, também se percebe a incorporação da perspectiva de gênero em empresas estaduais de assistência técnica, bem como em ONGs que trabalham com agroecologia⁶⁸.

Há também um conjunto de outros programas que, mesmo sem voltarem-se especificamente para a questão de gênero, certamente têm tido impactos sobre as trabalhadoras rurais. Um exemplo importante é o Programa Fome Zero, que deu às mulheres a preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa-Família. As mulheres são titulares de cerca de 93% dos benefícios concedidos pelo programa⁶⁹. Como são políticas recentes, não é possível ainda avaliar o impacto que podem estar tendo. De qualquer forma, o não reconhecimento das mulheres como produtoras de alimentos, seja na produção destinada a venda ou ainda dedicada ao consumo direto das unidades domésticas acaba fazendo com que as mulheres em geral não sejam sujeitos das políticas públicas de segurança alimentar⁷⁰.

Às lutas e mobilizações dos sindicatos e organizações de trabalhadoras rurais, somam-se iniciativas da sociedade civil e de diversas ONGs, algumas delas dirigidas

⁶⁶ Visando romper com outras discriminações e ampliar a participação de outros segmentos ao Pronaf, também estão sendo reivindicados (e criados), outros Pronafs, como Pronaf-jovem e o Pronaf-indígena.

⁶⁷ No mesmo sentido, os movimentos de mulheres consideram que a destinação, em 2003, de R\$ 25 milhões para o Pronaf Mulher é um exemplo concreto do reconhecimento do Governo à trabalhadora rural.

⁶⁸ Desde sua criação, em meados dos anos 40, os serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica governamentais incluíam, além do agrônomo extensionista, a figura da “economista doméstica”, que tinha a responsabilidade de trabalhar junto à dona de casa rural dando suporte ao desempenho de papéis e atividades tipicamente femininos, como higiene, aproveitamento de alimentos, etc, ignorando e algumas vezes reforçando a discriminação e a desigualdade de gênero. Este modelo de extensão serviu para reforçar a negação do papel da mulher rural enquanto agricultora e trabalhadora rural, pois esta ficava em geral excluída das ações relativas à produção agrícola (SILIPRANDI, 2001 e 2003).

⁶⁹ O fato de serem titulares e de terem o cadastro no NIS – Número de Inscrição Social em seu nome também coloca as mulheres como público privilegiado também para outras políticas. Por exemplo, em 2004 este cadastro foi referência para a concessão do seguro-safra, o que colocou as mulheres como 60% das beneficiárias.

⁷⁰ Essa situação vem mudando como consequência da organização das mulheres camponesas, no mov. Via Campesina que desde 1996 que se posicionam no debate sobre soberania Alimentar. Eventos como Fórum Mundial sobre Soberania alimentar FMSA ocorrido em Cuba em 2001, onde entre 12 oficinas temáticas houve uma sobre O papel das Mulheres na Produção de Alimentos onde se colocaram claramente as reivindicações para exercer o trabalho e o seu reconhecimento. (SILIPRANDI, 2001e 2003)

especificamente para as mulheres. Algumas dessas iniciativas empreendidas pelas entidades da sociedade civil acabaram se transformando em políticas públicas.

Pode ser mencionado como exemplo a fabricação de cisternas destinadas ao armazenamento de água de chuva na região semi-árida do nordeste. Essa iniciativa, que foi iniciada no início dos anos 90, acabou sendo adotada, por negociações estabelecidas pela ASA (Associação no Semi-Árido do Brasil), pelo governo federal em 2002 como Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no semi-árido: Um Milhão de Cisternas PIMC (DUQUE e OLIVEIRA, 2003). Esse programa tem efeitos diretos e fundamentais para a diminuição do esforço físico e tempo demandado nas atividades femininas. No meio rural é trabalho feminino a provisão de água para manutenção da casa e de seus membros assim como a dos animais e das plantas, e antes das cisternas as distâncias percorridas para a busca de água eram muito grande. A presença da água no quintal das casas não só reduziu o esforço físico das mulheres como também permitiu uma melhor organização do tempo do trabalho feminino, ao tempo que reduziu os problemas de saúde decorrentes da falta de água⁷¹.

Conclusões

Embora um longo caminho ainda reste para atingir a equidade social, tanto entre cidade e campo quanto entre homens e mulheres rurais, pode-se dizer que nos últimos 10 anos diversas medidas importantes foram tomadas pelos gestores das políticas públicas, no sentido de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais. Como tentamos demonstrar, essas políticas são de fato respostas a demandas e reivindicações efetivas dos movimentos sociais das trabalhadoras rurais em suas diferentes formas de manifestação e organização.

No entanto, ainda que essas políticas sejam sem dúvida passos importantes, são ainda insuficientes frente às grandes demandas e desigualdades existentes. Ao mesmo tempo, muitas dessas políticas são muito recentes e estão ainda em fase de implementação, o que impede de fazer uma avaliação sobre os impactos que de fato terão quando implementadas ao longo do tempo.

Neste sentido, os movimentos de mulheres rurais continuam tendo um papel fundamental, tanto na correção de rumos das políticas e na garantia de efetivação do acesso das mulheres aos direitos conquistados, como também no impulsionamento de mudanças culturais e de auto-percepção do lugar das trabalhadoras das áreas rurais como atores sociais e políticos. Como a história do movimento organizado de mulheres mostra, sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel.

Bibliografia

ALMEIDA, Vanete. Ser mulher num mundo de homens – Vanete Almeida conta sua vida a Cornelia Parisius. MMTR-NE/Threshold Foundation. Serra Talhada: Editora Universal. 1999.

ANDRADE SILVA, Enid Rocha. Efeitos da previdência rural sobre a questão de gênero. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JR., José Celso. A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: Ipea, 2000.

⁷¹ Em outras situações, como no Programa de Emergência de Seca na região NE, foi constatada essa falta de equidade sendo as mulheres preteridas no acesso as frentes de trabalho, apenas aquelas viúvas e chefes de família e que são recrutadas. (MELO, 2001).

- BARSTED, Leila Linhares. Gênero e legislação rural no Brasil: a situação legal das mulheres face à reforma agrária. Projeto integração da perspectiva de gênero na reforma agrária. Relatório de pesquisa Brasília: (mimeo), 2002.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. Inédito (2004).
- CARNEIRO, Maria José. “Em que consiste o familiar da agricultura familiar?” In: ORNAS – Ocupações Rurais Não Agrícolas. Anais da oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. Pp 153-164.
- CHOINASKI, Luci. “Uma Experiência Prática de Luta”. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (org.). Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1998. Pp. 225:239.
- CONTAG. A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Trajetória de lutas. Brasília: Contag, 2002.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso. A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: Ipea, 2000.
- HEREDIA, Beatriz Alásia. A morada da vida – Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. (Série Estudos sobre o Nordeste, vol.7). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- IBGE. PNAD 2003 aponta redução de desigualdades, queda no rendimento, aumento na desocupação e mais empregados com carteira assinada. IBGE, Comunicação Social, 29/09/2004 <www.ibge.gov.br>
- LEITE, Sérgio et ali (coord). Impactos dos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Nead e São Paulo: Edunesp, 2004.
- LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela; CARARINE, Cloviomar. Políticas agrárias, agrícolas e comerciais e seu reatamento sobre a agricultura familiar no contexto nordestino. Relatório de Pesquisa – Convênio CPDA/UFRRJ-Redes-Intermón-Oxfam-Oxfam GB-Novib. (CD Room). 2004
- MELO, Hildete Pereira e SABBATO, Alberto. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. Rio de Janeiro, (mimeo), 2000.
- MELO, Lúcia Albuquerque. A realidade da produtora rural na seca nordestina. Trabalhos para discussão, no.127 – nov/2001.
- NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam, SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata. Gênero e Agricultura Familiar – Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 1998
- SCHAAF, Alie von der. Jeito de mulher rural – A busca de direitos sociais e da igualdade no RS. Passo Fundo: Editora UPF. 2001
- SILIPRANDI, Emma. “Para Pensar políticas de formação para mulheres rurais”. In: Bracagioli Neto, O. (org.). Sustentabilidade e cidadania – o papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater RS, 1999. pp 175-187 (Série Programa de Formação Técnico-Social da Emater RS).

TEIXEIRA, Zuleide Araújo (coord). Perspectiva de Gênero na Produção Rural (Estudos de Política Agrícola no. 22. Documentos de Trabalho). Brasília: IPEA/Rio, jun/1994. 85pp.

Documentos dos movimentos sociais consultados:

- Anais dos Congressos da CONTAG:
 - 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais –1966
 - 2º Congresso da Contag –1973
 - 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais – 1979
 - 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. “Sindicalismo Forte e Reforma Agrária Já” – 1985
 - 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais - 1991
 - 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. “Nem fome nem miséria – o campo é a solução – Reforma Agrária, Salário Digno, Agricultura Familiar” – 1995
 - 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Contag filiada à CUT – Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – 1998
 - 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. “Avançar na construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” – 2001
- Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras – Organização: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo e CUT – Secretaria da Mulher. Paraíba, 1986.
- Relatório do 1º Encontro da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Brasil. São Paulo, Instituto Cajamar, 1995.
- MST – Coletivo Nacional de Mulheres. Cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero”. São Paulo: Secretaria Nacional, 1998.
- MST – Coletivo Nacional de Gênero do MST. Mulher Sem Terra. SP: GH Gráfica e Editora, 2000
- Sites na Internet do MMC, Setor de Gênero do MST, Secretaria da Mulher do CNS.

Anexo – Tabelas citadas no texto

Tabela 1 – Pessoal ocupado na agricultura em 31-12-1995, segundo a atividade econômica principal

	No. Total de Pessoas	Responsáveis e membros da família (sem remuneração)	Empregados permanentes	Empregados temporários	Empregados parceiros	Outra condição
Mulheres	5 952 336	87,2%	5,5%	3,4%	1,3%	2,7%
Homens	11 978 392	70,3%	12,6%	13,6%	1,8%	1,7%
Total Geral	17 930 728	75,9%	10,3%	10,2%	1,6%	2,0%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96

Tabela 2 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio – Brasil – Sul e Nordeste

Cor ou raça	População Total (rural e urbana)	População Rural Total	População residente Rural – NORDESTE	População residente Rural – SUL
Branca	53,3%	43,4%	26,3%	84,5%
Preta	5,6%	4,4%	4,5%	2,0%
Parda	40,5%	51,7%	68,8%	13,3%
Amarela	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%
Indígena	0,2%	0,3%	0,3%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

Tabela 3 – Pessoas não alfabetizadas de 5 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e região

	BRASIL n. pessoas não alfabetizadas		BRASIL % população não alfabetizada		REGIÃO SUL % pessoas não alfabetizadas		REGIÃO NORDESTE % pessoas não alfabetizadas	
	1992	2002	% 1992	% 2002	% 1992	% 2002	% 1992	% 2002
Brasil – Total	27.817.343	22.132.410	21%	14%	13%	9%	38%	25%
Total Homens	13.777.067	11.211.580	22%	15%	12%	9%	41%	28%
Total Mulheres	14.040.276	10.920.830	21%	14%	14%	9%	35%	23%
Urbano Total	16.357.880	15.016.159	16%	11%	11%	8%	27%	19%
Urbano – Homens	7.673.500	7.251.367	16%	11%	10%	8%	29%	21%
Urbano – Mulheres	8.684.380	7.764.792	16%	11%	12%	9%	26%	18%
Rural – Total	11.459.463	7.116.251	41%	29%	18%	12%	56%	39%
Rural – Homens	6.103.567	3.960.213	42%	31%	17%	12%	59%	43%
Rural – Mulheres	5.355.896	3.156.038	39%	27%	19%	12%	52%	36%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

Tabela 4 – Anos de estudo – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por região e situação do domicílio

Anos de estudo	BRASIL				SUL				NORDESTE			
	Urbana 1992	Urbana 2002	Rural 1992	Rural 2002	Urbana 1992	Urbana 2002	Rural 1992	Rural 2002	Urbana 1992	Urbana 2002	Rural 1992	Rural 2002
Sem instrução e <1 ano	14%	9%	36%	25%	9%	6%	16%	10%	23%	16%	51%	34%
1 a 4 anos	37%	27%	47%	44%	35%	25%	54%	45%	35%	29%	39%	43%
5 ou mais anos	49%	63%	16%	30%	55%	67%	30%	44%	41%	54%	10%	22%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

Tabela 5 – Anos de estudo – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, região e situação do domicílio

Anos de estudo	BRASIL				SUL				NORDESTE			
	Rural – 1992		Rural – 2002		Rural – 1992		Rural – 2002		Rural – 1992		Rural – 2002	
	Homem	Mulher										
Sem instrução e <1 ano	38%	34%	27%	24%	16%	16%	10%	11%	55%	46%	37%	31%
1 a 4 anos	46%	48%	45%	44%	54%	54%	45%	45%	36%	41%	44%	43%
5 ou mais anos	15%	17%	28%	32%	30%	30%	44%	43%	8%	12%	19%	25%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

Tabela 6 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com acesso a infraestrutura, segundo a situação do domicílio e regiões

Situação e Características	BRASIL 1992		BRASIL 2002		SUL 1992		SUL 2002		NORDESTE 1992		NORDESTE 2002	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Abastecimento d'água*	87%	37%	94%	56%	93%	71%	99%	91%	72%	12%	86%	26%
Iluminação elétrica	97%	54%	99%	80%	98%	80%	100%	93%	95%	37%	99%	70%
Esgotamento sanitário	94%	52%	97%	69%	96%	81%	99%	93%	84%	28%	92%	49%
Telefone	23%	2%	69%	19%	23%	4%	78%	40%	14%	1%	49%	6%
Lixo Coletado diretamente	76%	6%	87%	14%	87%	6%	94%	17%	56%	6%	75%	8%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

* Com canalização interna de pelo menos 1 cômodo

Tabela 7 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes com posse de bens duráveis – Comparação entre municípios rurais e urbanos, e entre as regiões Sul e Nordeste

Acesso a bens Duráveis	BRASIL				REGIÃO SUL				REGIÃO NORDESTE			
	1992		2002		1992		2002		1992		2002	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Fogão	97%	85%	99%	93%	98%	90%	99%	97%	92%	78%	96%	87%
Geladeira	81%	34%	91%	59%	87%	68%	96%	87%	61%	15%	79%	38%
Freezer	13%	9%	19%	16%	24%	34%	31%	54%	6%	1%	9%	2%
Máquina de lavar roupa	28%	8%	38%	9%	39%	23%	54%	21%	6%	1%	13%	1%

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2002

Tabela 8 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade agrícola na semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal – Brasil

Ocupação no trabalho principal	Atividade Agrícola – 1992			Atividade Agrícola – 2002		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	27,4%	36,4%	9,8%	27,4%	36,5%	9,0%
Conta própria	24,5%	31,7%	10,4%	26,1%	34,2%	9,6%
Não remunerados	27,7%	21,8%	39,2%	24,6%	17,7%	38,6%
Produção para o consumo	17,4%	5,7%	40,1%	19,2%	7,9%	42,0%
Empregadores	3,1%	4,4%	0,5%	2,7%	3,6%	0,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Tabela 9 - Classes de rendimento mensal do trabalho principal (salário mínimo) - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência

Trabalho Principal	Total	1992					2002				
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento
Homens Agrícola	100%	18,9%	22,1%	16,7%	10,4%	28,1%	17,6%	25,6%	18,5%	10,7%	26,6%
Mulheres Agrícola	100%	10,6%	5,8%	2,4%	0,8%	79,6%	8,6%	5,7%	3,3%	1,1%	81,0%
Total Agrícola	100%	16,1%	16,5%	11,9%	7,1%	45,6%	14,6%	19,0%	13,4%	7,5%	44,6%

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Tabela 10 – Peso das mulheres e homens nos tipos de ocupação agrícola e variação no período 1992-2002

Ocupação no Trabalho principal	Atividade Agrícola - 1992			Atividade Agrícola – 2002			Varição
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Mulheres
Total Atividade agrícola	100%	66%	34%	100%	67%	33%	-0,8%
Empregados	100%	88%	12%	100%	89%	11%	-1,3%
Conta própria	100%	86%	14%	100%	88%	12%	-2,1%
Não remunerados	100%	52%	48%	100%	48%	52%	3,9%
Produção para o consumo	100%	22%	78%	100%	28%	72%	-5,8%
Empregadores	100%	94%	6%	100%	90%	10%	4,3%

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Tabela 11 – Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade agrícola na semana de referência

Posição na ocupação no trabalho principal	Total	1992				2002			
		Até 14	15 a 39	40 a 44	45 ou mais	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 ou mais
Empregados	100%	0%	8%	33%	59%	1%	11%	32%	55%
Conta própria	100%	2%	21%	25%	51%	4%	25%	24%	46%
Empregadores	100%	3%	18%	18%	61%	6%	26%	16%	53%
Produção p/o próprio consumo	100%	62%	30%	4%	4%	62%	29%	5%	4%
Não remunerados	100%	6%	48%	19%	26%	11%	59%	14%	16%
Total Atividade agrícola	100%	13%	27%	21%	39%	16%	30%	20%	33%

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Tabela 12 – População residente, por situação do domicílio e sexo – Brasil

Ano	População Residente Total			População Rural		
	População Total	% Homens	% Mulheres	População Rural	% Homens	% Mulheres
1992	146 003 471	49,1%	50,9%	32 166 121	51,4%	48,6%
2002	171 667 536	48,8%	51,2%	27 223 038	52,3%	47,7%

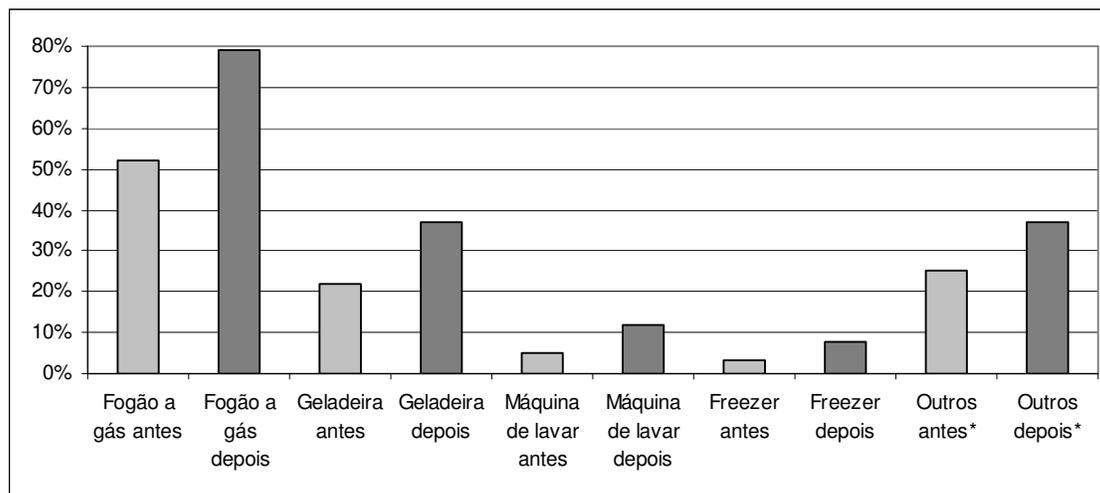
Fonte: PNADs 1992 e 2002

Tabela 13 - Quantidade de benefícios salário maternidade concedidos anualmente - clientela urbana e rural – período 1992-2003

Ano	Clientela Rural	Clientela Urbana	Brasil – Total
1992	0	15.262	15.262
1993	0	23.486	23.486
1994	7.094	32.496	39.590
1995	40.005	36.536	76.541
1996	43.106	40.817	83.923
1997	56.689	53.160	109.849
1998	87.891	57.497	145.388
1999	134.151	65.051	199.202
2000	430.704	398.452	829.156
2001	501.917	394.095	896.012
2002	539.925	455.095	995.020
Total (1992-2002)	1.841.482	1.571.947	3.413.429

Fonte: Dataprev <www.creme.dataprev.gov.br> Acesso em 10.01.2005

Gráfico 1 - Posse de bens de consumo das famílias antes e depois do assentamento



Fonte: Leite et alii 2004 – dados de campo coletados em 2000, com base em amostragem de 1.568 famílias assentadas

Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão¹

Denise Elias

Doutora em Geografia Humana pela USP (1996)

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Ceará – UECE

Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários – LEA

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)

Endereço profissional: Departamento de Geociências, Centro de Ciências e Tecnologia,

Universidade Estadual do Ceará – Avenida Paranjana, 1.700, Parangaba, 60.740-000 –

Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone: (85) 3101-9792

Endereço eletrônico: denise.elias@pesquisador.cnpq.br

Resumo

O principal objetivo deste artigo é reconhecer a dinâmica de (re) produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados do Nordeste do Brasil recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial do agronegócio e da agricultura científica pelo território do país, difundindo-se especializações territoriais produtivas. O intuito é discutir alguns dos processos que a regem e as desigualdades socioespaciais resultantes. Ao considerar que a difusão do agronegócio se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades, optamos por apresentar alguns dos impactos negativos para os elementos sociais da estrutura agrária. Sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, impondo uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a mudança das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal.

Palavras-chave: Região Nordeste; agronegócio; desigualdades socioespaciais.

Resumen

Análisis en los espacios agrícolas de la exclusión

El principal objetivo de este artículo es reconocer la dinámica de (re)producción de los espacios agrícolas de semi-árido y de los cerrados de Nordeste de Brasil, recientemente incorporado a la producción agropecuaria globalizada, como un resultado de la dispersión espacial de el agronegocio y de la agricultura científica por el territorio de el país, irradiando especializaciones territoriales productivas. La intención es debatir algunos de los procesos a que obedece y las disparidades sociales e espaciales resultantes. En la consideración que la difusión de el agronegocio ocurre de forma extremadamente excludente, aumentando las historicas disparidades sociales e territoriales, además de criar otras nuevas disparidades, hemos elegido presentar algunos de los impactos negativos para los elementos sociales de la estructura agrícola. Sobresalen, especialmente, la concentración de la estructura agraria, imponiendo una nueva dinamica a la compra y venta de la tierra, e la alteración de las relaciones de trabajo, dando forma a un nuevo mercado de trabajo agrícola formal.

Palabras claves: Región Nordeste de Brasil; agronegocio; disparidades sociales e territoriales.

Abstract

¹ O presente artigo é fruto de estudos desenvolvidos durante consecução do projeto integrado de pesquisa intitulado Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE), que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Essays about the agrarian spaces of exclusion

The objective of this article is to recognize the dynamics of the reproduction of the agrarian spaces at the semi-arid zone and the scrub lands in the northeastern Brazilian region, which have been recently incorporated to the agricultural global production, as a result of the spatial dispersion of the agribusiness and the scientific agriculture over the Brazilian territory, leading to the diffusion of productive territorial specializations. The main purpose is to discuss some of the processes which lead this dynamics and the resulting socio-spatial disparities. By considering that the diffusion of the agribusiness runs through an extremely exclusive way, enhancing the historic, social and territorial disparities, beyond bringing up some other new inequalities, we opt for presenting some of the negative impacts related to the social elements of the agrarian structure, such as the concentration of the land ownership, imposing a new dynamics on the land market, and the change of the work relationships, generating a formal agrarian labor market.

Key-words: Northeastern Region; agribusiness; socio-spatial disparities.

Introdução

O principal objetivo deste artigo é reconhecer a dinâmica de (re)produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados do Nordeste do Brasil recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio pelo território brasileiro, difundindo-se especializações territoriais produtivas. O intuito é discutir alguns dos processos que a regem e as desigualdades socioespaciais resultantes.

Como pressuposto teórico consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, a qual atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes, desde então, passam por um acelerado processo de reorganização, e mostram-se extremamente abertos à expansão dos *sistemas de objetos* e dos *sistemas de ação* (SANTOS, 1994, 1996) característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização econômica um de seus vetores principais.

Iniciamos pela contextualização da divisão territorial do trabalho agropecuário no Brasil resultante das mudanças do setor nas últimas décadas. Para isto, destacamos como a região Nordeste se insere nesta dinâmica, assim como quais são as áreas e culturas selecionadas. Da mesma forma, ressaltamos alguns dos novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao circuito superior do agronegócio, cujos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação promovem a reorganização do espaço produtivo comandada pela racionalidade do presente período histórico, imposta por empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, acirrando-se a divisão social e territorial do trabalho.

Estes novos arranjos territoriais produtivos articulam-se com a escala internacional, e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, então, os pontos luminosos do espaço agrícola nordestino, as áreas mais dinâmicas no relacionado à expansão da modernização da produção e do espaço agrícolas. Nestes, o meio técnico-científico-informacional tem substituído o meio natural e o meio técnico.

Ao considerar que a difusão da agricultura científica e do agronegócio se dão de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades, optamos por apresentar alguns dos impactos negativos para os elementos sociais da estrutura agrária. Sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, impondo uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a proletarização das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal.

Difusão do agronegócio e desintegração competitiva dos espaços agrícolas

Nos últimos cinqüenta anos, vivemos um acelerado processo de transformações de diversas naturezas, magnitudes e complexidades, caracterizando novo momento do capitalismo, o qual recebe diversas denominações e conta com diferentes interpretações, muitas vezes díspares e conflitantes entre si. Para Milton Santos, viveríamos um novo período histórico, por ele denominado de período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1979, 1985, 1988, 1993, 1996, 2000), que tem na globalização da produção e do consumo um de seus pilares.

Entre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização, há um grande processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, especialmente no grupo de países de baixa renda, historicamente classificados de Terceiro Mundo. Naturalmente com intensidades e complexidades distintas, para isto é importante a interação entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma de interação entre os novos fatores da produção e os elementos de estruturação do espaço, a resistência dos movimentos sociais etc.

Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção. Em fase desta possibilidade, a velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do atual estágio do modo de produção hegemônico no mundo.

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação passaram a se constituir nas mais marcantes forças produtivas, o homem imprimi intensa velocidade de renovação das forças produtivas e, dessa forma, passa a ter grande poder de interferência na natureza. Estas novas possibilidades modificaram radicalmente a relação homem-natureza. Desse modo, o homem, que já foi mero observador da natureza, passa a agente com profunda capacidade de interferência nela, e constrói, com grande velocidade, uma segunda natureza, uma natureza artificializada, na qual os fixos artificiais são cada vez mais numerosos.

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, erguem-se as bases materiais que propiciaram a dispersão espacial da produção. O avanço dos transportes e das comunicações tem possibilitado, nas últimas décadas, fluxos, de matéria e de informação, até então inimagináveis. Isto é tão verdade que a instantaneidade e a simultaneidade são signos do presente (SANTOS, 1996). Conseqüentemente o espaço da produção em geral, incluindo a agrícola, se amplia e inclui áreas até então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade.

As novas possibilidades de fluidez do espaço, somadas às que a revolução tecnológica vem propiciando à intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, promovem verdadeira reestruturação produtiva no setor. A partir desta reestruturação, muitos novos espaços agrícolas podem ser incorporados à produção e ao consumo agropecuários globalizados.

Mas a reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo.

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, especialmente aos que têm na relação com a terra sua principal forma de reprodução, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

A divisão territorial do trabalho agropecuário também tem se redefinido no período técnico-científico-informacional, quando as regiões Sudeste e Sul foram as primeiras a serem intensamente atingidas pelos processos de modernização em geral e formam, no dizer de Milton Santos (1986, 1993, 1996), a *Região Concentrada*. Somada à Região Centro-Oeste existem os principais espaços agrícolas alvo de transformação nos últimos quarenta anos no Brasil, a compor arranjos produtivos dominados por empresas, nacionais e multinacionais, hegemônicas dos sistemas agroindustriais.

É a Região Concentrada que, desde o início da reestruturação da agropecuária, se adapta progressiva e eficientemente aos interesses dos capitais hegemônicos, e se reconstitui à imagem do período técnico-científico-informacional, transformando-se na área com maior expansão da agricultura científica (SANTOS, 2000; Elias, 2003ab) e dos diferentes ramos do agronegócio. Hoje a *Região Concentrada* e a Região Centro-Oeste são as mais mecanizadas para a produção agropecuária moderna e aquelas nas quais o meio técnico-científico-informacional se dá com contigüidade (SANTOS, 1993), seja no espaço agrícola, seja no espaço urbano. Portanto, se expandiram com maior dinamismo e complexidade e possuem, assim, a maior composição técnica e orgânica do espaço agrícola, constituída com o conjunto técnico inerente ao novo ciclo de expansão capitalista.

No entanto, nem mesmo a Região Concentrada se apresenta homogênea. O Estado de São Paulo é o *núcleo do padrão agrário moderno* (MULLER, 1988). Tal fato pode ser comprovado, entre outros, pela pujança do seu interior, o qual gera, desde meados dos anos 1980, a segunda maior economia do país. Mas também neste Estado a reestruturação produtiva da agropecuária não se processa de forma homogênea. Algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e sistemas normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio. É o caso da região de Ribeirão Preto, a nordeste do Estado, um dos principais, se não o principal, exemplos do *Brasil agrícola moderno* (ELIAS, 1996, 1997, 2003ab), na qual se concentram os complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja.

Ao se considerar, porém, a divisão territorial do trabalho agropecuário resultante do processo de reestruturação produtiva do setor, conforme ressaltado por vários autores, poderíamos distinguir outras duas grandes regiões: a Amazônia, que comporia a fronteira agrícola, incorporada mais recentemente e de forma parcial à modernização, e a região Nordeste, considerada como a área mais resistente às transformações no conjunto de sua agropecuária. Entretanto, se a reestruturação produtiva da agropecuária e o meio técnico-científico-informacional se dão de forma contígua nos espaços agrícolas da Região Concentrada e no Centro-Oeste, aparece como manchas e pontos em todo o restante do território brasileiro, incluindo estas outras regiões.

Alguns autores (DELGADO, 1985; SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1982), quando analisam as transformações da agropecuária brasileira, apresentam a região Nordeste como um subsetor arcaico da agropecuária no país, baseada numa estrutura fundiária extremamente concentrada, na grande propriedade e na pequena exploração; no uso extensivo da terra e da mão-de-obra; na baixa capitalização, tanto por trabalhador quanto por unidade de área, com a predominância de não-assalariados e semi-assalariados, sujeitos a várias formas de dependência, com alta utilização por unidade de produto e baixo grau de integração técnica com os setores industriais componentes dos complexos agroindustriais.

No entanto, destaquemos, tais estudos foram realizados antes das novas dinâmicas socioeconômicas em processo e não puderam, portanto, considerá-las para análise. Conforme enfatizado por vários autores, hoje não existe apenas um Nordeste, mas vários, com profundas diferenciações entre si, como já mostraram, entre outros, Gilberto Freire, Djacir de Meneses (1995), Manuel Correia de Andrade (1980), Mário Lacerda de Melo (1978) e, mais recentemente, Tânia Bacelar de Araújo (1997, 1999, 2000). Na opinião desta autora, com o processo de reestruturação econômica e territorial das últimas décadas reforça-se a realidade dialética, denotando-se alguns *subespaços dinâmicos*.

Se até a década de 1980 o conjunto da agropecuária nordestina permaneceu quase inalterado, a partir de então, se vislumbra a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio

globalizado, em alguns lugares específicos dessa região. Estes passam a receber vultuosos investimentos de algumas importantes empresas do setor, difundindo-se a agricultura científica e o agronegócio.

Nesse contexto, o semi-árido, notadamente alguns dos seus vales úmidos, à semelhança dos cerrados nordestinos, que até então, de certa forma, compunham o *exército de lugares de reserva* para o agronegócio, tornam-se atrativos e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor. Ou seja, tais áreas assumem novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola.

Como temos defendido (ELIAS, 2002ab, 2003b, 2005), hoje existe acentuada dicotomia entre agricultura tradicional e agricultura científica. Mencionada dicotomia apresenta-se em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros *pontos luminosos* (SANTOS, 2000, 2001) em pleno semi-árido, especialmente em alguns dos seus vales úmidos (submédio São Francisco e baixo curso dos rios Açu e Jaguaribe), assim como nos seus cerrados, particularmente no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e no sul do Piauí.

Nas últimas duas décadas, estes espaços agrícolas do Nordeste vêm sendo afetados por intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso significa que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva e atingem fortemente algumas áreas, especializadas em determinadas culturas, corroborando para o avanço do capitalismo no campo.

Ainda nos anos 1980, o submédio do rio São Francisco foi o primeiro a viver esse processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio e hoje possui importante região produtora de frutas, voltadas especialmente para a exportação, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Da mesma forma, o oeste da Bahia, polarizado pelo município de Barreiras, foi a primeira área do Nordeste a se associar aos processos de difusão da produção intensiva de soja. Nestas áreas são visíveis as reestruturações da produção e do território, com inúmeras conseqüências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária.

Em meados da mesma década, a produção intensiva de frutas tropicais passou a ocupar o baixo curso do rio Açu, no Rio Grande do Norte, polarizada pelo município de Açu. Praticamente no mesmo período, a produção intensiva de frutas tropicais ocupa o baixo curso do rio Jaguaribe, no Ceará, região polarizada pelo município de Limoeiro do Norte. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o agronegócio globalizado passou a ocupar outras áreas do *exército de lugares de reserva* no Nordeste. Destacariamos o sul dos Estados do Maranhão e do Piauí, que sofre uma ocupação intensiva pela produção de grãos, especialmente a soja. Desde então, todas estas áreas vivem importantes transformações socioespaciais (ELIAS, 2001, 2002ab, 2003b, 2005).

A inserção dos lugares de reserva do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção agropecuária intensiva baseia-se, muito fortemente, no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas no Brasil, cujo ápice teve lugar durante o longo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), claramente de inserção passiva do país à economia e consumo globalizados. Neste período, toda a população brasileira foi submetida aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais, com o acirramento do neoliberalismo, da diminuição, se não eliminação completa, do papel do Estado como maestro de um projeto de nação.

Isto é muito claro com as privatizações desenfreadas ocorridas durante a administração de FHC. A síntese das prioridades do seu governo é encontrada nos programas Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo Ministério do Planejamento, que teve continuidade com o Avança Brasil, os quais sintetizam as prioridades de investimentos durante seu governo. Nestes, a discussão do desenvolvimento regional, de forte presença em décadas anteriores, é substituída pela discussão dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, cujo objetivo maior é atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado.

Tais eixos promovem a implantação de projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico e exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. Um projeto megalomaniaco que, embora até hoje concretizado em pequena monta, impregnou a burocracia, principalmente associada ao planejamento, utiliza e desenvolve uma verdadeira panacéia de metodologias, de estudos de viabilidade, como dos clusters, das cadeias produtivas etc.

Nestes programas, a região Nordeste foi “contemplada” com dois eixos, o Transnordestino e o São Francisco, que visam à construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos. Dois exemplos podem ser mencionados. O primeiro são os investimentos em infra-estrutura econômica: transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem), sistemas técnicos associados à eletrificação, ao saneamento, às telecomunicações.

Outro exemplo é a difusão da infra-estrutura hídrica, com grande expansão das políticas públicas inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos: construção de adutoras, canais, barragens, irrigação, programas de transposição de bacias hidrográficas, implantação de comitês de bacias hidrográficas etc. Tudo isto em vários Estados nordestinos, sendo o Ceará o principal laboratório dos novos sistemas normativos e técnicos inerentes aos recursos hídricos, cujo comando cabe ao Banco Mundial.

Os estudos de viabilidade econômica, que viraram “moda” e se multiplicaram na última década, apontaram dez atividades como as de maior possibilidade de inserção competitiva do Nordeste. Três foram escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais, o agronegócio de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programas e projetos de incentivo; e o turismo litorâneo, que teve expressivo reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Assiste-se, deste então, a radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido, notadamente sobre os seus vales úmidos, e dos cerrados do Nordeste, construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas, consideradas agora com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas possibilidades para o agronegócio globalizado, principalmente de frutas tropicais, para o primeiro bioma, e soja, para o segundo.

Neste contexto, o semi-árido e os cerrados nordestinos passam a ser considerados como frações do espaço total do planeta cada vez mais abertas às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos. Isto é ainda mais verdade no relacionado aos mercados, cada vez mais longínquos e competitivos; aos preços, geridos pelas principais bolsas de mercadorias do mundo; à pesquisa agropecuária, muitas vezes induzida pelos interesses de multinacionais hegemônicas nos respectivos ramos, e, principalmente, no referente aos centros de decisão e comando, todos localizados fora da região e mesmo fora do país.

Especialização territorial produtiva

Se o crescimento econômico é um resultado inegável da apropriação dos lugares de reserva do Nordeste brasileiro, o mesmo se pode dizer dos impactos negativos em termos sociais, territoriais e ambientais. A difusão da agricultura científica e do agronegócio, com a territorialização do capital, inclusive de importantes multinacionais, passa a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa à distribuição de terra, nem de renda para os pequenos produtores.

O principal aspecto neste item associa-se a um dos resultados destes processos. Trata-se do acirramento da dialética na organização dos espaços agrícolas considerados para análise, formando-se alguns arranjos territoriais produtivos, a contribuir para o acirramento da desintegração dos espaços agrícolas nordestinos. A fragmentação dos espaços agrícolas aumenta a diferenciação na lógica de sua organização, na qual se denota

a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos, fortalecendo as diferenças, cada vez mais complexas e devastadoras. Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica a margem desse processo. Reforça-se, dessa forma, a existência de vários Nordeste.

De acordo com Castro (1996), há duas lógicas na organização do território nordestino: uma conservadora, com base nos azares climáticos; outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, e organiza o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Na nossa opinião é possível, com base nas novas dinâmicas hegemônicas nos até então lugares de reserva nordestinos, detalhar alguns dos elementos para análise desta fragmentação, muito mais devastadora do que as preexistentes. Isto acirra a refuncionalização dos espaços agrícolas em pauta e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola, que resultam numa nova divisão territorial do trabalho agropecuário.

Deve-se destacar a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrícola. Sobressaem principalmente três grandes grupos: um inerente à agricultura familiar, à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples de mercadorias. Este, apesar da difusão do capitalismo no campo, continua a se reproduzir, como já provaram alguns importantes estudos, dentre os quais os de Oliveira (1997).

Um segundo grupo, composto pela pequena produção integrada ao agronegócio, cuja produção é comumente classificada de produção integrada, que, apesar de suas especificidades, pode ser observado em todas as áreas citadas de expansão da fruticultura. Um terceiro grupo composto por empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria. Entre os integrados, o caso da soja nos cerrados é o exemplo mais importante.

Neste item, privilegamos a compreensão dos dois últimos grupos, pois na nossa opinião nestes encontramos os espaços agrícolas luminosos do Nordeste, pontos de difusão da agricultura científica e do agronegócio, novos focos de dinamismo da economia agrícola regional, nos quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. A partir da dialética na organização dos espaços agrícolas recentemente incorporados à produção intensiva e utilizando para análise a categoria dos *circuitos espaciais da produção* proposta por Santos (1988), é possível vislumbrar vários circuitos produtivos vinculados ao agronegócio globalizado, a formar diferentes arranjos territoriais produtivos. Nestes territórios, os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Estes novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio são os novos territórios da exclusão.

Compreender os fixos e os fluxos, os sistemas de objetos e os sistemas de ação das principais empresas territorializadas nos vales úmidos e nos cerrados nordestinos, principalmente as associadas ao circuito superior da economia agrícola, buscando compreender seus *circuitos espaciais de produção* e os seus *círculos de cooperação*, é um exercício de análise que permite a síntese das estratégias de ação dos grandes conglomerados e das empresas agrícolas em geral atuantes no agronegócio, assim como do território resultante destes processos, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas.

Neste sentido, buscamos descrever a seguir, alguns dos principais arranjos territoriais produtivos associados ao circuito superior (SANTOS, 1979) do agronegócio hoje vislumbrados no Nordeste, assim como parte das relações sociais de produção existentes, bem como os agentes econômicos situados à frente de tais processos.

Um arranjo territorial produtivo seria o associado à produção de frutas que se estende do baixo curso do rio Açu (RN) ao baixo curso do rio Jaguaribe (CE). Conforme acreditamos, existe na junção destas áreas, pertencentes a dois Estados, um arranjo

produtivo associado à produção intensiva de frutas, especialmente melão, abacaxi e banana. Nesta, é possível encontrar tanto o pequeno produtor integrado, a atuar em parceria com médios empresários agrícolas, seja no baixo Jaguaribe, seja no baixo Açu, até uma única empresa multinacional dominando todas as etapas do processo produtivo.

A produção integrada baseia-se, especialmente, no compromisso por parte dos empresários, no oferecimento de assistência técnica, com vistas ao incentivo ao uso de novas tecnologias, para a melhoria da produtividade; na compra conjunta de insumos, no intuito de reduzir os preços e, principalmente, no fortalecimento da participação na comercialização da produção. Neste caso, os empresários, responsáveis pelas chamadas “parcerias”, ficam com um percentual sobre o montante auferido com as vendas da produção o seu “parceiro”, mas se ocorrer algum fato que inviabilize a comercialização, este não terá nenhum prejuízo, pois faz apenas a intermediação da comercialização e não a compra do produto para posterior revenda.

Amplia-se, assim, o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expulsos pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, as quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. Esta subordinação se dá por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção. Considerando alguns dos parceiros participantes desta relação, parece-nos possível afirmar que, entre as conclusões possíveis, está se reproduzindo a sujeição formal, mencionada por Martins (1990).

Para ilustrar, podemos dar um dos principais exemplos deste tipo de circuito produtivo existente na região do baixo Jaguaribe, no Ceará. Um dos mais importantes empresários agrícolas a investir na região na última década, de origem e vivência urbanas, vem consolidando uma posição de destaque na produção regional de frutas. Instituiu um programa de parceria que oferece assistência técnica, incentiva o uso de novas tecnologias e garante a venda da produção dos seus parceiros. Desse modo, fortalece sua presença no setor da comercialização e no de fornecimento de insumos industriais para a agricultura. É responsável pela difusão, na região, de técnicas de produção mais modernas, por investir em mão-de-obra especializada, por adotar a informatização de parte de seu processo produtivo etc. Este empresário é um dos precursores na adoção destas novas formas de relação com os pequenos produtores e tem conseguido bons resultados na distribuição da produção, no mercado local e regional². Hoje mencionado empresário consegue aglutinar a produção de cerca de cinquenta produtores, alguns já pequenos empresários agrícolas, localizados não só no município sede de sua empresa (Limoeiro do Norte), mas também em outros municípios vizinhos. Oficialmente, seus estabelecimentos agrícolas, localizados dentro de um perímetro irrigado público entre os que já nascem inseridos no Novo Modelo de Irrigação, somam cerca de 25 ha³, e a área total de produção dos seus parceiros concentra perto de 500 ha⁴. Este e outros tipos de parceria também são bastante presentes no baixo Açu.

Em relação ao mesmo arranjo territorial produtivo, devemos destacar, também, a forte presença da multinacional Del Monte, uma das três principais empresas do setor de frutas do mundo. Após extensa pesquisa sobre o melhor local para implantação de uma nova unidade produtiva na América Latina, instalou-se na área em meados da década de 1990. Em poucos anos, introduziu significativas mudanças quanto aos vários aspectos da

² De acordo com informações obtidas durante trabalho de campo, a principal fruta produzida é a banana. Ele chega a comercializar 350.000 quilos por semana.

³ A quantidade de terras sob seu poder é bem maior, já que se utiliza do nome de outras pessoas para a oficialização das negociações com as terras dentro do perímetro irrigado, porquanto as leis que regem o funcionamento não permitem determinadas negociações de terra, pois a propriedade ainda é do Estado, no caso, na figura do Dnocs.

⁴ Vale destacar que este empresário, ao contrário de outros que têm se estabelecido na região do baixo Jaguaribe, é cearense e reside na capital, Fortaleza. Da mesma forma, vale citar que a acumulação original de seu capital não se processou no setor, Isto já demonstra algumas das transformações da agropecuária do Estado.

produção, difundindo a agricultura científica e o agronegócio de frutas tropicais. Assim, juntamente com a racionalização do espaço agrícola, instala-se uma nova dinâmica seja no tocante às relações de trabalho, com significativa participação na difusão do mercado de trabalho agrícola formal, seja quanto à dinâmica do mercado de terras, cujo preço vem crescendo geometricamente desde sua chegada. No vale do Açu, produz principalmente banana, de modo especial no município de Ipanguaçu, enquanto no vale do Jaguaribe sobressai com a produção de melão, no município de Quixeré, e de abacaxi, no município de Limoeiro do Norte.

Sua produção é quase totalmente verticalizada, pois todas as etapas desta estão sob sua realização. Além da terra e da mão-de-obra, poucas outras relações são estabelecidas nos lugares nos quais está instalada, uma vez que pouco interage com os poderes locais; praticamente ignora por completo a legislação ambiental e, em parte, a trabalhista; traz de fora do país quase todo o pacote tecnológico utilizado na produção, assim como parte da mão-de-obra especializada; exporta quase toda a produção, e deixa para o mercado local somente o refugo, que não tem o padrão exigido pelo mercado externo⁵.

Na nossa opinião, o circuito produtivo da fruticultura comandado pela Del Monte neste arranjo territorial produtivo produz muito mais verticalidades do que horizontalidades, como pode ser verificado pelo fraco dinamismo da economia urbana de Ipanguaçu ou mesmo de Açu, cidade que polariza a região, na qual reside uma parte dos trabalhadores especializados da empresa. Entre algumas das mais notórias horizontalidades, poderíamos citar o fluxo de funcionários especializados a ocorrer diariamente entre Açu e Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte, e Quixeré e Limoeiro do Norte, no Ceará. Isto reforça nossa hipótese da formação de um arranjo territorial produtivo inerente à fruticultura, composto pelas áreas produtoras dos dois Estados, cuja hegemonia pertenceria a Del Monte.

Outro arranjo territorial produtivo é o composto pela região polarizada pelos municípios de Juazeiro (PE) e Petrolina (BA), também associado à produção de frutas tropicais, com objetivo principal de exportação. Este seria, na verdade, o primeiro arranjo territorial produtivo a se formar no Nordeste inerente ao agronegócio da fruticultura. O grande destaque neste caso, no referente aos principais agentes transformadores do espaço agrícola, é a forte presença do Estado. Esta é corporificada pela Codevasf, na organização dos sistemas técnicos e normativos, pois a produção desta área se baseia predominantemente na construção dos perímetros irrigados públicos, principalmente o Nilo Coelho⁶, até hoje o mais importante entre todos os existentes na área.

Neste caso, desde cedo, a produção de frutas se deu marcadamente pela associação entre os colonos irrigantes e as empresas agrícolas, multiplicando-se os exemplos de “parcerias”. Hoje, são cerca de trinta empresas atuantes dentro do próprio perímetro, as quais trabalham integradas ou não com o pequeno agricultor. Neste modelo, merece destaque o domínio da comercialização por parte dos donos dos *packing houses*, responsáveis, por exemplo, por 70 % da manga exportada produzida por pequenos produtores do perímetro. A Valexport, que congrega 55 empresários associados, neles envolvidos os proprietários dos *packing houses*, detém a hegemonia da comercialização, especialmente da exportação.

Acreditamos que os processos que ocorrem no baixo Jaguaribe e em Juazeiro/Petrolina apresentam vários pontos de conexão, embora deva ser resguardada a questão de escala entre as duas regiões, assim como o intervalo de tempo para a difusão dos processos, uma vez que no baixo Jaguaribe é mais recente e se encontra em estágio menos complexo e avançado de capitalização e organização empresarial. Em contrapartida, em ambas é nítida a presença do Estado no papel de maestro da construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc. Entre as mais fortes especificidades da presença do Estado está sua condição

⁵ Mais recentemente, outro ramo do agronegócio vem se difundindo nas duas áreas citadas do semi-árido, o da carcinicultura, notadamente da produção de camarão em cativeiro.

⁶ Sobre o assunto pode ser lida a dissertação de Alcindo José de Sá.

de proprietário da terra dos perímetros. No baixo Jaguaribe o Estado como agente produtor do espaço agrário está representado pelo Dnocs e em Petrolina/Juazeiro pela Codevasf.

Um terceiro arranjo territorial produtivo bastante específico é o associado à produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, isto é, a difusão do que muitos chamam de “modelo do Centro-Oeste”. Abrangia inicialmente o oeste da Bahia, posteriormente se estendeu para o sul do Maranhão e sul do Piauí. Predomina a produção da soja, embora outras culturas também mereçam destaque, como o algodão, o arroz, o milho, o café, entre outras. Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge.

Neste arranjo produtivo, estas duas multinacionais comandam a produção de soja por parte de centenas de médios e grandes empresários agrícolas. Apesar de não atuarem na produção agrícola diretamente, dominam a produção por meio da compra e da moagem do grão, compondo um tipo específico de parceria no qual o principal elo de dependência entre os empresários agrícolas e as agroindústrias se dá pelo empréstimo de capital que estas fazem aos primeiros. Ou seja, as agroindústrias adiantam o capital da compra da produção no período do plantio, substituindo as instituições financeiras no fornecimento de capital de custeio. Com isto, praticamente tornam os empresários agrícolas, aos quais chamam de “clientes”, seus fornecedores exclusivos, e garantem a matéria-prima para a produção⁷.

Este circuito produtivo promove não só verticalidades, mas também inúmeras horizontalidades. Poderíamos citar a quantidade de empresários agrícolas envolvidos no processo, migrantes de áreas onde a modernização da agricultura se processou em décadas anteriores, como do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na sua grande maioria. Associada à difusão da soja nos cerrados do Nordeste, dá-se uma série de transformações na dinâmica populacional, sendo a chamada migração de “gaúchos” um dos principais fatos a considerar para análise⁸; na economia urbana, que passa a crescer de forma bem distinta do até então ocorrido, com grande destaque para o crescimento dos setores inerentes ao consumo produtivo, ou seja, o consumo associado às demandas da agricultura científica e do agronegócio, mas também ao consumo consumptivo, associado às demandas dos migrantes descendentes, que impõem seus padrões de consumo às respectivas áreas, que serão, em parte, atendidos localmente. O nível de renda destes empresários ligados ao complexo agroindustrial da soja acaba também sendo um importante propulsor da economia urbana.

Estes seriam, então, alguns dos novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio no Nordeste brasileiro, que promovem distintos circuitos espaciais da produção agrícola, nos quais os elementos da organização do espaço são comandados pelos sistemas técnicos e sistemas de ação do presente. Nestes, o território e a economia estão articulados com a escala internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, pois, os pontos luminosos do espaço agrário do semi-árido e dos cerrados nordestinos, as áreas mais dinâmicas quanto à expansão da modernização da produção e do espaço. Nestas, o meio técnico-científico-informacional tem rapidamente substituído o meio natural e o meio técnico.

⁷ Em certos aspectos, notadamente no relacionado ao adiantamento do capital na época do plantio, que na verdade se constitui na compra antecipada da produção, apresenta características similares ao verificado no setor de suco concentrado de laranja no Estado de São Paulo, quando da instalação da primeira agroindústria de suco concentrado, no município de Matão (Citrosuco), principal forma de compra da laranja durante cerca de duas décadas, tendo propiciado a formação de uma classe média de empresários agrícolas.

⁸ Os chamados “gaúchos”, que são também paulistas, paranaenses, entre outros, normalmente já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas, constituindo, muitas vezes, a terceira ou a quarta geração, os primeiros a iniciarem o processo migratório, muitas vezes seus pais, avós.

Especulação fundiária

Entre os impactos negativos mais marcantes e presentes nas áreas consideradas para análise está o processo de prevaência da concentração fundiária e do latifúndio, com destaque para uma forte oligopolização do espaço agrícola, e agravamento da privatização da terra e da água. Ou seja, é cada vez mais difícil o acesso aos dois principais fatores de produção da agricultura pela maior parte dos pequenos produtores. Se no Brasil o acesso privado à terra está regulado por lei desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, aspecto reforçado com a promulgação do Estatuto da Terra, na década de 1960, parece-nos que este passa a acontecer com os recursos hídricos desde a última década do século XX.

Isto denota, também, o acirramento do mercado de terras como outro problema existente, qual seja, o aumento dos seus preços, contrariando ainda mais as aspirações por uma reforma agrária. Esta tem, agora, seu processo mercantilizado, com a substituição da desapropriação pela compra da terra. Com a difusão dos sistemas técnicos e das políticas públicas voltadas a organizar as condições econômicas e de infra-estrutura para o agronegócio da fruticultura e de grãos, as terras passam por forte processo de aumento de preços. Tal processo acirra o mercado de terras, e as torna cada vez mais caras e inacessíveis aos agricultores, que passam, cada vez mais, a ter a sobrevivência mediada por relações monetarizadas, em virtude de não terem mais condições de produzir a própria alimentação e muito menos de gerar renda complementar.

Conforme evidenciam as características da incorporação do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção e ao consumo agropecuário globalizados, a prevalência da concentração fundiária continua sendo uma realidade extremamente presente, em pleno século XXI, juntamente com outros dos seus traços estruturantes, aumentando sobremaneira a expropriação e a expulsão de agricultores que não detêm a propriedade da terra (meeiros, antigos parceiros, pequenos arrendatários).

O baixo preço da terra está entre os fatores inicialmente atrativos das áreas consideradas para análise. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço da terra. Hoje, embora tenha se instalado uma nova dinâmica do mercado de terras em todos os pontos luminosos do espaço agrícola nordestino, nos quais já se observa claramente a forte presença de especuladores, brasileiros e estrangeiros, algumas destas áreas ainda possuem preços muito mais baixos do que as áreas onde a capitalização do campo é mais antiga e complexa.

Entre os exemplos desta nova realidade colhidos em processo de trabalho de campo, alguns casos merecem destaque. Citemos um exemplo observado na cidade de Uruçuí, que disputa com a de Bom Jesus o título de “capital da soja” nos cerrados do Piauí⁹. Segundo gaúcha residente há dois anos no município de Uruçuí, a família tinha 100 ha de terra no Rio Grande do Sul. Venderam a terra e parcelaram o pagamento em quatro vezes, somente com a primeira parcela compraram 1.000 ha em Uruçuí, ou seja, apenas com um quarto do capital adquiriram uma propriedade em Uruçuí dez vezes maior do que a do Rio Grande do Sul. No oeste da Bahia e demais áreas dos cerrados nordestinos, a terra ficou muito cara; chegou a aumentar até setenta vezes desde a década de 1970 até hoje.

São inúmeros os exemplos em todas as áreas consideradas para estudo. Ainda segundo a entrevistada anterior, que já ocupa posição de destaque no Sindicato dos Produtores Rurais de Uruçuí, assim como junto ao Sebrae, “o valor da terra triplica todo ano”¹⁰. Não são poucos os depoimentos que afirmam ser o maior ganho do agricultor não a produção em si, mas a “valorização” da terra. Ainda de acordo com informações, as “sobras” de capital são utilizadas, principalmente, para a compra de novas terras.

⁹ Vale destacar que a esmagadora multinacional Bunge está instalada no município de Uruçuí (PI).

¹⁰ Em Janeiro de 2005, o preço médio do hectare equivalia a trinta sacas de soja e o preço desta, naquela ocasião, oscilava entre R\$ 28 e 32.

Da mesma forma, em algumas áreas o processo de regularização fundiária é bem mais recente. Merecem destaque as áreas do sul do Maranhão e do Piauí, nas quais a violência é a regra. São recorrentes as narrativas quanto aos conflitos de terra. A procuradoria jurídica tem efetuado algumas fiscalizações sobre os cartórios, em fase da dinâmica do mercado de terras. Conforme observado, muitas das terras dos cerrados piauienses são devolutas. Os entrevistados citam de diferentes formas os problemas inerentes à regularização fundiária, e mencionam exemplos de grilagem “disfarçada”, “desonestidade dos cartórios”, “superposição de escrituras”, interseção de terras, disputas acirradas entre vizinhos. Fala-se mesmo da existência de uma “indústria da grilagem”, imperando a “regularização fundiária a facção”, com muitos conflitos fundiários marcados por mortes. Também são vários os depoimentos segundo os quais, no sul do Piauí, a estrutura fundiária chega a ter “oito andares”.

Poderíamos arriscar uma periodização do processo de regularização fundiária dos cerrados nordestinos que hoje apresentam expansão da soja, onde até então a função de “refrigero”, a agricultura para o autoconsumo e a pecuária extensiva eram predominantes. A década de 1970 surge como um marco no qual a grilagem campeou no espaço agrário. Toda a região conheceu um ciclo de violência contra os camponeses, notabilizando-se pela expulsão, grilagem, queima de casa etc. Muitos “geraiseiros”, que viviam em equilíbrio com a natureza, foram expulsos ou mortos. Nos cerrados baianos, a construção e asfaltamento da BR-242 é um signo deste processo.

Outro momento pode ser caracterizado na década de 1980, com a chegada dos migrantes sulistas. Neste a regularização fundiária deu-se de forma distinta da primeira fase, e se caracterizou pela hegemonia da denominada violência não criminalizada, como a do desvio da água, da presença ostensiva dos agentes de financiamento para os empresários, da difusão de “empresas colonizadoras”, entre outros. Vale destacar que a ocupação do oeste da Bahia se deu primeiramente à ocupação do sul do Maranhão e do Piauí, portanto, há uma diferença de mais de dez anos entre os processos primeiramente considerados para a região de Barreiras e as demais áreas de expansão da soja.

Exemplo de uma dinâmica distinta do mercado de terra é o que vem ocorrendo no município de Ipanguaçu (RN), onde se localiza uma das principais porções de terra da multinacional Del Monte, na qual ela realiza sua produção de banana. Desde a chegada desta empresa à região, em 1993, intensificou-se a negociação de terras e estabeleceu-se uma dinâmica de compra e venda completamente distinta da preexistente. Hoje, no município, existe um processo oligopsônico no referente à propriedade da terra, considerando que a Del Monte é proprietária de uma parte significativa do total das terras agrícolas do município. São cerca de 8.000 ha se somarmos as terras em Ipanguaçu e em municípios vizinhos. No Ceará, a empresa já possui 7.000 ha. Se lembrarmos que o baixo Açu e o baixo Jaguaribe são áreas contíguas e compõem um só arranjo territorial produtivo, o peso da empresa no processo de concentração fundiária é ainda mais forte.

Sobre este assunto, estudo interessantíssimo foi realizado por Albano (2005). Em pesquisa inédita junto ao cartório do município de Ipanguaçu, a qual revela a dinâmica do mercado de terras implantado no baixo Açu, desde a chegada da Del Monte. Depoimentos colhidos pelo autor junto à proprietária do cartório de Ipanguaçu mostram como, nos últimos três ou quatro anos, após cerca de dez anos de intenso processo de compra de terras por parte da Del Monte, a negociação com terras diminuiu e é muito pequena hoje. Naturalmente, tal fato associa-se, seja pela pouca oferta de terras existentes para venda, já que todas estão apropriadas, seja pelo alto preço por ela alcançado.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o processo de concentração fundiária se acirra na região, desde a construção da barragem Armando Ribeiro, concluída em 1983, que perenizou o rio Açu e propiciou novas perspectivas para a agricultura. Desde então, desencadeou-se o interesse de grupos empresariais atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação na região de Ipanguaçu e Açu, já então para a produção de frutas, processo evidenciado ainda na década de 1980. Pelas afirmações do autor, podemos concluir que é neste momento que se intensifica o processo de territorialização do capital no campo, pois o predomínio da pessoa física até então existente no processo de compra e

venda das terras passa a ser rapidamente substituído pelo da pessoa jurídica, de origem exógena a Ipanguaçu ou mesmo à região de Açu. Mas, como também fica evidente no estudo supracitado, é com a chegada da Del Monte, na primeira metade da década de 1990, que a reorganização produtiva do território e a concentração fundiária se dão com grande velocidade.

Com os regimes de exploração da terra estão diretamente associados à propriedade da terra, o acirramento da territorialização do capital nos espaços agrícolas considerados é concomitante a diminuição da exploração indireta, com a gradativa diminuição da cessão da terra pelo proprietário com a obtenção de rendas pré-capitalistas, como a da divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, tão freqüentes até aquele momento.

Reorganização das relações de trabalho

O estudo do mercado de trabalho agrícola formal nos ajuda a melhor compreender como vêm se dando as mudanças nas relações sociais de produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo rebate de forma incontestada no modo de organizar e gerir o trabalho. Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, torna-se imprescindível compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária das áreas consideradas para estudo, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores assalariados no campo representa a materialização do movimento do capital.

Como exemplo dos processos de transformações das relações sociais de produção observados nas áreas em estudo, utilizaremos dados para a região do baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento do processo de expansão do mercado de trabalho agrícola formal, promovida pela reestruturação produtiva da agropecuária. Nossa tentativa visa compreender algumas das vicissitudes das novas formas de trabalho agrícola, em especial associadas ao que Santos (2005) chamou de *agrícola não rural*, ou seja, aquele que já foi expropriado dos meios de produção, que mora na cidade, mas trabalha no campo. Para alguns pesquisadores, este é o signo do proletário agrícola.

A existência de um mercado de trabalho formal no setor agropecuário dos vales úmidos do semi-árido, assim como dos cerrados, é muito recente. Dos respectivos contingentes totais da População Economicamente Ativa dos Estados aos quais pertencem cada uma das áreas, principalmente no Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, uma parcela significativa permanece, ainda hoje, ligada às atividades agropecuárias. No entanto, deve-se destacar a predominância da agricultura familiar, voltada ao autoconsumo ou a produção simples de mercadorias, o que contribui para expor um quadro de condições pouco dinâmicas associadas ao mercado de trabalho agrícola.

Como resultado da expansão do agronegócio, responsáveis pela difusão de um novo modelo de produção agropecuária, fazendo destas áreas pontos de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vêm sendo transformado. Desse modo, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990.

Entre as fontes de informação sobre o mercado de trabalho segundo municípios sobressai o acompanhamento do emprego formal, com carteira assinada, realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Com base nessa fonte, é calculado o estoque de mão-de-obra empregada, divulgado pelo ministério por meio do Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS), que permite visualizar a situação de cada município quanto ao emprego de mão-de-obra via estoque anual de trabalhadores.¹¹

¹¹ Agradeço a Juscelino Eudâmidas Bezerra que, como meu orientando de Iniciação Científica, foi responsável pelo trabalho de construção do banco de dados inerente ao mercado de trabalho agrícola formal, a partir dos dados do Ministério do Trabalho. Juscelino contou com uma bolsa da

Ao utilizar tal fonte para um detalhamento do caso cearense, é possível observar que, tomando o Estado como um todo, o estoque total de empregos formais praticamente dobrou (93 %) entre os anos de 1985 e 2002, e passou de um estoque de 8.379 para 16.148 empregos no período. Deste total, a região do baixo Jaguaribe concentrava o inexpressivo percentual de 0,62 % no primeiro ano, passando para 18,08 % no segundo ano considerado para análise, ou seja, subiu de 52 para 2.921 o número total de empregos formais na agropecuária. Essa concentração reforça a idéia da importância do crescimento da agropecuária desta região. A base de dados Caged aponta para uma tendência de crescimento do emprego formal na região em relação ao Estado como um todo, uma vez que o número de admissões de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária na região chegou a 34 % do número total de admissões no setor. A análise do estoque de empregos formais na agropecuária distribuído no baixo Jaguaribe, segundo seus municípios, mostra que em 2002 somente um município (Quixeré)¹² concentrava sozinho cerca de quatro quintos (81,5 %) deste contingente.

Entretanto é nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré onde vêm se instalando, ao longo da década de 1990, algumas médias e grandes empresas agrícolas associadas ao agronegócio da fruticultura, as quais promovem grande impulso à atividade agrícola. Vale lembrar, também, que é nestes dois municípios onde se encontra instalada a Del Monte no Estado do Ceará.¹³

Os dados referentes ao ano de 2002 revelam um crescimento, assim como uma nova territorialização do mercado de trabalho agrícola formal, que obedece ao presente momento de organização do espaço agrícola regional. Estas características estão em sintonia com a recente dinâmica da agricultura baseada na reestruturação produtiva da atividade agropecuária. Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico.

Como podemos observar seja na análise de dados da fonte supracitada, seja em trabalho de campo, as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado de trabalho formal total da região. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

Outra característica a ser destacada é a do tamanho dos estabelecimentos, por quantidade de empregados. De maneira geral, em todos os anos analisados (1985, 1995, 2002) e para todo o Estado do Ceará, há predominância dos estabelecimentos com até quatro empregados, sendo expressivo o número de estabelecimentos que não possui nenhum emprego formal. No baixo Jaguaribe, são 55 os estabelecimentos que registravam empregos formais na atividade agropecuária, no ano de 2002, contra os quatro em 1985 e os 26 em 1995. No ano de 1985, dos quatro estabelecimentos com empregados formais, somente um empregava de vinte a 49 empregados¹⁴. Todos os demais ficaram abaixo desta faixa.

Realidade bastante distinta registrou-se em 2002, quando sete estabelecimentos possuíam mais de cinquenta empregados. Deste total de estabelecimentos, três registravam de 100 a 249 empregados¹⁵. O grande destaque foi o município de Quixeré, que possuía uma empresa, por dedução a Del Monte, com mais de 1.000 empregados, realidade até então jamais registrada, seja na região do baixo Jaguaribe, seja no Ceará como um todo, já

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Agradeço, também, a esta instituição.

¹² Vale lembrar que a região do baixo Jaguaribe considerada para a análise dos dados é formada por dez municípios.

¹³ Entre as outras empresas de destaque, citaríamos, em Quixeré, as empresas J.S. Sallout, Melão Doçura e Frutacor; em Limoeiro do Norte: Faego, Banago, Agrofrut, Frutacor e Asfruta.

¹⁴ No município de Morada Nova.

¹⁵ Um no município de Jaguaruana, um no de Limoeiro do Norte e um no de Quixeré.

que esta empresa com mais de 1.000 empregados é a única em todo o Estado. Concentrava, então, cerca de 51 % dos empregos formais existentes em todos os setores econômicos e 69 % dos empregos formais no setor agropecuário do município de Quixeré, assim como 10 % do total de empregos formais no setor da agropecuária em todo o Ceará¹⁶.

Os dados supracitados, por si só, corroboram nossa hipótese de que as mudanças ocorridas na atividade agropecuária no baixo Jaguaribe vêm promovendo a organização de um mercado de trabalho agrícola formal na região, na qual, até muito recentemente, desconhecia-se tal realidade.

Mencionada empresa vem se dedicando à produção de frutas, sendo o melão seu carro chefe no baixo Jaguaribe. As determinações exógenas predominam na organização da produção desta empresa, notadamente no mencionado aos mercados, já que o objetivo maior da produção é a exportação, principalmente para os mercados europeu e norte-americano. Os ciclos produtivos do melão, principal cultura não só da Del Monte, assim como de outras importantes empresas na região, nos ajuda a melhor compreender algumas das variações no percentual de admitidos no setor agropecuário no baixo Jaguaribe, pois uma das características do mercado de trabalho agrícola é a sazonalidade, dada pelas diferentes demandas de trabalho durante o processo produtivo, considerando o ciclo produtivo das culturas.

O ápice da geração de empregos no ciclo do melão é o segundo semestre, quando se realiza a colheita do fruto, fase conhecida pelo maior uso da força de trabalho. Hoje, o melão lidera as exportações de frutas no Ceará¹⁷. De acordo com informações do Caged, sobre os dados do total de admitidos no setor da agropecuária no baixo Jaguaribe, no ano de 2003, considerando o primeiro e o segundo semestres, é notório o destaque do segundo semestre no número de admitidos, 3,5 vezes maior do que no primeiro semestre (respectivamente 2.682 contra 736 admitidos). Do total de admitidos em toda a região, 89 % concentraram-se no município de Quixeré.

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todas as áreas em análise é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor, mas o mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, veterinário, administrador agrícola etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola.

Para a análise dos impactos do atual processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola, não podemos deixar de considerar “o fato de que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam de uma vez os traços materiais do passado, obrigando a considerar as fases respectivas de instalação de novos instrumentos de trabalho e de criação de novas relações de trabalho, já que em cada fase, as relações sociais de produção não são da mesma natureza” (SANTOS, 1988). Desse modo, é necessário considerarmos o contexto no qual as relações de trabalho foram geradas a partir do conhecimento da sua história, uma vez que o trabalho é historicamente produzido e, portanto, mutante com a história humana. Nosso propósito foi indicar alguns elementos próprios desta construção histórica. Para isto, tentamos focalizar as principais dinâmicas nas relações de trabalho ao invés de oferecer uma visão limitada, fixa no tempo e no espaço, visto não se tratar de algo linear onde se pode demarcar o seu início e o seu término, pois os processos não são estanques, mas interligados.

¹⁶ O Estado do Ceará é composto por 184 municípios.

¹⁷ Conforme dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Ceará (Seagri), do total das exportações de frutas realizadas pelo Estado, no ano de 2003, 84 % foram da cultura do melão.

A presença do trabalhador assalariado temporário não somente representa a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano. Dessa forma, entre os trabalhadores agrícolas assalariados temporários, deve-se distinguir aquele que detém apenas sua própria força de trabalho, o bóia-fria, residente na cidade, que se desloca diariamente para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daqueles que ainda possuem uma pequena propriedade de terra, na qual residem com a família. Aqueles, como não conseguem auferir a subsistência, vendem sua força de trabalho durante algumas épocas do ano, especialmente para as empresas agrícolas mais dinâmicas.

O trabalhador agrícola assalariado é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário, em diferentes momentos do processo produtivo. Ele, na maioria dos casos, reside nas periferias de cidades locais e médias, e compõe o que Santos (1988) chamou de o agrícola não rural. No município de Quixeré já existe um bairro periférico (Lagoinha) habitado quase exclusivamente por trabalhadores agrícolas temporários.

A década de 1980 marca a eclosão de inúmeros estudos sobre vários aspectos da modernização da agropecuária brasileira. Para Graziano da Silva (1981, p. 118), um dos que escreveram sobre o progresso técnico e as relações de trabalho na agropecuária, o trabalhador agrícola temporário é, fundamentalmente, “um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente”. Na opinião de Andrade (1979), desde a intensificação do capitalismo no campo, a contínua proletarização do trabalhador rural é o fato mais marcante do meio rural brasileiro.

Mostra-se, também, um acirramento da divisão territorial e social do trabalho, e o mercado de trabalho agrícola regional já evidencia certa hierarquização, e apresenta numa de suas pontas o trabalhador especializado, de origem e vivência urbanas, que passa a ser o assalariado permanente nos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital.

Apesar da expansão do mercado de trabalho agropecuário formal, materialização da proletarização do trabalho agropecuário, esta convive com as antigas características ligadas às formas clássicas de relações de trabalho no semi-árido. Neste ponto, é importante lembrar as contribuições de Oliveira (1995) e Martins (1990), segundo os quais, o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, pois cria relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas. Nas áreas em estudo, existem as duas situações a conviver lado a lado, ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado e o familiar. São contundentes, assim, as evidências quanto à expansão do mercado de trabalho agropecuário formal que, na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado, encontra o sustentáculo também das relações de produção não capitalistas no campo.

De acordo com estudo mais aprofundado, ainda inédito, realizado por Alexandra Muniz (2004) sobre as relações de trabalho na região do baixo Jaguaribe, a abertura desta região à competição global somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva trouxe consigo um conjunto de transformações sobre o trabalho agrícola.

Tal estudo nos permite vislumbrar algumas das particularidades da dinâmica do trabalho agrícola na região do baixo Jaguaribe, sintetizadas a partir da exposição de alguns aspectos, tais como: difusão da racionalização do processo de trabalho; redução do tempo de produção, com a utilização de um conjunto de inovações tecnológicas e práticas modernas de produção; aumento da produtividade do trabalho; aumento do tempo de não trabalho para os trabalhadores de baixo nível técnico-educacional; intensa exploração da força de trabalho; aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho; mudança na

estrutura profissional com novas categorias de trabalho; maior diferenciação, complexidade e segmentação da classe trabalhadora; crescente oferta de emprego para profissionais qualificados (trabalhadores assalariados permanentes); aumento da demanda por força de trabalho não qualificada ou semiquilificada em determinadas fases do processo produtivo; ampliação da divisão social e territorial do trabalho; representatividade dos trabalhadores comprometida (redução dos índices de sindicalização); debilitação político-ideológico da perspectiva de classe social; crescimento do mercado de trabalho formal; intensa mobilização da força de trabalho (desterritorialização e simultânea reterritorialização); crescimento da terceirização nas empresas agrícolas.

Considerando que o processo em curso ocorre de forma parcial, heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, pois alguns municípios da região são mais intensamente atingidos, mesmo nestes municípios, esse processo não se dá homogeneamente, é notória uma segregação dos espaços da produção. Embora novas oportunidades de trabalho estejam surgindo com o cultivo de frutas, cujas variedades geneticamente modificadas permitem uma produção quase contínua ao longo do ano agrícola, estas não são suficientes para empregar o contingente de mão-de-obra desempregada com as mudanças no processo produtivo. Portanto, a tendência é essa situação se agravar cada vez mais com o crescimento da população em idade ativa.

Diante disto, vislumbramos um cenário pouco promissor para o trabalhador com saberes e fazeres histórica e empiricamente construídos, mas sem domínio do conhecimento técnico-científico. A exclusão deste trabalhador de alguns ambientes de trabalho já se mostra, tendo em vista que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos vem se intensificando rapidamente, provocando o desemprego tecnológico, que é estrutural e não depende de uma situação conjuntural desfavorável momentaneamente.

Embora temporário, o trabalhador agrícola assalariado, ao mesmo tempo em que representa as novas relações de trabalho nos espaços agrícolas de reserva, reproduz a pobreza e a exclusão das velhas relações. Assim, nos espaços agrícolas onde a reestruturação ainda não chegou, nos espaços não selecionados para receber os investimentos produtivos modernos, permanece o predomínio das relações de trabalho não capitalistas, para as quais o trabalho com a terra tem como objetivo principal a subsistência da família ou a produção simples de mercadorias. Estes dados revelam algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo no espaço agrário em análise, cujos reflexos têm sido sua própria fragmentação. No referente às relações de trabalho, a formação de um mercado de trabalho agrícola formal e novas formas de subordinação dos agricultores familiares aos processos modernos de produção agrícola são evidentes.

A expansão ou mesmo a formação do mercado de trabalho agrícola formal também deve ser considerada para análise. Esta passa a apresentar certa hierarquização, tendo, num lado, o trabalhador agrícola não especializado, que passa muitas vezes a residir na cidade e sazonalmente trabalhar no campo a partir do momento de maior demanda do ciclo produtivo. Numa outra ponta desse mercado de trabalho em expansão, existem os trabalhadores especializados, ou seja, a mão-de-obra cuja demanda é aumentada nas áreas de modernização da atividade agropecuária (o veterinário, o administrador, o especialista em engenharia genética, o técnico agrícola, o agrônomo etc.). Uma gama de novas profissões, ou antigas que se reformulam, compõem a mão-de-obra especializada para a modernização da atividade agrícola.

Portanto, de um lado, existe, o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, que mora na cidade e trabalha no campo, denominado de *trabalhador agrícola não rural* (SANTOS, 1988), e o trabalhador especializado, permanente em sua grande maioria, que atende às demandas prementes do agronegócio. Engana-se, porém, quem imagina ter cessado a expansão das formas não capitalistas. Tais formas, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Como tanto o trabalhador braçal quanto o especializado residem, em grande parte, nas cidades, aumenta o processo de urbanização.

A difusão da fruticultura no baixo Jaguaribe é o ponto-chave para entendermos o novo padrão produtivo nesta região e, conseqüentemente, o mercado de trabalho agrícola,

que agora hierarquiza o quadro de contratações formais no setor da agropecuária. O município de Quixeré, por exemplo, está ligado à lógica globalizada de produção e consumo de frutas tropicais. Dessa forma, como pudemos confirmar durante a pesquisa de campo neste município, houve uma queda da área plantada e da produção de alimentos voltados para o consumo local. Estes produtos foram substituídos por frutas para a exportação, como o abacaxi, a banana, a goiaba e, em especial, o melão, e a mudança no produto cultivado muitas vezes vem acompanhada da mudança do tipo de produtor, pois quem domina a cadeia produtiva de frutas são os empresários com experiência no ramo. Eles incorporam, cada vez mais, um maior número de terras dos produtores locais e passam a investir na região, o que evidencia também a migração dos agentes produtores do espaço para este novo lócus de valorização do capital. A evolução da produção do melão é paralela à chegada das empresas agrícolas no baixo Jaguaribe. De acordo com dados do IBGE, no ano de 1999, o município de Quixeré possuía 80 ha de área plantada com melão. Já no ano de 2002, a área plantada chegou a 2.500 ha.

Considerações finais

Todos os argumentos supracitados nos permitem afirmar que a inserção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados na produção e consumo agrícolas globalizados tem se dado de forma totalmente insustentável, por ocorrer com grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, além de criar muitas novas desigualdades socioespaciais. Dessa forma, os espaços agrícolas que se adaptam ao agronegócio globalizado, transformando-se nos pontos luminosos do semi-árido e dos cerrados nordestinos, nos quais as verticalidades passam a ser hegemônicas sobre as horizontalidades, estão deixando rapidamente de ser fruto da solidariedade orgânica localmente tecida, até então predominante, para se tornar resultado da solidariedade organizacional, comandada por grandes grupos econômicos, entre os quais sobressaem as multinacionais Cargill, Bunge e Del Monte.

A reprodução das desigualdades socioespaciais a inserção dos lugares de reserva do espaço agrário nordestino nos deixam concluir, também, que os novos arranjos territoriais produtivos são meras regiões do fazer e jamais regiões do reger, para utilizar as noções apresentadas por Milton Santos (1996, 2000), porquanto suas respectivas populações não estão conseguindo exercer nenhuma ingerência sobre os processos que neles estão ocorrendo. Com a dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio, passam a ter a possibilidade de executar, mas jamais de decidir os rumos de seu desenvolvimento. Isto é ainda mais verdade para os poderes públicos locais, obedientes ou simplesmente omissos aos ditames das empresas que estão se territorializando nestas respectivas áreas. Portanto, com a dispersão espacial da produção, tais áreas estão participando da execução da produção, mas continuam sem poder para decidir os rumos de seu desenvolvimento.

Conforme percebemos, são visíveis e incontestáveis as novas territorialidades nas áreas consideradas para análise, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas *horizontalidades* e *verticalidades* e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Assim, a inserção de partes do semi-árido e dos cerrados nordestinos nos circuitos produtivos globalizados do agronegócio vem acirrando a divisão social e territorial do trabalho agrícola, com a refuncionalização dos espaços agrícolas. Entretanto se mostra incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa.

Para encerrar, reafirmamos, de fato, a reestruturação da produção e do espaço agrícolas do semi-árido e dos cerrados da região Nordeste do Brasil é uma realidade, mas, como em todo o restante do país, se dá de maneira excludente, uma vez que é

especialmente concentrada, socialmente seletiva, só atinge alguns segmentos econômicos e pequena parte da população, além de só vingar com amplo amparo do Estado.

Como medidas mitigadoras, urge a realização de programas de desenvolvimento baseados em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela qualidade estética, pela sustentabilidade ambiental e, principalmente, pela equidade social, que nunca existiu, seja no semi-árido, nos cerrados ou no país como um todo. Um bom começo seria substituir a ideologia do consumo e do neoliberalismo, que impede a convivência realmente solidária, pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, as quais, também, nunca existiram no país.

Como somos otimistas e temos esperança e, como acreditamos na transformação, na mudança, no novo, temos muitas saudades do futuro. Dessa forma, a exemplo de Milton Santos, conclamamos todos para a busca de uma outra globalização, na qual não haja lugar para o globalitarismo, que globaliza a taxa de lucro, a exploração, a miséria, a exclusão social. Mas, como se globalizam também as lutas sociais, o conhecimento, a busca pelo novo e a vontade de mudar o mundo, resta a esperança na resistência dos homens e mulheres simples os quais construirão novos caminhos, guiados pela empiricização da totalidade.

Por entendermos constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o ensaio apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da agropecuária brasileira globalizada. A análise em processo visa contribuir para avançarmos na percepção das novas relações de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção agropecuária no Brasil e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação centro-periferia, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje reinantes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas a outra globalização.

Bibliografia

ALBANO, G. P. Globalização da Agricultura e Concentração Fundiária no Município de Ipanaçu (RN). Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2005. 220 pp.

ALBUQUERQUE, R. C. Viabilidade do Nordeste no século 21. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). Brasil 500 anos: futuro, presente, passado. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. pp. 353-405.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. Agrária, jan/julho 2005. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária. ISSN 1808-1150. www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria

ALVES, V. E. L. Formação territorial sul-piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa. São Paulo: USP, 2000. 219 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana).

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

ARAÚJO, A. A. Modernização na fronteira agrícola dos cerrados piauienses: o caso de Bom Jesus. Teresina: UFPI, 2005. 162 pp. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, v. n. 29, pp. 7-36, 1997.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (org.). Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999. pp. 73-92.

ARAÚJO, T. B. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

BANCO DO NORDESTE. Documento Básico do Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste. Fortaleza: BNB, 1998.

CALDAS, A. S.; LIMA, N. A globalização e a agricultura periurbana de Juazeiro-Petrolina: mudanças na estrutura produtiva. In: Seminário Internacional sobre a Inserção do Semi-árido Latino-Americano no Processo de Globalização da Economia Mundial. Salvador: P&A, 1998. pp. 91-114.

CAMPOLINA, C. D. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). Brasil 500 anos: futuro, presente, passado. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. pp. 303-351.

CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, M. F. (org.). Regiões e Cidades, cidades nas regiões. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003.

CASTRO, I. E. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; Corrêa, R. L. (orgs.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 283-324.

CAVALCANTE, E. Geo-economia do semi-árido irrigado. A experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento. 2. ed. Recife: Editora da UFPE, 1997.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. Estudos Avançados. São Paulo: IEA, 1997. pp. 79-92.

Ceará. Governo do Ceara. Plano de desenvolvimento regional do baixo Jaguaribe. Fortaleza, 2004.

CERQUEIRA, P. S. O uso do trabalho na fruticultura: uma análise da microrregião de Juazeiro-Bahia na década de 1990. Dissertação de Mestrado. Salvador, UNIFACS, Mestrado em Análise Regional.

CHAVES, M. L. J. Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais. Fortaleza: UECE, 2004. 184 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. Geografia, v.30, n.2, mai./ago. 2005. Rio Claro, SP: Ageteo. pp. 223-239. ISSN 01000-7912.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp: 2003a. 480 pp.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In SOUZA, M.A.A. de (org.). O território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003b. pp. 315-340.

ELIAS, D. A integração competitiva do Semi-árido cearense. In: ELIAS, Denise. & FURTADO, J. L. S. (orgs.). Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002a, pp. 15-43.

ELIAS, D. (org.). O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce). Fortaleza: Funece, 2002b. 366p.

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. Geonordeste, ano XI, n. 2, 2001. Aracaju: Núcleo de Pós-graduação em Geografia/UFS.

ELIAS, D. Região de Ribeirão Preto (SP): o Brasil Agrícola Moderno. GEOUSP, São Paulo: FFLCH / USP, Humanitas, nº 1, abril de 1997. pp.73-83.

- ELIAS, D. Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1996. 296 pp.
- GOMES, G. M. Velhas secas em novos sertões. Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 pp.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção de identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996. pp. 367-415.
- JESUS FILHO, A. Perspectivas de sustentabilidade da agricultura irrigada no pólo Juazeiro/Petrolina diante do conflito de usos de água na região. Salvador: UNIFACS, Mestrado em Análise Regional, 2004. 168 pp.
- KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R.; SILVA, S. R. A fruticultura e o desenvolvimento local: o caso do núcleo produtivo de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte (CE). Revista Econômica do Nordeste. vol. 35, número 01, jan.-mar./2004. Fortaleza Banco do Nordeste. pp. 38-57
- MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. Mercado formal de trabalho no Estado do Ceará e na região Nordeste. Políticas públicas e sociedade. Vol. 01 número 5 jan/jun. Fortaleza: 2003. pp. 91-101.
- MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENEZES, D. O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3. ed. Fortaleza: UFC / Casa de José de Alencar, 1995.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste. Brasília: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1998.
- MONTEIRO, M. S. L. Ocupação do Cerrado Piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária. Campinas: UNICAMP, 2002. 225 pp. (Tese de Doutorado em Economia Aplicada).
- MORAES, D. C. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste (o novo Nordeste dos cerrados: o caso do Piauí). Campina Grande: UFPB/CIRAD, 1999. Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial (cd).
- MORAES, D. Fala da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande: UFCG/PPGS, vol. 22, nº1, pp. 30-45, jan./jul. 2003.
- MORAES, D. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2000b. 475 pp.
- MUNIZ, A. M. V. Reestruturação Produtiva e Trabalho Agrícola no baixo Jaquaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências. Fortaleza: UECE, 2004. (Dissertação de Mestrado em Geografia). 318 pp.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L.(org.). Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998. pp. 465-534.
- OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. et al. (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, pp. 280-306.

- OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1997 (Caminhos da Geografia). 164 pp.
- SÁ, ^a J. Espaço e Subordinação: o caso de um perímetro irrigado no submédio São Francisco. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1991. 124 pp.
- SANTOS, C. C. M. Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 1980. Salvador: UFBA, 2000. 233 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- SANTOS, M. O espaço dividido. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A. A. de (orgs.). A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986^a.
- SANTOS, M. A região concentrada e os circuitos produtivos. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto O centro nacional: Crise mundial e redefinição da região polarizada. São Paulo: Depto de Geografia USP, 1986b (datilografado).
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. SP: EDUSP, 2005.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS FILHO, M. (coord.). O processo de urbanização do oeste baiano. Recife: Sudene, 1989.
- SANTOS FILHO, M.; FERNANDES, A. A modernização do campo nos cerrados baianos. In: Espaço e Debates, ano VIII, 1988, n. 25. pp. 63; 75.
- SILVA, A. G. da. Nova fase do sindicalismo: os trabalhadores do Pólo Agroindustrial do Açu (RN). Raízes, movimentos sociais no campo. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, Ano XVI, nº 15, dezembro de 1997. pp. 24-35.
- SILVA, A. G. da. A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu. Natal: CCHLA, 1992.
- SILVA, A. G. Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal, vol. 2 número 1, janeiro/junho de 2001. pp. 85-94.
- SILVA, A. F. A agricultura na região do Baixo Açu: uma retrospectiva. In: Sociedade e território. UFRN/CCHLA, Departamento de Geografia. Natal, vol. 13, n. 2, julh/dez 1999. pp. 25-36.
- SILVA, J. G. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SILVA, M. M. As transformações na produção irrigada e as desigualdades no pólo Açu-Mossoró. Natal: UFRN, 2003. 118 pp. (Mestrado em Ciências Sociais).
- SILVA, S. R.; SILVA, L. M. R.; KHAN, A. S. A fruticultura e o desenvolvimento local: o caso do núcleo produtivo de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte (CE). Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 35, nº 1, jan.-mar. 2004, pp. 57-39.

SOUZA, Hermino Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, pp. 499-518, out./dez. 1997.

WEHRMANN, M. E. S. F.; DUARTE, L. M. G. Sojicultor: agente de transformação nos cerrados brasileiros. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (orgs.). Dilemas do cerrado. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais*

Eliane Tomiasi Paulino

Doutora em Geografia Humana pela USP (2003)

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina
Endereço profissional: Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas,
Departamento de Geociências – Rodovia Celso Garcia Cid, km 380, Cidade Universitária
86.055-900 – LONDRINA, Paraná, Brasil – Caixa-Postal: 6001
Telefone: (43) 3371-4246; Fax: (43) 3371-4216
Endereço eletrônico: eliane.tomiasi@uel.br

Resumo

Embora o paradoxo da propriedade privada da terra no capitalismo tenha sido tratado, no geral, como mal necessário, daí a validação do tributo da renda terra, a maior parte dos países modernos trataram de criar regras para limitar o poder dos proprietários em arbitrar esse tributo. Via de regra, o caminho encontrado foi a divisão da terra, de modo a evitar pactos monopolísticos que pudessem inviabilizar o princípio da acumulação ampliada de capital. Todavia, as elites no Brasil optaram por caminho inverso, ou seja, instituíram a centralidade da acumulação na renda da terra, daí o caráter rentista do capitalismo brasileiro. É sobre os desdobramentos dessa opção que trata esse texto, que se debruça na problemática da luta pela terra e traz como referência para o debate o estudo de um assentamento implantado no ano de 2000 no município de São Jerônimo da Serra, estado do Paraná. Partindo de um levantamento realizado no assentamento, o texto propõe uma reflexão sobre o equívoco de se utilizar critérios baseados na renda monetária para contestar a pertinência da reforma agrária no Brasil, pois mostra a mudança qualitativa de vida daqueles que conquistam a terra.

Palavras-chave: Renda da terra, concentração fundiária, aliança terra-capital, luta pela terra, assentamentos rurais.

Resumen

Capitalismo rentista y lucha por la tierra: la fragilidad del parámetro de la renta monetaria en el estudio de los asentamientos rurales

Aunque la paradoja de la propiedad privada de la tierra en el capitalismo se ha tratado, en la generalidad, como mal necesario, a la validación del tributo de la renta de la tierra, la mayoría de los países modernos hay creado reglas para limitar lo poder de los propietarios en arbitrar ese tributo. Generalmente, la manera encontrada fue la división de la tierra, para prevenir los pactos monopolísticos que podrían tornar impracticable el principio de la acumulación del capital ampliada. Sin embargo, las élites en el Brasil optaran a la manera inversa, porque habían instituido el centralidade de la acumulación en la renta de la tierra, de ahí el carácter rentista del capitalismo brasileño. És sobre los resultados de esta opción que trata ese texto, que discuti a la problematica de la lucha por la tierra y trae como referencia para el discusión el estudio de un asentamiento implantado en el año de 2000 en la ciudad de São Jerônimo da Serra, estado del Paraná. Partindo de el examen de las informaciones, el texto considera un equívoco el uso de los criterios basó únicamente en la

* A pesquisa que deu origem a esse artigo foi apresentada no XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros em 2002, em João Pessoa – PB.

renta monetaria para estudiar la importancia de la reforma agraria en el Brasil, porque demuestra el cambio cualitativo de la vida de el campesinos que conquistam a la tierra.

Palabras clave: Renta de la tierra, concentración agraria, alianza tierra-capital, lucha por la tierra, asentamientos rurales.

Abstract

Income capitalist and land struggle: the fragility of the monetary parameter in the study of the rural settlements

Although the paradox of the private property of the land in the capitalism has been treated, usually, as necessary evil, resulting a tribute of the income land, most of the modern countries had create rules to limit the power of the proprietors in deciding this tribute. Usually, its governments divided of the land for to prevent monopolistics pacts that could make impracticable the principle of the extended accumulation of capital. However, the elites in Brazil had opted to inverse way, or either, had instituted the main reason of the accumulation in the income of the land, a principal character of the Brazilian capitalism. The results of this option is treats in this text. For to analyze the land struggle, we base on the study of the rural settlements implanted in 2000 in the São Jerônimo da Serra city, Paraná state. After the application of questionarios in the Paulo Freire, the rural settlements that was searched, we write this text to show a mistake of using exclusively monetary criterion on the income land study to contest the relevancy of the agrarian reform in Brazil, because it shows the qualitative change in the life of the peasants that conquer the land.

Key-words: land income, agrarian concentration, union land-capital, land struggle, rural settlements.

Introdução

Esse artigo está dividido em duas partes: na primeira, nos propomos a resgatar os principais elementos constitutivos daquilo que podemos denominar Questão Agrária Brasileira. A partir deles, nos propomos a rediscutir os pressupostos que estão na raiz da compreensão de que Reforma Agrária, nesse país, significa uma forma ameaçadora, senão revanchista, de gerir o território. Ao nos determos nas manifestações do monopólio privado da terra e seus impactos nas condições socioeconômicas predominantes, objetivamos demonstrar que a condição *sui generis* de partilha fundiária contraria até mesmo os princípios clássicos do processo de acumulação capitalista.

Outrossim, postulamos que o abrandamento das desigualdades sociais e a diminuição da pobreza no Brasil passam, necessariamente, pela redistribuição fundiária, combinada com políticas públicas que rompam com as históricas estratégias da contra reforma agrária, realidade essa que suplanta os esforços até então empreendidos no sentido de garantir terra para quem nela trabalha.

A segunda parte do texto consiste no estudo de uma experiência concreta de distribuição da terra: o Assentamento Paulo Freire, situado em São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná. Trata-se de um assentamento com 72 lotes, sendo que esse trabalho contemplou a visita e aplicação de questionários a 66 delas, o que representa 91,7% do universo do Paulo Freire.

Contrariando o lugar comum do referencial teórico-metodológico a que recorrem os defensores da viabilidade econômica como parâmetro de reforma agrária, medida a partir de referenciais puramente monetários, os resultados aqui apresentados apontam para a necessária cautela quando se trata de estudar os assentamentos, mesmo porque o conceito

de viabilidade econômica foi instituído nos marcos da referência burguesa do que seriam empreendimentos econômicos de sucesso.

Dessa maneira, os indicadores apontam para uma experiência cujos ganhos sociais são relevantes, dentro de uma concepção teórica que os toma como expressão de redefinição territorial positiva, porque inaugura o cumprimento da função social da terra na área em questão, apesar das dificuldades com que se defrontam os assentados.

Posse, propriedade e renda fundiária: o sentido da exclusão à terra de trabalho

A implantação de um assentamento de Reforma Agrária invariavelmente constitui-se em fator de redefinição territorial, posto que sua concretização altera as relações de poder que emanam da propriedade privada da terra. É preciso compreender, assim, que por menor que seja, do ponto de vista da quantidade de terra transferida para os trabalhadores, trata-se de uma intervenção que mexe em estruturas sociais que têm na riqueza patrimonial o seu principal sustentáculo e que alimentam o círculo vicioso no qual nos encontramos.

Portanto, a conversão de uma grande propriedade em inúmeros lotes pequenos comporta o princípio de que sujeitos anteriormente dependentes de emprego, via de regra negados nessas propriedades que dão origem a assentamentos, encontrarão na posse da terra a oportunidade de reprodução familiar tanto autônoma quanto digna.

É por essa razão que antes de nos determos em aspectos mensuráveis do Assentamento Paulo Freire, julgamos oportuno extrapolar o recorte, contemplando uma análise territorial qualitativa. Isso se faz necessário em face da existência de estruturas solidamente incrustadas na sociedade que se interpõem contra o acesso à terra de trabalho, sonho acalentado por sucessivas gerações de brasileiros que cada vez mais são forçados a viver longe dela.

Porém, quando essas barreiras são vencidas pela implantação de assentamentos, surge uma territorialidade que encerra potencialidades de desenvolvimento antes inimagináveis. Ademais, tais mudanças não ficam circunscritas aos beneficiários diretos, havendo uma importante dinamização das relações sociais no entorno, bem como um apreciável aquecimento da economia no núcleo urbano.

E nesse sentido, o Assentamento Paulo Freire é bastante emblemático, pois da lacuna expressa na improdutividade de apenas duas fazendas, o que levou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificá-las e proceder a desapropriação, brotou um ritmo novo, mediado pela alocação de nada menos que 330 pessoas na área, que agora se acham ocupados na desafiadora tarefa de produzir na terra e dela tirar o seu sustento.

Discutir os fatores que precedem a mudança radical nessa fração do território não é o objetivo último desse trabalho, porém avaliar os elos dessa cadeia é oportuno, até para que possamos elaborar conceitualmente os parâmetros de viabilidade socioeconômica, em oposição ao conceito de viabilidade econômica que se circunscreve aos rendimentos monetários nos assentamentos e que tendem a ofuscar a sua sustentabilidade.

Trata-se de uma ênfase necessária, diríamos até uma condição prévia dessa reflexão, a julgar pela função social que deve ter a propriedade, mas que no Brasil impõe bloqueios socioterritoriais que somente a partilha fundiária pode neutralizar.

Embora vedada pela Constituição Brasileira, a manutenção de terras ociosas não causa maiores transtornos aos seus proprietários, salvo em situações em que essa característica aparece combinada com a origem duvidosa dos títulos de propriedade, pois isso é o principal fator a impulsionar os trabalhadores a lutarem pela posse de tais áreas.

Sabendo-se que o objetivo desses é o acesso à terra onde possam encontrar o trabalho e o sustento que lhes é sistematicamente negado, caberia salientar os motivos que levam indivíduos a conservarem terras sem fazer qualquer uso produtivo das mesmas.

É aí que se descortina uma das contradições do modo capitalista de produção, posto que independentemente do uso que se faz da terra ou, em outras palavras, independentemente da presença ou ausência de qualquer atividade econômica nas

propriedades, está assegurado aos seus proprietários um retorno econômico dos mais expressivos, a renda da terra. Marx (1977, p. 863) assim se pronuncia a respeito:

O monopólio da propriedade fundiária, erigida em barreira ao capital é a condição da renda, pois sem esse monopólio, o lucro suplementar não se converteria em renda [...]. A renda representa então parte do valor, mais particularmente da mais-valia das mercadorias, a qual em vez de caber à classe capitalista que a tirou dos trabalhadores, pertence aos proprietários que a extraíram dos capitalistas.

Trata-se de reconhecer, então, que a propriedade privada da terra envolve uma contradição, já que o reconhecimento desse direito interfere em um dos princípios basilares do modo capitalista de produção: a acumulação, à medida que pesa sobre todos um encargo que necessariamente é pago quando do desfrute de quaisquer bens provenientes do substrato terra, a base de toda existência e de toda ação humana.

Por conseguinte, a renda da terra constitui-se em tributo que atinge diretamente os trabalhadores que, ao morar, ao consumir alimentos ou qualquer bem de consumo, têm parte de seus rendimentos monetários transferidos aos proprietários fundiários, os depositários últimos dessa modalidade de renda.

E como mostra Marx, os próprios capitalistas não ficam imunes a esse tributo, que representa uma diminuição da sua potencialidade de ganho, visto que do montante disponível aos investimentos com que se ocupam, faz-se necessário deduzir a porção renda da terra, embutida tanto nas matérias-primas quanto no terreno ocupado por suas instalações. Em outras palavras, o desenvolvimento de uma atividade qualquer supõe uma base territorial, seja em terreno urbano ou rural, sendo que o acesso ao mesmo far-se-á mediante o pagamento da renda da terra aos indivíduos que têm a sua posse, o mesmo valendo para todos os bens primários, oriundos da agricultura e do extrativismo.

Ocorre que a terra é um bem natural, ofertado graciosamente pela natureza e que apesar de se tratada como bem comercializável, destoa da lógica que rege o mundo das mercadorias, visto que não é produzida, não sendo portadora de um valor trabalho, como o são todas as demais.

Mas isso passa despercebido à sociedade, que paga essa sobretaxa como se estivesse remunerando os que depositaram, de um lado o capital, e de outro o trabalho, para a produção dos bens que circulam no mercado.

Em se tratando da compra de qualquer porção de terra, o mesmo raciocínio se aplica, pois o valor monetário despendido, na realidade, é para o pagamento da renda, já que não se trata de bem derivado da produção humana, não havendo qualquer ônus ao trabalho ou ao capital. Nesses termos, a terra não tem valor, já que esse componente deriva exclusivamente do montante de trabalho necessário para sua produção.

Não obstante, os proprietários fundiários desfrutam de um a condição de enriquecimento singular, proporcionada pelo *status* de mercadoria que a terra possui, à qual denominamos renda absoluta. Face ao preceito da propriedade privada, combinado com a dinâmica socioeconômica da sociedade, há uma valorização progressiva das terras, sem que para isso concorra qualquer intervenção desses proprietários sobre seu patrimônio fundiário. Marx (1977, p. 834) nos lembra que:

[...] quanto mais se desenvolvem num país a agricultura e a civilização em geral, quanto mais sobem as rendas por acre e o total das rendas, tanto mais gigantesco é o tributo que com feição de lucros suplementares a sociedade paga aos grandes proprietários de terras [...].

Em outras palavras, mesmo mantidas ociosas, sem qualquer uso, a terra é objeto de valorização. Tal característica decorre da demanda que a sociedade tem por edificações e por bens de consumo, que crescem à medida que a população aumenta.

Com isso, o aumento da renda da terra é progressivo, ao ritmo do crescimento demográfico que, agora, aparece combinado com uma modificação dos padrões de

consumo, os quais potencializam a transformação de matérias-primas em mercadorias, logo implicam aumento na demanda pelos produtos da terra. Ainda assim, a renda absoluta combina-se com outras modalidades de renda, a renda diferencial e a renda de monopólio.

A renda diferencial é proveniente de características intrínsecas à terra, como topografia, fertilidade e localização. Pode ser classificada em renda diferencial I e renda diferencial II.

A renda diferencial I se manifesta quando aplicações idênticas de capital e de trabalho resultam em ganhos diferentes. Trata-se, portanto, de uma modalidade de renda em que as condições de produtividade, determinadas pela fertilidade do terreno, pela disponibilidade de água, pela topografia e demais fatores que interferem na produção, bem como a distância e as condições de acesso ao mercado consumidor, necessariamente são diferentes de um terreno para outro, resultando em ganhos igualmente diferentes. Já a renda diferencial II deriva exclusivamente das intervenções feitas no sentido de corrigir deficiências de fertilidade e demais condições necessárias à produção, bem como de seu transporte até os mercados consumidores. Supõe, enfim, trabalho e investimento de capital correspondente ao aumento da produção, o que implica aumento de custos.

Elementos da natureza que atuam de graça na produção, qualquer que seja a função que nela desempenhem, não operam como componentes do capital, mas como força natural gratuita do capital, isto é, como produtividade natural gratuita do trabalho que, no sistema capitalista, como toda força produtiva, assume o aspecto de produtividade do capital. Força natural dessa espécie, de origem gratuita, se entra na produção, não é levada em conta ao determinar-se o preço, desde que baste a procura do produto que ajuda a produzir. Mas, se no curso do desenvolvimento for necessário produto maior que o possível de obter-se com a cooperação dessa força natural, se portanto esse produto suplementar tiver de ser gerado não com a ajuda dessa força natural, mas com a ação humana, a do trabalho, incorporar-se-á ao capital novo elemento complementar. Haverá portanto emprego de capital relativamente maior para obter-se o mesmo produto e, não alterando as demais circunstâncias, a produção encarecerá. (MARX, 1977, p. 857)

Por outro lado, a renda de monopólio deriva de condições físicas ou de localização exclusivas. Essa modalidade de renda pressupõe sempre a capacidade de compra de consumidores seletos, que se dispõem a pagar o preço que os produtores estabelecem levando em conta não o custo da produção, mas a raridade daquilo que ofertam. Marx (1977, p. 890) esclarece:

Entendemos por preço de monopólio o determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral da produção ou do valor dos produtos. Uma vinha onde se obtém vinho de qualidade excepcional e que só pode ser produzido em quantidade relativamente reduzida proporciona renda de monopólio. O excedente desse preço sobre o valor do produto é determinado unicamente pela riqueza e paixão dos bebedores requintados, e em virtude de tal preço o viticultor realiza importante lucro suplementar. Esse lucro suplementar deriva do preço de monopólio e converte-se em renda e sob esta forma cabe ao proprietário da terra, em virtude de seu direito sobre esse pedaço do globo terrestre dotado de qualidades especiais.

É por essa razão que a maior parte dos países capitalistas tem empregado mecanismos legais que possam mitigar o privilégio que os proprietários fundiários têm de arbitrar o tributo que emana da propriedade privada da terra. Entre esses mecanismos podemos citar a tributação escalonada, na qual há uma relação inversamente proporcional entre tamanho da propriedade e taxa pública de imposto, sem falar na própria reforma agrária, a que muitos países recorreram desde o advento da revolução industrial.

Sabe-se que quanto mais fragmentado estiver o território, quanto maior e mais diverso for o universo dos proprietários, mais limitadas serão as condições efetivas para o desfrute do monopólio sobre a superfície do globo terrestre e que definem os parâmetros da renda a que todos estamos submetidos.

É preciso lembrar que o modo capitalista de produção, em essência, consolidou-se com base no princípio do cerceamento do poder que emana do controle fundiário, tanto que sua ascensão foi condicionada à primazia dos comerciantes sobre o privilégio tributário erigido pelos proprietários das terras onde já havia algum tipo de ocupação humana. Talvez por essa razão, na Europa, berço do capitalismo e centro hegemônico capitalista, não existe vestígios do monopólio fundiário nos moldes que precedeu esse modo de produção.

Entretanto, como já advertira Marx, nem assim o tributo da renda fundiária foi eliminado, embora a divisão das terras imponha limites à voracidade rentista dos proprietários. O fato é que quanto maior o número de proprietários, menor o seu poder de arbitrar a taxa que a sociedade deverá pagar para subsistir.

Embora estejamos diante da mundialização do capital, cada país tem mecanismos próprios de regulamentação da propriedade da terra, o que fatalmente interfere nos níveis de partilha da renda nacional, posto que a terra é o elemento fundante da riqueza patrimonial, da qual deriva as demais fontes de riqueza.

Não é coincidência, portanto, que os países desenvolvidos tenham alçado essa condição realizando reformas estruturais que impedem níveis de concentração fundiária altos, tomando-se a relação população e o estágio técnico alcançado na produção agrícola. O mesmo não se pode dizer de países que, a exemplo do Brasil, e o Brasil é o melhor exemplo deles, pactuaram pelo monopólio fundiário, o que não poderia deixar de representar atraso socioeconômico e os mais elevados índices de desigualdade social.

Mesmo assim, é forçoso reconhecer que o tributo da renda da terra é uma excrescência dentro do modo capitalista de produção, que contraditoriamente têm nele um pilar de sustentação de toda forma de propriedade privada, o fundamento da exploração do trabalho pelo capital.

Assim, a cobrança da renda está articulada aos demais mecanismos de extração da mais-valia, mesmo porque o que está em jogo, em essência, é a perpetuação da ordem que assegura a alguns o privilégio de terem o trabalho humano, o único capaz de criar riqueza, a seu dispor. Sendo assim, não convém aos capitalistas questionarem o tributo renda da terra, porque caso o façam, estarão também questionando o direito da propriedade privada e isso é extensivo poderia ser extensivo aos demais meios de produção.

Ao privilégio que os proprietários fundiários têm de cobrar renda, respondem com o direito de extrair mais-valia, dividindo com os primeiros o saque praticado contra todos os trabalhadores que, ao fim, arcam com o ônus da propriedade privada dos meios de produção. É por essa razão que a aparente irracionalidade sobre o controle privado da terra segue incólume.

Qualquer ato contra seu estatuto pode ferir os pilares do modo capitalista de produção, caso sejam abertos flancos para o repúdio coletivo contra o que apesar de legal, não é legítimo: a divisão que instaura um modelo societário centrado em dois pólos, o dos explorados e o dos exploradores.

Prevalece assim a cautela necessária à manutenção do esquema de alienação, o qual impede que os trabalhadores compreendam a exata dimensão da mercadoria que ofertam. Somente o trabalho cria valor, portanto só ele é capaz de pôr em funcionamento a complexa engrenagem de acumulação ampliada do capital.

Contudo, a expansão cuja origem coincide com o ainda centro do mundo capitalista teve como aliada mecanismos estruturais que minimizaram o poder que emana da terra convertida em propriedade privada, para a devida ascensão dos burgueses para o centro da lógica de acumulação. Para isso concorreu a intervenção política no sentido de cobrar dos proprietários fundiários o cumprimento da função social da propriedade da terra, logo de ocupação produtiva, o que supõe dinamização do mercado de trabalho e oferta abundante de alimentos e demais bens agrícolas.

Assim, as sociedades hegemônicas atuais têm a seu favor a herança de um pacto estrutural que teve no fortalecimento do mercado interno seu principal sustentáculo, pacto esse que justificou inclusive a extensão dos tentáculos que ceifaram processos de desenvolvimento nas demais porções do planeta.

Nesse contexto, houve grandes impasses frente à apropriação privada da riqueza social, particularmente na primeira metade do século, destacando-se o crescimento do poder de pressão do proletariado, que almejava um aumento na participação dos resultados do trabalho, e de fato o obtiveram.

Ocorre que isso é verdadeiro para os países que tiveram a seu favor o mecanismo das trocas desiguais implantado nos primórdios da corrida mercantilista, que lhes rendeu importante saldo nesses cinco séculos. Desse modo, no centro do sistema capitalista, as contradições entre capital e trabalho puderam ser atenuadas porque havia despojos em profusão trazidos do restante do planeta. Se para os burgueses, a parte distribuída aos trabalhadores representava migalhas daquilo que conseguiram acumular do saque praticado no mundo, aos trabalhadores isso representou um padrão de vida incomparável, almejado por quase todos os povos do planeta.

Por isso, não se pode compactuar com um olhar simplista, próprio da ordem colonialista, em que se desconsidera o saldo da rapina praticada desde o período colonial. A existência de países ricos e de países pobres, a despeito da existência de cidadãos ricos e cidadãos pobres em ambos, não é obra do calor que convida à indolência e do frio que estimula o trabalho, mas do diferencial de riqueza que veio da canalização do trabalho barato, quando não gratuito, e dos recursos abundantes, para o centro do sistema. Tudo isso materializou-se em estruturas sustentáculo da evolução tecnológica, agente da própria expansão capitalista desigual.

Essa é a raiz dos dilemas humanitários de nosso tempo, posto que frações do território, que chegam a coincidir com Estados-Nações, são descartados, porque já não têm nada para oferecer ao capital. Como nos lembra Santos (1996), a fase atual do capitalismo combina o local com o global na exata medida do fluxo mercantil que pode se estabelecer entre ambos. Esse fluxo pode constituir-se de mão-de-obra, de matérias-primas e até de frações do território consumíveis, real ou virtualmente, nesse caso quando da instalação de fluxos turísticos ávidos pelo acervo natural ou cultural de outras localidades.

Aliado a esse movimento de bens materiais e imateriais convergentes aos centros do sistema, ainda é necessário mencionar a transferência da riqueza sob a forma monetária, oriunda do pagamento da dívida externa, da qual praticamente não escapa nenhum país da periferia do sistema capitalista.

Não é por mero acaso que, na escala dos Estados-Nações, há uma coincidência entre os pontos de convergência da riqueza global e das formações econômicas mais inclusivas do capitalismo, que se baseiam em mercado de consumo expandido, logo em melhores condições de vida para os trabalhadores.

Do ponto de vista geográfico, portanto, não se pode tecer uma visão maniqueísta, a partir da noção de países ricos em oposição a países pobres. Não há, nessa arquitetura planetária, países povoados somente pelos ricos e, da mesma forma, países povoados pelos pobres. Daí a relevância de analisar a sociedade capitalista a partir da perspectiva de classe, já que o controle da riqueza social não se define em escala territorial, mas sim na escala das classes sociais, que estão em toda parte.

Desse modo, se pode contar milhões de pobres em países ricos, da mesma forma que encontrar-se-á milhares de ricos nos países pobres. É certo que o mecanismo de trocas desiguais a que nos referimos anteriormente fomenta uma distância abissal nos níveis e na natureza da inclusão social que ocorre entre ambos. Daí haver proporcionalmente mais pobres nos países pobres do que nos países ricos. A inversa é verdadeira quando se computa os ricos desses dois blocos em questão.

Feitas essas considerações sobre as determinações mais amplas da sociedade capitalista, passemos às especificidades do Brasil, um dos poucos países industriais onde a terra, e não o capital, tem primazia no processo de acumulação.

Concordamos, assim, com Martins (1981), que adverte para a deformação aqui verificada, quando a referência é a forma clássica de capitalismo, dominante nos países hegemônicos. Para esse autor, a especificidade brasileira tem suas raízes na forma como esse território foi inserido na lógica mercantil, embora não fique restrito a ela nem derive exclusivamente disso os desdobramentos socioeconômicos que constituem o que denominamos questão agrária brasileira.

Portanto, se na forma clássica o capitalismo estruturou-se em oposição ao poder patrimonialista da terra, o mesmo não ocorreu aqui. Martins (1979) mostrou que originariamente a concentração da terra, antes de ser uma condição, foi um desdobramento das práticas econômicas instauradas pelo regime colonial, que precisava viabilizar o tráfico de escravos, elemento primordial no processo de acumulação em favor da metrópole.

Desse modo, a viabilidade do modelo escravista determinou, em grande medida, a herança do monopólio fundiário com a qual ainda nos debatemos. Durante o escravismo, a interdição à livre exploração da terra é explicada pela lógica do tráfico de escravos e os lucros que esse proporcionou aos que dele se ocuparam. Nesse momento histórico, os africanos escravizados foram convertidos em mercadoria cara, custo esse repassado à produção por eles realizada, sob coação.

É o próprio Martins (1979) quem lembra que esse modelo de produzir não poderia suportar a concorrência com produtos que, caso fossem provenientes de terras e trabalhadores livres, viriam isentos de tal tributo, logo seriam muito mais baratos. Durante o regime, portanto, houve uma interdição das terras para amplas camadas da população.

Posteriormente, de elemento secundário à lógica de acumulação, o monopólio fundiário ascendeu à sua condição primordial, e isso se deu com a desintegração do regime escravocrata, quando a aristocracia viu ameaçada a disponibilidade de força de trabalho para o empreendimento agroexportador.

É nesse contexto que amadureceu a Lei 601 de 1850, promulgada quase quatro décadas antes da abolição oficial da escravatura. Conhecida como a Lei de Terras, a mesma veio instituir profundas modificações no plano agrário, posto que prela primeira vez preconizava, no Brasil, o estatuto de mercadoria para a terra.

Surgiram assim impasses, advindos da sobreposição à condição histórica em que essa se constituía em patrimônio de propriedade da coroa portuguesa, sendo concedida a posse desde que a prerrogativa do uso produtivo fosse observada. Em outras palavras, a Lei fazia com que se esboroasse o princípio mais avançado do regimento colonial, que era o da interdição ao controle meramente especulativo da terra. Durante todo o regime, as terras concedidas sob a forma de sesmarias que não eram colocadas para produzir caíam em comisso, ou seja, perdiam o título de posse legal, retornado à administração colonial para a concessão a outro que se apresentasse para a ocupação produtiva da área.

É claro que não se pode falar de princípio democrático durante o regime de sesmarias, que vigorou durante todo o período colonial. Considerando o fato já relatado anteriormente, em que o cerceamento ao livre acesso à terra era uma condição para a viabilização do modelo escravista, somente poderiam requerê-las os fidalgos e homens notáveis, tidos como de “sangue puro”. Aos demais, mestiços, escravos libertos e indígenas aculturados, os brasileiros enfim, essa possibilidade estava vedada.

O recuo no princípio de apropriação produtiva, associado à conversão em mercadoria de alto valor no mercado, instaurado pela Lei de Terras fomentou a corrida fraudulenta pela propriedade fundiária, que enfim se convertia em objeto de especulação, dificultando sobremaneira o acesso aos que buscavam a reprodução familiar autônoma.

O recrudescimento da aliança entre terra e capital e a política de assentamentos rurais

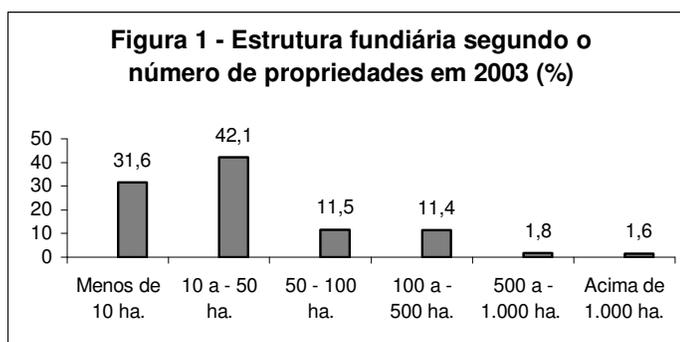
Portanto, ao sabor dos interesses latifundistas, constitui-se e consolida-se a estrutura fundiária nos termos da propriedade privada no Brasil. Com ela, nasce a questão agrária contemporânea, sendo a luta pela terra uma de suas expressões, e a implantação dos

assentamentos, a expressão da conquista de alguns daqueles que lutam. De acordo com o DATALUTA (FERNANDES; SILVA; GIRARDI, 2003, p. 98), até o ano de 2002 haviam sido implantados 6.116 assentamentos no Brasil, os quais beneficiaram 660.340 famílias e representaram a transferência do latifúndio para o campesinato de 35.270.810 hectares.

É evidente que essa conquista camponesa se inscreve em um contexto de contradições, pois ao mesmo tempo que o monopólio fundiário se constitui e se perpetua nos marcos da legalidade, camponeses perdem terra e outros a conquistam porque criam estratégias de luta. Luta essa que não se encerra na concessão do lote, porque a permanência na terra de trabalho, naquela onde o acesso se justifica pelo uso produtivo proporcionado pelo trabalho familiar, é um desafio permanente.

Não custa insistir que esse conceito aparece em oposição à terra de negócio, de que já falava Prado Júnior (1981), essa que está escancarada em pastagens degradadas, tomadas por capoeira e por vossorocas, porque podem apascentar proporcionalmente poucas reses, já que o investimento produtivo cede lugar ao uso extensivo, dada a quantidade de terras de que dispõem seus donos. Mas como demonstramos anteriormente, ainda assim eles ganham e o fazem mesmo que nenhum fim produtivo esteja em curso, pois são depositários da renda da terra, e a sua valorização é crescente.

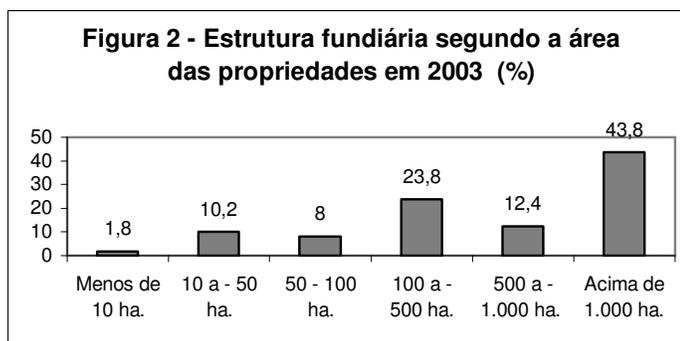
Vejamos os dados sobre a estrutura fundiária no Brasil (Figura 1)



Fonte: INCRA, apud Oliveira, 2003, p. 127.

Como demonstra a figura 1, as pequenas propriedades, em termos numéricos, são a maioria absoluta; considerando-se o estrato com até 100 hectares, chegamos a 85,2 % do total. Mais precisamente, há 3.611.429 propriedades rurais com menos de 100 hectares no Brasil. Quanto ao estrato das que possuem de 100 a menos de 500 hectares, chegamos a 11,4% das propriedades. Em números, isso corresponde a 482.677 propriedades rurais. Por fim, observamos que apenas 3,4% das propriedades rurais têm área superior a 500 hectares, o que soma 144.281 imóveis de grandes dimensões.

Entretanto, a simples análise do ponto de vista da distribuição numérica dos imóveis poderia indicar que a presença marcante dos pequenos proprietários no país contraria a tese do monopólio fundiário, o que requer a indicação das áreas ocupadas respectivamente ocupadas pelas propriedades. (Figura 2)



Fonte: INCRA, apud Oliveira, 2003, p. 127.

Como se pode observar, a relação entre o número de propriedades e seu tamanho é inversamente proporcional, evidenciando o monopólio fundiário a que nos referimos e que, aliás, coloca o Brasil em posição pouco honrosa de vice-campeão de concentração fundiária, com base no índice de Gini, mas que provavelmente o habilita à posição de campeão mundial se levantados quem são os grandes proprietários no Paraguai. Como se sabe, muitos deles são brasileiros que conseguiram aumentar seu patrimônio fundiário apropriando-se das terras à revelia da fronteira que separa os dois países.

Simplificando os dados em três estratos, vemos que aquelas com menos de 100 hectares, que correspondem a 85,2% do total, ficam com apenas 20% das terras, ou 84.373.860 hectares. Aquelas com área entre 100 e menos de 500 hectares controlam 23,8% das terras, o que representa 100.317.200 hectares. Por fim, as propriedades com mais de 500 hectares apropriam-se de 56,2% das terras, ou 235.755.302 hectares, quase o triplo do que cabe a 85,2% das propriedades rurais do país.

Esse quadro determina, em grande medida, os níveis de desigualdade no país, e reafirma a tese de que o capitalismo praticado no Brasil é do tipo rentista. Assim, enquanto que a regra desse modo de produção tenha sido o desenvolvimento baseado no cerceamento do poder latifundista, o Brasil assegurou aos seus grandes proprietários ampla margem para exercer o poder de tributar compulsoriamente a sociedade por meio da extração da renda da terra.

Esse rentismo de que tratamos se instaurou graças à forma peculiar da economia brasileira, desde o pacto colonial até a industrialização tardia, que antes de trazer à cena sujeitos sociais alheios à tradição oligárquica, fez com que os próprios oligarcas participassem ativamente da industrialização.

Isso foi possível porque a agricultura de exportação, atividade com que se ocuparam secularmente, lhes assegurou um grau de capitalização imprescindível para o acionamento do processo de industrialização, isso sem falar no interesse direto que tinham em implementar tanto infra-estrutura quanto processos que agregariam valor à produção agrícola, bem como facilitariam a sua inserção no mercado internacional.

Além disso, é preciso lembrar que o Brasil urbano fora, ao longo dos séculos que precederam a industrialização, o *locus* administrativo do Brasil agroexportador, o que supõe um dinamismo econômico concentrado no campo, não havendo concorrência, do ponto de vista das atividades produtivas, que pudesse ter garantido capitais suficientes para atender a demanda requerida pela industrialização, até porque as estruturas coloniais tolheram qualquer dinamismo que pudesse emancipar economicamente as cidades.

Não obstante, a participação do café na formação do capital nacional foi das mais expressivas, não sendo coincidência que o berço da industrialização esteja nos domínios territoriais da produção e comercialização dessa mercadoria. Durante o ciclo do café, muitos fazendeiros, conhecidos como “barões do café”, passaram a diversificar seus investimentos, envolvendo-se com a indústria nascente.

É evidente que outros agentes concorreram para a implantação e o desenvolvimento da indústria, destacando-se os corretores de café, bem como capitalistas estrangeiros, igualmente com cacife para fazer frente às demandas de capital no período. É a presença desses agentes no cenário econômico que interferiu na redefinição do pacto político da República, que já buscava uma transição de economia agroexportadora para economia urbano-industrial.

Com isso, as demandas próprias do modelo almejado colocariam em plano secundário os interesses oligárquicos, sobretudo no momento em que o Estado foi chamado para arcar com os custos da implantação do parque industrial. Durante décadas, a maior parte dos recursos públicos foi investida em obras de infra-estrutura para as atividades industriais, com necessidades crescentes por energia, estradas, ferrovias, portos, enfim, setores essenciais, que cada vez mais eram atrelados ao capital estrangeiro.

Ocorre que a rápida passagem de economia agro-exportadora para economia urbano-industrial desestabilizou profundamente todo o sistema de relações sociais

centradas no campo. Fundamentalmente, a indústria nascente incluiu em suas potencialidades de mercado a agricultura, fechando um círculo de controle que agora já era urbano.

É assim que floresce a mudança da base técnica da agricultura, que cada vez mais será dependente da mecanização e da utilização de insumos industrializados. Essa mudança confrontou-se com a lógica produtiva de então: apesar da estrutura fundiária altamente concentrada, era marcante na agricultura a exploração parcelar. É evidente que o próprio monopólio fundiário histórico, ao restringir o acesso de grande parte da população brasileira à terra própria, a empurrara para formas precárias de acesso à terra, como é o caso da parceria e do arrendamento, entre outras.

Portanto, inúmeras foram as formas encontradas pelos camponeses para trabalharem para si, pelo menos parcialmente, e isso era de grande conveniência dos grandes proprietários que, mediante a cobrança da renda, tinham as terras cultivadas e participavam dos resultados da produção, sem investimento de qualquer espécie.

A fórmula, em suas diversas variações, teve grande vitalidade na lavoura comercial desde o fim da escravidão. Aí está o sentido da formação dos cafezais, por meio dos formadores, que nada recebiam pela derrubada da mata, pelo plantio e pelos cuidados com os cafeeiros até que alcançassem o pleno estágio produtivo. Tudo isso fazia parte de um contrato em que pagavam com o cafezal, em plena produção, o direito à produção de subsistência, cultivando as terras marginais ou intercalares.

Concluído esse ciclo, saíam os formadores em busca de novas áreas a serem convertidas em cafezais e entravam os colonos nas áreas já formadas, sendo-lhes igualmente facultado o direito à produção de subsistência, com o diferencial que esses tinham uma participação nos resultados monetários do café, ainda que ínfima.

Como se pode observar, o monopólio sobre a terra tem sido, há séculos, uma forma de os proprietários terem assegurada não apenas a mão-de-obra necessária ao seu empreendimento agrícola, mas também uma forma de extrair renda trabalho ou renda produto daqueles que dependem da cessão de terras alheias para subsistir. Ao fim, isso representa transferência de custos aos primeiros, sem falar no próprio rebaixamento geral do preço da força de trabalho.

Em sua forma mais atual, é a reforma de pastagens que melhor recria essas estratégias de extração da renda trabalho e ou renda produto. Em áreas de pastagens degradadas, os arrendamentos têm sido freqüentes, prevalecendo a regra de concessão ao cultivo da terra por dois anos, cabendo ao renteiro a entrega das pastagens plantadas, findo esse prazo.

Essa possibilidade de redução ou mesmo eliminação de custos com mão-de-obra na agricultura somente se mantém porque a terra está monopolizada. É por essa mesma razão que a modernização da base técnica da agricultura pode ser tão rápida no país, pois as máquinas e os insumos representaram brutal substituição de trabalhadores. O saldo todos conhecemos: expulsão do campo daqueles que trabalhavam na terra, mas não a possuíam, degradação ambiental e da qualidade dos alimentos, sem falar em cidades que não incluíram esse contingente populacional.

Portanto, as mudanças técnicas na agricultura explicitaram e deram novos contornos ao problema da concentração fundiária no país, pois se antes o acesso precário, mediante o pagamento de renda, interessava aos proprietários, pois era uma forma de baratear o custo da atividade, com a entrada das máquinas isso deixou de ser oportuno, daí o esvaziamento do campo. À maioria dos expulsos restou possibilidades de trabalhos precários, ou a organização em busca da reconquista da terra.

No entanto, não custa lembrar que, em nenhum momento da história, o poder institucional, completamente entrelaçado com o latifúndio, assistiu passivamente às mobilizações populares que pudessem perturbar o esquema de acumulação, no qual a concentração fundiária é estruturalmente imprescindível.

Daí o sentido do Golpe Militar de 1964, que instaurou reorientações de cunho estratégico na composição das classes, tendo como elemento aglutinador a propriedade fundiária concentrada. Na perspectiva das políticas de Estado, os grandes capitalistas foram

estimulados a adquirir terras, razão pela qual a Amazônia se tornou pólo privilegiado da política de incentivos fiscais voltados a megaempreendimentos agropecuários. Não custa lembrar que, entre os benefícios, estava o abatimento de até 50% dos custos fiscais das empresas, e que em dado momento, somente poderiam requerê-los aqueles cuja propriedade objeto do projeto a ser implementado tivesse, no mínimo, 25.000 hectares.

Há, nessa política, uma forma particular de cooptação dos capitalistas estabelecidos em atividades urbanas, e isso reflete a intervenção estratégica da classe dos proprietários de terra em somar forças para manter intocada a estrutura fundiária no país.

É por isso que Martins (1981) adverte para a constituição de uma aliança entre a terra e o capital no Brasil, aliança essa que potencializou a apropriação fundiária sem fins produtivos. Em suma, ela exacerbou o caráter rentista da economia brasileira, e isso é inequívoco se considerarmos que os próprios proprietários declararam ao INCRA possuir, em 2003, nada menos que 120.436.202 hectares improdutivo. (OLIVEIRA, 2003, p. 128)

É nesses termos que se definiu a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, nos últimos dez anos perdeu oficialmente 220.296 km² de floresta, parte dela substituída por capim para alimentar gado suficiente para simular uso produtivo, mas cujo fim é “esconder a terra”, essa sim objeto de valorização.

Mas como vimos, isso é o resultado necessário da política pública que criou a corrida por recursos fáceis, condicionada à apresentação de títulos de propriedades de grandes dimensões, e que provocou uma onda de grilagem de terras públicas e indígenas, bem como a expropriação violenta dos posseiros das áreas objeto de incorporação privada por meio de titulação fraudulenta. Nesse mesmo período, no Nordeste e Centro-Sul, houve uma enorme concentração do uso da terra, menos significativa que a concentração da propriedade jurídica, que jamais fora democrática, mas que dirimiu conflitos porquê os camponeses tinham acesso à terra de trabalho mediante o pagamento de renda. Com o advento da tecnificação agrícola, eles foram descartados em massa, razão direta do recrudescimento dos conflitos agrários e da mobilização em torno da luta pela conquista da terra.

Concluimos assim, que a questão agrária brasileira é fruto de um projeto político em que muita terra para poucos deve ser a tônica, sendo implantadas medidas tóxicas para atenuar as contradições que daí emanam, e os assentamentos são uma demonstração disso. De acordo com Fernandes, Silva e Girardi, (2003, p. 11), em dezembro de 2003 haviam 111.622 famílias acampadas em todo o Brasil, última forma de pressão pelo acesso à terra. Como os estudos têm demonstrado amplamente, os assentamentos são resultado direto dessa forma de luta e possivelmente os governos manter-se-iam completamente omissos ao problema fundiário caso não houvesse mobilização dos camponeses.

Não surpreende, portanto, que o latifúndio continue perseguindo estratégias legais de criminalizar a luta, e a mais recente e inquietante surgiu no apagar das luzes dos trabalhos, no Congresso Nacional, em 2005, quando a CPI da Terra classificou a ocupação de terras como ato terrorista, propondo uma Lei que deverá ser votada pelo congresso nacional em breve, a qual preconiza o enquadramento dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra em crime hediondo, o que pressupõe a imprescritibilidade do “crime” e as penas mais rigorosas afiançadas pelo Código Penal Brasileiro.

Assim, o embate que se trava no plano agrário têm como sujeitos hegemônicos os que têm a seu favor a riqueza gratuita emanada do tributo social que é a renda da terra, e pela qual constroem estratégias que incluem desde a constituição de forças paramilitares até normas institucionais que mantenham a salvo as terras que controlam. Não menos significativa é a arte de conservar a sociedade ofuscada pelo falso brilho do agronegócio, que aciona uma racionalidade absolutamente insustentável no plano social e ambiental.

Ademais, proclama uma eficiência produtiva que a grande propriedade não apresenta no país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao publicar o último censo agropecuário (1995/6), mostrou que apesar de controlarem 45% das terras, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares contribuíram com apenas 21% do valor da produção no período.

Por outro lado, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 3), 60% dos alimentos que chega à mesa dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar camponesa, sendo que esse setor contribui com mais de 10% do PIB nacional. E já que é possível falar da relevância desse setor no país em que o brilho do agronegócio é ofuscado por práticas que vão desde a destruição dos biomas até as formas modernas de escravidão no campo, é significativo apontar que 77% dos empregos na agricultura são gerados pelas unidades camponesas.

Enfim, dados como esses comprovam que a racionalidade econômica supostamente dependente e intrínseca à exploração agrícola em escala, logo, na grande propriedade, não passa de um mito. Embora seja incontestável o fato de que a eficiência produtiva, no plano técnico, pressuponha áreas superiores às aquelas que estão sob controle da maioria dos pequenos produtores, são eles que produzem mais, daí a necessidade de se repensar o conceito de eficiência produtiva, criteriosamente acionado pelos críticos dos assentamentos.

A luta pela terra no Paraná e o Assentamento Paulo Freire

O Assentamento Paulo Freire possui pouco menos de 1.700 hectares, dos quais 444 são destinados à reserva legal. O restante está dividido em 72 lotes, cujas áreas variam de 11 a 25 hectares. A variação no tamanho dos lotes está diretamente relacionada às condições físicas do terreno, bastante heterogêneas dentro da área demarcada.

Isso mostra que quando da definição dos lotes, foram ponderados os elementos que interferem na produtividade agrícola, razão pela qual as áreas menos privilegiadas em termos de aguadas, topografia e fertilidade foram recortadas em lotes maiores, como forma de compensar o maior potencial produtivo das áreas mais próximas das condições ideais para aproveitamento agrícola.

O critério de divisão equânime da terra foi respaldado pela comunidade beneficiada, não havendo críticas internas à variação do tamanho dos lotes. Os assentados destacaram que houve justiça no projeto, lembrando que a alocação de cada família foi determinada por sorteio.

A concretização do assentamento teve um sentido de vitória para as famílias, face aos obstáculos que tiveram que superar até a instalação definitiva nos lotes. O primeiro deles se inscreve no plano da luta pela terra, que não se circunscreve apenas ao tempo de acampamento, pois em muitos casos o antecede.

Isso fica evidenciado quando cruzamos os dados relativos à origem e à ocupação anterior à conquista do lote. Com relação à origem de todos os beneficiados pelo projeto considerados na pesquisa, que compreendem 330 moradores, 289 são naturais do estado do Paraná, o que em termos percentuais representa 87,6% do universo pesquisado, sendo os demais oriundos de vários estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Quando se considera apenas os titulares dos lotes, esse percentual cai para 77,3%, o que nos indica que embora parte deles não seja paranaense, sua radicação no estado é anterior ao nascimento dos filhos.

Tendo visto que os demandantes por terra são predominantemente naturais do Estado do Paraná, podemos discutir as razões mais gerais que os lançaram na luta pela terra.

O ingresso efetivo do Paraná no circuito produtivo/mercantil se deu por meio da expansão da atividade cafeeira, que transbordava os contornos do planalto ocidental paulista. Conforme mostramos anteriormente, o café representou um marco na economia brasileira, em face do volume de capital gerado e efetivamente retido internamente. Seu cultivo foi marcado por rápida e intensa expansão geográfica, em virtude de dois fatores: ganhos promissores e manejo predatório, deixando atrás de si um rastro de solos exauridos e ambientes degradados.

Com a anuência do Estado, que abdicou do controle sobre as terras devolutas, instalou-se um ciclo de apropriação concentrada das terras virgens, destacando-se o expediente da grilagem, ou seja, da apropriação ilegal de grandes áreas, em geral públicas,

e posterior titulação através de ações fraudulentas. A finalização do negócio nesses termos pressupunha a partilha em lotes menores, que além de serem mais fáceis de vender, de certa forma legitimavam o embuste, já que quanto maior o número de compradores, mais difícil a retomada das terras pelo poder público.

A dimensão da grilagem no Paraná é um fato que não pode ser menosprezado quando se analisa a origem dos problemas que eclodem na luta pela terra. De acordo com Costa (1977, p. 90), em 1933 o Departamento de Terras anunciava que um terço das terras do Estado haviam sido apropriadas de forma ilegal. Some-se a isso o fato de que o Estado, ao invés de gerir o patrimônio fundiário e realizar diretamente a colonização, optou pela concessão das terras públicas à iniciativa privada. Nesse sistema, além de as companhias de colonização auferirem lucros enormes a partir do patrimônio público, comercializaram as terras a um preço desproporcional ao poder de compra da maior parte dos que de fato viviam da agricultura. Ainda assim, em termos numéricos, a compra de pequenas propriedades foi predominante.

Por mais de meio século, esse mercado de terras foi alimentado pela expansão do café. A cafeicultura tornou-se a principal atividade econômica do Paraná, que se tornou o maior produtor nacional. De acordo com Bragueto (1996, p.129), na safra 62/63 a produção paranaense correspondeu a 62,8% da produção brasileira.

Apesar de se firmar como monocultura comercial, seu cultivo não se deu exclusivamente sob bases tipicamente capitalistas, como produção em escala e trabalho assalariado. As formas não capitalistas foram absolutas, até mesmo nas grandes fazendas, que tiveram na parceria a fonte primaz de sustentação. Assim, a policultura foi complementar ao café, garantindo não só a satisfação das necessidades alimentares dos trabalhadores envolvidos, mas gerando um volume de excedente que sustentou a rápida expansão dos núcleos urbanos.

Por tratar-se de uma cultura altamente exigente em termos de mão-de-obra, o café conseguiu fixar no campo um imenso contingente de trabalhadores. Incluem-se entre eles os desprovidos de terra, que eram inteiramente responsáveis por todas as etapas dos tratamentos culturais, o que exigia sua presença permanente nas propriedades cultivadas.

Enquanto o ciclo cafeeiro se desenvolveu nesses moldes, a pressão por terra se manteve sob controle, já que a maior parte dos trabalhadores tinha acesso à mesma, ainda que de forma precária, mediante o pagamento de diferentes modalidades de renda.

Contudo, em decorrência das sucessivas crises do café, que já se anunciavam em meados do século passado os grandes proprietários começaram a buscar uma atividade alternativa à cafeicultura. A tendência foi a opção pela pecuária, dado o mercado promissor que se abria, além da drástica redução na demanda por mão-de-obra que a mesma proporcionaria.

Some-se a isso a emergência de um novo padrão técnico para a agricultura, o qual surgiu em meio a um pacote de medidas públicas voltadas à criação de um mercado cativo, no campo, para os novos produtos da indústria. Ao lado da política de desestímulo ao café, teve início a implantação do complexo agroindustrial ligado às lavouras temporárias da soja, trigo e milho. Tais culturas responderam de forma satisfatória às projeções delineadas pelo poder público, em sintonia com a grande indústria, já que a partir de sua implantação houve rápida absorção do pacote tecnológico composto de máquinas e insumos.

Com isso, o campo passou a sofrer uma desagregação sem precedentes: houve drástica redução dos postos de trabalho, afetando duplamente aqueles que não possuíam terra, pois além de ficarem sem trabalho, perderam o direito à moradia e à produção alimentar própria, fundamentais para sua sobrevivência.

O marco desse processo é a década de 1970, momento em que os fluxos migratórios atingiram o apogeu. A abertura da fronteira agrícola no Estado de Rondônia absorveu, em parte, os impactos da conseqüente expulsão e expropriação. Segundo Kohlhepp (1991), na década de 1970, 30% da população daquele estado era composta por migrantes paranaenses.

Parte dos desalojados da terra se deslocaram para as grandes cidades, bem como para as capitais regionais, como Londrina e Maringá. Ao mesmo tempo em que essas

idades registraram explosivo crescimento, as pequenas começaram a sofrer um fenômeno inverso, em consequência da diminuição da população rural, principal mantenedora dos mercados locais.

Face às características da economia parananense, fundada basicamente na agricultura, grande parte do contingente populacional deslocado para as cidades não foi absorvido por atividades urbanas, gerando assim uma nova categoria de trabalhadores: os bóias frias, desde então dependentes do trabalho sazonal e precário.

E o território não se mostraria alheio a tais contradições, razão pela qual Spósito (2001) propõe o conceito de apartação para analisar a desigualdade social e sua expressão geográfica nas cidades que se apresentam divididas, e que empurram esses trabalhadores para as áreas periféricas, precárias em toda sorte de equipamentos e serviços.

Daí concordarmos que a estrutura urbana é a crua expressão da funcionalidade mercantil, já que aqueles que possuem restrita capacidade de consumo pouco se beneficiam das benesses da modernidade. Contudo, nunca é demais lembrarmos que o patamar técnico a que chegamos é fruto direto do trabalho socialmente acumulado, o que torna legítimo o direito de usufruto igualmente socializado.

É por isso que o alijamento às conquistas mais básicas do momento em que se vive provoca movimentos populares de resistência. E na história do Paraná eles têm sido motivados fundamentalmente pela terra. Da guerrilha de Porecatú às ocupações atuais, graves conflitos foram desencadeados, culminando em confrontos entre trabalhadores, de um lado, e a força do latifúndio, de outro, exercida não só pelas milícias privadas, mas por agentes do próprio Estado, notadamente a polícia e membros do poder judiciário.

Durante o Governo Jaime Lerner (1994 a 2002), a conduta do Estado na mediação dos conflitos fundiários foi eivada de autoritarismo e de violação do estado de direito dos trabalhadores sem terra. A truculência dos mandatários desse governo rendeu a Jaime Lerner, no ano de 2001, uma condenação pelo Tribunal Internacional de Direitos Humanos, que instalou-se no estado em resposta à violência com que fora tratada a luta pela terra.

Contudo, apesar dos custos sociais decorrentes desse enfrentamento ao latifúndio e ao poder constituído, pagos muitas vezes com a integridade física e moral e, no limite, com a vida de trabalhadores sem terra, os avanços na luta são relevantes, se considerarmos o número de famílias que saíram de baixo das lonas para o próprio lote. De acordo com Fernandes, Silva e Girardi, (2003, p. 98), até o ano de 2.002, haviam sido destinados 570.932 hectares aos projetos de assentamento no estado do Paraná, totalizando 357 projetos com 20.138 famílias beneficiadas.

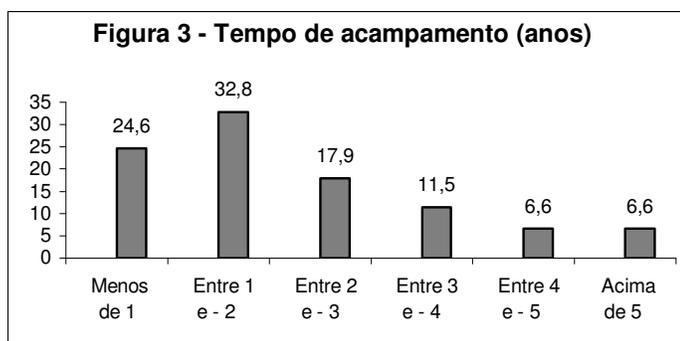
É por essa razão que consideramos que o assentamento Paulo Freire é o resultado concreto de uma luta muito mais ampla, a qual foi decisiva para que mais de meio milhão de hectares fossem transferidos para os trabalhadores sem terra. Todavia, apesar do incomensurável benefício às famílias já assentadas, de acordo com o INCRA (2001, p. 39) isso representa menos de 20% do estoque de terras da região Sul declaradas improdutivas.

Some-se às terras improdutivas aquelas griladas. Em 2000 o INCRA iniciou um processo de cancelamento de títulos fraudulentos e somente no Paraná foram acionadas 19 propriedades, cuja soma de terras griladas é de 584 mil hectares, ou seja, mais do que foi destinado para assentamentos durante toda a história do Paraná.

Esse quadro revela o quanto os preceitos constitucionais vêm sendo desrespeitados, visto que a desapropriação dessas terras não ocorreu, pois o INCRA não tem força de lei para isso, ficando a mercê de encaminhamentos judiciais absolutamente morosos, ao gosto dos grileiros que, com amparo legal, dada a variedade de artimanhas jurídicas para inviabilizar o processo de retomada das terras, seguem sem ser incomodados.

É por isso que uma das estratégias vitoriosas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem sido o acampamento em áreas comprovadamente griladas, mas intocadas pelo poder público. É o acampamento que consegue criar o fato político que fere o imobilismo institucional e que, em geral, resulta em causa ganha aos trabalhadores. Prova disso é que os acampamentos têm tido presença marcante na fase que antecede a desapropriação.

O Assentamento Paulo Freire somente vem confirmar que o acampamento tem sido a forma mais eficaz de se conquistar um lote de terra, pois somente 5% dos beneficiados não passaram pelos barracos de lona. Quanto aos demais, a permanência em acampamentos variou de um mês a mais de cinco anos, como mostra a Figura 3.



Fonte: Pesquisa in loco

Como se pode observar, essa penosa forma de luta, em que a sobrevivência se dá nas mais precárias condições, é a regra no Paulo Freire e mais de 75% dos beneficiários enfrentaram os barracos de lona à beira da estrada por tempo superior a um ano, dos quais quase 25% permaneceram acampados por mais de três anos. Salientamos, porém, que nem todos permaneceram acampados apenas na área de origem ao Paulo Freire. Temos vários relatos de assentados que já vinham de acampamentos anteriores, e isso coincide com o maior tempo na condição de acampados.

É bom lembrar que o desgaste a que são submetidos os trabalhadores na fase de acampamento é intenso. Primeiro em função das condições físicas das instalações: não há energia, o acesso à água é precário, geralmente dependem dos rios ou minas mais próximos. Some-se a isso a insuficiência de alimentos, cuja aquisição depende de trabalhos incertos na região onde é montado o acampamento, ou da venda dos poucos bens que a família adquiriu ao longo da vida.

Além disso, as ameaças à própria integridade são constantes, a princípio dirigidas pelos pretensos proprietários, que não raro mobilizam jagunços para expulsá-los. Deriva disso uma situação de risco bastante grave, sendo comum ações de intimidação, com destaque aos ataques à distância com armas de fogo. A seguir o confronto tende a se desenrolar no plano institucional, tão logo seja protocolado pelo fazendeiro o pedido de reintegração de posse.

É necessário lembrar, no entanto, que a demanda instalada se desenrola tendo em vista dois objetos diferentes: a terra de trabalho *versus* a renda capitalizada. A história recente tem mostrado que aos fazendeiros a desapropriação é um negócio altamente lucrativo, razão pela qual Raul Jungman, ex Ministro do Desenvolvimento Agrário, há alguns anos denunciou publicamente a intensa pressão de fazendeiros e políticos influentes para que suas terras fossem desapropriadas pelo INCRA.

Há, pois, um aparente paradoxo, que se desfaz quando se analisa o significado de tais investidas. Conforme já destacamos anteriormente, a grilagem de terras no Brasil se constitui no pecado original de grande parte das grandes propriedades, a ponto de levar o Governo Federal a publicar em dezembro de 1999 a Portaria 558, com o intuito de promover o cancelamento no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) do cadastro de 3.025 propriedades, com área de 93 milhões de hectares.

Apesar de o INCRA não ter retomado tais terras, o que depende de uma longa batalha judicial, tal medida, em tese, anularia o valor dos Certificados de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) de tais imóveis, implicando bloqueio de quaisquer transações, desde solicitação de empréstimos com a respectiva cessão em garantia até transferência de propriedade, mediante herança ou venda. (INCRA, 2001, p. 10)

É por isso que muitos fazendeiros querem suas terras desapropriadas, pois a desapropriação sepulta quaisquer pendências relativas à cadeia dominial, regulamentando a venda daquilo que não lhes pertence. Além disso, pode-se alcançar um preço muito superior ao de mercado, visto que as superindenizações têm sido a marca de tais transações.

Espantosamente, mesmo as terras reconhecidamente griladas têm sido arrecadas para fins de reforma agrária mediante a indenização das benfeitorias feitas pelos fraudadores ou seus sucessores. Não obstante, além de serem superestimadas, a ponto de muitas vezes representar o pagamento completo do imóvel, incluindo-se a terra, não se questiona a renda auferida indevidamente durante todo o tempo em que o domínio ilegal sobre as mesmas foi exercido. Lembremos que não se trata de coisa pouca, já que tal renda deriva desde o usufruto dos recursos naturais extraídos, sobretudo madeira, até aquela advinda do cultivo, seja de forma direta ou indireta, a mais comum, em que se cobrou renda daqueles que utilizaram produtivamente as terras.

É visível, portanto, que o Estado apresenta posturas dúbias ao mediar os conflitos fundiários, pois não se pode pensar nas ações institucionais como de mão única. Se o tomamos como expressão das forças hegemônicas, já podemos supor que interesses contrários se confrontam, e são esses interesses contrários, às vezes comprometidos com as demandas populares, que abrem brechas às políticas mais inclusivas, e os assentamentos são prova disso.

Porém, não há indícios de quebra do pacto hegemônico, pois temos visto que aos pretensos proprietários, as intervenções se fazem exclusivamente sob o manto da lei, instituída no jogo de forças que salvaguardam seus próprios interesses.

Essa talvez seja a razão de não haver registro de punição jurídica aos fraudadores ou faltosos no cumprimento da função social da propriedade. Tampouco se conhece casos de propriedades griladas que tenham sido retomadas com base em um balanço rigoroso do que investiu-se e do que lucrou-se com a apropriação indevida. Antes, o que temos visto é a premiação à fraude pelo próprio poder público, através de transações que lançam os indevidos detentores para fora da terra com os bolsos cheios.

Por outro lado, vemos este mesmo Estado lançando mão de estratégias políticas cujo fim precípua é a eliminação da luta pela terra, luta essa cuja essência é a recusa ao pagamento indevido de renda capitalizada.

Afinal, qual a leitura possível do Relatório aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito realizada no interior do Congresso Nacional? Ao invés de abrir caminho para a democratização da propriedade da terra e penalização da truculência do latifúndio, que não para de assassinar trabalhadores e lideranças, aproveitou-se de um rótulo criado por atos que afligem a humanidade, como é o terrorismo, para legitimar a perseguição criminosa aos movimentos sociais de luta pela terra. Como sabemos, no mundo atual o terrorismo justifica a suspensão de direitos civis de nações inteiras e os suspeitos de praticá-lo são trancafiados “preventivamente”, quando escapam da execução sumária.

Seria cômico, se não fosse trágico, e os legisladores que o produziram certamente quiseram sepultar os mais básicos princípios democráticos desse país ao apresentarem à sociedade uma proposta que atenta contra o bom senso e a inteligência de quem quer que seja. Aguardemos, pois, como se posicionarão os demais, sabendo-se que a maior bancada no congresso nacional é a ruralista, pois quando se trata de votar temas de seu interesse, consegue reunir a maior parte dos votos. Mais uma evidência do rentismo que nos governa, pois isso é produto da lógica que move a nossa sociedade, centrada na rapina da renda, e que rapidamente transforma em seus fiéis defensores aqueles que mesmo não tendo vindo desse berço, trataram de adquirir o seu quinhão quando seus bolsos ou seus esquemas políticos o permitiram.

Daí as ações escancaradas que buscam arrefecer qualquer tentativa de luta pela terra, sejam elas institucionais, como essa a que nos referimos, bem como as que vêm do poder judiciário ou das polícias. Há também aquela que vem das milícias armadas, que têm feito vítimas sistematicamente.

Não menos incisivas são aquelas ações sutis que emanam da academia ou da mídia e que decretam aprioristicamente o insucesso da reforma agrária, quando não transformam em bandidos aqueles que por ela lutam.

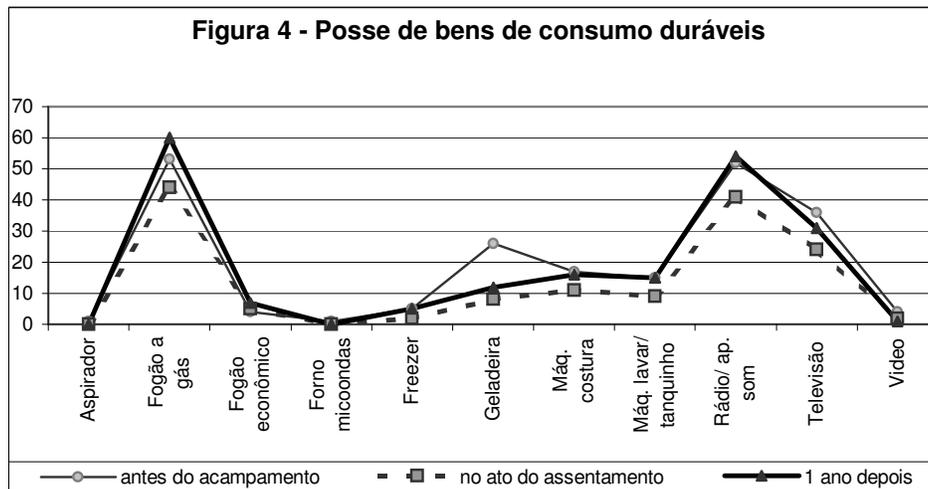
É por isso que Oliveira (2005) conclui que não há outro caminho aos trabalhadores senão a luta, luta essa que, sabemos, passa pela ocupação de terras, e que somente a banaliza ou a criminaliza aqueles que a observam das suas salas de televisão ou de seus gabinetes acimatados.

Aos trabalhadores sem terra resta o desumano trilhar pela repressão anunciada, pela fome, pela falta de água potável, pelas noites frias e dias causticantes sob a lona. Para esses sujeitos ainda sem lugar, a não ser a beira das estradas, por vezes lhes é negado o direito de freqüentar a escola ou ter acesso ao atendimento básico de saúde.

Porém, se tudo isso conduz ao limite a capacidade humana de resistência, também é verdadeiro que opera uma verdadeira revolução na sua condição social. É nessa fase que eles ingressam num processo de recuperação da dignidade, roubada juntamente com a negação sistemática de acesso às condições mais elementares de sobrevivência.

O acampamento é um espaço de construção de cidadania, de solidariedade, enfim de valores que a marginalidade social anula. Não é por acaso que sobre ele recaem as mais diversas estratégias de repressão. Cidadania é um conceito incompatível com as atuais formas de exploração e acumulação. Para o bem dessas últimas, há que se acabar com as células que podem ter um profundo sentido pedagógico para a maioria dos brasileiros, e de fato o têm para aqueles que resistiram até a conquista definitiva da terra.

Entretanto, essa fase marca o depauperamento das famílias em relação diretamente proporcional ao tempo que os separa do assentamento definitivo, o que os leva a vender tudo o que podem para prosseguir na luta. Vejamos o caso do assentamento Paulo Freire (Figura 4).



Fonte: Pesquisa in loco

Conforme indica a figura 4, é marcante a quantidade de bens de consumo duráveis perdida no período de acampamento, o que apresenta relação direta com as dificuldades econômicas das famílias e conseqüente venda dos bens de valor que possuíam. Observa-se que entre os 16 bens citados, apenas o fogão econômico sofreu variação positiva de uma unidade na referida fase, ou seja, foi o único bem de consumo somado ao que possuíam antes da entrada no acampamento. É bom lembrar que esse é um equipamento de fácil transporte e movido a lenha, que permite substituir o tradicional fogão de barro artesanal, enquanto as condições de moradia são provisórias.

Com relação aos demais objetos, chama a atenção os índices de variação negativa de itens básicos de consumo: foram perdidas 70% das geladeiras, 60% dos freezers, 40%

das televisões e até mesmo 17% dos fogões a gás, o que não deixa dúvida de que o acampamento se constitui numa difícil prova de resistência.

Contudo, tão logo o acesso a terra se torna uma realidade, os bens paulatinamente passam a ser repostos, mais uma evidência de que o assentamento de famílias sem terra, apesar de todas as dificuldades, implica melhoria em sua qualidade de vida. Ao serem levantados os bens existentes um ano após o assentamento, com exceção do videocassete, notamos uma variação positiva em todos os itens de consumo existentes ao término da condição de acampados.

É importante destacar que esses indicativos não dizem respeito apenas aos assentados que, aos poucos, recuperam o que perderam no período de luta pela terra e, em alguns casos, já adquiriram bens que nunca tinham tido, como é o caso do fogão econômico e fogão a gás, esse último atualmente presente em 91% das casas.

Com isso, ganha também a cidade, principalmente quando lembramos que a área atualmente ocupada pelas 72 famílias pertencia a apenas dois fazendeiros que, por décadas, muito pouco contribuíram para a economia local.

Ao viabilizar a inclusão produtiva da maior parte dos membros das famílias, o assentamento representa um aquecimento importante no comércio local, onde passam a adquirir desde alimentos até bens de consumo duráveis, conforme o demonstramos. Além disso, a própria ocupação produtiva da terra traz reflexos positivos para a cidade. Afora a produção de alimentos, a atividade pressupõe a utilização de insumos e instrumentos de trabalho, via de regra adquiridos no comércio local. É sobre isso que trata o quadro 1.

Quadro 1 – Posse de instrumentos de trabalho

Instrumento	Quantidade		
	Antes do acampamento	No ato do assentamento	Um ano após o assentamento
Arado	19	18	31
Arreio	42	48	64
Balança	15	17	23
Conjunto de irrigação	4	8	22
Carreta para trator	3	3	5
Carrinho de mão	4	10	25
Cavadeira	30	45	78
Engenhoca	15	24	47
Enxada	172	213	305
Equipamentos tração animal	47	62	105
Foice	67	78	104
Grade	4	6	17
Machado	47	57	82
Pilão	19	19	27
Plantadeira	34	41	49
Pulverizador manual	13	21	56
Quirerador	3	7	10
Total	538	677	1.050

Fonte: Pesquisa in loco

De acordo com os dados, entre a situação anterior ao acampamento e um ano após a posse definitiva do lote, houve um notável acréscimo de todos os instrumentos de trabalho, em relação diretamente proporcional às tarefas mais essenciais que esses permitem executar. É isso que provoca um aquecimento do mercado local voltado às atividades agrícolas, até porque as dificuldades materiais dos trabalhadores limitam o deslocamento para centros urbanos maiores, onde é possível encontrar preços mais baixos.

Contudo, o que mais chama a atenção é o fato de que, diferentemente da situação dos objetos de uso doméstico, que foram vendidos na fase de acampamento, no caso dos equipamentos de trabalho eles não só foram poupados como registraram aquisições no período de acampamento, com exceção do arado, que teve uma unidade subtraída.

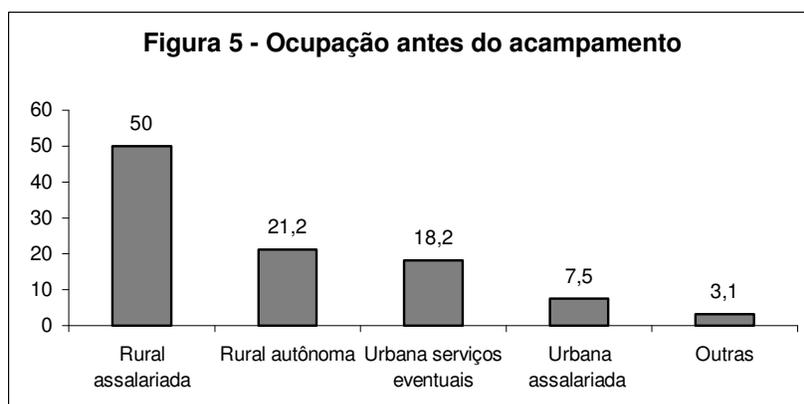
A situação dos instrumentos de trabalho pode ser tomada como indicativo do universo e das possibilidades abertas aos trabalhadores que decidiram ingressar na luta pela terra. Equiparem-se para o trabalho agrícola autônomo, antes mesmo de saberem quando, onde e como serão assentados é o mesmo que investir na ruptura da sujeição representada pela posse estrita da força de trabalho.

Não podemos esquecer que a grande maioria há muito deixou de ser sujeito de sua própria reprodução, em virtude do processo de expulsão ocorrido nas últimas décadas, e que empurrou milhões de camponeses para as cidades. O assentamento Paulo Freire pode ser tomado com retrato fiel desse processo, visto que apenas 25,8% dos titulares dos lotes nunca residiram em zona urbana.

Outrossim, essa paradoxal condição urbana, em que a reprodução continua vinculada ao campo, já que continuam trabalhando como bóias frias, quando há trabalho, é o reflexo direto da inexistência de terras próprias: a todos aqueles que as cercas da propriedade privada expulsaram, só resta o caminho da cidade. Em contraste com o domínio exclusivamente privado no campo, a cidade combina o privado com o público, local para onde acorrem todos que não podem pagar pelo direito de ocupar espaço, logo de existir. Além das ruas e praças, é possível ocupar terrenos à revelia do direito de propriedade e construir moradias, ainda que precárias, sem grandes admoestações.

A isso denominamos favelas, que nada mais são do que habitações efetivadas sobre a posse e não a compra de terrenos. Apesar de haver uma associação automática do termo às condições precárias das construções, sua característica essencial é a negação da condição de propriedade privada do solo urbano. Não por acaso, as favelas ocupam as áreas públicas, notadamente fundos de vales e áreas de risco, impróprias para a comercialização.

Como vemos, a exclusão na cidade têm raízes na interdição da terra, restando aos trabalhadores por ela expulsos uma existência quase sempre marginal, face à baixa escolaridade e conseqüente desqualificação para o mercado de trabalho urbano. No assentamento Paulo Freire, 19,6% dos titulares não são alfabetizados, 50% dos demais chegaram no máximo até a quarta série e apenas 9,1% concluíram o ensino médio. Isso os tornou reféns de ocupações braçais de baixa remuneração, como mostra a figura 5.



Fonte: Pesquisa in loco.

Esclarecemos que foram enquadrados na categoria de assalariados rurais os bóias frias (37,9%), bem como aqueles que se declararam caseiros (6,1%), peões (4,5%) e retireiros (1,5%). Por outro lado, a categoria de rurais autônomos inclui os rendeiros (15,2%), parceiros (3%) e filhos de assentados (3%).

Não obstante, os dados da pesquisa apontaram que apenas 7,5% do universo pesquisado tinham ocupações relativamente estáveis na zona urbana, sendo que 71,2% trabalhavam exclusivamente no campo no momento em que foram para o acampamento.

O trabalho rotineiro na terra, aliado ao baixo rendimento que tais ocupações proporcionavam foram ingredientes fundamentais para a decisão de partir para a luta pela terra própria. Quando da conquista, os resultados se mostraram de imediato. É o que depreendemos ao tomarmos como referencial a produção e o consumo alimentar dos assentados do Paulo Freire.

O cultivo dos lotes tem demonstrado a absoluta preferência pela cultura do excedente, ou seja, a escolha de alimentos que permitem a retenção de um percentual para a manutenção da família e a destinação do excedente para o mercado.

A exemplo disso, verificamos que o feijão é cultivado em 84,8% dos lotes, o arroz em 68,2% e o milho em 93,9% deles. Essa é uma indicação de que os assentados passam a orientar sua capacidade produtiva com vistas à conquista da segurança alimentar da família, o que pode ser considerada uma verdadeira revolução em suas histórias de vida, já que na condição anterior esse era um item permanentemente ameaçado, em virtude das ocupações precárias e baixos rendimentos obtidos.

Para se ter uma idéia do que isso representa, basta tomarmos o exemplo do leite: já no primeiro ano, os assentados chegaram a uma produção média de 400 litros/dia, dos quais aproximadamente 215 litros foram retidos para o consumo. Independentemente da dificuldade de colocar o produto no mercado, havendo “sobra” na opinião dos mesmos, notamos um consumo *per capita* diário de 0,65 litros ou 3,3 litros por família.

Num país onde a fome atinge milhões de pessoas, a maioria delas em situação social idêntica à desses trabalhadores antes da conquista da terra, o simples acesso ao alimento abundante já representa um avanço extraordinário. Não queremos com isso reduzir uma luta dessa envergadura à satisfação da mais elementar necessidade humana, mas apontar o potencial transformador da reforma agrária.

Para nós, a construção da cidadania passa obrigatoriamente pela redução da pobreza, manifesta no nível de instrução e na fome que essas famílias do Paulo Freire são ao mesmo tempo testemunhas de um tempo que já passou e promessa para o devir.

Longe da contabilidade dos gabinetes e dos bancos acadêmicos, que muitas vezes destroem o significado da distribuição de terras, ao mostrar os baixos rendimentos monetários dos assentamentos, os assentados melhoraram de vida, porque se só a existência mais digna é pouco, é ela que impulsiona a transformação potencial que teima em ser adiada pelas mãos daqueles que a perpetuam, inclusive com ares de verdade científica, sendo essa a que mais dá munição à classe rentista, ávida por legitimar sua posição privilegiada e suas ações truculentas perante a sociedade.

Nisso está a tarefa da academia, que deve ter como meta inalienável a orientação ética no sentido de trazer respostas e apontar caminhos para quem a mantém, ou seja, os trabalhadores. Aos que apregoam a inviabilidade econômica com base em números e papéis, os assentados convidam para um rápido olhar nas possibilidades do trabalho e da persistência.

Referências Bibliográficas

AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

BRAGUETO, Claudio R. A inserção da microrregião geográfica de Londrina da divisão territorial do trabalho. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras Ciência e História - Universidade de São Paulo, 1996

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Grilagem da Terra. Brasília: INCRA/MDA, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Revista Terra da Gente, nov. 2005.

COSTA, Odah R. G. A Reforma Agrária no Paraná. Curitiba, 1977. Tese (Professor Titular em História). Universidade Federal do Paraná, 1977.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Anderson Antonio da; GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA – Banco de Dados da luta pela terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. In: Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, pp. 89-112, jul/dez. 2003.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2. pp. 79-94, abr-jun/91.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. O capital. Livro terceiro, vol. VI – Trad. Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, pp. 113-156, jul/dez. 2003.

_____. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005. Conferência de abertura, comunicação verbal.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M.E.B. (org.). Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 2001. pp. 235-53.

Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado

*Em memória dos mortos.
Em busca do fim da banalização da morte e da vida.*

Maria Aparecida de Moraes Silva

Doutora em "Sociologie Du Développement Iedes" pela Université de Paris I (1980)
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP
Pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP
Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq
Endereço profissional: FCT/UNESP, Departamento de Geografia – Rua Roberto Simonsen,
350, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Telefone: (18) 3229-5352
Endereço eletrônico: maria-moraes2006@uol.com.br

Rodrigo Constante Martins

Doutor em Engenharia Ambiental pela USP (2004)
Bolsista de pós-doutorado da FAPESP junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais/UFSCar
Endereço eletrônico: rmartins@msh-paris.fr

Fábio Kazuo Ocada

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara

Stela Godoi

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP
Endereço eletrônico: stelac@unicamp.br

Beatriz Medeiros de Melo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente
Endereço eletrônico: beatrizmmelo@yahoo.com

Andréia Vettoracci

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar

Juliana Dourado Bueno

Bolsista de iniciação científica do Curso de Ciências Sociais da UFSCar
Endereço eletrônico: julidourado@uol.com.br

Jadir Damião Ribeiro

Bolsista de iniciação científica do curso de Direito da UNIARA
Endereço eletrônico: jadir_ribeiro@terra.com.br

Resumo

No período de 2004-2005, 13 trabalhadores faleceram nos canaviais paulistas em razão do excessivo esforço imposto pelas empresas do setor sucroalcooleiro. O presente artigo visa a compreensão deste trabalho sob a ótica da ontologia do ser social e da luta de classes neste momento histórico caracterizado pelo capitalismo mundializado, cujo enjue envolve

não somente os trabalhadores e os capitalistas, como também outros atores sociais, originários dos organismos institucionais e da sociedade civil.

Palavras-chave: Trabalho assalariado rural, migrantes temporários, agronegócio do açúcar e álcool, mortes de trabalhadores.

Resumen

De karoshi en Japão en la birôla no Brazil: las caras do trabalho del capitalismo mundializado

En el período de 2004-2005, 13 trabajadores rurales moriron en los cañaverales de la provincia de São Paulo/Brasil, en razón del grand esfuerzo impuesto por las empresas capitalistas. El objetivo de este artículo es el análisis de este trabajo a partir de la ontología del ser social y de la lucha de clases en el momento histórico del capitalismo globalizado, cuyo eje involucra non solamente los trabajadores y capitalistas, pero también otros actores sociales de las instituciones estatales y de la sociedad civil.

Palabras clave: explotación del trabajo rural, muertes de trabajadores rurales en los cañaverales, lucha de clases

Abstract

From Karoshi in Japan to birôla in Brazil: the faces of labour in mundialized capitalism

In the period of 2004-2005, 13 workers died in the São Paulo sugar cane plantations in reason of the extreme effort tax for the companies of the canne-alcohol sector. The present article aims at the understanding of this work under the optics of the ontology of the social being and of the fight of classrooms at this historical moment characterized by the world capitalism, whose it enjeu not only involves the workers and the capitalists, but also other social actors, originary of the institutional organisms and the civil society.

Key words: rural salaried work, temporary migrants, alcohol and sugar agribusiness, death of workers.

No ano de 2004, o agente da Pastoral dos Migrantes, Jadir Ribeiro, denunciou à imprensa três mortes de trabalhadores rurais, cortadores de cana, ocorridas nas usinas do Estado de São Paulo. Em 2005, 10 outras mortes foram registradas. Vale dizer que todas elas aconteceram em situações similares, durante o trabalho nos canaviais. Todos mortos eram migrantes temporários, exceto um deles. Todos eram homens, exceto uma mulher. Os sintomas registrados se referiam a dores de cabeça, fortes câibras, seguidas de desmaios e, finalmente, parada cardiorespiratória.

Os nomes dos mortos são os seguintes:

- José Everaldo Galvão, 38 anos, natural de Araçuaí/MG, falecido em abril de 2004, no hospital de Macatuba/SP. A causa da morte foi parada cardiorespiratória;
- Moisés Alves dos Santos, 33 anos, natural de Araçuaí/MG, falecido no hospital de Valparaíso/SP, devido a uma parada cardiorespiratória;
- Em maio de 2004, o trabalhador Manoel Neto Pina, 34 anos, natural de Caturama/BA, faleceu após uma parada cardiorespiratória no hospital de Catanduva/SP.
- Lindomar Rodrigues Pinto, 27 anos, natural de Mutans/BA, falecido em março de 2005, em Terra Roxa/SP;

- Ivanilde Veríssimo dos Santos, 33 anos, natural de Codó/MA, teve morte súbita; trabalhava para a usina São Martinho, faleceu em Pradópolis/SP;
- Valdecy de Paiva Lima, 38 anos, natural de Codó/MA, falecido no hospital São Francisco de Ribeirão Preto/SP, em julho de 2005, devido a um acidente cerebral hemorrágico;
- Natalino Gomes Sales, 50 anos, natural de Berilo/MG, falecido em agosto de 2005, por parada cardiorrespiratória, num hospital em Batatais/SP;
- Domicio Diniz, 55 anos, natural de Santana dos Garrotes/PE, falecido em setembro de 2005 no trajeto para o hospital em Borborema/SP; teve morte súbita;
- Em 04 de outubro de 2005, faleceu o trabalhador Valdir Alves de Souza, 43 anos; a causa da morte foi enfarte.
- Ainda no mês de outubro, dia 21, faleceu o trabalhador José Mário Alves Gomes, 47 anos, natural de Araçuaí/MG; a causa da morte foi enfarte, após cortar 25 toneladas de cana; morava no alojamento Jibóia, mantido pela Usina Santa Helena, do Grupo Cosan., no município de Rio das Pedras/SP.
- No dia 21 de novembro faleceu Antônio Ribeiro Lopes, 55 anos, natural de Berilo/MG, residente há 20 anos em Guariba, durante o trabalho na usina Engenho Moreno no município de Luiz Antônio.
- Duas outras mortes estão sendo averiguadas, pois as denúncias ocorreram após os corpos terem sido enterrados em seus locais de origem, no Vale do Jequitinhonha/MG.

Entretanto, desde o ano 2000, durante a realização de pesquisa de campo¹, alguns trabalhadores rurais da macro-região de Ribeirão Preto mencionavam a morte de parentes em função de câibras. Rumin (2003) encontrou situação similar na região da Alta Paulista, em função da “birôla”: morte pelo esforço excessivo no trabalho.

Estas denúncias, inicialmente encaminhadas ao Ministério Público, chamaram a atenção da Procuradoria Geral da República de São Paulo, da Plataforma DHESC - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – DHESC Brasil, com apoio institucional do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PGR/MPF – as quais organizaram duas audiências públicas na cidade de Ribeirão Preto durante o mês de outubro de 2005, e também da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, representada pela Comissão de Agricultura e Pecuária, que se responsabilizou pela organização da terceira audiência pública, na cidade de São Paulo, em dezembro de 2005. Vale ainda mencionar que tais acontecimentos vieram a público, inicialmente, por meio dos meios de comunicação locais e regionais e alcançaram a imprensa e os meios televisivos de abrangência nacional, e até mesmo internacional².

Os autores acima referidos – integrantes do *Grupo de Pesquisa do CNPq, Terra, Trabalho, Migração e Memória*, coordenado pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva - se propõem, neste texto, à análise sociológica destes fatos, a partir de dois eixos:

- a compreensão deste trabalho sob a ótica da ontologia do ser social;

¹ Pesquisa, Gênero e exclusão social na agricultura, financiada pela FAPESP e CNPq, coordenada por Maria Aparecida de Moraes Silva (2000-2004).

² As notícias circuladas pela grande imprensa se reportam aos Jornais, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e o Jornal Brasil de Fato de São Paulo. As Emissoras de Televisão que acompanharam as audiências públicas e seus desdobramentos foram a TV Globo e TV Cultura, além das EPTVs regionais, da TV Cube e SBT de Ribeirão Preto e da TV Universitária da UNAERP. As notícias das mortes e da situação destes trabalhadores apareceram em vários jornais locais e regionais, como: A Cidade de Ribeirão Preto, O Imparcial de Araraquara, Primeira Página de São Carlos, O Regional de Catanduva, O Regional de São José do Rio Preto e Jornal de Piracicaba, Diário de Ribeirão Preto, Correio Popular e Diário do Povo de Campinas, além dos jornais universitários: USP, UNESP. Internacionalmente, o Boletim Trabajador Azucarero (V. V, N. 11, nov/05) notícia as mortes de trabalhadores, ocorridas por esgotamento.

- a compreensão da luta de classes à luz deste momento histórico caracterizado pelo capitalismo mundializado, cujo *enjeu* envolve não somente os trabalhadores e os capitalistas, como também outros atores sociais, originários dos organismos institucionais e da sociedade civil.

As reflexões que se seguem visam à análise das mortes como sendo a ponta de um verdadeiro *iceberg*, cuja maior parte referente à vida e ao trabalho de milhares de pessoas, empregadas temporariamente no corte de cana nas grandes usinas situadas no interior do estado de S. Paulo, é desconhecida pela sociedade e silenciada pela academia. Portanto, nosso objetivo é dar visibilidade a estes fatos e também contribuir para o debate acerca do trabalho em tempos de mundialização do capital, chamando a atenção para as especificidades do caso analisado, especificamente, a exploração do trabalho pelo chamado agronegócio sucroalcooleiro na macro-região de Ribeirão Preto que concentra as maiores usinas do país, muitas delas, com capitais transnacionais. A fim de dar conta desta proposta, optamos por abordar os diferentes elementos que compõem o mundo do trabalho nos canaviais paulistas. A referência acima sobre as mortes constitui-se no ponto de partida e também será o ponto de chegada, como processo de síntese. Na Introdução de 1857, Marx afirma que na investigação científica o concreto existe como pressuposição ao espírito.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 1978, p. 116).

A fim de facilitar a exposição, partiremos de algumas considerações sobre os determinantes sociais que definem o trabalho como categoria ontológica do ser social. Tais reflexões serão fundamentais à compreensão das relações de trabalho da particularidade histórica analisada. Outrossim, elas também embasarão as discussões sobre os sujeitos deste trabalho e as contradições inerentes ao processo de reprodução destes capitais, assegurada pela imposição de níveis de exploração que extrapolam os limites físico-biológicos, ocasionado a morte em alguns casos e a mutilação em muitos outros, ao mesmo tempo em que os níveis de modernização se ampliam. No bojo destas contradições, verifica-se a ampliação do campo da luta de classes, por intermédio da participação de outros atores sociais.

O título aludido ao fenômeno do *karoshi* no Japão se reporta ao fato de que a intensidade da exploração no momento atual não é apanágio das chamadas economias emergentes.

O trabalho como elemento definidor da sociabilidade humana

Em Marx, o método de construção de análises *concretas* mantém aberta a possibilidade de se apreender o que é geral no desenvolvimento social e a necessidade de se captar as singularidades de tal desenvolvimento, justificando, por sua vez, a assertiva acima de que “o concreto é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Em outras palavras, trata-se da possibilidade de se construir análises concretamente situadas, com base em relações de significação dentro de totalidades históricas definidas, explorando dialeticamente as relações de mediação entre o que Marx (1983) chamou de determinações gerais (os processos sociais recorrentes) e as determinações particulares (os processos emergentes) da realidade social.

Do ponto de vista metodológico, na compreensão da mediação entre as determinações gerais e particulares da *totalidade*, o elemento comum (ou fundamento ontológico) torna-se relevante não como fonte de um conhecimento geral, universalmente válido, mas apenas na medida em que permite a compreensão da transformação de formas

sociais. Em Marx (1978), o esforço analítico em busca do elemento comum (ou das determinações irreduzíveis) para a construção de análises concretas chega até a categoria *trabalho*. Para o autor, o trabalho é a categoria que permite pressupor que os indivíduos apenas podem viver – orgânica, material e culturalmente – se efetivarem a contínua transformação da natureza e de si próprios.

Diferentemente do que ocorre na esfera biológica, essa transformação da natureza é teleologicamente arquitetada; seu resultado é previamente construído a partir da experiência e de valores socialmente constituídos. Neste sentido, é pertinente observar que a categoria trabalho desenvolvida por Marx é diferente daquela definida pelos economistas clássicos – notadamente Smith (1974) e Ricardo (1974). Enquanto, para os últimos, o trabalho é a fonte de toda riqueza social, para Marx, ele somente o é ao lado da natureza, fornecedora de materiais possíveis de serem transformados pela ação humana. Sob esta ótica, o trabalho deixa de ser *coisa-em si* e torna-se *relação*. O que o revela como categoria chave para a compreensão da realidade social é o fato de constituir-se em relação fundamental da existência humana e social. Assim, diferentemente de Ricardo e Smith, o trabalho na dialética marxiana não é apenas um componente fundamental na geração de riqueza social, mas sim uma categoria que revela vários níveis da *totalidade*, posto que além de sua dimensão econômico-material imediata, tal categoria também constitui-se de complexos processos simbólicos que servem à criação do próprio ser social. É neste sentido que o trabalho adquire o status de determinação irreduzível na investigação dialética.

O trabalho é, desta forma, a resultante da condição humana e a sua gênese. Como condição do ser social, o trabalho orienta a ação física não pelo instinto, mas pela capacidade reflexiva de seu agente (o que o distingue das demais espécies animais); como gênese, este atua sobre a natureza de maneira a modificá-la (*humanizando-a*) e modificar-se (*naturalizando-se*), compondo novos cenários materiais e simbólicos³. Neste sentido, a categoria trabalho, na acepção marxiana, não dá origem ao simbólico; *o trabalho é também o simbólico*. Ou seja, não existe, sob tal perspectiva, a dualidade necessidade-cultura⁴.

Não obstante este conteúdo formativo irreduzível do trabalho, Marx, ao avançar no desenvolvimento teórico das categorias fundantes do modo de produção capitalista, procurou encontrar as determinações particulares do próprio trabalho neste contexto de sociabilidade. Foi através na caracterização destas determinações particulares que o autor deu um passo decisivo na compreensão do sistema capitalista como um modo histórico de distorção da capacidade de realização e autoconhecimento do indivíduo por via do trabalho. Para o autor, tal distorção se faz ao longo do processo de criação de valor, através da transformação do trabalho em mercadoria; esta transformação se efetiva, através do trabalho abstrato, tornado social por via de sua generalização.

Abstraído de suas características concretas, o trabalho torna-se, na produção capitalista, simples dispêndio de energia indiferente às suas manifestações singulares. O trabalho assume, assim, forma fenomênica particular, que emerge de novas relações de produção social. Aqui, o movimento de criação de valor assume papel central, sobrepondo-se às determinações elementares do trabalho, quais sejam, a de intercâmbio entre homem e

³ A propósito desta dimensão *formadora* da categoria trabalho, ver Candido (1998), em especial o item *Sociologia dos Meios de Subsistência*. Nele, o autor destaca a condição que o trabalho para a alimentação pode assumir teoricamente como elemento explicativo da vida social, dando ênfase à importância da compreensão dos meios de subsistência de um grupo a partir do conjunto das *reações culturais* desenvolvidas sob o estímulo das *necessidades básicas* do próprio grupo. Também Ribeiro (2000), ao propor a explicação da história das sociedades humanas em termos de sucessões de revoluções tecnológicas e processos civilizatórios, acentua a dimensão antropológica do trabalho na análise da vida social. Neste caso, o autor sugere como uma das ordens de imperativos dos *processos civilizatórios* a interação entre os esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a formação cultural, sendo esta última entendida como o patrimônio simbólico da experiência de atuação social dos povos sobre os territórios.

⁴ Esta negativa da dualidade cultura-necessidade é, aliás, um dos elementos centrais da crítica de Hegel à filosofia kantiana. Em Hegel (2002), a relação sujeito-objeto está estabelecida desde a origem do pensamento. Não há possibilidade de apreensão destes elementos como *momentos* distintos. Sujeito e objeto formam o *processo*, e é em nível processual que a compreensão dos fenômenos deve ocorrer. A despeito de sua crítica à filosofia hegeliana, Marx preservou do cerne de seu materialismo esta perspectiva de unidade da relação sujeito-objeto.

natureza. Transformado em mercadoria, o trabalho torna-se força de trabalho, trabalho coagulado, cuja medida de valor é fixada pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário à sua reprodução.

Com base nesta forma particular de determinação do trabalho, Marx avançou na construção da totalidade capitalista, estabelecendo conjuntos hierarquizados de relações que seguiram desde a alienação do trabalho e da produção social do valor excedente, até a constituição das classes sociais e das formas ampliadas de reprodução do capital. Deste modo, a análise tornou-se concreta justamente por conta de sua abordagem *relacional*, deslocada de *coisas* e centrada em *campos de relações*. Não há aqui um conceito de indivíduo e um conceito de natureza: esta relação é pressuposta como ponto de partida da análise.

Partindo de uma revisão crítica sobre a dimensão relacional da categoria trabalho em Marx, Arendt (2005) estabelece a distinção de três momentos no curso deste movimento de formação, quais sejam, o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. O *labor* se referiria, na perspectiva da autora, às atividades fundamentais do ser humano sobre a natureza, provendo suas condições de existência orgânica. O *trabalho* diria respeito ao exercício de dominação do indivíduo sobre natureza, onde a atividade teleológica orientaria a criação e o emprego de técnicas de transformação socialmente condicionada do ambiente natural. A *ação*, por sua vez, designaria quadros de referência onde o indivíduo transcenderia sua condição de trabalhador em direção à política em sentido amplo. Este seria o momento da construção de ambientes para a experimentação de outras esferas de sociabilidade, de tal sorte que as barreiras da natureza ao *labor* seriam socialmente contornadas e o universo das técnicas de trabalho seria politicamente direcionado para a promoção do domínio da liberdade.

Nas sociedades capitalistas, estes momentos não formam quadros absolutos. Ao serem interpretados a partir de conjunturas historicamente situadas, compõem quadros distintos de interação. No caso do complexo sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto, é possível verificar menos a emergência de liberdades sociais do que a reprodução de exercícios de violências material e simbólica no universo do trabalho. No caso específico dos trabalhadores que migram de outros estados para trabalharem na colheita da cana-de-açúcar da região, é possível inclusive verificar indícios de supressão das esferas da *ação* e do *trabalho* em benefício da prevalência da dimensão do *labor* no cotidiano do canavial, tal como será aprofundado mais adiante.

Silva (1993), em seu estudo sobre trabalhadores e trabalhadoras rurais nesta região, aponta o fenômeno do desenraizamento através de um processo de proletarização que não se encerrava na perda das condições objetivas de trabalho, decorrente da mecanização da colheita. Este fenômeno se estende à negação do sujeito enquanto ser, em um processo onde, ao não ser absorvido como portador de força de trabalho, o trabalhador também perde sua identidade de pessoa com direito a ter direitos. Neste contexto, vários processos contribuem para a progressão do *trabalho* em direção a simples *labor*. Dentre outros, a autora destaca as listas negras, proibindo a desobediência de normas; ganchos, suspendendo trabalhadores por suposta desobediência aos feitores; atestados de esterilidade por parte das mulheres⁵, e; renovação do sistema barracão, de tal sorte que o trabalhador não possui direito sequer ao status de consumidor livre.

A ocorrência destes processos coercitivos na região foi reiterada em relatório recente da missão realizada pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho (Plataforma DHSC). Dentre outros, o relatório menciona as jornadas de trabalho que chegam às 18 horas diárias; a média de 12 toneladas de cana colhidas por dia; os níveis de esforços exigidos para o corte da cana (com a necessidade de desferimento de 9.700 golpes de

⁵ Neste aspecto, é significativo o depoimento de uma trabalhadora ante o quadro de absoluta ausência de direitos nas relações de trabalho impostas pelas usinas: “Se a usina é dona de nosso trabalho, de nossa força, ela também é dona de nossa barriga. Ela tem que assumir nossa barriga. Por isso, eu fui até o escritório exigir o pagamento da laqueadura” (SILVA, 1993, p. 120). Tem-se aqui a expressão acabada da negação do ser incorporada nos corpos e no universo de representações destas trabalhadoras. Sua corporidade é negada não somente no sentido de capacidade estritamente física (a fecundidade), mas também na relação que lhe fornece características identitárias decisivas para outras esferas de sociabilidade, qual seja, a maternidade.

facção para o corte de 10 toneladas de cana), somados à não reposição adequada dos nutrientes e calorias perdidos no eito, e o não esclarecimento sobre o volume da produção diária do trabalhador.

Ainda de acordo com o relatório, as iniciativas destes trabalhadores para levar a público este contexto de exploração são seguidas de ameaças e retaliações por parte das empresas. O contato destes trabalhadores com sindicatos ou órgãos públicos competentes para fiscalização das condições de trabalho é evitado pelas empresas, dificultando sobremaneira não apenas a defesa dos direitos envolvidos nas relações de trabalho no campo, mas também o esclarecimento acerca do real conteúdo das relações que sustentam o corte manual da cana-de-açúcar no estado⁶. Além de propositalmente distanciados dos sindicatos e dos órgãos de fiscalização, estes trabalhadores também são afastados dos contextos rotineiros de sociabilidade das cidades onde residem durante a safra. Uma hierarquia espacial define não apenas fronteiras territoriais, mas também limites aos ambientes passíveis de exercícios das trocas simbólicas nos municípios. Abrigados em favelas ou cortiços afastados, muitos deles situados no interior dos canaviais, estes trabalhadores migrantes são disciplinados no cotidiano do lugar, sendo estigmatizados em seus corpos e em seus *bens simbólicos*⁷.

Este conjunto de violências é decisivo na desconstrução do universo da *ação* destes trabalhadores. As dificuldades do dia-a-dia são reiteradamente silenciadas e os valores, as *lembranças* da experiência cotidiana, são forçadas ao apagamento. Como bem destaca Arendt (2005:107) sobre a tangibilidade dos acontecimentos no plano da *ação*, “[...] *sem a lembrança e sem a reificação de que a lembrança necessita para sua própria realização – e que realmente a tornam, como afirmavam os gregos, a mão de todas as artes – as atitudes vivas da ação, do discurso e do pensamento desapareceriam como se nunca houvessem existido.*”

No sentido geral, tal como sugere Antunes (1997) em relação ao trabalho industrial no capitalismo avançado, este trabalho torna-se estranhado, impondo-se, contraditoriamente, como barreira social ante o desenvolvimento da personalidade humana. No sentido específico, desfigurado, o trabalho, ao invés de caminho para a *ação*, reduz-se ao *labor*. Ou seja, para os trabalhadores do corte da cana, o eito despe seu universo de representações e revela sua dimensão eminentemente orgânica, que sobrevive às exigências físicas do dia de trabalho.

Este confinamento na dimensão do *labor* integra, em sentido mais amplo, a perda de referências deste segmento de trabalhadores rurais. Isto porque o que permite ao portador da força de trabalho (trabalho-mercadoria) não se tornar também abstrato são justamente suas práticas políticas de defesa dos direitos sociais característicos das relações trabalhistas em sociedade modernas. Contudo, na medida em que para esta categoria de trabalhadores estes direitos ou não existem ou são efetivamente ignorados no cotidiano da relação de trabalhos – vide exemplo da Norma Rural 31, que dispõe sobre segurança no trabalho e não tem suas cláusulas respeitadas pelas usinas e empreiteiros da região⁸ –, há

⁶ A este respeito, a Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho destaca que, em visita ao alojamento de uma usina controlada por capital multinacional no município de Araraquara, a pessoa responsável pela administração do alojamento apresentou resistência ao acesso da Comissão formada pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo às instalações do alojamento. O acesso foi permitindo após a informação, pelo Ministério Público do Trabalho, de que a empresa seria submetida aos procedimentos legais vigentes por dificultar a realização do trabalho das autoridades públicas, tal como aponta trecho do referido relatório, citado mais adiante.

⁷ Empregamos aqui o termo *disciplina* tal como concebida na noção de espaço disciplinador em Foucault (1983). No disciplinamento deste espaço, importa aos grupos sociais saber sobre as presenças e as ausências, instaurar comunicações úteis, interromper outras, poder apreciar ou sancionar comportamentos. Ou seja, neste espaço disciplinado, grupos e agentes procedem para reconhecer, dominar e utilizar os recursos nele disponíveis. Nestes termos, a disciplina manifesta-se não apenas nas formas institucionais mais evidentes, mas também nas dimensões “microfísicas” que operam nas relações de poder.

⁸ A NR 31- Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura –, estabelecida pela Portaria n° 86, de 03/03/05 (Diário Oficial da União de 04/03/05), regulamenta os direitos e deveres inerentes aos empregadores e empregados rurais. Dentre as

também a emergência de trabalhadores abstratos, cuja face individual e sua personalidade são descartáveis nas relações de trabalho vigentes. Assim, a identidade deste trabalhador, sua face política e suas trocas simbólicas são subsumidas em um contexto onde ele mesmo é reduzido à esfera do *labor*, ou, nos termos de Marx, à não-identidade do trabalho abstrato; isto é, é reduzido exclusivamente ao “*quantum nele contido da substância constituidora do valor*” (MARX, 1983, p. 47), a saber, a energia para o trabalho. Ou seja, nesta lógica do capital agroindustrial, trata-se da redução do indivíduo a músculos e movimentos, a simples energia.

O trabalho como sofrimento

Às discussões levadas a cabo até o momento se acrescentam aquelas provenientes da psicodinâmica do trabalho, desenvolvidas por Dejours (1992, p. 2000), para a análise da dimensão do sofrimento subjetivo implicado no processo de trabalho.

Enquanto disciplina científica, a psicodinâmica do trabalho interroga o impacto da realidade exterior sobre o sujeito que vivencia as pressões reais impostas pelas condições de trabalho. Numa perspectiva internacional, a disciplina assinala que uma parte importante do sofrimento engendrado pelo trabalho acumula-se nos países em desenvolvimento do hemisfério sul. Os estudos da psicodinâmica do trabalho atribuem estes efeitos deletérios à própria organização do trabalho, ou seja, à divisão das tarefas e à divisão dos trabalhadores. A organização do trabalho é freqüentemente perigosa para a integridade física e mental do coletivo operário. Nesse sentido, o óbito decorrente destas condições, deve ser considerado como o resultado final de um processo predatório de consumo da força de trabalho.

Nesta atual fase do desenvolvimento histórico das forças produtivas da sociedade o entendimento deste fenômeno só se torna possível, dentro do contexto de um amplo processo de reestruturação mundial do capitalismo, iniciado, a partir das décadas de 70 e 80 do século XX, nos países de capitalismo avançado. Durante este período, padrões de produção flexíveis emergiram como soluções para a rigidez da produção em massa, provocando grandes transformações no mundo do trabalho e criando condições inéditas de vida e de trabalho. Acerca destas transformações, Antunes (1997) explica, que a ascensão de novos processos produtivos nos países desenvolvidos está relacionado ao declínio do padrão fordista de produção de mercadorias.⁹

Dentre as experiências de flexibilização da produção, os estudos mostram que o conjunto de inovações organizacionais, ao qual se convencionou designar por “modelo japonês” de gestão da produção, foi responsável pelas transformações de maior impacto sobre o mundo do trabalho, em virtude não apenas das inovações técnicas e organizacionais, mas também pelo seu grande potencial de propagação, que o levou a atingir uma escala mundial. Desde então, como mostra o estudo de Dejours (2000), a questão do sofrimento dos trabalhadores e das relações entre subjetividade e trabalho, vem sendo negligenciada pelas organizações sociais e sindicatos. O movimento esquerdista, segundo este autor, não deu atenção ao sofrimento no trabalho. As preocupações relativas, à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à crise do sentido do trabalho, não só deixaram de ser analisadas e compreendidas, como também foram freqüentemente rejeitadas e desqualificadas.

medidas de segurança que não vem sendo cumpridas pelas usinas da região de Ribeirão Preto, estão a obrigatoriedade de abrigos nas frentes de trabalho, as instalações sanitárias (um conjunto para cada 40 trabalhadores), águas potável e fresca, materiais de primeiros socorros, remoção adequada dos acidentados, pausas regulares e remuneradas para descanso e interrupção remunerada da jornada de trabalho por fatores climáticos (RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO AO TRABALHO, 2005).

⁹ O fordismo diz respeito à forma pela qual se consolidou a indústria e o processo de trabalho, ao longo do século XX. Este padrão de produção caracterizou-se basicamente: pela produção em massa de produtos homogêneos; pelo controle dos tempos e movimentos por parte do capital; e pela fragmentação das funções.

Na década de 1970, segundo o autor, as organizações sindicais de esquerda recusaram-se a levar em consideração as questões relativas à subjetividade no trabalho. Nestas organizações, os temas do sofrimento subjetivo e da patologia mental suscitavam reprovações públicas. Tidas como “anti-materialistas”, tais preocupações com a saúde mental e com a subjetividade tolheriam a mobilização coletiva e a consciência de classe do proletariado, favorecendo um “egocentrismo pequeno-burguês”. Esta recusa de mobilização coletiva, em face do sofrimento causado pelo trabalho, consistiu num erro histórico que teve conseqüências decisivas para a subordinação do trabalho, ao capital. Onde os sindicatos se recusavam a se aventurar, patrões formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho.

De acordo com Dejours (2000), o erro de análise, por parte dos movimentos sindicais e de esquerda, deixou o campo livre para as inovações gerenciais e econômicas. As mesmas empresas que geravam a adversidade social, o sofrimento e a injustiça eram também as únicas a se preocuparem em forjar novas utopias sociais. Essas novas utopias, inspiradas pelos Estados Unidos e pelo Japão, sustentavam que a promessa de felicidade não estava mais na cultura, no ensino, ou na política, mas no futuro das empresas. Proliferaram então as “culturas empresariais”, com novos métodos de recrutamento e novas formas de gestão, sobretudo, dos “recursos humanos”. A empresa, ao mesmo tempo em que era o ponto de partida do sofrimento e da injustiça, acenava com a promessa de felicidade, de identidade e de realização, para os que soubessem adaptar-se a ela e contribuir substancialmente para seu sucesso e sua “excelência”.

Atualmente, afóra seu objetivo principal – a busca desenfreada do lucro – o que caracteriza uma empresa é também a sua organização, sua gestão e seu gerenciamento. O discurso gerencial do trabalho é construído, sobretudo, para servir a uma propaganda visando a sustentar uma imagem exterior da empresa. A negação do real no trabalho é partilhada por todos os que tenham confiança no poder de domínio da ciência sobre o mundo objetivo. Paradoxalmente, os próprios trabalhadores se tornam cúmplices da negação do real no trabalho, na medida em que esta negação torna-se condição necessária para suportar as condições objetivas impostas pelas empresas.

Existe uma certa tendência em se acreditar que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado, ou mesmo eliminado, pela mecanização, pela automação e pela robotização, que teriam abolido as obrigações mecânicas e o trabalho desumanizante. Infelizmente, tudo isso não passa de um discurso retórico, pois só o que as empresas revelam são as suas fachadas, oferecidas aos olhares dos curiosos visitantes. Por trás destas vitrinas iluminadas do progresso, existe o sofrimento dos trabalhadores, que assumem inúmeras tarefas arriscadas para a saúde, em condições tão precarizadas, quanto aquelas de antigamente e, por vezes mesmo, agravadas pela intensificação do trabalho e por freqüentes infrações das leis trabalhistas.

Os estudos mostram, por trás destas vitrines, um mundo de sofrimento. Da esfera da produção e do trabalho ouvem-se apenas os ecos amortecidos na imprensa, o que leva a se acreditar que as informações que chegam sobre o sofrimento no trabalho são de caráter excepcional. As pesquisas realizadas por Dejours (1992; 2000), nas indústrias, mostram que o sofrimento dos que trabalham assumem formas novas e inquietantes. A organização do trabalho nessas fábricas mudou radicalmente desde que introduziram métodos inspirados no “modelo japonês” de gestão.¹⁰

¹⁰ O modelo japonês diz respeito a um conjunto de técnicas de produção, a custos baixos, que atende, sobretudo, aos mercados estagnados, às economias de crescimento lento, ou, ainda, mercados em expansão. A produção baseia-se em uma resposta imediata às variações na demanda do mercado, cuja venda passa a informar a quantidade e a qualidade do que deve ser produzido. O método, desenvolvido pela Toyota, consiste numa fórmula flexível de produção em série, capaz de conceber, na mesma linha de montagem, produtos diferenciados, exigindo para isso uma organização flexível e integrada do trabalho e da mão-de-obra. Neste sistema, segundo Antunes (1997), a flexibilização da força de trabalho é imprescindível para a efetiva flexibilização do aparato produtivo.

Como mostra o trabalho de Rifkin (1995), no Japão, o estresse dos trabalhadores vem atingindo proporções alarmantes. O governo japonês, preocupado com o fenômeno que atinge, sobretudo, os trabalhadores da indústria automobilística, designou o termo **karoshi**, para designar a patologia de uma nova doença relacionada à produção e ao trabalho. O Instituto Nacional de Saúde Pública do Japão define o **karoshi** como uma condição pela qual as práticas de trabalho psicologicamente nocivas são toleradas, levando o trabalhador a um acúmulo de fadiga do corpo e a uma condição crônica de excesso de trabalho, resultando em um esgotamento fatal.

Tendo em vista o mesmo fenômeno, Sargentini (1996) também denuncia a situação enfrentada pelos trabalhadores no Japão. Anualmente, cerca de dez mil pessoas são vítimas de “overdose de trabalho”. O diretor de uma Associação de Advogados, responsável pela defesa das famílias dos mortos por “overdose de trabalho”, declara que muitos trabalhadores, principalmente da indústria automobilística japonesa, morrem de **karoshi**, ou se suicidam vencidos pela depressão. São raros os casos de indenizações e os sindicatos não dispõem de poderes para intervir na situação. Com a crise econômica, a situação tende a piorar, pois as indústrias reduzem a mão-de-obra, intensificando ainda mais o ritmo de trabalho.

De acordo com Antunes (1997), o chamado “modelo japonês” de gestão do trabalho e da produção demonstrou um enorme potencial universalizante, agindo em favor da lógica neoliberal¹¹ e trazendo conseqüências negativas para o mundo do trabalho nos países europeus, americanos e nos tigres asiáticos. A incorporação destas inovações, pelo Ocidente, conformou uma aquisição definitiva do capital, contra o trabalho, provocando uma redução das conquistas sociais válidas para o conjunto da população. Atualmente, segundo Toledo (2000), nos países da América Latina, a flexibilização do mercado de trabalho tornou-se uma das tarefas já consolidadas nesta formação sócio-econômica neoliberal.

A intensificação da exploração e a flexibilização das relações de trabalho – mediante o emprego de contratações temporárias, terceirizações e sub-contratações –, como alternativa para a rigidez organizacional do padrão de produção anterior, vem confrontando os trabalhadores com novas situações de trabalho, produzindo novas formas de sofrimento, até então insuspeitos. No contexto brasileiro, as mortes de trabalhadores rurais, na macro-região canavieira de Ribeirão Preto – que apenas recentemente chegaram ao conhecimento do Ministério Público Federal –, atestam o avançado estágio de desenvolvimento da agroindústria canavieira, no contexto de uma economia globalizada e neoliberal.

Segundo o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Élio Neves, as denúncias de super-exploração do trabalho, no setor açúcar/alcooleiro, vêm sendo realizadas desde a década de 1980. De acordo com o sindicalista, da década de 1990, até o momento presente, foi possível constatar uma “*verdadeira precarização das condições de trabalho*” (Ata da Audiência Pública). Conhecida pelos trabalhadores rurais como “*birôla*”, as mortes decorrentes do excesso de trabalho estão circunscritas, portanto, dentro de uma conjuntura internacional de banalização da vida e da injustiça social, que contribui sobremaneira para a reafirmação da simples condição de *labor* da força de trabalho.

É preciso, portanto, atentar ao tipo de tratamento que os trabalhadores do setor canavieiro recebem no ambiente em que exercem suas atividades. Podem-se identificar três formas de violação aos direitos do trabalhador: a primeira delas é o atentado às condições de trabalho – além da baixa remuneração, os trabalhadores estão submetidos às condições precárias de trabalho no eito: desferem intensos golpes com o facão, exigindo-lhes um movimento do corpo todo, principalmente dos braços e da coluna. Conforme já destacamos, em média, o trabalhador que corta 10 toneladas de cana por dia desfere cerca de 9700 golpes de facão, o que, muitas vezes, provoca acidentes como cortes profundos nos dedos, lesões por movimentos repetitivos nos punhos e braços, além de graves problemas na

¹¹ O neoliberalismo, como formação sócio-econômica, define-se como uma configuração de diferentes configurações, não é sistêmico, contradições, descontinuidades e obscuridades também o caracterizam (TOLEDO, 2000).

coluna. Exercendo movimentos tão pesados, os corpos desses trabalhadores ficam desidratados; no entanto, além de não disporem de água fresca no eito – como exige a lei - , mal podem interromper a atividade para um descanso, uma vez que isso prejudicaria o rendimento do trabalho (SILVA, 2003, 2005).

Uma segunda forma de violação é o atentado à privacidade – as conversas e os movimentos dos trabalhadores são vigiados, em boa parte do tempo, pelos fiscais no eito, que instituem o ritmo de trabalho a ser executado – estimulando, portanto, a competitividade entre os trabalhadores¹² – buscando a maior quantidade de produto, em detrimento da qualidade, tanto do tempo do trabalhador, como de suas condições físicas.

A terceira forma de violação é o atentado à dignidade – exige-se do trabalhador a saúde perfeita. Caso fique doente e leve atestado médico, o trabalhador corre o risco de “ficar marcado” e ir para a “lista negra”. A “lista negra” é um recurso de poder, pelo qual os empreiteiros exercem uma violência simbólica sobre os trabalhadores rurais que procuram e reivindicam seus direitos. Muitas vezes, o simples fato de um trabalhador procurar o escritório da usina para receber o valor correspondente à quantidade de cana cortada, pode ser motivo para que ele integre a “lista negra” e não consiga mais ser contratado nas safras seguintes. No caso das mulheres, há ainda um agravante: quando ficam grávidas são dispensadas, assim, a usina não precisa arcar com os custos da licença-maternidade. Além disso, se procuram seus direitos também correm o risco de integrar a “lista negra”. Esse mecanismo é, na verdade, “o resultado da submissão, da negação imposta aos trabalhadores. Representa a cristalização da negação do ser trabalhador. Nega-o. Retira-lhe sua essência, enquanto possuidor da única mercadoria que lhe sobrou: sua própria força de trabalho” (SILVA, 1999, p. 146).

As três principais formas de violação citadas acima se fundamentam em duas questões: a exploração dos trabalhadores rurais para que haja o lucro capitalista e a opressão desses trabalhadores no eito, que se traduz em sofrimentos prolongados. Quanto à primeira questão – especialmente no que concerne ao baixo salário pago aos trabalhadores rurais – já se discutiu muito, mesmo porque é possível visualizar com clareza os números: “É mais fácil reclamar do número marcado numa folha de pagamento do que analisar os sofrimentos suportados no decorrer de uma jornada de trabalho” (WEIL, 1979, p. 113). É preciso, então, atentar às outras reivindicações vitais que foram deixadas de lado. O trabalho por produtividade exige dos trabalhadores uma intensidade sem precedentes e suas conseqüências passam despercebidas – só entram em cena em caso de morte de algum trabalhador.

A morte, evidentemente, é o extremo limite que não se quer atingir, mas enquanto não se está morto, ao fim de uma hora de trabalho, do ponto de vista dos patrões, é que se pode ainda trabalhar mais. Assim é que, da mesma forma, todos os dias se batem novos recordes sem que ninguém imagine que o limite tenha sido atingido. (WEIL, 1979, p. 122)

Assim, o processo de reestruturação produtiva abre espaço para as discussões sobre o objetivo do trabalho na sociedade, sobre a relação homem-tarefa e acentua a necessidade de se considerar a dimensão mental do trabalho industrial, seja no meio urbano, ou nos eitos dos canaviais. *“Quanto aos trabalhadores que sofrem por causa da intensificação, do aumento da carga de trabalho, da fadiga, ou por causa da degradação das relações de trabalho, estes encontram dificuldades para reagir coletivamente. Os trabalhadores que tentam lutar se deparam com dificuldades que, mesmo sendo subjetivas, não deixam de ter conseqüências importantes para a mobilização coletiva e política”* (DEJOURS, 2000, p. 43).

¹² No eito, durante o corte da cana, os trabalhadores elegem o “Rei da cana”, aquele que obtém a maior produtividade no final da jornada de trabalho. Aqueles que não alcançam a média também ganham apelidos pejorativos.

A principal preocupação, do ponto de vista subjetivo, é a resistência, a capacidade de agüentar firme o tempo todo. Tendo em vista a dinâmica subjetiva do processo de trabalho, é preciso considerar que, contra a adversidade decorrente das condições objetivas enfrentadas, os trabalhadores elaboram procedimentos defensivos contra o sofrimento. Paradoxalmente, quando essas defesas funcionam bem, elas acabam dominando eficazmente o sofrimento, chegando, às vezes, a produzir uma espécie de anestesia, uma insensibilidade ao sofrimento, que passa a não ser mais percebido conscientemente pelos trabalhadores.

Nestas condições, as defesas estabilizam a situação e dificultam os esforços necessários para repensar e transformar a relação com o trabalho. As defesas excessivas agem a partir daí no sentido de uma resistência à mudança. Nos canaviais, o recurso à ingestão do “soro”, fornecido pela empresa para amenizar as câibras decorrentes do esforço físico e o consumo clandestino do “crack” (ANDRADE, 2003) são indicativos do intenso sofrimento físico e moral dos trabalhadores. O sofrimento é intenso principalmente entre os jovens. Desejosos de aprender e de demonstrar bons desempenhos, enquanto cortadores de cana, os jovens tendem a aceitar todas as tarefas que lhes são atribuídas.

A realização de um trabalho perigoso exige do trabalhador grande medida de coragem. Apelando para a coragem dos jovens trabalhadores, como fator de mobilização subjetiva, o sistema produtivo recorre à virilidade para obter um comportamento produtivo e subserviente. Essa virilidade, socialmente construída e associada ao masculino,¹³ é instrumentalizada e incorporada ao sistema, como princípio organizacional. Muitos não conseguem suportar a intensidade do trabalho. Não se trata de uma coincidência apenas, o fato de que, tanto no Japão, como no Brasil, a maioria predominante das vítimas da morte por excesso de trabalho, sejam migrantes, homens e situados numa faixa etária considerada “produtiva”.

Como mostra a psicodinâmica do trabalho, a explicação mais plausível para a fragilidade, ou inexistência, de um movimento coletivo de luta contra estas condições intoleráveis, está associada ao surgimento do medo, assim como ocorreu na Alemanha do período nazista. Todos esses trabalhadores vivem constantemente sob a ameaça de empregos precários, contratos com prazos determinados e demissões em massa. Essa nova forma de dominação pela manipulação gerencial da ameaça de precarização, gera condutas de obediência e de submissão. Através da imposição deste medo, as empresas quebram a reciprocidade entre os trabalhadores, desligam o sujeito do sofrimento do outro. E, sobretudo, desliga os que sofrem a dominação no trabalho daqueles que estão desempregados. O medo produz uma separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham. De acordo com Dejours (2000), a partir de certo nível de sofrimento, a miséria não une os trabalhadores, pelo contrário, destrói a reciprocidade, instaurando o individualismo.

Se retomarmos as discussões acima de Arendt, veremos que, no caso específico dos trabalhadores cortadores de cana, há um verdadeiro processo de esgarçamento do tecido da ação social, na medida em que o controle e a dominação, dos quais resultam o estranhamento, impedem a construção do ser social definir a identidade do “nós”, permitindo assim, a fragmentação individual e coletiva.

Este processo tem suas bases no trabalho temporário, característico deste setor de produção. Cabe salientar ainda que se trata de um trabalho exercido majoritariamente por migrantes, provenientes dos estados do nordeste de do Vale do Jequitinhonha/MG. No entanto, há uma permanência do temporário, pois desde o surgimento das grandes usinas na década de 1960, este trabalho assumiu estas características, tal como já foi analisado por Silva (1999). A presença temporária da maioria dos migrantes impede o enraizamento social e cultural nos lugares de destino. Por outro lado, há que se considerar as características étnicas dos migrantes. Em sua maioria são pardos e negros, portanto não

¹³ “... a virilidade socialmente construída como uma das formas principais do mal... O mal está fundamentalmente associado ao masculino” (DEJOURS, 2000, p.84).

brancos e não paulistas. A este dado se acresce a forma de distribuição espacial destes trabalhadores nas pensões, verdadeiros cortiços nas cidades dormitórias e nos chamados alojamentos, situados no interior dos canaviais. Esta distribuição segue em geral os estados de origem dos migrantes, o que amplia o processo de segmentação, pois entre eles, produzem-se e reproduzem-se preconceitos, tais como: os mineiros são mais esforçados que os baianos; os maranhenses não se misturam aos alagoanos e, assim por diante.

Com o intuito de aprofundar estas reflexões, faremos em seguida, algumas considerações sobre a natureza do trabalho temporário e do perfil dos migrantes.

A permanência do trabalho temporário

A compreensão dos modos de emprego da força de trabalho no complexo sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto também passa pela adequada caracterização dos significados sociais, e não apenas econômicos, da diversidade de relações que o capitalismo empreendeu na agricultura nacional. Esta diversidade, entretanto, parece não ter sido devidamente considerada por Graziano da Silva (1981) ao tratar, por exemplo, da sazonalidade no emprego da mão de obra na agricultura paulista. De acordo com o autor, o trabalho temporário sazonal seria uma estratégia eficiente do capital para solucionar o impasse colocado pelo processo produtivo agrícola reduzindo a disfunção entre *tempo de trabalho* e *tempo de produção*. Mesmo assim, o trabalho temporário na agricultura seria um forte indício da insuficiência e fraqueza do desenvolvimento capitalista na produção agrícola, uma vez que, por representar as discrepâncias existentes entre os tempos de trabalho necessários às diversas fases que envolvem o período de produção – plantio, tratamentos culturais e colheita –, o mesmo evidenciaria fragilidades que dificultariam a *total* subordinação da natureza ao capital.

Conforme o próprio autor,

É interessante observar que as opções de mecanização de colheita existiam para as culturas como trigo e soja, mas não para as tipicamente tropicais, como o café e a cana-de-açúcar. Apenas depois da 2ª Guerra Mundial é que se iniciaram as tentativas de adaptar uma colhedeira de cereja dos EUA para colher café no Brasil; e de uma colhedeira de cana a partir de máquinas desenvolvidas na Austrália. A explicação para isso parece estar no fato de que as transformações que o capital provocou na agricultura inglesa e norte-americana levaram realmente à revolução da produção agrícola em si mesma. Já as colônias de exploração, como o Brasil e demais países da América Latina, a subordinação da produção ao capital comercial teve um caráter profundamente reacionário, dificultando essas transformações. É sintomático, por exemplo, que, enquanto nos EUA a mecanização crescia rapidamente, no Brasil se “reinventava” a parceria e o colonato para fazer frente à escassez de mão de obra nas lavouras. Daí ser o mais correto afirmar que, além do trabalho assalariado temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação do proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 119)

Como a passagem acima assinala, Graziano da Silva atribui o “grau” de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo a um conjunto de instrumentos que “funcionam” e melhor viabilizam o processo técnico-produtivo. No caso brasileiro, o fato de, em certos momentos da produção, o trabalho humano ser substituído por máquinas, e em outros, apesar de existirem máquinas para substituí-lo, os investimentos necessários

para a efetivação de tal substituição ainda não terem ocorrido - dando margem ao surgimento do trabalhador temporário -, demonstra, segundo Graziano, a *insuficiência* e a *fraqueza* do desenvolvimento capitalista na atividade agrícola nacional. Porém, tal fenômeno parece apontar ainda para as particularidades que o capital confere à produção agrícola nacional. Isto porque a atividade econômica não é apenas uma relação dos homens com a natureza e com os instrumentos intermediadores, mas também – e sobretudo – uma relação inter-sujeitos. Trata-se, portanto, de uma relação que, por ser econômica, é também cultural e política. Como bem destaca Olmann (1993), é esta interpretação que nos permite compreender o capital como uma relação social com um suporte material, e o capitalismo, por sua vez, como uma forma histórica de organização da produção. Assim, para além do dimensionamento da estrutura técnica de produção, o capital deve ser apreendido como sendo o conteúdo de uma relação social de dominação do trabalho materializado (meios de produção, produtos e dinheiro), e de dominação do trabalho vivo que cria valor (força de trabalho). Nesta relação, o trabalhador assalariado, com seu trabalho *concreto*, transfere para o novo produto a parte do valor dos meios de produção consumidos produtivamente e, ao mesmo tempo, com seu trabalho *abstrato*, cria um novo valor, materializado na mercadoria que ele mesmo produz.

Todavia, a composição técnica dos processos de produção de valor não pode servir como parâmetro para análises sobre a consistência de relações capitalistas. Se adotarmos a perspectiva da *totalidade*, a inadequação deste tipo de análise torna-se ainda mais nítida. Conforme ressaltam Lukács (1992) e Kosík (1976), na dialética marxiana, a *totalidade* se constitui no espaço de objetivação das partes em suas relações com o todo. A análise dialética da relação entre o geral e o específico permite justamente o encontro da totalidade em cada momento particular, guardando de cada momento o seu caráter de momento. Do ponto de vista analítico, portanto, a realidade social pode ser compreendida pela constante tensão entre os momentos parciais e a totalidade¹⁴.

Esta é a essência da explicação do materialismo dialético, qual seja, a concepção e apreensão dos fenômenos sociais com referência ao singular e ao geral. Aplicando tal método de análise ao problema aqui exposto, podemos compreender o trabalho temporário como forma particular, especificidade histórica do desenvolvimento geral do capitalismo na agricultura. Isto porque o próprio movimento de acumulação se instaura através de relações sociais que são tecidas em bases territoriais, políticas e culturais diferenciadas. É mister, portanto, evidenciar-se a importância de variáveis históricas locais (sejam estas de caráter social, cultural, político, biofísico, etc.) no entendimento tanto do progresso técnico quanto das relações de trabalho na agricultura; isto é, trata-se de considerar as particularidades políticas, sócio-culturais e ambientais que, em alguma medida, seguem remodelando as estratégias de acumulação.

Nesta perspectiva, cabe a afirmação de Prado Jr. (1977, 99), para quem,

[...] é preciso não confundir 'capitalismo' com tecnologia desenvolvida. Essa confusão é insinuada e estimulada por concepções apologéticas do capitalismo, e toma por padrão de referência o sistema tal como se apresenta nos países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos e na Europa Ocidental. Mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são as relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção, ou que concorram na produção de mercadorias (instrumentos de produção e máquinas, matéria-prima a ser elaborada etc., e particularmente força de trabalho empregada na produção), são mercadorias que se compram e vendem, e privadamente apropriadas: a força de trabalho, pelo trabalhador; as demais, pelo

¹⁴ Neste sentido, Cardoso (1993, pp. 91-92) enfatiza que, “*metodologicamente, trata-se de um esforço de elevação do particular para o geral no qual as relações parciais (particulares) vão sendo circunscritas em teias de relações e vão se especificando e determinando de tal modo que a síntese resultante (o todo, a totalidade) apareça, não como amálgama confuso, indeterminado, “geral”, mas como um conjunto hierarquizado e articulado de relações. Este conjunto articulado de relações só se alcança por intermédio da produção de conceitos que ponham a nu o modo de relação entre as partes que compõem o todo e as leis de seu movimento.*”

capitalista e empresário da produção. O capitalismo é assim, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção.

Sob tal perspectiva, a contradição posta por Graziano da Silva sobre a situação do assalariado temporário – que seria, ao mesmo tempo, produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura e resultado da fraqueza e insuficiência desse desenvolvimento – é, no âmbito da *totalidade*, apenas uma contradição aparente, falseada em suas características de manifestação imediata. Isto porque, quando analisado em suas conexões significativas com os interesses de acumulação da moderna agroindústria, este assalariamento temporário revela-se como categoria absolutamente atrelada e central no movimento de produção de valor.

Assim, o trabalho temporário é uma forma específica de manifestação do desenvolvimento capitalista na agricultura. A hipótese da possível “insuficiência” deste desenvolvimento, fundada na análise da resposta social aos impasses locais das diferenças entre os tempos de *trabalho* e de *produção*, assume traços positivistas justamente por introduzir na análise uma noção de progressão de relações – e, por conseguinte, de linearidade no curso da própria história. Outrossim, a “insuficiência” supõe o *inconcluso*, ou seja, o não acabado que é passível de projeção teleológica, previsível, sujeito à regra e que pode ser inequivocamente interpretado sob a perspectiva do *devir*.

Contudo, o trabalho temporário na agricultura compõe uma teia complexa de determinações tributárias do modo como o capital industrial relacionou-se com a produção agrícola no país. Não só as dimensões econômicas do hiato entre tempos de *trabalho* e de *produção*, mas também conflitos de classe relativos às questões fundiárias e à determinação dos direitos trabalhistas no campo, estão envolvidos na construção social do trabalho temporário e de sua expressão simbólica mais marcante, qual seja, a figura do “bóia-fria”. Conforme apropriadamente destacado por Silva (1999), os marcos institucionais que reafirmaram, ainda na década de 60, os direitos trabalhistas à força de trabalho rural (com destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963), contribuíram de modo decisivo para a expansão do trabalho temporário no país na medida em que se restringiram a regular apenas as formas de contratação da força de trabalho permanente, deixando os volantes fora de seu espectro de regulação. Tratada como temporária, eventual, a categoria dos “bóias-frias”, desprovida então de direitos trabalhistas, tornou-se funcional ao movimento de acumulação na agricultura, posto que passou a representar uma alternativa menos onerosa (dos pontos de vista econômico e de compromissos trabalhistas) de emprego da força de trabalho no empreendimento capitalista no campo.

Portanto, o trabalho temporário pode ser adequadamente compreendido como uma das formas sociais produzidas pelo desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, e não expressão de sua suposta inconclusividade. Resulta da emergência de processos econômicos e políticos envolvidos em contradições de classe, expressando parte das especificidades das relações estabelecidas entre trabalho social e propriedade fundiária na sociedade brasileira. Assim como o trabalho escravo, que a despeito do ar de “atraso” permanece articulado às propriedades rurais com perfis indiscutivelmente modernos de produção agrícola¹⁵, o trabalho volante é circunstancialmente eficiente, em termos de produção de valores excedentes, para a preservação das relações de dominação sócio-política da agricultura modernizada e de sua expressão maior, qual seja, o chamado agronegócio.

¹⁵ Nos últimos anos têm sido recorrentes os alertas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre o crescimento do trabalho escravo em todo o mundo. No Brasil, em particular, a OIT tem destacado, a partir dos dados do Ministério do Trabalho, que a maior recorrência de denúncias de trabalho escravo ocorre no uso do trabalho sazonal em áreas de desmatamento, na produção de carvão vegetal e em atividades agrícolas, tais como o corte de cana, a plantação de capim e a colheita de algodão e de café. O emprego de modalidades de escravidão e trabalho forçado no país segue fortemente atrelado aos movimentos migratórios de trabalhadores que são efetivamente traficados, pelos *gatos* intermediários, de regiões com graves bolsões de pobreza, afetadas pelo desemprego sazonal ou pela seca, para empresas agrícolas altamente capitalizadas (OIT, 2002).

Na medida em que as contradições que sustentam o trabalho temporário na agricultura brasileira são interpretadas como relações características de um modo de modernização historicamente circunscrito, os processos envolvidos na *totalidade* do desenvolvimento capitalista da agricultura nacional podem ganhar maior nitidez analítica. Abrindo mão da noção de insuficiência, torna-se possível a compreensão aprofundada da complexa teia de relações sociais que suportam o trabalho temporário como relação na agricultura nacional. Nesta perspectiva, categorias sociais fundamentais para a compreensão das relações de trabalho em tempos de *alta modernidade* – tais como classes sociais, raça e gênero – podem ser analisadas e dimensionadas no interior desta modalidade específica de emprego da força de trabalho, possibilitando assim a complexificação da análise *concreta* do fenômeno.

As migrações no contexto da reprodução dos capitais do agronegócio

A categoria migrante, por sua vez, não pode ser considerada tão somente como analítica, mas também como categoria histórica. Em sendo histórico, o trabalho diz respeito a um conjunto determinado de relações sociais, pautadas pelas organizações de classe, gênero, raça/etnia. Assim sendo, torna-se necessário também redefinir a categoria migrante, freqüentemente utilizada de forma abstrata, sob a rubrica dos fluxos migratórios ou deslocamentos de populações.

Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por estes processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. Estas duas perspectivas conduzem às reflexões, segundo as quais, os fatores econômicos não são os únicos a ser levados em conta na análise da migração e dos migrantes.

Desta sorte, os (as) que partem fazem parte do conjunto do (as) que ficam. Partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simultaneamente, tempo de ficar para outros. Portanto, produz-se uma simbiose entre o tempo uno, cindido em dois espaços. É evidente que as relações produzidas neste contexto social não podem ser consideradas meramente como complementares, ou como estratégias de sobrevivência. Torna-se necessário compreender tais relações como contraditórias, onde conflitos, perdas, separações, mortes associam-se aos reencontros, às voltas, às reconstruções culturais etc.

A complexidade destas situações exige do pesquisador a adoção de uma postura teórico-metodológica, capaz de compreender a *migração como um processo social*, e os migrantes como agentes deste processo. Ao invés dos modelos de deslocamentos de população, sugere-se a análise da migração, enquanto um acontecimento histórico, que atinge os (as) que partem e os (as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, visto sob a ótica das organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia. O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. No entanto, reafirma-se que se parte do princípio marxiano, segundo o qual, os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas. Logo, as estruturas objetivas – classe, gênero, raça/etnia – são as organizações sociais, no interior das quais as ações dos sujeitos migrantes se desenrolam.

Assim, os sujeitos aqui considerados são homens, mulheres, pobres, camponeses, originários de várias regiões do Brasil que, por meio das migrações temporárias, se deslocam para o estado de São Paulo todos os anos, para o trabalho na colheita da cana, laranja e café. Marx, em várias passagens de *O Capital*, sobretudo no capítulo da *Acumulação primitiva*, mostra que a produção do proletariado urbano ocorreu por meio de

um violento processo de expropriação dos camponeses durante séculos. Este processo foi acompanhado por outro processo de assujeitamento de corpos e almas. Ou seja, não bastava arrancar o camponês de sua terra e de seus meios objetivos de vida, porém socializá-lo, pela força, ao regime de trabalho nas fábricas, sob a égide e participação do Estado (POLANY, 1980; FOUCAULT, 1983; MOORE, 1983). No início do século XX, a grande pensadora, Rosa Luxemburgo (1976), causou várias polêmicas com sua tese sobre a reprodução do capital, ao discordar das interpretações de K. Marx. Segundo ela, o capital não consegue se reproduzir, utilizando-se apenas da força de trabalho, existente no interior de suas próprias fronteiras. Para garantir os níveis de acumulação desejados, há necessidade da *importação* de uma força de trabalho, proveniente de outras regiões, das áreas pré-capitalistas. Portanto, de acordo com sua tese, a reprodução ampliada do capital somente seria garantida por meio destes viveiros de mão-de-obra, existentes fora das fronteiras do capital. Deste modo, o processo de acumulação originária não se refere somente ao início da era capitalista, mas o acompanha também nas fases de sua reprodução ampliada.

Praticamente, um século mais tarde, percebe-se a grande atualidade desta tese. Hoje em dia, diferentes pesquisas em várias regiões do mundo têm mostrado que, cada vez mais, o capital busca estes viveiros de mão-de-obra barata, desqualificada, a fim de aumentar os níveis de acumulação. A mundialização e seu corolário - a reestruturação produtiva - trouxeram várias conseqüências, dentre elas, a precarização, a segmentação por sexo e raça/etnia, a desqualificação, a temporalidade do trabalho, além do desemprego e da exclusão social. Diante deste quadro, migrar vem se tornando uma necessidade para milhões de pessoas em muitas partes do mundo.

Segundo um outro autor da vertente marxiana, Gaudemar (1977), as condições determinadas pela acumulação de capital exercem um papel fundamental na mobilidade do trabalho, na medida em que ela permite o uso capitalista da força de trabalho nos lugares e nas condições de intensidade requeridas para a maior produção de excedentes. Em nosso entendimento, esta tese se assemelha àquela proposta por Rosa Luxemburgo, cuja análise dos padrões de acumulação do capital está ancorada na produção e na exploração constante de uma massa de trabalhadores que se movimentam por diferentes espaços geográficos.

No entanto, esta situação não possui nada de natural, e, ademais, ela não é comum a todas as épocas históricas. Ao contrário, ela é o resultado de um desenvolvimento histórico preliminar, o produto de um grande número de revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de velhas formas de produção social, segundo Marx.

Estas abordagens remetem às reflexões acima sobre o trabalho, enquanto categoria analítica e histórica. Do mesmo modo *et pour cause*, o trabalhador, como produto de relações sociais determinadas, passa a ser o centro da análise. Em se tratando das migrações, o eixo das interpretações recai sobre os agentes inseridos nesta realidade: homens, mulheres que se deslocam em diferentes espaços. Por outro lado, estes deslocamentos dizem respeito às relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, produzidas nos espaços de origem e de destino dos migrantes, relações estas que se transformam não apenas em função de uma lógica estrutural do movimento do capital, mas também em função de relações sociais, entendidas como processo, isto é, como devir, como contradição, onde sujeitos determinados agem historicamente. É mais. As condições estruturais não dizem respeito apenas às organizações de classe, como também às de gênero e raça/etnia.

A fim de trazer à luz tais elementos, com base na situação empírica tratada neste texto, buscamos o entendimento da migração como processo que atinge os agentes sociais, mediante suas ações e comportamentos, definidos por partidas, retornos, enfim por um processo não linear (GARCIA JR., 1990). É preciso não se esquecer que, em relação às migrações temporárias, os estudos são em número bastante reduzido, sem contar que, pela dificuldade em quantificar os indivíduos envolvidos, elas escapam às análises dos Censos Demográficos e outras que visam à apreensão dos grandes fluxos migratórios. As pesquisas sobre os migrantes temporários demonstram que se trata de um fenômeno interregional e

intra-regional que atinge pessoas de várias partes do país. (SILVA, 1996; MENEZES, 1985, 1992, 2002; RIOS NETO E DEUS, 1989; SYDENTRICKER E TORRES, 1991).

As investigações (Silva, 1999) têm revelado que a definição de *temporário* encobre uma multiplicidade de situações concretas, que, às vezes, possuem um tempo de duração, que abrange quase toda a vida ativa dos indivíduos envolvidos, ademais de se reportar a diferentes lugares. No que concerne à região de Ribeirão Preto/SP, para a qual se destinam milhares de migrantes todos os anos, observa-se que o tempo de permanência é em torno de 10 meses ao ano. Há casos em que, após o término do corte da cana, os trabalhadores se deslocam para outras regiões - colheita do algodão, amendoim - regressando aos locais de origem por apenas alguns dias, em visita à família, ou por ocasião das festas. Produz-se assim, a *permanência das migrações temporárias*. Ou seja, o lugar de destino é sempre o mesmo, assim como o tempo de permanência. Neste ponto, é importante retomar as discussões de Martins (1986, p. 49-50) acerca das diferenças entre migrantes temporários e migrações temporárias. Após estabelecer uma tipologia de migrante temporário (sete tipos) e três modalidades de migrantes temporários, o autor estabelece esta distinção, a partir da concepção de ausência.

Esta distinção é extremamente importante, na medida em que fatores estruturais não são analisados de forma única e determinante e nem excludente. Ou seja, é uma distinção que permite o resgate dos agentes inseridos numa situação estrutural de migração temporária, isto é, em que fatores objetivos e subjetivos se relacionam dialeticamente.

No que concerne aos migrantes, enquanto agentes pertencentes a um determinado grupo social, estas diferenciações são de duas ordens: em relação aos que partem e aos que ficam. Os que partem são, no caso dos temporários, em sua grande maioria, homens, embora haja também mulheres (SILVA, 1996). Além dos diferenciais de gênero, há aqueles referentes à raça/etnia. Os baianos são considerados diferentes dos mineiros, dos paraibanos e assim por diante. Nas usinas da região de Ribeirão Preto/SP, como já foi mencionado acima, há uma estratégia comum entre os patrões, que consiste na separação do espaço físico entre trabalhadores de diferentes origens. Esta separação se materializa em alojamentos diferenciados para mineiros, baianos, alagoanos e assim por diante, ou mesmo por turnos de trabalho. .

Portanto, da ótica dos proprietários, esta segmentação visa ao pagamento de salários diferenciados, que dizem respeito à tendência em diminuir cada vez mais o preço da força de trabalho. Considerando o trabalho como histórico, inexistindo fora da pessoa do trabalhador, observa-se que é importante para o capital que estas diferenças sejam reproduzidas, pois elas contribuem para que os níveis de acumulação sejam ainda maiores. Além dos ganhos políticos, há o estigma generalizado contra os trabalhadores de fora. Na verdade, estas representações camuflam o preconceito contra o negro e o mestiço. É mais uma demonstração do racismo cordial, segundo o professor Milton Santos, que está na base da segmentação racial/étnica do trabalho. Portanto, o preconceito, os estigmas são produzidos de acordo com os espaços sociais. (SILVA, MENEZES, 1999; ROSSINI, 2004; VETTORASSI, 2005)

Estas reflexões permitem o entendimento das migrações temporárias no contexto da reprodução dos capitais do agronegócio e, sobretudo, da integração das distintas regiões. A partir do ano 2000 tem sido registrada a mudança na cartografia migratória por meio da presença de grandes contingentes dos estados do Piauí e Maranhão, além daqueles já mencionados, segundo os mapas anexados no final deste texto.

Há, portanto, uma relação íntima entre os fluxos migratórios e a ocupação das áreas de *cerrado* do Piauí e Maranhão com as plantações de soja, precedidas pela pecuária. Estes estados apresentam grandes índices de exportação de mão-de-obra, inclusive para o trabalho escravo na agricultura do sudeste, Pará e Mato Grosso. Por outro lado, a presença de grandes contingentes de expropriados é responsável pelo aumento da oferta de força de trabalho, o que implica no aumento do processo de precarização das relações de trabalho, das condições de moradia e de vida dos migrantes, sem contar o recrudescimento das divisões étnicas – os *outsiders* – nos espaços das cidades-dormitórios, o que pode levar à

produção de uma sociabilidade definida por conflitos e, até mesmo, violência, ao invés da união e da construção de um comum pertencer, portanto da ação, segundo H. Arendt.

Retomando as discussões acima sobre o trabalho temporário, bem como a crítica ao caráter inconcluso do capitalismo nessa agricultura, verifica-se que, ao contrário dessas teses, essa modalidade de trabalho antecede àquela verificada mais tarde nos países de economia avançada. A grande questão que pode ser colocada para o debate neste momento é que, muitas vezes, as análises histórico-concretas são pautadas pelas adjetivações – inconcluso, atrasado, tardio e, assim por diante. O caráter substantivo do trabalho é negado em função desses adjetivos, advindos das comparações ou dos adesismos às teses produzidas nos países de economia mais avançada.

Portanto, a temporalidade do trabalho integra-se às necessidades de reprodução desses capitais, favorecidas pela existência de grandes contingentes de mão-de-obra, produzidos fora de suas fronteiras, embora no mesmo país. A preferência pelo trabalhador migrante temporário justifica-se pelas razões acima apontadas e, ainda mais, pela vulnerabilidade social e cultural, criada nos espaços de destino, que nada mais são do que não-lugares. Despojado da sociabilidade de seu lugar de origem, o migrante torna-se presa fácil do sistema de exploração imposto. A aceitação – de salários baixos, do contrato que estabelece os níveis de produtividade em torno de 12 toneladas de cana cortada por dia, portanto, acima de suas condições físico-biológicas, do sistema de cinco por um (trabalho durante cinco dias e um dia de descanso), o que representa um desrespeito à sociabilidade dos trabalhadores, sobretudo aqueles que estão com as famílias, das condições precárias de moradia, de trabalho e de transporte – revela não a passividade, fruto do analfabetismo ou da pouca escolaridade, porém a ausência de outras alternativas de trabalho, portanto de sobrevivência.

Ademais, para o jovem migrante, a virilidade, a coragem, o enfrentamento, são atributos do gênero masculino. Não aceitar as regras significa ser “frouxo”, “medroso”, “fraco”. A virilidade acaba se tornando um fardo pesado, sobretudo quando se agrega a responsabilidade de sustentar a família que ficou para trás; por isso, a categoria gênero é importante para o entendimento da complexidade desta realidade, além da etnia, como já foi dito acima. Estes elementos histórico-concretos incrustados na pessoa do trabalhador o definem como um ser vulnerável. É como se fosse um ilegal, um estranho no seu próprio país¹⁵¹⁶.

O estranhamento é duplo: tanto em relação ao trabalho, como em relação ao trabalhador. Conquanto, é justamente este duplo estranhamento que define essas relações de trabalho situadas nas empresas modernas, muitas delas com capitais transnacionais, cujas ações são vendidas na Bovespa, segundo informações do Grupo COSAN¹⁷. Nas usinas deste grupo foram registradas duas mortes de trabalhadores.

A luta de classes acabou?

Como dissemos no início deste texto, no mês de outubro de 2005, houve duas audiências públicas na cidade de Ribeirão Preto a fim de apurar as mortes dos trabalhadores rurais, ocorridas em função do excesso de esforço exigido durante o corte da cana.

¹⁶ Esta “ilegalidade” pode ser confirmada pela atitude de vários delegados de polícia de cidades desta região que exigem o cadastramento de todos os migrantes assim que chegam para o início da safra. Esta atitude, que se constitui no desrespeito aos direitos humanos, é justificada como meio para controlar a violência, cujo aumento é atribuído falsamente aos migrantes nestas cidades. Para o aprofundamento das representações negativas que recaem sobre os migrantes que residem nas cidades-dormitórios, ver Vettoracci (2005), Silva (1993).

¹⁷ O grupo, a maior companhia de açúcar e álcool do Brasil, cujos objetivos estão voltados para o mercado internacional, listado na BOVESPA, vendeu 16 milhões de ações a R\$48,00 cada uma... As ações foram vendidas a empresários brasileiros e dos EE.UU. (Boletim IUF, UITA, IUL, 2005, p.5). Este grupo é dirigido hoje por um empresário de grande sobrenome tradicional do setor, Rubens Ometto.

A responsabilidade da primeira audiência coube à Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural. A referida Relatoria Nacional faz parte do projeto “Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC)”, coordenado pela Plataforma Brasileira DHESC, com apoio do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD/ONU) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, cujo objetivo primordial é contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos com base na Constituição Federal e nos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ratificados pelo país, através da nomeação de especialistas relacionados a direitos específicos (educação, saúde, alimentação, moradia adequada, trabalho e meio ambiente).

A segunda audiência coube à Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho que integra o mesmo projeto da Plataforma DHESC. A estas audiências compareceram representantes dos organismos institucionais do Ministério Público, do Ministério do Trabalho por meio de delegados regionais, procuradores e promotores; representantes de ONGs, dentre elas, cabe destacar a Pastoral dos Migrantes, responsável pelas denúncias das mortes; pesquisadores e alunos das Universidades Públicas (UNESP, USP, UNICAMP e UFSCar); representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além da FERAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo); trabalhadores rurais e a esposa, viúva de um dos mortos; alguns representantes das usinas da região.

A realização das duas audiências públicas¹⁸ constitui-se num fato novo no contexto destas relações de trabalho. Muito embora, tenha havido denúncias de irregularidades, em razão do descumprimento da legislação trabalhista, encaminhadas ao Ministério Público, em vários momentos, a chamada para duas audiências pela Procuradoria Geral da República de São Paulo e pela Plataforma DHSC, ambos organismos situados fora do domínio das grandes empresas, merece uma análise mais detalhada sobre esta realidade.

Nos limites deste texto, não é possível o aprofundamento desta análise, cabendo-nos, entretanto, o levantamento de algumas questões, consideradas importantes ao debate atual sobre o trabalho em tempos de mundialização do capital. Torna-se evidente que a tese do fim do trabalho não tem respaldo na realidade em questão.

Por outro lado, atualmente, o processo de mundialização do capital é caracterizado pelas redes, segundo Castells (1999). Até a década de 1980 as empresas do setor açucareiro desta região de estudo mantinham uma estrutura verticalizada, ainda sob o controle de grandes grupos familiares, como as famílias Zanin e Ometto. A partir de então, houve uma transformação que acompanha as tendências mais recentes apontadas pelo processo de mundialização: a tendência à organização em redes em diversos níveis. Nas estratégias observadas em cada uma das grandes empresas da região, um ou outro modelo de rede descrito pelo autor: algumas vezes unem-se empresas de pequeno e médio porte, outras vezes, há o modelo de licenciamento e subcontratação de produção sob o controle de uma grande empresa (pág. 181), em outras a interligação de empresas de grande porte

¹⁸ A audiência pública tem como objetivo obter subsídios e informações junto à sociedade civil para elaboração de um plano específico para atuar em uma determinada área. O referido plano estabelece as metas prioritárias em cada uma dessas áreas de atuação que possibilita, dentro do planejamento estratégico, definir ações institucionais para alcançar os objetivos traçados. E sempre será aberta ao público em geral. A realização de audiências públicas, como instrumento da participação popular na função social, é inerente ao Estado Social e Democrático de Direito, servindo, também, para controle da atividade de toda sociedade civil. A audiência pública, no Brasil, tem previsão na Lei n.º 9.784/1999, como mecanismo de instrução do processo administrativo federal, visando ao desempenho da função administrativa pelos entes da Administração Pública Direta e Indireta, dos três Poderes da União, a saber: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. O Ministério Público representa na audiência pública, indispensável instrumento para realização da missão institucional (MORAES, 2005, p. 536 - 550; SILVA, 2003, pp. 582-587).

no que passou a ser conhecido como aliança estratégica (pág. 183). Em um ou outro modelo, a horizontalização é característica predominante: extensão de redes e maior divisão territorial do trabalho.

O grupo COSAN, por exemplo, que até 1999 apenas utilizava-se da estratégia de redes de subcontratação e licenciamento da produção sob seu controle, a partir de então passa a constituir alianças estratégicas com grandes capitais internacionais, constituindo, então, redes globais de empresas. Em 2000 este grupo decide pela centralização da gestão, prevenindo, talvez, os “erros de articulação” de que fala Castells, baseado nas palavras de Ruy Benveniste. Hoje o grupo reúne investidores ingleses, franceses e chineses, dentre outros, cada qual constituindo sua parceria em momentos diferentes do processo produtivo, formando alianças cooperativas, segundo Castells

Tais alianças são muito diferentes das formas tradicionais de cartéis e outros acordos oligopolistas porque dizem respeito a épocas, mercados, produtos e processos específicos e não excluem a concorrência em todas as áreas (a maioria) não cobertas pelos acordos. Foram particularmente relevantes nos setores de alta tecnologia, à medida que os custos de P&D aumentaram muito, e o acesso a informações privilegiadas tornou-se cada vez mais difícil em um setor em que a inovação representa a principal arma competitiva. (p. 183).

Entretanto, estas redes que se formam em níveis internacionais, que não obedecem às fronteiras dos estados, estão ligadas umbilicalmente às localidades. No nosso estudo, tais localidades se situam nas cidades-dormitórios, *loci* da reprodução da força de trabalho, requerida pelas grandes usinas, constituída pelos moradores que, são oriundos, em sua grande maioria de outras regiões do país e pelos migrantes temporários, que se alojam nas denominadas pensões, verdadeiros cortiços, compostos de quartos nos fundos-de-quintais, onde predomina a miserabilidade. Esse processo de especialização de funções locais apresenta uma característica bastante peculiar. Sabe-se que um dos fatores relevantes que concedem aos produtos agrícolas brasileiros competitividade no mercado internacional é o baixo custo da mão-de-obra empregada neste setor, que, nas últimas décadas, com a modernização da agricultura e a conseqüente diminuição de ofertas de emprego, têm passado por um processo de redução ainda maior.

É este o dado fundamental que concede outras características a estas cidades. De um lado, temos um processo de miserabilidade crescente da mão-de-obra trabalhadora – que tem ganhos reduzidos – e dos desempregados – que passam a viver do salário ou da aposentadoria de um ou outro membro da família, do assistencialismo do Estado ou da Igreja, ou passam a constituir os “circuitos inferiores” da economia local, o pequeno comércio, cujas características acompanham as possibilidades de consumo desta população periférica.

Estes circuitos inferiores de que fala Santos (1979, p. 64) colaboram para o desenvolvimento de um outro quadro que acompanha esse processo de miserabilidade: a segregação, ou seja, a segmentação sócio-espacial. Em geral, encontramos, de um lado, uma periferia que abriga esta mão-de-obra utilizada e descartada pelas usinas e, de outro, uma região central onde reside a população que trabalha no setor de serviços e as famílias dos pequenos proprietários agrícolas. Por fim, são estes aspectos do desenvolvimento da malha urbana, chamados também por Fernandes (2004) de “patológicos”, que criam a necessidade do estabelecimento do que aqui chamamos de “redes periféricas”, em contraposição às “redes centrais” da economia, que envolvem os grandes capitais.

Desta sorte, a presença de milhares de migrantes durante a safra reforça a idéia de “redes periféricas” e também da fragmentação espacial e social, dado que, estes migrantes se alojam espacialmente segundo os locais de origem.

Em Guariba, por exemplo, grupos heterogêneos se separam entre “nativos” e “os de fora”, que se diferenciam em diversos aspectos: o primeiro grupo é constituído de brancos, o outro de negros e pardos; o primeiro é morador do centro, o outro do Bairro Alto; o primeiro

é de classe média e classe média alta, o outro é de classe baixa. Todos estes elementos são resumidos em poucas palavras detentoras de estigmas: “de fora”, estranho, “do morro”, migrante, nordestino. De acordo com pesquisa de campo realizada em Guariba, em que moradores do Bairro Alto e do centro da cidade foram ouvidos, percebemos que há uma qualidade comum compartilhada com os “de fora” que os identifica desta forma: *ser negro ou pardo*; sua corporalidade projeta uma impressão para os nativos que torna possível uma dialética e discriminatória relação entre os dois grupos. Utilizando-se da expressão *migrante*, o nativo mascara um preconceito de cor e de raça muito mais evidente e forte que o de naturalidade. Munido de seu alto poder de coesão, o nativo atribui ao “de fora” (migrante e, principalmente, negro ou pardo) todos os males de sua sociedade.

Assim, coexistem duas estruturas de redes, paralelas, porém complementares. Ambas surgem da necessidade de manutenção das políticas econômicas tal como hoje se encontram, mas possuem sujeitos e fins diversos. As “redes centrais” são dinamizadas pelo grande capital e servem à sua reprodução ampliada. As “redes inferiores”, por outro lado, são dinamizadas pela mão-de-obra disponível ao grande capital e suas famílias, para possibilitar a sobrevivência frente à tanta escassez. Por fim, podemos dizer que a primeira rede se alimenta da segunda, pois que é às custas do gigantesco processo de exploração que aquela tem conquistado espaço do mercado global.

As reflexões desenvolvidas até aqui nos permitiram definir o trabalho a partir de sua concretude histórica – trabalho temporário exercido majoritariamente por migrantes – bem como problematizar as relações de classes existentes, levando – se em conta as fragmentações no bojo da classe dos trabalhadores rurais, não só divididos em nativos e os de fora, como também segundo seus estados de origem. É esta tarefa que nos propomos a seguir, considerando as duas audiências públicas como sendo o cenário do *enjeu* destas relações, por meio da participação de outros atores sociais.

A primeira audiência, presidida pelo Procurador Geral da República de São Paulo, dos Direitos do Cidadão, Dr. Sérgio Gardenghi Suyama, contou com a colaboração do Dr. Flávio Luiz Schieck Valente, relator nacional para os Direitos Humanos à Alimentação, Água e Terra Rural, registrou a presença de 220 pessoas e teve duração de quase 8 horas ininterruptas. Antes, porém foram realizadas uma reunião com representantes da Pastoral dos Migrantes, sediada na cidade de Guariba, e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e uma visita aos canaviais e a um alojamento da Usina Bonfim, cuja situação, descrita numa parte do relatório é a seguinte:

Os trabalhadores saem de suas casas e/ou dos alojamentos entre as 5 e 6 horas da manhã, chegando aos canaviais um pouco antes das sete. O horário do almoço se dá em torno das 11 horas da manhã, não havendo tempo definido para a parada. Os trabalhadores locais trazem a comida de casa, quando saem cedo. Os trabalhadores alojados (migrantes) recebem a comida da empresa quando saem para trabalhar cedo. Alguns comem o alimento aos poucos, outros comem tudo de uma só vez. Os trabalhadores acham que a quantidade da alimentação oferecida pela empresa é suficiente, mas a qualidade é inadequada, sem tempero e sabor. Muitas vezes a comida azeda, especialmente se está muito quente.

A empresa fornece bota, perneira, braceira, óculos e capuz, além do facão e lima. A Usina Bonfim não oferece roupa nem o mangote para o trabalho. A troca do material ocorre da mesma forma que na outra Usina.

Vários trabalhadores relatam que cortam entre 15 a 20 toneladas de cana por dia. Os migrantes, em média, são mais jovens que os trabalhadores locais. Vários dos trabalhadores migrantes tem em torno de 20 anos.

Empregados da Usina informaram que o Roundup (glifosato) ou Ethrell (etefon) são usados tanto como herbicidas bem como aceleradores do amadurecimento da cana de açúcar, quando necessário. O uso como acelerador do amadurecimento ocorre cerca de 3 a 4 semanas antes do corte.

Durante toda a visita, os funcionários da Usina se desdobraram para manter-se próximo do Relator e dos representantes da DRT e do MP,

tentando impedir que os trabalhadores se sentissem livres para manifestar sua opinião. Somente em breve momentos houve a oportunidade de conversar mais francamente com os trabalhadores.

Durante a visita ao alojamento de trabalhadores migrantes, dentro da propriedade da Usina Bonfim, foram obtidas as seguintes informações e constatados os seguintes fatos:

Foram encontrados no alojamento os trabalhadores (cerca de 40) que se encontravam de folga no dia 04, segundo o rodízio 5 por 1.

As condições do alojamento se aproximam a de uma prisão. Em cada quarto existem 3 ou 4 camas. Os cômodos não têm janelas e as portas se abrem todas para um corredor interno. A área onde é feita a lavagem dos utensílios de trabalho é a mesma onde se lavam as marmitas e onde se obtém água para consumo individual. A presença de funcionários da empresa, durante todo o tempo em que estivemos no alojamento foi intensa, tentando impedir o acesso livre aos trabalhadores.

Diferentemente dos trabalhadores locais que reclamam do rodízio 5x1, os trabalhadores migrantes não reclamam tanto, porque não tem família na localidade, com raríssimas exceções.

A maior parte dos trabalhadores no alojamento era de Minas Gerais

Foram recebidas denúncias de vários trabalhadores presentes no alojamento, que eles haviam sido aliciados por pessoas ligadas à empresa em suas cidades de origem¹⁹.

No Relatório da segunda Audiência Pública, presidida pela Dra. Cândida da Costa a situação encontrada é assim descrita:

Os trabalhadores entrevistados no alojamento Jibóia (Usina do grupo Cosan em Rio das Pedras) são oriundos do estado de Minas Gerais, especificamente dos municípios do Vale do Jequitinhonha, destacando-se os municípios de Araí, Araçuaí, Novo Cruzeiro, Salinas. A idade varia entre 20 e 50 anos, não havendo, portanto, um perfil etário determinado. No tocante ao perfil racial, a identificação é visível: o índice de negros e pardos é absolutamente maior que o de qualquer outro segmento racial; com formação educacional incompleta ou inexistente, uma vez que foram identificados trabalhadores analfabetos ou mesmo com grau de alfabetização deficiente, o que não configura também um nível educacional uniforme.

O turno de trabalho começa diariamente às 05h30 minutos, sem hora prevista para terminar. Durante a jornada de trabalho, os trabalhadores são obrigados a cortar a cana o tempo inteiro, sem direito a pausa para descanso, parando para almoçar e sendo obrigados pelo chefe da turma a retomar o corte imediatamente, ação legalmente proibida, uma vez que a legislação trabalhista vigente determina como intervalo mínimo para almoço, o período de uma hora e máximo de duas, constituindo-se a obrigatoriedade de retomada do trabalho imediatamente pelo trabalhador, numa violação do dispositivo legal em vigor. Chegam a cortar até 600 metros de cana por dia, o que seria equivalente a R\$30,00 diários. A empresa fornece as ferramentas, botas e luvas. As roupas utilizadas no corte da cana são compradas por conta própria, não há o fornecimento de máscaras nem de óculos, o que obriga os trabalhadores a inalar a fuligem da cana queimada, e também a não proteger os olhos do contato com a fuligem e as partículas de cana. Embora o horário determinado para término da jornada seja às 15h50, sempre se estende sem hora fixa para terminar, além de os trabalhadores serem obrigados a realizar outras atividades laborativas como o recolhimento de bituca de cana-de-açúcar, após

¹⁹ Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural. Relatório Preliminar, de visita para investigação das possíveis causas de morte de cortadores de cana de açúcar, no Estado de São Paulo, por possível sobrecarga de trabalho e alimentação insuficiente, segundo denúncia da Pastoral do Migrante de Guariba/SP, 4 de outubro de 2005, p. 5.

encerrarem o corte da cana, o que estende a jornada de trabalho, visto que são mantidos no local de trabalho, mas não recebem acréscimo nos salários por tais atividades, configurando na inobservância do artigo 58, parágrafo 2º. da Consolidação das Leis Trabalhistas, que faz referência ao cômputo do tempo despendido pelo trabalhador no trajeto para a ida e o retorno do local de trabalho como jornada de trabalho.

O contrato é por produção, o que não configura uma remuneração fixa, baseada em um piso salarial uniforme, deixando o pagamento à mercê do ritmo de produção individual dos trabalhadores. O que resulta num esforço além da capacidade física dos trabalhadores, obrigando-os a entrar num clima de competição, visando destacar quem realiza a maior produção. Por tal razão, o salário não é uniforme, podendo variar entre dois a cinco salários mínimos mensais, cujo valor é calculado baseado na quantidade de metros cortados, que é pesada por tonelada, e o resultado convertido em metro para realizar o pagamento²⁰. A existência de tal procedimento resulta na violação do artigo 7º., do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que dispõe o direito a condições justas e favoráveis de trabalho, bem como de uma remuneração igual para um trabalho de igual valor.

A alimentação é fornecida pela usina, que efetua o desconto de R\$95,00 diretamente do pagamento dos trabalhadores. Durante a jornada de trabalho, a comida fica armazenada na marmitta dentro da sacola na qual os trabalhadores transportam as ferramentas e a alimentação, fica sob o sol no decorrer do dia. O que resulta na deterioração da comida, obrigando os trabalhadores a jogá-la fora, ficando durante o restante do dia sem alimentar-se, ou quando recebem lanche pela usina, usando-o como refeição principal. Entretanto, conforme o artigo 200, incisos V e VII, da CLT, bem como da NR 31²¹, artigos 31.23.4.2 e 31.23.4.3, é obrigatória a existência de abrigos para proteção dos trabalhadores das intempéries, e armazenamento da comida²².

A usina fornece água para os trabalhadores. Entretanto, a água não é submetida aos tratamentos convencionais de filtração e/ou fervura, sendo retirada das torneiras dos banheiros localizados próximo aos dormitórios, ou de um lavatório próximo ao refeitório onde os trabalhadores lavam seus copos, pratos e talheres, no qual foram encontrados insetos mortos no momento da entrevista dos trabalhadores. Nos banheiros próximos aos dormitórios não há chuveiro, há um cômodo com chuveiros coletivos, onde os trabalhadores tomam banho. A forma como é disponibilizada a água aos trabalhadores descumpra a determinação do artigo 200, inciso V da CLT, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de água potável aos trabalhadores por parte do empregador.

Em relação ao repouso semanal remunerado, não sabem se recebem, pois não percebem diferença no pagamento dos salários, embora tenham um dia de folga a cada cinco dias trabalhados. Segundo a Constituição Federal, artigo 7º, inciso XVII, o recebimento do repouso semanal remunerado é um direito de todo trabalhador; para que o trabalhador tenha conhecimento de

²⁰ Se o trabalhador cortar 800 metros de cana, a produção será pesada em toneladas para saber o equivalente ao peso, depois de auferido resultado em tonelada, é dividido por cem, para obter o resultado equivalente por metro de cana cortado, o resultado auferido é pago referente aos metros de cana cortados.

²¹ Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31, Portaria no. 86, de 03/03/05 – Diário Oficial da União de 04/03/05.

²² NR 31: 31.23.4.2 – Em todo estabelecimento rural deve haver local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, independentemente do número de trabalhadores.

31.23.4.3 – Nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou móveis, que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições.

seu recebimento, deve constar no recibo de pagamento, quando efetuado o pagamento dos salários. O descanso semanal ao qual os trabalhadores têm direito no estabelecimento também viola o disposto no artigo 67, da CLT, que ressalta a obrigatoriedade do descanso semanal ser garantido aos domingos, sofrendo alteração apenas, quando houver necessidade de substituição por motivo de conveniência pública.

Os trabalhadores encontrados no alojamento Jibóia foram aliciados por uma pessoa conhecida por Nito que mora em Rio das Pedras, no interior do estado de São Paulo, e trabalha para a Usina Santa Helena, do Grupo Cosan. A pessoa identificada por “Nito”, trabalha transportando trabalhadores de Minas Gerais para trabalhar nas Usinas do Grupo Cosan. A ação aqui identificada é tipificada no Código Penal Brasileiro, artigo 207, que prevê como punição detenção de 01(um) a 03 (três) anos e multa.

Nas frentes de trabalho do Grupo Cosan não há ambulância nem trabalhador treinado e material de primeiros socorros para ser usado em caso de acidentes ou adoecimento de trabalhadores durante o turno de trabalho. Caso algum trabalhador seja acidentado ou adoença no local de trabalho tem de ser transportado pelo ônibus da Usina para a unidade de saúde mais próxima, entretanto, o município mais próximo do alojamento fica a duas horas de viagem. A inexistência de materiais médicos de primeiros socorros descumpra a determinação do artigo 168, parágrafo 4º. e artigo 169, ambos da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Quando o trabalhador adoece, só pode ser levado para ser consultado pelo médico da usina, que raramente fornece atestado ou diz qual o diagnóstico. Os trabalhadores são obrigados a trabalhar doentes, quando não o fazem têm o dia de trabalho descontado do pagamento, mesmo se apresentarem atestado médico. A usina alega ter um convênio com os trabalhadores, no qual eles pagam 50% do valor de consultas e remédios e a empresa paga os outros 50%, entretanto, o desconto é feito no pagamento dos salários, sem especificação e sem entrega de nota fiscal dos remédios. Os trabalhadores também sofrem um desconto referente a um seguro de vida, o qual os trabalhadores não sabiam que seria descontado de seus rendimentos.

Por diversas vezes os trabalhadores pediram para ir embora, mas recebem a resposta de que só irão embora quando acabar a safra da cana, pois dependem que a empresa providencie o ônibus para voltarem a seus estados de origem.

A empresa ameaça os trabalhadores de não recontratá-los na próxima safra, se procurarem o sindicato ou algum órgão público de defesa de direitos de trabalhadores. Além de ameaçarem a inclusão dos nomes dos trabalhadores que cooperarem com as investigações feitas pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e com as denúncias nos sindicatos em uma lista que será entregue também nas outras usinas para evitar que os trabalhadores que denunciaram as violações de direitos efetuadas pela empresa sejam contratados na próxima safra. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garante o livre exercício das atividades sindicais e ressalta a responsabilidade dos Estados-partes em garantir o exercício desses direitos, conforme disposto no artigo 8º, inciso 2, alíneas “a” e “c”, do PIDESC. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 8º, ressalta a liberdade à associação profissional ou sindical, além de salientar no inciso III, do mesmo artigo, a função sindical de defesa dos interesses e direitos coletivos ou individuais da categoria a qual ele representa. Ainda com relação à garantia aos direitos sindicais, a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho faz referência sobre a necessidade de garantir o direito ao exercício da liberdade sindical pelas categorias representadas. Diante das exposições

de todos os dispositivos legais anteriormente citados, identificam-se diversas violações de direitos materializadas pelas práticas anti-sindicais exercidas pela referida usina.

Durante a visita realizada ao alojamento Jibóia, mantido pela Usina Santa Helena, do Grupo COSAN, foram constatadas as seguintes ocorrências:

a. A pessoa responsável pela administração do alojamento apresentou resistência ao acesso da Comissão formada pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo ao alojamento, permitindo o acesso apenas quando foi informado pelo Ministério Público do Trabalho de que seria submetido aos procedimentos legais vigentes por dificultar a realização do trabalho das autoridades presentes;

b. Foram encontrados diversos trabalhadores migrantes, os quais informaram haver naquele local quatro turmas de trabalhadores, somando-se o total de 120 trabalhadores alojados. Todos eram provenientes do estado de Minas Gerais, majoritariamente trabalhadores negros e pardos.

c. As condições de alojamento são precárias, em cada quarto existem quatro camas, e quatro armários de aço, nos quais os trabalhadores guardam seus pertences, e como o espaço é insuficiente, expõem-nos também no chão, sobre as camas, e suspendendo-os pelas paredes. Cada quarto conta apenas com uma janela pequena, as portas de todos os quartos apontam para uma mesma porta, estreita, que em caso de emergência (incêndio, por exemplo) impossibilitaria a fuga dos trabalhadores, colocando todos em risco. Os banheiros localizados próximos ao quarto não contam com chuveiro, contam apenas com uma pia pequena e um vaso sanitário com descarga, os banhos são realizados em uma área coletiva com vários chuveiros.

d. As refeições são realizadas em um refeitório existente no local, próximo à cozinha, em horário fixo, entretanto, os trabalhadores organizam-se para fazer as refeições sem interferência da administração local. Contam com uma nutricionista que freqüenta o local em dias alternados verificando se a dieta alimentar recomendada para os trabalhadores tem sido cumprida corretamente, embora alguns trabalhadores afirmem que a qualidade da comida não seja muito satisfatória. Há uma espécie de lavatório para os copos, onde eles retiram a água da torneira para beber, pois a usina não disponibiliza água filtrada para os trabalhadores;

e. O local onde lavam as roupas e utensílios usados no trabalho fica localizado na parte traseira de cada quarto, um pequeno lavatório composto por uma pia com torneira, em precárias condições de higiene. Próximo a cada lavatório há uma fossa sanitária, algumas com a tampa danificada ou até cobertas com pedras, o que não proporciona o isolamento completo dos dejetos. É próximo a essas fossas sanitárias que se encontram os varais para colocação das roupas lavadas para secar ao sol;

f. Os gêneros alimentícios ficam estocados em duas despensas, separados e em condições adequadas de higiene, todos com data de validade e indicação de data para consumo. Os alimentos provenientes de frigoríficos ficam armazenados em refrigeradores para conservação até o período previsto para consumo. O material de limpeza é armazenado em uma outra despensa em separado dos gêneros alimentícios.

g. Há um cômodo no local onde funciona uma espécie de bar, no qual é realizada a venda de bebidas alcoólicas aos trabalhadores. Esse bar já foi fechado uma vez por determinação da Sub-Delegacia Regional do Trabalho de Piracicaba/SP, entretanto, permanece com *freezers*, e barris para armazenamento de bebidas alcoólicas, além de alimentos usados como petiscos, amendoim, por exemplo. É perceptível a existência de um caderno que funciona como uma espécie de caderneta para anotação dos débitos de trabalhadores. Foram encontradas, ainda durante a visita, uma garrafa vazia de cerveja e diversas tampinhas de garrafas de cachaça ao lado do

bar, o que reforça os indícios de que o consumo e venda de álcool no alojamento permanece, além de o bar encontrar-se fechado no momento da visita e não ter havido a disponibilização da chave para abri-lo. Os indícios de consumo e venda de bebida alcoólica no alojamento mantido pela usina expõem os trabalhadores ao risco freqüente de dano, devido aos efeitos que o consumo do álcool provoca no organismo humano. Uma vez que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores requerem o uso de objetos cortantes, os trabalhadores ficam, após a ingestão de álcool, vulneráveis a um risco maior de provocar danos a si próprios e a outrem, acarretando assim, no aumento do grau de periculosidade das atividades laborativas em virtude do consumo de tal substância.

Há ainda uma espécie de galpão com bancos, televisão, mesa de sinuca com tacos e bebedouro, onde os trabalhadores passam parte de seu tempo livre sentados assistindo à programação da televisão ou jogando sinuca²³.

O conteúdo dos dois relatórios contribui ao embasamento das reflexões teóricas desenvolvidas, a saber:

- As conseqüências físicas da intensidade da exploração da força de trabalho dos migrantes;
- a desvalorização dos trabalhadores impressa nas condições de moradia, na alimentação e no desrespeito aos direitos humanos do trabalho, segundo a legislação vigente e os acordos multilaterais dos quais o Brasil é signatário;
- a banalização da injustiça social impressa no cotidiano do trabalho e nos momentos de recuperação desta força de trabalho nos alojamentos, situados no interior das áreas de cana;
- a supressão da ação e a redução ao labor;
- a permanência do trabalho temporário como expressão não apenas econômica, mas também política do *desenraizamento* do trabalho social;
- a transitoriedade do trabalho como forma de aumentar o sofrimento. Suporta-se o insuportável por que se imagina que é transitório, por que se tem a esperança do não regresso na próxima safra, se tudo correr bem, se chover nas regiões de origem, se conseguir um emprego melhor, e, assim por diante;
- a resistência surda se ancora na esperança do não regresso, portanto da finitude desta situação, imaginada (e desejada) como transitória, temporária;

A fim de ampliar este debate, alguns pontos merecem ainda ser levantados. A presença dos representantes do Ministério Público, por intermédio dos promotores²⁴, procuradores, e de outros organismos institucionais (Ministério do Trabalho), além das ONGs (Pastoral dos Migrantes, Plataforma DHSC), dos representantes das Universidades e dos trabalhadores sugere que houve um alargamento do campo das contradições entre capital e trabalho. Neste embate, estes atores não só se fazem presentes, como também possuem poderes, embora diferenciados, capazes de redirecionar os antagonismos, por meio de pressões em torno da obediência às normas legais, impondo, portanto limites à voracidade destes capitais e exigindo do Estado a regulação das relações de trabalho, indo de encontro à desregulação e flexibilização impostas pelo capitalismo mundializado.

As conclusões descritas no relatório da segunda audiência pública apontam para as fricções entre os organismos estatais em torno da questão dos direitos humanos do trabalho e também para possíveis ações, tais como sugere o trecho abaixo:

²³ Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho. Relatório da Missão realizada no período de 24 a 27 de outubro de 2005 na região de Ribeirão Preto/SP para a apuração de violações de Direitos Humanos de trabalhadores (as) canavieiros (as), 2005, pp. 6-22.

²⁴ Uma importante discussão sobre o papel do MP no Brasil, tradicionalmente conhecido como o *órgão de proteção aos fracos, o guardião da sociedade*, sobretudo a partir dos anos de 1980 e 1990, encontra-se em Silva (2001, pp. 127-144).

Dispomos, portanto, de um conjunto de evidências que permitem relacionar a morte dos trabalhadores direta e indiretamente à exaustão no trabalho. Vale lembrar que o Japão passou 10 anos para reconhecer a existência da morte súbita no trabalho, ocasionado por sobrecarga de trabalho (karoshi), o qual é descrito na literatura sócio-médica como um quadro clínico extremo (ligado ao estresse ocupacional) com morte súbita por patologia coronária isquêmica ou cérebro vascular. Não é de fácil detecção, vez que estudo publicado por Hayashi *et al* (1996) refere que métodos convencionais de *check up* são insuficientes para detectar precocemente sinais de efeitos adversos à saúde por excesso de horas trabalhadas e conclui que o aparelho cardiovascular de executivos fica “sobrecarregado” com o excesso de horas trabalhadas. Sua sintomatologia terminal apresenta os ataques cardíacos e os acidentes vasculares cerebrais (AVCs) acometendo mais, aqueles que trabalham mais de 3000 horas/ano. Portanto, a morte súbita é um acometimento fatal por sobre-esforço, sendo considerado uma doença relacionada ao trabalho e que freqüentemente está associada a longos períodos de horas trabalhadas, não podendo ser descartada na situação ora em análise.

Diante das situações identificadas por esta Relatoria, percebe-se o uso do trabalho como fonte de enriquecimento por parte das empresas monocultoras à custa de relações laborais precarizadas no tocante aos trabalhadores. A precarização das relações de trabalho viola todos os princípios legais referentes ao trabalho, resignando os trabalhadores à submissão a condições desfavoráveis a si próprios.

O trabalho no cumprimento de sua função social, tem como natureza proporcionar a todo ser uma forma de vida digna baseada na emancipação da pessoa humana, sendo portanto, um dos princípios dos direitos humanos. A forma como é utilizada a mão-de-obra pela empresas monocultoras no interior do estado de São Paulo, condiciona os trabalhadores à alienação pelo trabalho, dependência e exploração, convertendo o que seria um direito humano obrigatoriamente garantido pelo Estado, num esforço penoso, aprisionador dos seres humanos. Cabe, portanto, ao Estado brasileiro, compreendido nas suas esferas municipais, estaduais e federal, zelar pelo respeito ao trabalho como um direito humano, buscando-lhe meios de efetividade, visando garantir que a sua implementação proporcione aos cidadãos trabalhadores meios capazes de prover a sua vida e de seu familiares, de forma digna.

RECOMENDAÇÕES

Frente ao quadro exposto, apresentamos as seguintes recomendações, a fim de que sejam adotadas medidas eficazes para sanar as violações de direitos humanos dos trabalhadores:

Ao Ministério Público do Trabalho:

- Investigação do cumprimento dos acordos celebrados pelas usinas com os trabalhadores, adotando as medidas judiciais cabíveis em caso de descumprimento dos termos acordados;
- Responsabilização judicial das empresas que estejam descumprindo os princípios constitucionais de respeito e garantia dos direitos humanos dos trabalhadores;
- Ajuizamento de ações em face das empresas que exercem práticas anti-sindicais, desrespeitando os dispositivos constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário;
- Denúncia perante o Poder Judiciário em face dos agentes públicos que estiverem agindo de maneira a beneficiar outrem com suas condutas, omitindo-se da função de defesa dos interesses coletivos, proporcionando de tal maneira a prevaricação;

Ao Ministério do Trabalho e Emprego/DRTs e SUBDRTs:

- Investigação periódica das condições de insalubridade e periculosidade nas áreas de trabalho, bem como nos alojamentos para onde são encaminhados os trabalhadores das empresas agroexportadoras;
- Priorização da fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista na área rural, com especial atenção para emissão de CATs; fiscalização de práticas anti-sindicais e fiscalização da jornada de trabalho;

•Constituição de comissão tripartite, composta por representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, dos empresários e dos trabalhadores, para estudar e propor a aplicação dos preceitos da Norma Regulamentadora 17 ao trabalho no setor canavieiro, tornando proibido o pagamento por produtividade por se tratar de trabalho repetitivo;

•Constituição de fórum de debate, com representantes governamentais e da sociedade civil para analisar e propor formas alternativas de relações de trabalho em substituição ao pagamento por produção;

Ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Saúde

- Constituição de comissão tripartite para estudar e propor parâmetros de análise e enquadramento de casos de morte súbita no trabalho

Aos Governos dos Estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia:

- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população rural desses estados, obedecendo ao artigo 6º. da Constituição Federal, que se refere à obrigação do Estado no tocante aos direitos sociais, evitando, assim, as condições de miserabilidade que favorecem a migração da população local para outros estados;
- Combate ao aliciamento de trabalhadores para trabalharem em outros estados sob o regime de superexploração, extinguindo progressivamente a figura do “gato”;
- Monitoramento das ações junto às subdelegacias do Trabalho em São Paulo, a fim de acompanhar a situação dos trabalhadores oriundos dos seus estados bem como verificar a expedição das certidões dos trabalhadores;

Ao INSS:

- Agilidade nos requerimentos de perícias médicas e auxílio-doença apresentados pelos trabalhadores rurais;

Aos Ministérios da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- A suspensão de incentivos governamentais às empresas em que forem constatadas situações de desrespeito e violações de direitos de trabalhadores;

À Corregedoria da Polícia do Estado de São Paulo:

- Investigação da ação das polícias estaduais em relação aos trabalhadores rurais, sobretudo no que diz respeito ao exercício do direito de greve e de outras manifestações populares com fins de reivindicação, punindo de

maneira eficaz qualquer prática arbitrária exercida pelos membros das referidas corporações;

À Secretaria de Saúde do Estado:

- Investigar as causas das mortes dos trabalhadores, e notificar de maneira esclarecedora, visando a responsabilização dos responsáveis pelos fatos ocorridos;

À Secretaria Especial para Promoção de Políticas para a Igualdade Racial:

- A proposição e o monitoramento das políticas públicas desenvolvidas pelos estados em atenção à população negra, a fim de promover a erradicação das desigualdades sociais baseadas nas relações raciais²⁵.

No dia 14 de dezembro, quando estávamos finalizando este artigo - ocorreu a terceira audiência pública para tratar da questão das mortes dos trabalhadores. Foi chamada pela Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, dirigida pela deputada Beth Sahnão. Este fato demonstra o maior alargamento da participação dos atores envolvidos, incluindo deputados estaduais, cuja proposta de alguns é a abertura de uma CPI para a apuração dessas mortes.

No que concerne à participação das instituições, há várias fricções, que transparecem em vários pontos dos relatórios acima. Por outro lado, na última audiência este fato se tornou mais evidente ainda, sobretudo, por intermédio da Procuradoria Geral do Trabalho da 15^a. Região, representado pelo Dr. Ricardo Garcia, cujo depoimento corroborou as críticas já feitas ao Ministério do Trabalho, em relação à inoperância quanto à fiscalização das relações de trabalho nesta região. Aliás, tais críticas também foram feitas pelos representantes dos trabalhadores durante as audiências anteriores. Além do Ministério do Trabalho, a Vigilância Sanitária em vários municípios e o INSS também sofreram críticas por parte dos procuradores e promotores. Ficou claro que, no tocante às ações destes organismos estatais, há omissão, descaso e conivência com os interesses das empresas. Ressaltamos, portanto a importância dos representantes do Ministério Público no sentido de defender os direitos dos trabalhadores, estabelecendo frentes de luta contra os interesses das empresas e também desses organismos estatais.

Cabe ainda mencionar o papel ambíguo das universidades. De um lado, vários trabalhos acadêmicos, principalmente das áreas da engenharia, bioquímica e economia, oriundos, sobretudo, de universidades públicas paulistas, demonstram a sustentabilidade da produção de cana-de-açúcar²⁶. No que tange às ciências humanas, particularmente aquelas voltadas para as pesquisas rurais, os problemas de pesquisa não se reportam aos trabalhadores rurais assalariados. Tais temas são silenciados por grande parte dos pesquisadores dessas áreas. A despeito do recente interesse da academia pelas chamadas “novas” ocupações rurais, vários processos sociais envolvidos na composição do trabalho temporário permanecem requerendo esforços interpretativos, fato que as informações que apresentamos no artigo deixam mais do que nítido.

²⁵ Relatoria op. cit. , pp. 32-35.

²⁶ Vide a respeito: Macedo (2005). Trata-se de uma coletânea, editada pela ÚNICA (União da Agroindústria canavieira do estado de São Paulo), com a participação de 12 investigadores, pertencentes às universidades públicas paulistas, além de federais e privadas de outros estados. Apesar do título da obra se referir à sustentabilidade, constata-se que, em nenhum dos artigos a problemática da exploração dos trabalhadores é discutida, exceto as referências sobre o mercado de trabalho, baseadas nas estatísticas da RAIS, cuja metodologia não abarca os temporários e os que são contratados sem registro formal de trabalho, como os contratados por empreiteiros, denominados “gatos”.

No que tange à participação dos sindicatos, há muitos conflitos de interesses²⁷, sem contar a preocupação com a Reforma Agrária nesta região por parte da FERAESP, prática esta que, muitas vezes, impede que a situação de exploração dos trabalhadores rurais seja priorizada pelas suas ações.

Considerações finais

Ao longo deste texto, procuramos desvendar os aspectos que subjazem às mortes ocorridas nos canaviais paulistas por excesso de esforço, cujos desdobramentos culminaram na realização de três audiências públicas.

O trabalho como definidor da ontologia do ser social foi o elo necessário à compreensão da concreticidade do trabalho dos cortadores de cana na macro região de Ribeira Preto, sede das maiores usinas de açúcar e álcool do país.

Em vários momentos durante as audiências públicas, representantes de organismos estatais e de partidos políticos ressaltaram que a pujança do agronegócio do setor sucroalcooleiro não poderia conviver com a situação de mortes de trabalhadores, sobretudo em se tratando do estado mais rico do país. Os representantes das empresas procuraram demonstrar os índices de desenvolvimento, traduzidos em números de produção, produtividade, afirmando que estas denúncias poderiam trazer sérios prejuízos à imagem do setor e prejudicá-lo internacionalmente. A ideologia desenvolvimentista, ancorada no progresso econômico esteve embutida nos discursos em vários momentos. Deste modo, o que aparece nas audiências públicas como uma descontinuidade da lógica modernizadora do sistema no Brasil: “... o agronegócio da região é tão moderno, os dados especificados pela administração das usinas tecnologicamente são fantásticos, do ponto de vista do aumento da produção,... é tão poderoso o setor, moderno numa questão e tão antiquado noutra momento”, se expressa como a contradição permanente e inexorável entre o moderno e o arcaico, não ferindo a lógica do capital.

Ademais o apelo a esses símbolos que dicotomizam moderno e arcaico, até mesmo por parte de quem busca uma alternativa é o que torna assombrosa a ideologia do desenvolvimento, arquitetada neste país na década de 1950, cujo eixo era a idéia de progresso. A existência das redes centrais e periféricas que caracterizam o *modus faciendi* do capitalismo atual contribui para desmontar esta tese, como vimos acima.

Como um iceberg, denúncias sobre a morte de trabalhadores rurais por excesso de trabalho, aponta-nos, agora, o verdadeiro caráter do desenvolvimento nacional, segundo Francisco de Oliveira:

A nova forma do capitalismo financeiro mundializado não é levada a sério, e o apelo a um novo nacionalismo aparece em roupagens da década de 50... O terreno do conflito foi modificado e, por isso, ainda não há “política, apenas “polícia” representada nos programas dos partidos. A sociabilidade

²⁷ O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, dirigido por uma mulher, Carlita Costa, pôs em prática o controle sobre a pesagem da cana, por intermédio de um software, no momento em que a cana cortada nas áreas sob sua jurisdição chega às usinas. Ao término da jornada, o feitor mede os metros de cana cortada, cujo registro diário é fornecido ao trabalhador. No entanto, ele não recebe por metro e sim por tonelada. O cálculo desta transformação de metros em toneladas é feito pelas usinas, por meio de amostragens, algo que sempre foi contestado pelos trabalhadores, que se sentem lesados. Com o controle exercido pelo Sindicato, o roubo pelas usinas, verificado em razão do sistema de conversão do metro em tonelada, passa a inexistir. Segundo depoimentos desta sindicalista, muitas vezes, esta conversão atinge o dobro ou até mais do número “constatado” pela usina. Assim sendo, 12 toneladas registradas pela usina, na realidade são 20, 25 ou 30 toneladas! Um dos trabalhadores mortos havia cortado 25 toneladas no dia em que faleceu. Dada a importância dessa prática, a não aceitação dela por parte de outros sindicalistas é um indicador dos conflitos de interesses existentes, o que representa a fragilização da luta em favor da situação dos trabalhadores rurais.

do individualismo, do êxito, da capacidade empreendedora, do mercado como última ratio, como signo dos novos tempos, é aceita acriticamente. OLIVEIRA, 1994, pp. 212)

A realização das Audiências Públicas suscita uma possibilidade histórica dos grupos sociais oprimidos fazerem política, incluindo outros atores sociais, alargando assim o campo dos conflitos e contradições. Entretanto, é necessário inaugurar uma nova linguagem que rompa com paradigmas estruturais da ideologia do desenvolvimento, que se arrastam no discurso político desde a década de 1950, ecoando no imaginário social oficial. A realização das audiências não pode ser compreendida somente como meio para “limpar” a imagem do estado mais desenvolvido da nação, como transparece em muitos depoimentos, sobretudo de representantes de partidos políticos, porém como forma de escovar a contrapelo a história do trabalho desta agricultura, cuja pujança existia e ainda existe graças à intensa exploração da força de trabalho, sem contar o processo de expropriação, historicamente iniciado com o extermínio das populações indígenas, do trabalho de escravos na agricultura cafeeira, na exploração de trabalhadores nacionais e colonos imigrantes e agora dos migrantes de outras regiões do próprio país.

Imaginário social é, segundo Pierre Ansart (1978): “(...)o conjunto das evidências implícitas, das normas e valores que asseguram a renovação das relações sociais”(p.18-9). Racionalizando e transformando o imaginário, a ideologia do desenvolvimento legitima um conjunto de conseqüências simbólicas e práticas.

Deste modo é necessário repensar o significado do moderno para a sociedade contemporânea. Segundo Walter Benjamin não se pode reduzir a “uma questão de *Zivilisation como a iluminação elétrica*” (Benjamin, W. Apud Lowy, 2005, p.20). Para este, a modernidade transforma os seres humanos em “máquinas de trabalho” e o trabalho em uma simples técnica.

Assim, o lugar das classes oprimidas só pode ressurgir no cenário político inspirando-se na crítica romântica benjaminina à civilização moderna, protestando contra os “aspectos sentidos como insuportáveis e degradantes”. Rompendo, portanto, com a “*piadosa marcha (semelhante à do caranguejo) da evolução e do progresso*” (LOWY, 2005, p.20).

As reflexões deste artigo, ancoradas nestes acontecimentos conjunturais, não tiveram outro intento senão o de contribuir para o debate das questões levantadas e para o rompimento do processo de aniquilamento físico e social instaurado pelos representantes de grandes empresas nacionais e internacionais com a conivência do Estado. Desmistificar a ideologia do progresso, do moderno, traduzida pelas grandes máquinas e pela informatização, é uma maneira de revelar o escondido, de trazer à tona o submundo deste trabalho e a banalização da injustiça social imposta. É o primeiro passo para a redescoberta da ação, do fazer política, da recriação da condição humana do trabalho e dos trabalhadores e do fim da banalização da morte e da vida.

Referências Bibliográficas

- ANSART, P. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARENDT, H. A condição humana. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CARDOSO, F. H. As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERNANDES, M. E. (Coord.). A cidade e seus limites: as contradições do urbano na 'Califórnia Brasileira'. São Paulo: Annablume, 2004.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GARCIA JÚNIOR, A. O sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- KOSÍK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: Lukács – Sociologia. José Paulo Neto (Org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais – São Paulo: Ática, 1992.
- HEGEL, G. W.F. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUXEMBURGO, R. L'Accumulation du capital. Paris: François Maspéro, 1976.
- MACEDO, I. C. (Org.). A energia da cana-de-açúcar. Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade. São Paulo: Única, 2005.
- MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política (livro I). In: Os Economistas, V. I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. (1978). Para a Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural.
- MENEZES, M. A. Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para a Paraíba. Dissertação de Mestrado defendida junto ao PPG em Sociologia Rural De Campina Grande/ PB, 1985.
- MENEZES, M. A. Questionamentos às categorias migrante de "retorno" e "migrante". Boletim de Geografia Teórica. V. 22, N. 43-44, 1992, p.120-123.
- MENEZES, M. A. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa/PB: EDUFPB, 2002.
- MOORE, B. As origens da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, A. direito constitucional. 18ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: República, Liberalismo e Cidadania. FFLCH/CEDIC-USP, 1994.

- OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. OIT: Conferência Internacional do Trabalho. Oficina Internacional Del Trabajo/Secretaria Internacional Do Trabalho, Genebra, 2002.
- OLLMAN, B. Dialectical Investigations. New York/London: Routledge, 1993.
- POLANY, K. A grande transformação. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PÓVOA NETO, H. A produção de um estigma: nordeste e nordestinos no Brasil. Travessia, Ano VII, N. 19, 1994. pp. 20-22.
- PRADO JR., C. A Revolução Brasileira. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RIBEIRO, D. O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- RICARDO, D. Princípios de Economia da Tributação. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- RIFKIN, J. O Fim dos Empregos – o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995. pp. 205.
- RIOS NETO, E. L. G.; DEUS, P. A. R. V. Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha/MG. XIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, outubro, 1989.
- ROSSINI, R. E. Populações: Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). (Con)vivência e (In)tolerância. Cursos e Eventos: Nova Série. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- RUMIN. C. R. Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana no município de Pacaembu/SP. Dissertação de Mestrado. PPG/Medicina Social/USP/Ribeirão Preto, 2003.
- SARGENTINI, M. Overdose de trabalho mata: Dez mil mortes por ano por estresse ou suicídios causados pelo karoshi. Atenção, nº 4, 1996, pp. 43-4.
- SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo, Hucitec, 1979.
- SILVA, C. A. Promotores de Justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 16, N. 45, fevereiro de 2001, pp. 127-144.
- SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. 23ª edição. São Paulo: Malheiros, 2003.
- SILVA, M. A. M. Trabalhadores e trabalhadoras rurais: a condição humana negada. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: V. 7, n. 3, 1993, pp. 116-124.
- SILVA, M. A. M. O rosto feminino da migração sazonal. Travessia, Ano IX, N. 26, 1996, pp. 7-10.
- SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. Idéias. Ano 9 (2) - 10 (1). UNICAMP, 2003, pp. 25-64.
- SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo (RELET). N. 17.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A . Migrantes temporários: fim dos narradores? NEHO/USP, N.1, 1999, pp. 11-32.

SMITH, A. Investigação sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbendakian, 1987.

SYDENSTRICKER, J. M.; TORRES, H. G. Mobilidade de migrantes: autonomia ou subordinação na Amazônia legal. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, V. 8, N. 1,2 1991, pp.33-54.

TOLEDO, E de la G. La flexibilidad del trabajo en América Latina. In: TOLEDO, E. de la G. (coord.). Tratado Latino Americano de Sociología del Trabajo. El Colegio de México; Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales; Universidad Autónoma Metropolitana; Fondo de Cultura Económica, 2000, pp.148-77.

VETTORASSI, A. Vivendo e aprendendo a jogar: formas de sociabilidade entre migrantes temporários no interior paulista. In. Fórum Social das Migrações – Travessias na De\$ordem Global. Porto Alegre, 2005, pp. 241-246.

WEIL, S. “A racionalização” In: A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.

Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso

Matuzalem Cavalcante

Mestrando em Geografia pela FCT/UNESP

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Endereço profissional: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária,
FCT/UNESP – Sala 19, Docente I – Rua Roberto Simonsen, 305, Jardim das Rosas,
19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil – Caixa Postal: 957
Telefone: (18) 3221-5388/ramal: 5553; Fax: (18) 3223-2227
Endereço eletrônico: matuzalem@pos.prudente.unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes

Doutor em Geografia Humana pela USP (1999)

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da UNESP
Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-Americano
de Ciências Sociais (CLACSO)
Endereço eletrônico: bernardo@pesquisador.cnpq.br

Resumo

Através do “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”, versão “Estrutura Fundiária”, desenvolvemos uma pesquisa das mudanças na estrutura fundiária brasileira. De 1992 a 2003, as áreas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) aumentaram em 89 milhões de hectares. Neste artigo, apresentamos algumas análises das possíveis causas desse aumento, por meio dos impactos socioterritoriais em seus processos de territorialização e desterritorialização. Numa primeira análise dos dados, observamos que essas mudanças estão ocorrendo com maior intensidade nos estados onde a produção da soja está se territorializando, onde terras até então semi-utilizadas ou não utilizadas estão se valorizando devido à dinamização da economia e da infra-estrutura. Estudamos inicialmente o Estado de Mato Grosso por este apresentar um crescimento maior de áreas cadastradas. Assim, à medida em que o complexo da soja se dinamiza, mais terras são incorporadas pela propriedade privada por meio de diversas formas de apropriação. Dentre elas, a grilagem de terras, principalmente devido à falta de fiscalização e controle territorial por parte da União. Os impactos socioterritoriais causados pelo agronegócio da soja, pela reforma agrária e pela luta pela terra são resultados da conflitualidade entre a articulação global/local para a condução do desenvolvimento territorial concomitante com as diretrizes do capital. Além de buscar compreender os processos desencadeados por essa nova realidade, temos o intuito de criar uma metodologia de estudos das mudanças da estrutura fundiária a partir dos impactos socioterritoriais que as condicionam.

Palavras-chave: Mato Grosso, estrutura fundiária, agronegócio, soja, grilagem.

Resumen

Formación territorial, agro-negocio y actuales transformaciones en la estructura de la propiedad en Mato Grosso

Usando el “Banco de Datos de la Lucha por Tierra – DATALUTA”, versión “Estructura Fundiaria”, desarrollamos una investigación sobre las transformaciones en la estructura de

la propiedad en Brasil. Entre 1992 y 2003, las áreas catastradas en el Sistema Nacional de Catastro Rural (SNCR) aumentaron en 89 millones de hectáreas. En este artículo presentamos algunos análisis de las posibles causas de ese aumento, por medio de los impactos socio-territoriales en sus procesos de territorialización y desterritorialización. En un primer análisis de los datos, observamos que esas transformaciones están ocurriendo con mayor intensidad en los estados donde la soya se está territorializando, donde tierras hasta entonces subutilizadas o no utilizadas se están valorizando debido a la dinámica de la economía y la llegada de infraestructura. Estudiamos, inicialmente, el Estado de Mato Grosso por presentar un crecimiento mayor de áreas catastradas. De esta manera, en la medida en que el complejo de la soya se dinamiza, más tierras son incorporadas por la propiedad privada mediante diversas formas de apropiación. Entre ellas, la falsificación de títulos de propiedad, amparada, principalmente, por la falta de fiscalización y control territorial por parte de la Unión. Los impactos socio-territoriales causados por el agrobusiness de la soya, por la reforma agraria y por la lucha por tierra son resultados de la relación conflictiva entre la articulación global/local para la conducción del desarrollo territorial, concomitante con las directrices del capital. Además de buscar comprender los procesos desencadenados por esa nueva realidad, tenemos la finalidad de crear una metodología para estudios de las transformaciones de la estructura fundiaria, a partir de los impactos socio-territoriales que las condicionan.

Palabras clave: Mato Grosso; estructura fundiaria (estructura de la propiedad); agrobusiness; soya; falsificación de títulos de propiedad.

Abstract

Territorial formation, agribusiness and current changes in land-tenure structure in Mato Grosso

We are researching the changes of the Brazilian land-tenure structure with the use of "DATALUTA" ("Struggle for Land Database), in its land-tenure structure version. From 1992 to 2003, the areas registered in the "National System of Rural Register" ("Sistema Nacional de Cadastro Rural, SNCR) increased in 89 millions of hectares. In this article, some analyses of the possible reasons for this increase are shown, based on the socio-territorial impacts related to territorialization and de-territorialization processes. In a first data analysis, we notice that these changes are happening mostly in the states where the soy production is being territorialized and where lands which are partly used or not used at all have their value increased due to the stimulus to economy and infra-structure. At first, we have studied the state of Mato Grosso because it shows the biggest increase in the areas registered. Thus, as the soy complex grows, more lands are incorporated by private properties through several forms of appropriation, including landgrabbing, because of the lack of inspection and of territorial control by the Union. The socio-territorial impacts, caused by soy agribusiness, by the agrarian reform and by the struggle for land result from the conflictuality between local and global articulation, searching for a territorial development according to the capital guidelines. Besides understanding the processes unleashed by this new reality, we intend to create a methodology to study the changes of land-tenure structure based on the socio-territorial impacts determining such changes.

Key-words: Mato Grosso, land-tenure structure, agribusiness, soy, landgrabbing.

Os desafios para os estudos da questão fundiária

Fernandes (2005) questiona a estimativa de Veiga (2003) a respeito de uma possível mudança na estrutura fundiária brasileira. Veiga estimou que entre 1995 e 2000 houve uma transferência de 20 milhões de hectares das unidades patronais (propriedades de mais de

200 hectares) para as unidades familiares (propriedades com menos de 200 hectares). Para fazer esta estimativa, Veiga utilizou os dados do Censo Agropecuário do Ibge de 1995/1996 e calculou que se o governo Fernando Henrique Cardoso desapropriou 20 milhões de hectares, isso significaria uma mudança na estrutura fundiária em que as unidades familiares aumentariam sua participação na área total dos estabelecimentos de 37% para 42%, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Perfil da Estrutura Agrária – 1995-2000

	1995 (milhões de ha)	%	2000 (milhões de ha)	%
Propriedades patronais	224	63	210	58
Propriedades familiares	130	37	150	42
Total	354	100	360	100

Fonte: Estimativa de Veiga (2003) baseada no Censo Agropecuário de 1995/96 do Ibge.

Fernandes (2005) comparou a estimativa de Veiga com os dados do SNCR (ver tabela 2), referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003. Segundo Fernandes, a conjectura de Veiga supervalorizou o impacto da transferência de vinte milhões de hectares do grupo patronal para o grupo familiar.

Tabela 2 – Mudanças na estrutura fundiária brasileira – 1992-2003

	1995 (milhões de ha)	%	2000 (milhões de ha)	%
Propriedades patronais	245	74	297	71
Propriedades familiares	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro (1996); II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003)
Organização: Bernardo Mançano Fernandes (2005)

Fernandes ressalta que

esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas pesquisados pelo IBGE e as propriedades fundiárias, cadastradas no Incra¹. Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural referem-se há três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa comparação aproximada, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. (FERNANDES, 2005, p. 4)

O que nos chama a atenção, e que a estimativa de Veiga não previu, é o enorme aumento das áreas dos imóveis, tanto familiar quanto patronal. Ainda segundo Fernandes:

Foram 89 milhões de hectares em pouco mais de uma década. O aumento de trinta e sete milhões de hectares dos imóveis familiares pode ser explicado, parcialmente, se considerarmos a incorporação de vinte milhões de hectares advindos da implantação de assentamentos de reforma agrária e das políticas de crédito fundiário. Todavia, restam dezessete milhões de hectares. O aumento de cinquenta e dois milhões de hectares dos imóveis patronais contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição

¹ Os dados do INCRA são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

dessas áreas². Mas se isso é confuso, é mais difícil entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de hectares para um número menor, ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 225 milhões de hectares, considerando desapropriação de 20 milhões, como passou para 297 milhões de hectares? (FERNANDES, 2005, p. 5)

Pesquisar esta questão é fundamental para se compreender a lógica das mudanças na estrutura fundiária brasileira, por meio dos processos de territorialização e desterritorialização que provocam reordenamentos territoriais. Apesar das dificuldades que a questão impõe, é possível um estudo de caso em escala geográfica microrregional.

Nossa proposta é procurar compreender as causas da imensa expansão dos imóveis rurais e de suas áreas, a partir da análise da mudança da estrutura fundiária, tendo o Mato Grosso como recorte territorial. E neste estado, selecionaremos uma ou duas microrregiões para realizar nosso trabalho de campo, pesquisando os impactos socioterritoriais que levaram à mudança na estrutura fundiária.

Impacto socioterritorial é um conceito cunhado no NERA para a compreensão das mudanças ocasionadas por diferentes políticas, projetos ou planos que resultam no reordenamento territorial e que modifica os sistemas de produção, bem como as estruturas sociais e políticas. Dois estudos realizados a partir dessa referência conceitual e que procuraram compreender a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamentos rurais em municípios do interior paulista são Ramalho (2002) e Leal (2003). A aplicação desse conceito, a partir de procedimentos metodológicos apropriados, em nosso trabalho também tem o intuito de ampliar seus horizontes e contribuir com a sua elaboração teórica.

A escolha de Mato Grosso foi definida pelo fato de ser o estado que teve o maior crescimento da área dos imóveis rurais de 1992 a 2003. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 3 – Brasil: mudanças nas áreas registradas, dos anos 1992, 1998 e 2003

Unidade geográfica	Área registrada			Variação acumulada		
	1992	1998	2003	Entre 1992 e 1998	Entre 1998 e 2003	Entre 1992 e 2003
Brasil	310.030.752,20	415.550.366,40	418.483.332,30	105.519.614,20	2.932.965,90	108.452.580,10
Mato Grosso	45.688.719,00	72.814.441,70	70.388.184,20	27.125.722,70	-2.426.257,50	24.699.465,20
Pará	22.140.398,40	38.019.689,80	40.095.952,00	15.879.291,40	2.076.262,20	17.955.553,60
Bahia	21.680.963,90	30.550.947,90	31.003.684,30	8.869.984,00	452.736,40	9.322.720,40
Minas Gerais	33.422.456,20	40.661.687,90	41.836.348,70	7.239.231,70	1.174.660,80	8.413.892,50
Tocantins	13.107.476,20	18.931.230,30	21.259.467,10	5.823.754,10	2.328.236,80	8.151.990,90
Goiás	21.918.815,50	27.320.410,90	29.726.702,40	5.401.595,40	2.406.291,50	7.807.886,90
Maranhão	10.888.521,80	15.336.605,90	17.624.568,20	4.448.084,10	2.287.962,30	6.736.046,40
Mato Grosso do Sul	27.031.369,20	32.392.076,20	32.758.452,40	5.360.707,00	366.376,20	5.727.083,20
Piauí	9.147.616,30	11.483.050,00	12.737.653,60	2.335.433,70	1.254.603,60	3.590.037,30
São Paulo	16.865.885,80	19.655.934,00	20.326.446,80	2.790.048,20	670.512,80	3.460.561,00
Rondônia	4.991.311,30	6.557.893,80	8.227.026,10	1.566.582,50	1.669.132,30	3.235.714,80
Pernambuco	3.849.085,60	4.705.910,60	5.381.928,70	856.825,00	676.018,10	1.532.843,10
Ceará	7.075.381,80	8.375.460,70	8.215.658,60	1.300.078,90	-159.802,10	1.140.276,80
Paraná	14.689.860,70	16.332.964,20	15.758.752,50	1.643.103,50	-574.211,70	1.068.891,80
Amazonas	10.264.675,00	17.190.488,60	11.180.636,50	6.925.813,60	-6.009.852,10	915.961,50
Espírito Santo	3.021.985,50	3.627.478,60	3.908.043,50	605.493,10	280.564,90	886.058,00
Rio de Janeiro	1.981.662,60	2.415.906,40	2.785.533,80	434.243,80	369.627,40	803.871,20
Santa Catarina	6.450.169,70	7.108.205,20	7.222.895,10	658.035,50	114.689,90	772.725,40
Rio Grande do Norte	2.444.202,30	3.005.648,60	3.125.564,80	561.446,30	119.916,20	681.362,50
Sergipe	1.003.672,40	1.326.087,70	1.580.400,30	322.415,30	254.312,60	576.727,90
Paraíba	3.260.963,20	3.643.608,70	3.549.763,20	382.645,50	-93.845,50	288.800,00
Alagoas	1.137.172,20	1.297.714,70	1.412.876,00	160.542,50	115.161,30	275.703,80
Acre	4.042.830,90	5.244.582,80	4.176.064,60	1.201.751,90	-1.068.518,20	133.233,70
Distrito Federal	123.034,90	205.357,90	245.326,50	82.323,00	39.968,60	122.291,60
Rio Grande do Sul	18.664.867,20	20.277.210,80	18.737.783,40	1.612.343,60	-1.539.427,40	72.916,20
Roraima	3.808.738,80	5.188.083,80	3.853.122,50	1.379.345,00	-1.334.961,30	44.383,70
Amapá	1.328.915,80	1.881.688,70	1.364.496,50	552.772,90	-517.192,20	35.580,70

Fonte: SNCR/Incr. (Organização: DATALUTA)

² Em dez anos, as áreas das propriedades patronais cresceram 52 milhões de hectares, que é pouco mais do dobro do território do Reino Unido.

De 1992 a 2003 às áreas registradas no Brasil tiveram um crescimento de 108.452.580,10. Entre os Estados que mais crescem estão Mato Grosso, Pará, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Piauí. Estes Estados possuem em comum o forte processo de capitalização das terras por causa ao avanço do agronegócio da soja.

A área cadastrada no Mato Grosso teve um crescimento de 24.699.465,20 ha de 1992 a 2003. Em nossa pesquisa, estudaremos esse processo de crescimento de vinte e dois milhões de hectares. Quais foram às formas de aquisição das terras? O que ocasionou o decréscimo de 2.426.557,50 ha de 1998 a 2003? Ainda não existe estudo dessa questão nas Ciências Humanas.

Outro fato especial que firma a escolha do Estado de Mato Grosso, como área de estudo, justifica-se por ser considerado na atualidade “o epicentro da atual revolução do agronegócio” (SILVA *et al.*, 2004, p. 98) no campo brasileiro, onde a política, a economia e a sociedade estão direcionando suas atenções para a produtividade da soja³. O grande fluxo de notícias veiculadas pela mídia e pesquisas acadêmicas desenvolvidas mostra o impacto desse momento inédito na história do Brasil. O Mato Grosso estando num estágio mais avançado da capitalização e monopolização das terras para o desenvolvimento do agronegócio, maiores serão as possibilidades de detecção dos impactos ocasionados na estrutura fundiária.

O estudo da transformação da estrutura fundiária é valioso recurso para compreender a formação territorial. Nesse processo, analisamos os planos político, econômico e social, tanto no sentido de avaliar os impactos socioterritoriais dessas transformações, quanto à articulação de forças locais e globais existentes para a efetivação de determinado conjunto de ações entre o capital e o Estado que estruture a conjuntura territorial.

Formação territorial do Mato Grosso

A “ocupação” do atual território do Estado de Mato Grosso se inicia com a descoberta das minas dos rios Coxipó e Cuiabá pelos bandeirantes em 1719. Nesse momento, foi no *território das “minas do Mato Grosso”* que surgiram os primeiros povoados, a dinâmica comercial e a presença da coroa portuguesa. (SÁNCHEZ, 1993)

Em 1748, o governo lusitano tirou o controle da região da capitania de São Paulo e criou a capitania do Mato Grosso, com sede nas margens do Guaporé. Isso, por questão estratégica, pois essas terras estavam em território espanhol e um futuro tratado baseado no princípio de *ut possidetis* estava prestes a ser assinado (Tratado de Madri, em 1750). (SOARES, 1973)

Com a crise da mineração, comerciantes, mineradores e lavradores direcionaram suas atenções para a criação de gado bovino e a produção de subsistência de cana-de-açúcar e erva-mate. Grandes propriedades foram formadas através da concessão de sesmarias ou do pagamento de dívidas de lavradores com terras. Assim, o poder local foi articulado por esses latifundiários com militares e burocratas, e permaneceram no controle da capitania até o fim do período colonial. (MORENO, 1993)

Em 1820, Cuiabá passa a ser a capital do estado. Tal fato se deve por Cuiabá ser a cidade mais populosa do estado e pela articulação da elite de latifundiários e comerciantes bem sucedidos. (MORENO, 1993)

Em 1856, a abertura da navegação pelo rio Paraguai comércio possibilitou o comércio com a Europa, o que resultou na intensificação do cultivo da cana-de-açúcar e instalação de usinas açucareiras para a produção de açúcar, álcool rapaduras e aguardente para a exportação. A intensificação desse comércio se dá com o ingresso da extração do látex e da poaia por volta de 1870. A poaia favoreceu o desenvolvimento do comércio junto

³ Este fato faz Castillo classificar o Mato Grosso como uma típica região funcional (SUGIMOTO, 2004), denominação que pretendemos explorar no decorrer de nosso trabalho.

à valorização e concentração de terras das cidades de Cárceres, Cuiabá, Barra do Bugres e Vila Bela. Esse momento foi marcado pelo ingresso do Mato Grosso no circuito nacional e internacional do capital. (MORENO, 1993)

No Estado Novo, ocorreram algumas ações para o processo de ocupação de Mato Grosso, sobre influência do programa “Marcha para o Oeste” da Fundação Brasil Central. Uma foi na criação do núcleo populacional que deu origem ao município de Nova Xavantina, resultado da expedição Roncador-Xingu, que procurava uma área estratégica para a instalação da sede do governo federal. Em 1943, outras ações foram realizadas pela Comissão de Planejamento e Produção (CPP) do governo estadual, que em apoio ideológico ao governo federal, instalou colônias de povoamento no vale do rio São Lourenço para fixar a mão-de-obra da população mineira remanescente. Várias colônias foram desenvolvidas em Rondonópolis, Jaciara e Dom Aquino. (SÁNCHEZ, 1992; GOVERNO DO ESTADO, 2005)

Nas décadas de 1950 e 1960, o governo do Estado começa a vender grandes parcelas de terra no norte e no nordeste do estado para a colonização particular. De 1966 a 1978, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat) realizou as políticas de venda direta por meio de licitação ou concessão do governo, de regularização fundiária de antigas colônias agrícolas estaduais implantadas nas décadas de 1940 e 1950 e de legitimação de posse e reconhecimento de domínios particulares. Isso, com e sem exigência de conferência. Nesse período, a maior parcela da arrecadação de Mato Grosso foi decorrente da venda de terras. Essa intensa política de regularização fundiária se prolongou até 1986. (SANTOS, 1993; MORENO, 1993)

No governo militar, com as transformações da conjuntura política e econômica do Brasil, às políticas de “ocupação” e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso passaram abranger três âmbitos: o geopolítico, voltado para a distribuição de terras para efetivar a “ocupação”; o âmbito econômico, para fortalecer a economia nacional através da produção e consumo de bens; e o âmbito social, no sentido de transferir o “excedente” populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro para aquela região. Nesse contexto, os diversos governos federais e estaduais estimularam a migração de sul-rio-grandenses, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos para as regiões “desocupadas” do Estado do Mato Grosso.

Em 1970, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), através do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), articulou um complexo de rodovias, projetos de colonização oficiais e particulares, escolas rurais, postos de saúde, *et cetera*. Originou-se dessa política à BR-158 (Barra do Garças a divisa com o estado do Pará), à BR-163 (Cuiabá-Santarém), e a reconstrução da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). 100 km de terras às margens das rodovias federais ficaram suscetíveis de desapropriação para reforma agrária. Os projetos de colonização particulares surgiram nas margens da BR-163, que resultaram nos municípios de Nova Mutum e Sorriso, e fora das margens das BRs, que resultaram nos municípios de Alta floresta e Colíder. Dos projetos de colonização oficiais originaram os municípios de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte⁴. (ALVES JÚNIOR, 2003; SÁNCHEZ, 1992)

O Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco), executado pela Sudeco, ficou encarregado da expansão do mercado nacional e a ampliação da produção de minérios, grãos para exportação. Entre as áreas incluídas estavam os atuais municípios de Aripuanã, Cárceres, Peixoto de Azevedo e Rondonópolis. (MORENO, 1993)

Em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), executado na mesorregião Norte Mato-grossense pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em parceria com a Sudeco, agiu na região do Xingu. Nessa região grande investimento foi feito para a ampliação do rebanho bovino e a produção de carnes para exportação. Nos 5.180.070 hectares de sua área, esperava-se que

⁴ Nos referimos aos municípios originados, pois o objetivo do INCRA, com os projetos de colonização, era a criação de futuros municípios.

o rebanho bovino alcançasse 3.745.000 de cabeças em 1985. Foram alcançados dessa meta apenas 64% do previsto. O núcleo populacional de Juína foi resultado desse programa. (OLIVEIRA, 1997)

Em 1975, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), também executado pela Sudeco, tinha como objetivo a “ocupação” agropecuária e florestal nas terras consideradas impróprias para agricultura do cerrado. No Mato Grosso, foram atendidas as áreas dos atuais municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino, Sapezal, Tangará da Serra, Água Boa, Canarana e Nova Xavantina. (MORENO, 1993; ALVES JÚNIOR, 2003)

No cenário agrário, essas políticas de distribuição, legalização e venda de terras associadas, resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão. Três questões básicas podem explicar essa afirmativa: a precariedade da infra-estrutura (principalmente estradas, escolas e postos de saúde), o não acompanhamento técnico e a insuficiência ou inexistências de crédito rural para produção. Essas três questões podem ser resumidas na não efetivação da reforma agrária.

Em meados da década de 1980, o crescente rebanho bovino desenvolvido em superfícies de grandes proporções (média de 1.455.333 ha) começou a dividir espaço com lavouras mecanizadas da soja. O arroz, até então, era o carro-chefe da agricultura, entretanto inexpressivo frente à pecuária. A soja introduzida no estado em 1980, com uma área cultivada de 70.431 hectares (4,9% da área cultivada), salta para 1.715.034 hectares em 1989 (58,6% da área cultivada). A soja a partir de então direciona a economia agrícola de Mato Grosso. (SÁNCHEZ, 1992)

No que se trata dos imóveis que foram reconhecidos pelo governo, muitos estão intocados até hoje, servindo como reserva de valor. Tal fato foi associado a um esquema organizado do governo militar de facilitar o acesso às terras e riquezas brasileiras aos estrangeiros em troca de importantes cargos a familiares nas empresas internacionais. Os processos de corrupção através da vendas de terras por meios ilegais ao capital internacional foi comprovado pelo “relatório Veloso”, resultado de uma CPI, na década de 1960. (OLIVEIRA, 1997)

Moreno (1993), através de cuidadosa análise no acervo de documentos do governo de Mato Grosso, chega à conclusão que o processo de “ocupação” de Mato Grosso foi marcado pela transferência das terras devolutas do Estado para o domínio da propriedade privada. Por meio da articulação do governo federal e estadual, foram criados mecanismos institucionais e jurídico-políticos de acordo com os interesses do Estado. O resultado foi uma política que induziu a monopolização da propriedade privada da terra de latifundiários, capitalistas particulares e grupos econômicos através da compra da terra para estocagem ou especulação, resultado de políticas que serviram para premiar e pagar favores e condicionando a terra a favor da reprodução do território em bases capitalistas.

Segundo Fernandes (2000), o governo militar realizou sua política agrária sem alterar a fundiária. Seu objetivo de transferir a população expropriada para “as terras sem homens” por meio dos projetos de colonização, era de fornecer força de trabalho até então inexistente, para os projetos agrominerais e agropecuários dirigidos por grandes empresas. A implantação dessa política garantiu a permanência dos latifúndios existentes, bem como a formação de outros. Desses imóveis originaram as monoculturas de grandes dimensões, que acarreta o processo de monopolização das terras por meio da expansão das lavouras e desapropriação camponesa.

A maior parte dos migrantes mobilizados para o Mato Grosso foi em direção aos projetos de colonização, para o trabalho no campo. Foram eles os responsáveis pelo desbravamento das matas, até então intocadas. O abandono do governo e das empresas imobiliárias que se compromissaram em acompanhar e auxiliar no desenvolvimento regional gerou o fracasso desses projetos, uma vez que muitos camponeses não conseguiram se manter na terra devido à falta de condições básicas para a permanência na terra (estradas com condições de tráfego, escolas, postos de saúde, *et cetera*). Os camponeses mais

prósperos expandiram suas áreas através da compra dos lotes dos desistentes, o que favoreceu a reconcentração de terras, que hoje é um fato consumado.⁵

No abandono das terras, os migrantes e as migrantes se dirigiram para novas áreas na fronteira, para as cidades mato-grossenses ou retornaram para seu estado de origem, questão muito bem focalizada na obra de Santos (1993) e Goettert (2000). A tendência é que as terras até então pertencentes a esses desistentes sejam incorporadas pela agricultura de exportação. A mobilidade populacional para novas áreas de fronteira possibilita que o processo se repita.⁶

Estutura fundiária e agronegócio no Mato Grosso

Hoje, o Mato Grosso é um dos estados que apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do país. Em 1998, era o quinto lugar no *ranking* (HOFFMAN, 1998). Na tabela 2, observamos que os índices de Gini de Mato Grosso estão indicando, de 1967 até hoje, a diminuição de intensidade de concentração.

Tabela 4 – Mato Grosso: índice de Gini – 1967-1998

1967	1972	1978	1992	1998
0,858	0,867	0,855	0,817	0,811

Fonte: Hoffmann, 1998.

Na análise dos grupos de área de 1992, 1998 e 2003, podemos observar as tendências atuais da estrutura fundiária de Mato Grosso.

Para facilitar a compreensão dividimos os grupos de área em pequena propriedade (até menos de 200 hectares), média propriedade (200 a menos de 2000 hectares) e grande propriedade (2000 ou mais hectares). Essa divisão tem como base os critérios utilizados por Oliveira (2003), referentes à Lei n° 8.629 de 25/02/1993, que conceituou a pequena propriedade a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, a média entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade com mais de 15 módulos fiscais.

⁵ Isso não significa que o alto índice de concentração fundiária no Mato Grosso tenha sido ocasionado pela expansão de camponeses prósperos. Como vimos, antes e durante a chegada dos migrantes camponeses, a venda e a concessão de grandes áreas de terras era intensa para a elite local e especuladores “paulistas”. (GOETTERT, 2000; MORENO, 1993) O termo “paulista” é um termo regional que caracteriza grandes empreendedores, independente de ser do estado de São Paulo.

⁶ Vale ressaltar duas questões importantes: Primeiro é que além da derrubada das matas, esses sujeitos conquistam, por forma de reivindicação ou não, estradas, escolas rurais e demais benefícios de infra-estrutura e o produto desse trabalho a *posteriori* são apropriados pelo agronegócio. Segundo é que a formação da infra-estrutura municipal e de seus implementos articulação e organização são em ocorrência dessas frentes, que, para nós, classificamos como frentes pioneiras, de acordo com a corrente teórica defendida por Becker (1988). Essa corrente é contraposta da tese da frente de expansão (demográfica) seguida pela frente pioneira (econômica), defendida por Martins (1997). Ao estudar o Mato Grosso, Rondônia e Acre vemos claramente que a forte mobilidade populacional estava associada a uma infra-estrutura elaborada preliminarmente, sem contar que o poder do Estado estava presente. É por esse fato que não consideramos a frente de expansão como um fato.

Tabela 5 – Mato Grosso: transformação da estrutura fundiária dos anos 1992, 1998 e 2003

Grupos de área		1992		1998		2003	
		Imóveis	Áreas	Imóveis	Áreas	Imóveis	Áreas
Total		62.343,00	45.688.719,00	94.712,00	72.814.441,70	115.526,00	70.388.184,20
Pequena	Menos de 1	65	26,50	83	36,60	57	34,50
	1 a menos de 2	199	300,70	295	430,90	345	506,80
	2 a menos de 5	580	2.066,80	1199	4.059,90	1638	5.580,00
	5 a menos de 10	1322	9.616,70	2018	14.564,70	2721	19.538,80
	10 a menos de 25	5032	86.084,60	7404	127.046,90	9508	163.619,80
	25 a menos de 50	10320	360.293,60	14576	512.228,20	18173	640.477,10
	50 a menos de 100	11554	771.600,00	17373	1.163.682,30	20276	1.389.224,50
	100 a menos de 200	9676	1.272.320,20	13781	1.827.488,30	16675	2.228.911,50
	200 a menos de 500	10098	3.234.835,20	15587	5.066.901,50	19349	6.218.633,50
	500 a menos de 1.000	4838	3.400.944,50	7737	5.438.453,90	9680	6.806.196,80
Média	1.000 a menos de 2.000	3674	5.122.642,60	6231	8.669.977,00	7786	10.902.571,70
	2.000 a menos de 5.000	3423	10.054.347,50	5853	17.109.497,80	6995	20.648.940,20
	5.000 a menos de 10.000	974	7.245.778,30	1722	13.021.916,70	2072	15.697.901,50
Grande	10.000 a menos de 20.000	359	5.000.652,10	524	7.161.861,60	151	2.051.239,50
	20.000 a menos de 50.000	180	5.282.452,50	268	7.838.340,70	84	2.403.895,10
	50.000 a menos de 100.000	40	2.641.711,80	48	3.236.654,40	13	875.929,50
	100.000 e mais	9	1.203.045,40	13	1.621.300,30	3	334.983,40

nte: SNCR/Incra.

De 1992 a 1998 foram acrescentados 32.369 novos imóveis, tendo uma mudança na área de 27.125.722,70 hectares. Desse acréscimo de imóveis às pequenas propriedades representam a participação de 55,7%, as médias de 33,8% e as grandes de 10,5%. No que diz respeito ao aumento da área, a pequena representou 4,3%, a média 27,3% e a grande 68,4%. Ao passo que a pequena propriedade é a mais expressiva no aumento de imóveis, pouco representa no total de área acrescida, o que acontece o oposto na grande propriedade.

De 1998 a 2003, ao passo que aumentaram 20.814 imóveis, houve a diminuição de 2.426.257,50 hectares. Desse número acrescido dos imóveis 60,8% foram de pequenas propriedades, 34,9% de médias e 4,3 de grandes.

Quanto à mudança na área no período de 1998 a 2003, enquanto a pequena e a média propriedade tiveram um aumento de 798.355,20 hectares e 4.752.069,6 hectares, respectivamente, a grande propriedade teve um decréscimo de 7.976.682,3 hectares. Essa diminuição foi especificamente nas propriedades com mais de 10 mil hectares, fazendo com que a variação acumulada desse período apresentasse um decréscimo de 2.426.257,50 hectares.

Uma das razões da diminuição das áreas dos imóveis de mais de 10 mil hectares, de 1998 a 2003, pode se dever à portaria do Incra n° 558/99, que excluiu os cadastros de proprietários e detentores de grandes imóveis com suspeita de grilagem. Esse processo teve como critérios básicos à conferência da área e da localização dos imóveis no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. O Mato Grosso apresentou 0,6% dos imóveis inconsistentes de todo o Brasil, representando 17% da área, campeão do *ranking* do estados. Teve o total de 525 imóveis, dos quais 302 são “pertencentes” a pessoas físicas e 223 a pessoas jurídicas. No total foram excluídos 12.250.777,10 hectares (SABBATO, 2005).

Doze milhões de hectares representa metade do território do Estado de São Paulo. Essas terras existiram? Isto é uma das questões que pretendemos compreender. Todavia, a exclusão dessa área muito pouco representou na estrutura fundiária do Mato Grosso.

Os procedimentos utilizados para identificar imóveis inconsistentes ainda apresentam muita restrição. É necessário um rígido acompanhamento nos municípios para aumentar as possibilidades de detecção de grilagem. Os códigos dos imóveis que não foram reclamados pelos supostos proprietários estão disponibilizados na página do Incra. A partir desses códigos, vamos pesquisar as situações dos imóveis nos seus repetíveis municípios.

No Mato Grosso, agrupando os municípios de acordo com a similaridade dos índices de crescimento das áreas, encontramos duas realidades: A primeira nos municípios, onde predomina a produção da soja, onde o crescimento das áreas e imóveis pode estar

diretamente relacionado com a valorização fundiária. A segunda realidade está nos municípios do Norte mato-grossense, área de fronteira agropecuária, com altos índices de desmatamento, queimadas, crescimento do rebanho bovino e onde a soja está iniciando o processo de territorialização. É nessa região onde a violência contra os camponeses é mais intensa⁷.

Entre as possíveis causas parciais das mudanças na estrutura fundiária estão o baixo preço das terras, principalmente do Norte Mato-grossense; a alta produtividade de soja no Cerrado, que chega a produzir em média 60 sacas por hectare, quantidade de sacas acima da média dos Estados Unidos (GONÇALVES, 2004); as perspectivas de melhorias na infra-estrutura de vias de escoamento da produção pelo Ministério dos Transportes e Governo do Estado (BERNARDES, 1996; GONÇALVES, 2001); o apoio creditício e a compra antecipada da soja pelas empresas processadoras (BECKER, 2004).

Outras causas podem estar ligadas ao aumento do rebanho bovino e a produção de soja no estado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e da Produção Agrícola Municipal (PAM), indica grande aumento do rebanho bovino (principalmente no Norte do Mato Grosso) e o aumento na produção de soja, cuja área plantada aumentou cerca de 400% de 1990 a 2003.

Fernandes (2005) elaborou uma hipótese na qual destaca os processos de ocupação de terras, a grilagem e a sobreposição de áreas em faixas de fronteira. Para ele o aumento do número de imóveis familiares pode ser explicado, parcialmente, com a implantação de 20 milhões de hectares de assentamentos através das políticas de reforma agrária e crédito fundiário no Brasil.

Alentejano (2003), analisando os dados de ocupações de terras da Comissão Pastoral da Terra (CTP), considera o Centro-Oeste como a região brasileira com maior percentual de famílias do meio rural envolvidas em ocupações de terra. Essa realidade pode conduzir fazendeiros que estão em situação irregular, a legalizarem a documentação e/ou cadastrarem suas terras.

Em uma análise prévia dos dados da estrutura fundiária e da produção da soja, observamos que o aumento das áreas ocorre onde a soja está se territorializando e não onde a soja está territorializada. Este fato confirma a possibilidade de valorização das terras nas áreas em que ela avança. A luta pela terra, por meio de ocupações e assentamentos, na sua maior parte, está fora desse eixo, justamente por estar presente onde capital já se territorializou e expropriou os camponeses. No mapa a seguir, pode se observar a faixa de expansão recente da soja em direção às áreas de pecuária e florestas.

Levantamos a hipótese que a territorialização da soja é a principal condicionadora desse crescimento. Isso por que a soja no Mato Grosso é fortemente dirigida pelo governo do Estado e as grandes empresas como *Bunge Alimentos S.A.*, *Cargill Agrícola S.A.*, *Archer Daniels Midland Company (ADM)*, *Monsanto*, *Sachetti* e Grupo André Maggi. O direcionamento dos investimentos públicos e apoio legislativo para o sucesso dos empreendimentos sojeiros criam condições para a sua territorialização. Rodovias estaduais e estradas vicinais estrategicamente localizadas são asfaltadas para o escoamento da produção, além da construção de portos em Porto Velho e Itacoatiara e projetos de construção de estrada de ferro, asfaltamento da BR-163 e construção do porto de Santarém. (BERNARDES, 2003)

Para se ter uma idéia da força do agronegócio no Mato Grosso é só observar os resultados do *Agrishow Cerrado*, feira agropecuária realizada em Rondonópolis, onde foram movimentados mais de 1,3 bilhão de reais na venda de silos, armazenagem, fertilizantes, pulverizadores e aviões agrícolas (SODRÉ, 2004).

O território da recente expansão da soja no Mato Grosso está no entorno das rodovias que ligam Cuiabá-Comodoro (BR-070 e BR-174), Cuiabá-Alto Araguaia (BR-364, BR-183, BR-070), Cuiabá-Ouro Branco do Sul (BR-183) e Barra do Garças-Água Boa (BR-

⁷ No ano de 2004, a Comissão Pastoral da Terra (2005) registrou 13 ameaças de mortes no Mato Grosso. Dessas 13 ameaças, 12 estão na área de fronteira agropecuária do norte e nordeste do estado.

158). É justamente os municípios que estão inseridos nesses eixos que a soja se territorializou. Os municípios que desenvolveremos nossos trabalhos estão, em sua maioria, no limite entre o território da soja e a frente pioneira da fronteira agropecuária.

Considerações finais

Com os aparatos técnicos e infra-estruturais da soja ultrapassando os limites da região produtora, mostra o poder intrinsecamente direcionado para a expansão espacial e a concentração da riqueza produzida. Segundo Bernardes (2003), a produção da soja no Mato Grosso faz parte do processo de seletividade do capital, mas também de regulação do Estado, que conduz e organiza a sociedade em função da soja.

A soja incorpora, a cada dia, propriedades rurais de todas as dimensões, até então não-utilizadas ou semi-utilizadas. Segundo Becker (2004), a soja está sendo terceirizada no Mato Grosso. Os grandes sojeiros estão comprando soja antecipadamente através de sementes e insumos e os pequenos produtores pagam com grãos. Esse fato estimula o plantio da soja em pequenas e médias propriedades, fato que pode explicar o crescimento nas propriedades desse porte, como mostra o quadro abaixo.

A reprodução do capital, assim, determina à produção em escala, imbuída de aparatos tecno-mecânicos e interesses imediatistas dos proprietários rurais e dos governos. Isso porque o impacto do agronegócio da soja ultrapassa os limites de Mato Grosso no plano econômico e territorial.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo Alentejano. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. Conflitos no campo – Brasil. 2003. Goiânia: CPT Nacional, 2003. pp. 112-117.
- ALVES JÚNIOR, Gilberto Torres. O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso. *Revista Caminhos de Geografia*, Niterói, v. 4, pp. 17-30, Jun./2003.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: MUSEU Paraense Emílio Goeldi. Idéias e debates 8. A geopolítica da soja na Amazônia. Belém: mai., 2004. Disponível em: <www.museu-goeldi.br>. Acessado em: 02 fev. 2005.
- _____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (org.) Fronteiras. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: Orstom, 1988. pp. 60-89. il.
- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 325-366.
- _____. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. Revista Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 21, pp. 157-167, jul./dez. 2003.
- COMISSÃO Pastoral da Terra. Cadernos de Conflito do Campo 2004. Goiânia: CPT Nacional, 2004.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 319 pp.

_____. Land reform in the government Cardoso and in the government Lula: challenges of the agrarian geography. 2005. 10 pp. (inédito)

GOETTERT, Jones Dari. “O vô das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – MT. 2000. 372 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001. 178 pp.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOVERNO do Estado de Mato Grosso. Municípios de Mato Grosso. Cuiabá: MT *on line*, 2005. Apresenta informações estatísticas, históricas e geográficas dos municípios de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/redirect.php?url=http://www.amm.org.br/modules.php?name=Municipios>. Acesso em: 10 mar. 2005.

HOFFMAN, Rodolfo. A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do Incra: 1967-1998. Campinas: Convênio Incra/Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 203 pp. il.

MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso. 1993. 620 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. 1997. 496 f. (Tese de livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. il.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, ano 26, v. 2, n° 21, pp. 113-156, jul./dez. 2003. il.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP. 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SABBATO, Alberto Di. Perfil dos proprietários/detentores de grandes imóveis rurais que não atenderam à notificação da portaria 558/99. Brasília: Incra, 2001. Disponível em: www.incra.gov.br. Acessada em: 21 abr. 2005. 26 pp.

SÁNCHEZ, Roberto Omar. Zoneamento agroecológico do Estado de Mato Grosso: Ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural. Cuiabá: Fundação de Pesquisa Cândido Rondon, 1992. 155 pp. il.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos: exclusão e luta: do Sul para o Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993. pp. 31-275.

SILVA, Chrystiane; RYDLEWSKI, Carlos; GASPARG, Malu. O governador no olho do furacão. Revista Veja, n. 39, ano 37, pp. 98-100, set./2004. il.

SOARES, Teixeira. História da formação das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1973. 361 pp. il.

SODRÉ, Márcio. Negócios ultrapassam RS 1,3 bilhão. Jornal A Tribuna, Rondonópolis, 17 abr., 2004.

SUGIMOTO, Luiz. Soja: perigo nos novos *fronts*. Jornal da Unicamp, Campinas, 26, p. 3., abr.-2 mai., 2004. il.

VEIGA, José Eli. Poverty alleviation through access to land: the experience of the brazilian agrarian reform process. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003, FAO, Rome.
http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm
Acesso em: 31/12/2004.

La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo

Miguel Teubal

Doutor em Economia Agrária pela University of Berkely
 Professor Titular de Economía de la Universidad de Buenos Aires – UBA
 Investigador Superior del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET
 Endereço profissional: Instituto de Investigaciones Gino Germani – Facultad de Ciencias
 Sociales – Universidad de Buenos Aires
 Endereço eletrônico: teubal@mail.retina.ar

Resumen

En este trabajo se hace una revisión de la teoría de la renta de la tierra elaborada por David Ricardo a comienzos del siglo XIX. Tras señalar que las *leyes de granos* que limitaban la libre importación de alimentos del exterior favoreciendo a terratenientes en desmedro de una burguesía industrial en ascenso formaban parte de las circunstancias que lo llevaron a elaborar un modelo que analiza la evolución de la distribución de los ingresos entre las “tres principales clases de la sociedad”, se presenta una descripción numérica y gráfica de tal modelo. Destacamos que Ricardo tenía como móvil de política económica favorecer al comercio libre. Pero que el libre cambio que propicia tiene que ver con las circunstancias históricas particulares que afectaban a la Inglaterra de su época: el hecho de que ese país fuese el primero que emprendía una “revolución industrial”.

Palabras clave: renta de la tierra, renta diferencial, modelo ricardiano, distribución de los ingresos.

Resumo

A renda da terra na economia política clássica: David Ricardo

Neste trabalho se faz uma revisão da teoria da renda da terra, elaborada por David Ricardo, no começo do século XIX. Ricardo estava interessado em demonstrar a necessidade das *leis de grãos*, que contribuíram para o aumento dos preços dos alimentos do exterior, favorecendo os aluguéis dos latifúndios de uma burguesia industrial em ascensão. Nesse contexto, formavam-se parte das circunstâncias que lhe levaram a elaboração de um modelo que analisa a evolução da distribuição de renda entre as “três principais classes da sociedade”, apresentando uma descrição numérica e gráfica de tal modelo. Destacamos que Ricardo tinha como projeto de política econômica favorecer o livre comércio. Não obstante, esse livre comércio tinha haver com as circunstâncias históricas particulares que afetavam a Inglaterra de sua época: o fato de que esse país fosse o primeiro que empreendia uma “revolução industrial”.

Palavras-chave: renda da terra, renda diferencial, modelo ricardiano, distribuição de renda.

Abstract

The land proceeds in the classical economy politics: David Ricardo

This article reviews David Ricardo’s theory of land rents developed in the first decades of the nineteenth century. Ricardo was interested in demonstrating the need to repeal the Corn Laws, because they contributed to an increase in the prices of staple foods, favoring landowner’s rents, and were detrimental to the profits that a new rising industrial bourgeoisie

required. Hence, the model he develops describing how the distribution of income among the three main classes of society evolves. After analysing Ricardo's model in some detail, the article considers one of its main implications: the fact that it tends to favor free trade in general. Nevertheless, the free trade that Ricardo favors has to do with the special circumstances affecting England: the fact that she was the only country at the time in which an industrial revolution was being carried out.

Key-words: land proceeds, differential proceeds, ricardian model.

El producto de la tierra – todo lo que se obtiene de su superficie mediante la aplicación aunada del trabajo, de la maquinaria y del capital – se reparte entre tres clases de la comunidad, a saber: el propietario de la tierra, el dueño del capital necesario para su cultivo, y los trabajadores por cuya actividad se cultiva.

Pero en distintas formas de sociedad, las proporciones del producto total de la tierra que serán imputadas a cada una de estas tres clases, bajo los nombres de renta, utilidad y salarios, serán esencialmente diferentes, dependiendo principalmente de la fertilidad real del suelo, de la acumulación de capital y de población, y de la habilidad, del ingenio y de los instrumentos utilizados en la agricultura.

La determinación de las leyes que rigen esta distribución es el problema primordial de la Economía Política: a pesar de los grandes avances de esta ciencia, gracias a las obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi y otros, dichos autores aportan muy poca información satisfactoria con respecto al curso natural de la renta, de la utilidad y de los salarios. (RICARDO 1959[1817], p. 5).

En el "Prólogo" de su obra máxima *Principios de Economía Política y Tributación*, David Ricardo define claramente lo que para él constituye el principal problema de la economía política: dilucidar los factores que inciden sobre la distribución de los ingresos entre las tres principales clases de la sociedad, a saber, los trabajadores, los terratenientes y los capitalistas. De este modo se aleja en gran medida de lo que Adam Smith se había propuesto treinta años antes: indagar acerca de las "causas y naturaleza de la riqueza de las naciones".

Por supuesto que ambos objetivos están relacionados entre sí aunque reflejen diferentes énfasis en los análisis y posiblemente cambios en los climas de época: el optimismo originario que se trasunta en la obra de Adam Smith, una cierta fé en el progreso ilimitado de la sociedad, pronto dará lugar a cierto pesimismo. Para Malthus que escribe en las postrimerías del siglo XVIII las condiciones misérrimas de vida de los trabajadores difícilmente puedan ser superadas, dado que rige la inexorable ley poblacional. Ricardo adhiere a esta ley al considerar que los salarios tienden al nivel de subsistencia, pero también destaca que la economía en su globalidad transita hacia un "estado estacionario", o sea, a un cierto estancamiento. No cree que los cambios tecnológicos y los consiguientes aumentos de productividad puedan contrarrestar estas tendencias. Como consecuencia, focaliza su atención sobre los cambios de política económica que, según su perspectiva, serían necesarios – en particular, tras el fin de las guerras napoleónicas, la derogación de las Leyes de Granos– para evitar que los terratenientes se apropien de una porción creciente del producto global e incidan de este modo sobre la caída de la tasa de ganancia. Según Ricardo, estos cambios de política demorarían la tendencia hacia el estancamiento de la economía.

Según Edith Klimovsky "la teoría de la renta representa un instrumento eficaz para la comprensión de la realidad económica y social del capitalismo contemporáneo y, por consiguiente, no puede ser considerada como un mero detalle de perfeccionamiento de la teoría de la distribución". Se trata de un concepto aplicable a una gama de esferas del

quehacer económico, no solo a aquella referida a la agricultura, la ganadería o la minería. También se remite a aspectos que tienen que ver con la extracción de hidrocarburos, los valores inmobiliarios, cierta localización no sólo en aras a una mayor proximidad al mercado, etc. Entender la esencia de la teoría de la renta de la tierra es, por consiguiente, importante para poder indagar acerca de una serie de fenómenos que influyen sobre nuestra realidad social actual (KLIMOVSKY, 1985, p. 15).

Según esta autora:

No es sorprendente que muchas de las investigaciones teóricas acerca de la renta estén vinculadas al estudio de algunas cuestiones candentes de la fase actual del capitalismo, como la crisis de la energía, la fijación del precio del petróleo, la especulación inmobiliaria en las ciudades, el problema de la vivienda urbana, el papel de la agricultura campesina en los países capitalistas desarrollados, la función de las reformas agrarias, la posición del campesinado en la lucha de clases. (KLIMOVSKY, 1985, p. 16).

Un buen punto de partida, entonces, para analizar la problemática de la renta de la tierra es el enfoque que nos presenta David Ricardo para quién se trata de una explicación que constituye una de las piedras angulares de su teoría distributiva.

Antecedentes y contexto

En el período 1814-1816, tras el fin de las guerras napoleónicas, se produce en Inglaterra un gran debate en torno a la aplicación de las Leyes de Granos (véase DIÉGUEZ, 1974, BLAUG, 1958), leyes que establecían altos aranceles sobre las importaciones cerealeras provenientes del continente. Inglaterra había dejado de ser un exportador neto de granos y, en forma creciente, requería de importaciones del exterior para solventar sus necesidades alimentarias internas. Durante las guerras napoleónicas el precio de los granos, y por ende del pan, y demás productos de consumo popular¹ habían aumentado significativamente. Tanto por el bloqueo continental como debido a una gama de malas cosechas en países que se habían transformado en sus habituales proveedores, fue interrumpida la provisión de alimentos del exterior hacia Inglaterra. Como consecuencia, se manifestó un importante aumento de los precios de los alimentos, alza que se produjo pese a la incorporación en Inglaterra de nuevas tierras al proceso productivo y a mejoras en la reclamación de las mismas. De este modo las, limitaciones impuestas a las importaciones generó una situación de protección efectiva a la producción, y bonanza en especial para los terratenientes que se veían favorecidos por el alza de los precios alimentarios y, por ende, de sus rentas. Ricardo veía en este proceso la causa principal de la caída de las ganancias de los dueños del stock de capital.²

El modelo ricardiano fue plasmado en su obra máxima: *Principios de Economía Política y Tributación*, publicada en 1817 y reeditada con modificaciones en 1819 y 1821. Sin embargo, un antecedente importante lo constituyó el “Ensayo sobre la influencia del bajo precio del grano sobre los beneficios del capital” publicado en 1815 (Ricardo, Vol IV) en el cuál se presenta la noción de que las restricciones a las importaciones de granos del

¹ “En todos sus ejemplos numéricos Ricardo adhiere a la hipótesis de trabajo de que los trabajadores gastan normalmente hasta la mitad de sus salarios en pan de trigo independientemente de sus precios relativos. Sin embargo, por razones analíticas Ricardo siempre empleo el término “corn” (maíz o grano) como un término global que refleja a los “bienes salario” (BLAUG, 1958, p. 10).

² Según Diéguez el acta de 1815 en Inglaterra “introdujo una prohibición absoluta (a las importaciones de granos MT) hasta un cierto nivel de precio interno (...) e introducción libre de derechos para casos en que el precio interno estuviese por sobre ese nivel. Claramente, la nueva acta de 1815 fue impuesta por la poderosa clase terrateniente. Cuando la nueva ley fue anunciada, hubo desórdenes y protestas en las principales ciudades. En Londres, varios miembros del Parlamento enfrentaron el furor de motines callejeros” (DIÉGUEZ, 1974, p. 718).

exterior coadyuvan al alza de los precios del pan (grano) que regula el fondo de salarios y el nivel general de las ganancias, favoreciéndose en forma desproporcionada a los terratenientes que ven aumentar notablemente la renta. Pero es en los *Principios* en donde Ricardo construye un modelo abstracto que le permite visualizar en forma rigurosa las interrelaciones entre diversas variables económicas intervinientes y, en particular, el análisis de la evolución de la renta de la tierra considerada como un elemento de un modelo global, así como también el impacto de estos procesos sobre las utilidades, o sea, la retribución sobre los “stocks” de capital.

Elementos del modelo

Se puede visualizar al modelo ricardiano asemejando a la economía toda como si fuera un gran sector agropecuario conformado por una serie de explotaciones en las cuáles intervienen las tres clases o agentes principales de la sociedad. Por supuesto están los trabajadores que requieren de un salario para su subsistencia que es pagado por el arrendatario (capitalista), para quién estos adelantos forman parte de sus inversiones de stocks (capital). Éste a su vez debe pagarle al terrateniente una renta por el arriendo del campo de su propiedad. El arrendatario recibe una retribución por sus aportes de capital, conformados por los adelantos de stocks a los trabajadores para su subsistencia y otros instrumentos de trabajo, que es la ganancia que le queda después de haberle pagado a los trabajadores y a los terratenientes. Para Ricardo la ganancia (utilidades) es una retribución variable pero esencial para el proceso de acumulación de capital. Esto se debe a que, según este modelo, los terratenientes gastan sus rentas en la compra de bienes de lujo (por lo tanto no invierten); los trabajadores gastan sus salarios en la compra de bienes esenciales para cubrir sus necesidades; y sólo los capitalistas (arrendatarios) ahorran y reinvierten sus ganancias en los procesos de acumulación de capital.

Esta situación puede ser considerada como “realista” en términos de la situación imperante de la Inglaterra de comienzos del siglo XIX. Si bien había comenzado la Revolución Industrial, el sector predominante de la economía seguía siendo el agropecuario. Recién hacia mediados de siglo el producto industrial comienza a superar al agropecuario. Asimismo, sólo el sector agropecuario proveía los bienes esenciales para la supervivencia de la población en general, o sea, los alimentos. Como consecuencia, el precio de los alimentos habría de incidir significativamente sobre la distribución de los ingresos y la marcha de la economía en su conjunto.

La otra cuestión que hace relativamente realista al modelo ricardiano tiene que ver con la evolución de la estructura agraria de Gran Bretaña a comienzos del siglo XIX. A diferencia de la situación imperante en Francia y en otros países del continente europeo, en ese país, tras la revolución agraria de los siglos anteriores, había desaparecido el campesinado. Por ello el modelo tripartito de Ricardo incorpora a los arrendatarios como agentes económicos de importancia asimilables a los “capitalistas”. En cambio en el resto de Europa, por ejemplo en Irlanda, Francia, Rusia, el campesinado, con características singulares, seguía teniendo una importancia primordial.

Definiciones y cálculos

La renta (de la tierra) es aquella parte del producto de la tierra que se paga al terrateniente por el uso de las energías originarias e indestructibles del suelo. Se confunde a menudo con el interés y la utilidad del capital y, en lenguaje popular, dicho término se aplica a cualquier suma anualmente pagada por el agricultor a su terrateniente. (RICARDO, 1959 [1917], p. 51).

La definición de renta de la tierra que nos presenta Ricardo está estrechamente vinculada con la fertilidad del suelo, es inherente a la naturaleza misma; por ende, no puede

ser reproducida o ampliada con el progreso económico. El objetivo de Ricardo es analizar la evolución de la renta, en forma conjunta con la evolución de los demás componentes del ingreso global, a saber, los salarios y las ganancias.

La teoría de la renta ricardiana es básicamente una teoría de la *renta diferencial*. Surge cuando se cultivan porciones de tierra con una fertilidad decreciente o diferencial (o debido a una localización diferencial). Este proceso genera grados diferentes de productividad por unidad de tierra adicional incorporada al proceso productivo. El precio del trigo se establece en la última unidad (marginal) de tierra (la menos productiva) y rige para la economía en su conjunto. Como consecuencia los dueños de las tierras más fértiles, perciben una “renta” (ganancia extraordinaria) que crece a medida que – por efecto de una mayor demanda de alimentos debido a aumentos poblacionales – se incorporan tierras cada vez menos fértiles al proceso productivo para aumentar la producción. Como en esas tierras el producto marginal (la productividad) es menor, los costos unitarios de la producción crecen y, por ende, el precio de los alimentos.

Veamos con más detalle cómo llegamos a esta situación.

El análisis que formula Ricardo está estrechamente relacionado con dos leyes “naturales”. Por una parte, la ley poblacional a que hicimos referencia, y a la que nos referiremos con más detalle más adelante. Por la otra, la denominada “ley de rendimientos decrecientes”.³ Según esta ley, a medida que se incorporan nuevas tierras (u otros factores de producción) al proceso productivo el producto marginal por cada unidad adicional (marginal) incorporada tiende a decrecer. Debido a la presión poblacional, se requiere la incorporación de tierras adicionales para aumentar la producción de alimentos. Estas nuevas tierras “marginales” tienden a ser menos fértiles y, por consiguiente, decrecen sus productividades: cada unidad adicional con una fertilidad menor genera un producto por unidad menor. Dicho en otros términos, con igual cantidad de capital y trabajo utilizada en cada una de las unidades de tierra incorporadas al proceso productivo, la productividad en cada una de ellas que es sucesivamente incorporada al proceso productivo, tiende a caer. La razón estriba en la fertilidad decreciente que poseen las nuevas unidades de tierra incorporadas. Persiste una tendencia a que se desarrolle un *producto marginal decreciente*.

En el ejemplo que se presenta a continuación, se reproducen aproximadamente los mismos datos que nos presenta Ricardo. Suponemos la existencia de cinco predios con una fertilidad decreciente a las cuáles se les aplica una misma cantidad de capital y trabajo por unidad (por ejemplo, cinco trabajadores con arado, caballos, etc. por un costo de 100\$). A medida que aumenta la utilización de tierra cada vez menos fértil, baja la productividad de la última unidad incorporada al proceso productivo. Sin embargo, los dueños de las tierras más fértiles con una mayor productividad, perciben un ingreso extraordinario en función de esta mayor productividad de sus tierras. Este ingreso forma parte de su renta. Asimismo, como los costos de producción son iguales en cada uno de los predios, las nuevas unidades marginales incorporadas al proceso productivo tienen costos unitarios mayores con relación a los que prevalecen en los predios con mayor fertilidad. Como consecuencia, el precio final del kilo de grano aumenta. Y con ello también la renta apropiada por los dueños de las tierras más fértiles. Como contrapartida, las utilidades (ganancias sobre el capital) tienden a caer a medida que aumenta la producción total.

Supongamos entonces que en esta economía existen cinco predios que van siendo incorporados, uno a uno, al proceso productivo. Cada predio adicional que se incorpora tiene una fertilidad menor al anterior. Por lo tanto, el primer predio es el de mayor fertilidad del conjunto. Suponemos que en este predio se producen 100 kg de granos pero que por efecto de la presión poblacional se requiere la producción de más alimentos para hacer frente a una mayor demanda. Como consecuencia, es necesario aumentar la producción total incorporando al proceso productivo el predio N° 2. Este predio tiene una fertilidad menor al 1°. Por ejemplo, su producción equivale a 90 kg de granos, menos que lo que produce el predio N° 1. De este modo se van incorporando sucesivamente los 5 predios al

³ Este es un supuesto “fuerte”, aplicable generalmente sólo al sector agropecuario. Otras muchas actividades pueden tener “economías a escala de producción”.

proceso productivo con productos marginales decrecientes debido a sus respectivas fertilidades, cada vez menores. Por ejemplo, el predio N° 3 produce 80 kg el N° 4 70 kg y el N° 5 60 kg, utilizando siempre en el proceso productivo la misma cantidad de trabajo y capital (como dijimos equivalente a 100 pesos para el pago de salarios y utilización del capital). Veamos los datos aquí explayados en el cuadro siguiente:

Cuadro 1
Producto marginal, producto medio y distribución del producto total
(en kg de grano y porcentajes del total)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Predios	P. Marginal	P. total	P. Medio	Renta	Salarios	Ganancias	Renta %	Salarios %	Ganancias %	Total
1	100	100	100	-	20	80	---	20,0	80,0	100
2	90	190	95	10	40	140	5,3	21,1	73,7	100
3	80	270	90	30	60	180	11,1	22,2	66,7	100
4	70	340	85	60	80	200	17,6	23,5	58,8	100
5	60	400	80	100	100	200	25,0	25,0	50,0	100

En este “modelo” todavía no hemos introducido valores (mediciones en valores monetarios). Sin embargo, se ve claramente que los dueños de la tierras más fértiles van acumulando un mayor producto (renta) con relación a los dueños de las tierras menos fértiles, y que este ingreso (renta) aumenta exponencialmente a medida que se incorporan nueva tierras, cuyos niveles de productividad determinan los precios (y costos) finales que habrán de regir para la economía en su conjunto. En efecto, tal como se visualiza en el cuadro 1, la renta total va aumentando desde cero, cuando se produce sólo en una unidad, hasta alcanzar un máximo de 100, cuando se produce en las 5 unidades. El argumento es el siguiente: la renta surge por las diferenciales de productividad entre la última unidad productiva y las demás, o sea, cuando ya están en funcionamiento los cinco predios, el dueño del predio 4 recibe 10 kg. en concepto de renta, el dueño del 3° predio 20 kg, el del segundo predio 30 y finalmente el dueño de la tierra más fértil recibe una renta de 40 kg. El total de la renta percibido por todos los terratenientes equivale a 100 kg.

Tal como lo muestra el *cuadro 1* la renta de la tierra total pasa de representar 5,3% de la producción total cuando se incorpora la segunda unidad productiva a representar el 25% del producto total cuando se incorpora la 5a unidad al proceso productivo. El fondo de salarios equivalente al ingreso de los trabajadores también aumenta como proporción del producto: pasa de representar el 20 por ciento del producto total cuando se trabaja únicamente con el primer predio al 25 por ciento cuando se trabaja en los cinco predios. Se supone que los salarios de subsistencia equivalen a 20 kg. para alimentar a los trabajadores que trabajan en cada uno de los predios. Como contrapartida disminuye la participación de la tasa de ganancia en el producto total del 80 % al 25 %. Se observa claramente cómo la tasa de ganancia cae significativamente a lo largo del período.

Estas tendencias también pueden ser representadas en valores. Supongamos, como dijimos anteriormente, que los precios se determinan en base a la productividad del último predio incorporado al proceso productivo. Cuando se produce únicamente sobre la primera unidad el producto por kg. de grano producido equivale a 1\$ (siendo el gasto total 100\$ para producir 100 kg). Cuando se pasa a producir en el 2° predio el precio unitario por kg. aumenta a \$1,11 (con 100\$ se producen sólo 90 kg); al incorporarse el 3° aumenta a \$1,25; el 4° a 1,43 y finalmente el 5° a \$1,66.

Cuadro 2**Precios unitarios y valores**

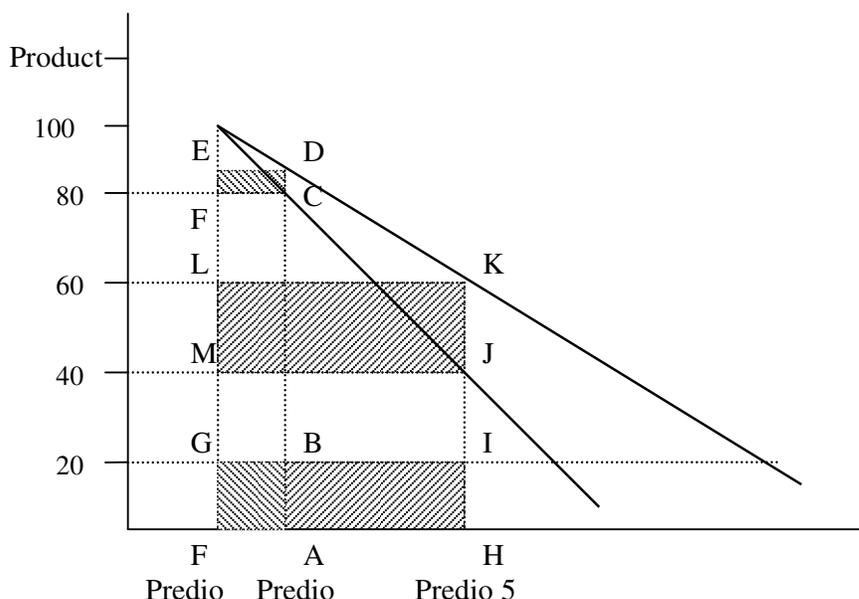
Predios	Precio	V.total	V. Renta	V.Salarios	V.Ganancias
1	1,00	100	-----	20,0	80,0
2	1,11	211	11,1	44,40	155,5
3	1,25	337	37,5	75,00	224,5
4	1,43	486	85,8	114,40	286,0
5	1,66	664	166,0	166,00	332,0

En el *cuadro 2* se destacan los precios unitarios y los valores correspondientes al producto total, renta de la tierra, salarios y ganancias, todos medidos en términos monetarios. La proporción correspondiente a cada uno de estos tipos de ingreso – renta, salarios y ganancias – como porcentaje del valor de la producción total es la misma que la calculada anteriormente (véase el cuadro 1) aunque esta vez puede ser considerada en términos de valores.

El argumento ricardiano se extiende al caso en que se intensifica el proceso productivo mediante la aplicación de más capital y trabajo a un mismo predio. Se trata del caso en el que se utilizan unidades adicionales de capital sobre un mismo predio. O sea, en vez de utilizar una unidad de capital equivalente a \$100 sobre cada predio productivo, se intensifica la cantidad de unidades adicionales de capital aplicadas, por ejemplo, al primer predio. Surgen las mismas consecuencias consideradas anteriormente con fertilidades decrecientes: cada unidad de capital adicional que se aplica en un mismo predio tendrá una productividad marginal decreciente. Si con la primera unidad de capital el producto marginal es de 100 kg, cada porción de capital adicional generará un producto marginal menor, por ejemplo, 90kgs, 80 kg, etc. En este caso el dueño de la tierra también cobrará una renta por las productividades diferenciales generadas por la primeras unidades de capital empleadas en el predio.

El análisis ricardiano refleja el estrecho vínculo entre el precio del grano y la distribución de los ingresos entre las tres “principales clases” de la sociedad. Esta situación se manifiesta claramente en el gráfico siguiente:

En el gráfico 1 presentamos en la abscisa los predios a que nos referimos más arriba – van del 1º al 5º - y en la ordenada los valores medidos en kilogramos. El primer predio tiene un producto marginal de 100 kg., el segundo, 90 kg. y así sucesivamente. De allí que deducimos la curva del *producto marginal* que, por cierto, es decreciente. También introducimos la recta correspondiente al *producto medio* que es también decreciente, aunque tiende a disminuir menos rápidamente que el *producto marginal*.

Gráfico 1

Cuando están en producción dos predios (el 1º y el 2º) el *producto total* equivale a 190 kg, pudiendo ser representado por el cuadrilátero ADEF. Asimismo, ese producto total se descompone de la siguiente manera. Un segmento CDEF que equivale a la diferencia entre el producto marginal y el producto medio multiplicado por las dos unidades incorporadas al proceso productivo representa el total de la renta de la tierra. Otra porción ABGF corresponde al fondo de los salarios, o sea a la porción del producto total que perciben los asalariados. Finalmente, la porción más grande BCFG corresponde a la ganancia. En el cuadro 1 equivale al 80% del producto total.

Supongamos que se van incorporando dos nuevos predios al proceso productivo. En el gráfico 1 se podría reflejar la nueva situación existente. El producto marginal descendería hasta alcanzar a 40 kg. El producto total sería equivalente al cuadrilátero HKLF. Lo que ha cambiado radicalmente son las porciones que integran ese producto total: la renta equivaldría a la porción JKLM, el fondo de salario se va extendiendo horizontalmente hasta abarcar el rectángulo HIGF, y el remanente IJMG sería la ganancia. Evidentemente, la renta y el salario han aumentado su participación en el producto total, mientras que la tasa de ganancia la ha reducido.

El punto culminante se alcanza cuanto el producto marginal alcanza los 20 kg. En este punto el producto total se reparte íntegramente entre renta y salarios: la tasa de ganancias es igual a cero. Este punto lo denomina Ricardo, *estado estacionario*. Es importante evitar que se llegue a él. En ese punto cesa el proceso de acumulación de capital.

¿Cómo impedir de que la economía llegue al estado estacionario? Para Ricardo la forma más lógica sería derogando las leyes de granos y permitiendo la libre importación de granos del exterior, sin aranceles o trabas de ninguna especie. Bajaría entonces el nivel interno del precio del pan, e Inglaterra no tendría necesidad de utilizar tanta tierra infértil en la producción de alimentos. Podría importar los alimentos del exterior, y pagarlos con exportaciones de productos manufacturados.

La otra forma de impulsar el aumento de la productividad y evitar que la economía llegue rápidamente al estado estacionario sería introduciendo innovaciones tecnológicas que aumenten la productividad por hectárea. De este modo cada predio produciría más que lo que producía antes y podría asimismo demorarse la marcha hacia el estado estacionario.

Reflexiones finales

Tal como señalamos más arriba, el análisis ricardiano tiene un claro móvil de política económica: se propone demostrar que la eliminación de los aranceles a la importación de grano del exterior habría de favorecer a la comunidad de Inglaterra en su conjunto. Se reduciría la renta y se mantendría relativamente alta la ganancia. Ello permitiría una mayor acumulación de capital por parte de los dueños del stock de capital, los *capitalistas*, tal como serían denominados posteriormente. En lo esencial, hace hincapié en el conflicto inmanente entre terratenientes y capitalistas en ascenso: los primeros a favor del proteccionismo sobre las importaciones de granos del exterior, los segundos en contra.

El modelo ricardiano – y en lo esencial la propuesta de política económica que se deriva de él – tiene que ver con la situación particular que imperaba en la Inglaterra de su época. Ricardo, con su teoría de la renta, así como también con la de las *ventajas comparativas*, da cabal sustento al libre cambio. Pero el comercio libre en la Inglaterra de comienzos de siglo XIX, no es lo mismo que el comercio libre para los demás países europeos de más tardía industrialización o el comercio libre de los países del tercer mundo. Siendo la Inglaterra de comienzos del siglo XIX la primera nación que emprendía una revolución industrial, el comercio libre favorecía a una burguesía industrial en ascenso que requería de alimentos y materias primas baratas importadas del exterior, mientras que perjudicaba a los terratenientes porque limitaba el alza del precio del pan y, por ende, de sus rentas. En América Latina, y en nuestro país, ocurría todo lo contrario. Siendo la Argentina a comienzos del siglo XX un país netamente agroexportador, con muy poca industria, el comercio libre favorecía a los terratenientes y era contrario a los intereses de una burguesía industrial que recién comenzaba a surgir. Tuvieron que producirse dos guerras mundiales y la gran crisis de los años 1930 para que el proteccionismo resultante a causa de estos fenómenos diera impulso a un proceso de industrialización por sustitución de las importaciones basado en el mercado interno. Ese proteccionismo aplicado con posterioridad siguió favoreciendo a ulteriores procesos de industrialización en las décadas siguientes (1950-1960).

El análisis ricardiano parte claramente de una serie de supuestos. Por ejemplo, que los dueños de la tierra no son necesariamente buenos inversores, ya que tienden a consumir íntegramente las rentas que perciben, mientras que los arrendatarios (capitalistas) sí son “empresarios” que invierten sus ganancias aumentando la capacidad productiva de la sociedad. Esta diferencia tajante entre terratenientes y capitalistas se vería un tanto desfigurada en análisis posteriores. Por ejemplo, para Marx, la renta no sólo surge debido al control de los propietarios de las “fuerzas indestructibles de la naturaleza” sino también a causa de mejoras introducidas en el proceso productivo. No obstante, también este autor mantiene el distingo entre capitalistas y terratenientes aunque referido al análisis más general de las “leyes de movimiento de la sociedad capitalista”.

Algunos autores sostienen que en la teoría ricardiana “la propiedad de la tierra no interviene en modo alguno en la creación de la renta” (KLIMOVSKY, p. 64). Aquí cabe destacar la distinción entre *crear* riqueza, y *distribuirla*. Ricardo, en lo que hace a la problemática de la renta, se empeña por analizar la distribución, no la producción o generación de riqueza. En este sentido sigue a Adam Smith quién toma un camino diferente al de los *fisiócratas* que señalan a la tierra como generadora de riqueza: es, según esta escuela, la “madre de toda riqueza”. Tanto para Adam Smith como para Ricardo, sólo el trabajo es el verdadero creador de riqueza; y acaso también la *división del trabajo*.

En cambio para los *fisiócratas* los propietarios constituyen una clase podría haber realizado importantes inversiones en el campo francés a mediados del siglo XVIII. En cambio para los ingleses, inmersos en el incipiente proceso de industrialización que se avisoraba en esa Inglaterra de fines del siglo XVIII comienzos del XIX, la creación de riqueza pasaba fundamentalmente por la acumulación de stocks que eran casi exclusivamente producto del trabajo. Aunque consideraban que la disponibilidad de recursos naturales

podría potenciar en gran medida la productividad del trabajo – por ejemplo la mayor fertilidad de la tierra – el análisis se queda fundamentalmente en sus aspectos distributivos, y no en sus aspectos productivos.

Por otra parte, me atrevo a plantear que la existencia de la propiedad de la tierra está implícito en el análisis de Ricardo. Siguiendo a Adam Smith, es evidente que los “terratenientes”, como su nombre lo indica, son apropiadores de la tierra y que, conjuntamente con los dueños del stock de capital, se preocupan por apropiarse de una porción del trabajo que realizan, por cierto, los trabajadores. Tal es la diferencia entre el “estadio rudo y primitivo de la sociedad” en el cuál todo el trabajo es apropiado por los trabajadores y el más avanzado (o más “civilizado” o plenamente capitalista al decir de Marx) en el cuál “los terratenientes cosechan en donde nunca sembraron y demandan una renta aún por la producción natural” (SMITH, 1937 (1976), p. 49).

Por supuesto que el análisis ricardiano deja muchas cuestiones en el tintero. Algunas son remarcadas por Marx y encuadradas en su análisis de las leyes de movimiento de la sociedad capitalista.⁴ Otras, son elaboradas por otros autores, contribuyendo a otros debates, como por ejemplo, aquellas que tienen que ver con los impuestos que deberían cobrarse a los terratenientes, por el solo hecho de ser dueños “de las fuerzas indestructibles de la naturaleza”.

Pero también existen otras perspectivas que tienden a darle mayor actualidad a los análisis clásicos. Decíamos más arriba que el análisis de Ricardo presupone una Inglaterra en la que existía una burguesía industrial en ascenso y, por ende, el libre cambio tiene un sentido muy diferente al que adquiere en otras regiones del mundo, por ejemplo, en América Latina y en nuestro país, tanto en el siglo XIX como en el XX. Pero también tendríamos que modificar nuestro concepto de renta de la tierra cuando ubicamos a nuestro país, como un país periférico, en el contexto de la economía mundial. En este sentido podríamos vislumbrar la importancia que tuvo y, posiblemente, siguen teniendo las denominadas “rentas diferenciales a escala mundial”. Son rentas que presumiblemente surgen cuando se incorporan al proceso productivo mundial tierras especialmente fértiles, generándose, por consiguiente, esta renta, también denominada por Arceo, “renta internacional”. Pero dejamos ésta discusión para otro momento.⁵

Bibliografía

ARCEO, Enrique. Argentina en la periferia próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación. Buenos Aires: Universidad de Quilmes Ediciones, FLACSO, IDEP., 2003.

BLAUG, Mark. Ricardian economics: a historical study. New Haven: Yale University Press., 1958.

DIÉGUEZ, Hector. Las leyes inglesas de granos (1815-1846). In: Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales. Nº 52, 1974. Vol.13, enero-marzo.

⁴Partiendo del modelo elaborado por Ricardo, Marx deja sin efecto algunos supuestos e introduce otros en su análisis sobre la renta en la sociedad capitalista: no necesariamente las nuevas tierras incorporadas al proceso productivo son menos fértiles, la fertilidad del suelo tiene implicaciones sociales y por tanto puede ser modificada por factores tecnológicos, los precios no necesariamente se determinan en base a la tierra menos fértil, etc. También introduce en su análisis el concepto de renta absoluta. La teoría de la renta de la tierra de Marx requiere de un análisis más sustantivo que lo delineado muy esquemáticamente aquí.

⁵ Una discusión que también tiene que ver con la renta que generan los recursos naturales en general.

KLIMOVSKY, Edith. Renta y ganancia en la Economía Política Clásica. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1985.

MURRAY, Robin. Value and Theory of Rent: Part One. In: Capital & Class. Otoño, 1977, n.º 3.

RICARDO, David. Principios de Economía Política y Tributación In: David Ricardo – Obras y Correspondencia. Editadas por Piero Sraffa con la colaboración de M. H. Dobb. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959 [1917]. Vol. I.

RICARDO, David. Ensayo sobre la influencia del reducido precio de los cereales sobre las utilidades del capital. David Ricardo – Obras y Correspondencia. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959 [1915]. Vol. IV.

SMITH, Adam. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. Nueva York: The Modern Library, Random House Inc., 1937 [1976].

Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Doutoranda na Universidade Federal de Sergipe

Endereço profissional: Universidade Federal de Sergipe, Colégio de Aplicação – Avenida Marechal Rondon S/N, Jardim Rosa Elze, 49.100-000 – São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Telefone: (79) 3212-6930; Fax: (79) 3212-6931

Endereço eletrônico: ssmmenezes@ig.com.br

Maria Geralda de Almeida

Doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III (1985)

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás

Endereço profissional: *campus* II da Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos

Sócio-Ambientais – Itatiaia, 74.000-970 – Goiânia, Goiás, Brasil

Telefone: (62) 521-1170/ramal: 22; Fax: (62) 521-1184

Endereço eletrônico: galmeida@iesa.ufg

Resumo

O presente estudo tem como objetivo, discutir os conceitos do rural, território e redes, relacionando a uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores no sertão sergipano, favorecendo a revalorização destes e fortalecendo a identidade cultural. A criação desta atividade, prioritariamente na zona rural, está intimamente ligada a uma população que reluta em não abandonar a terra natal, refletindo a percepção do mercado de trabalho atual e a sua difícil inserção no sistema produtivo. As redes de sociabilidade articulam os elementos constituintes da cadeia produtiva do leite, visando manter-se na sua área de origem, possibilitando o surgimento de uma dinâmica no mercado informal através da criação de alternativas para beneficiamento do leite, gerando trabalho e renda, e, conseqüentemente, reproduzindo-se. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural do sertão sergipano, diferentemente do que acontece com o grande capital industrial.

Palavras-chave: rural, identidade, redes, fabriquetas, território.

Resumen

Uno para mirar en las redes de construídas del sociability del territorio del queso pequeño fábricas

El actual estudio que tiene como objetivo para discutir los conceptos de agrícola, territorio y redes que son relacionados una actividad a agroalimentar creada para los agrónomos adentro el favorecer de Hinterland del sergipano el revalorización de éstos y fortificando el cultural identidad. La creación de esto el prioritariamente de la actividad en la zona agrícola es intimamente encendido a uno población que reluta en no abandonar la tierra nativa, reflejo de la opinión de mercado del trabajo actual y de su inserción difícil en sistema productivo. las redes del sociability articulan los elementos constitutivos del cadena productiva de la leche que tiene como objetivo para permanecer en su área del origen que es hecho posible el brote de una dinámica en el mercado informal a través de la creación de paradas de los alternativas mejora de la leche que genera el trabajo y la renta y conseqüentemente el multiplicarse. Sin embargo, las políticas públicas no se dirigen para

esto sector en la dirección para valorar el cultural existente potencial de la manera agrícola él Hinterland del sergipano de eso sucede diferentemente con gran capital industrial.

Palabras clave: agrícola, identidad, redes, fábrica pequeña, territorio.

Abstract

One to look at on the nets of sociability construídas of the territory of the cheese small factories

The present study has objective to discuss the concepts rural, territory and nets relating at an activity agro nourish has created by farmers in the Sergipe outback favoring the revalorization of these and strengthening the cultural identity. The creation of these activities prioritizing in the rural zone is notifying tied a population that strives against in no to abandon the native earth, reflecting the perception of the market of work current and the its difficult insertion in the system productive. The nets of sociability articulate the elements constituent of the productive milk's chain aiming at to keep up in its origin's area making possible the emergence of a dynamic in the informal market across of the creation of alternatives for beneficiary of the milk generating work and rent and consequent reproducing it. But, the public politics aren't directioned to this sector in the sense of to valorize the cultural potential existent in the rural middle in the Sergipe outback differencing of that happen with the big industrial capital.

Key words: rural, identity, nets, manufacture, territory.

Introdução

O presente artigo objetiva discutir os conceitos como o rural, o território e as redes. O estudo desses referenciais, teórico-conceituais, tem constituído alguns debates interdisciplinares, criando um campo fértil na realização de pesquisas. Portanto, tendo em vista a polissemia que perpassa estes temas, o debate em torno deles tem sido permeado por inúmeras abordagens, propiciando consensos e divergências.

Na análise geográfica, tentaremos articular território e redes. Conforme destaca Offner e Pumain: “o território é, pois, espaço definido de um modo muito geral como sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. Por conter atributos espaciais e simbólicos é que se pode articular a rede ao território”. (1996, p.156). Ao aprofundar o debate utilizando-se do referencial teórico, far-se-á, relacionando a uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores que favoreceu a revalorização destes e a manutenção da identidade cultural. Através da articulação das redes de sociabilidade ou sociais no sertão sergipano, esta atividade absorverá elementos constituintes da cadeia produtiva do leite, resultando na construção do território. Este artigo objetiva analisar, tentando compreender, como os diferentes atores criam suas estratégias e articulam-se visando manter-se em determinadas áreas.

A base destes atores é a ruralidade, que permeia suas relações e existência, razão pela qual a discussão iniciará pela mesma para, posteriormente, fazermos uma abordagem do sertão sergipano, território destes atores sociais e da formação das redes das sociabilidades com as fabriquetas do queijo.

A discussão sobre ruralidade

A organização do espaço rural apresenta no mundo contemporâneo, mutações que têm confrontado com conceitos nas mais diversas ciências.

Na descrição do rural, Schneider (1997) afirma que, inicialmente, na sociologia clássica americana, as definições do rural estão baseadas na perspectiva dicotômica (urbano X rural). Posteriormente, o rural é definido como agrícola no contexto da modernização (valorização da produtividade e uso de tecnologias) e em terceiro momento, o rural é substituído pela agricultura e pelo sistema agroalimentar (estudado com base na divisão social do trabalho).

A interpretação do rural, durante muito tempo, foi focalizada em atributos como atrasado comparando-o ao urbano, servindo este último como modelo a ser seguido. Após a 2ª Guerra Mundial, com a inserção tecnológica e a mercantilização das relações sociais do campo, há uma transformação no meio rural. Nesse sentido, Blume (2004) destaca: “a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade que era uma forte característica das bases operacionais rurais, já não se apresentava tão bem demarcada como antigamente”. (2004, p.33) No Brasil, surgiram áreas consideradas modernas, com a inserção dos chamados complexos agro-industriais, contrastando com áreas que utilizavam tecnologias rudimentares.

Posteriormente, o debate sobre o rural aborda a divisão social do trabalho no campo, destacando a agricultura como o objeto principal de estudo.

A partir da década de 1990, segundo este mesmo autor (2004), a análise do rural divide-se em diferentes posicionamentos que revalorizam a temática, sendo atribuída importância considerável a ruralidade. Sob esta perspectiva, o autor assinala que através do ressurgimento deste tema “o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola. Esta diferenciação passa a ser condicionada pelo fato de que para larga camada da população, o rural se mantém carregado de um simbolismo associado ao meio ambiente não podendo ser simplesmente ignorado”. (2004, p. 35)

No Brasil, pós 1990, as discussões sobre as definições do rural evoluem e diversificam, sendo estes conceitos reflexos das transformações induzidas pela globalização, novas tecnologias, fim da dicotomia rural-urbano e a questão ambiental.

Para Graziano da Silva (1999), o rural pode ser entendido como um *continuum* do urbano. Este posicionamento decorre da influência das atividades urbanas que se adentram no rural, sendo preconizado o fim do rural diante do avanço de novas atividades. Entretanto, observa-se que estas transformações não ocorrem como assinala Graziano da Silva em todas as regiões do país. Apesar da crise por que passa, o meio rural apresenta dinamismo, enfrentando intempéries como no caso nordestino a crise da cotonicultura e as sucessivas secas. Sob esta perspectiva, Wanderley enfatiza: “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”. (2001, p. 38).

A esse debate, surgem outros posicionamentos diferentes da postura de Graziano da Silva, como o de Carneiro (2001) que ao interpretar as transformações no meio rural, a exemplo das ocupações não-agrícolas pelas populações rurais, assim como novas alternativas de lazer. Estas atividades não conduzem ao fim do rural, ao contrário, são formas construídas na busca da preservação da identidade social e, conseqüentemente, fortalece a ruralidade. Carneiro enfatiza: “mais importante que precisar fronteiras entre rural e urbano ou relevar as diferenças culturais nas representações sociais a autora sugere verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço”... (2001, p. 13)

Discutindo a ruralidade, esta autora o concebe “como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. (2001, p. 15) De acordo com essa visão, entendemos que apesar das transformações que ocorrem no meio rural, a identidade cultural e a ruralidade têm sido mantidas. A autora sugere que o olhar deve ser direcionado aos atores sociais e não, exclusivamente, às atividades econômicas. Na sua abordagem, ela dá ênfase à discussão do rural, tendo como base o território, que serve como referência para identidades construídas a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais (muitas vezes expresso na identidade de um produto). A noção de território que ela utiliza, visa

resgatar, preservar e estimular expressões da cultura local na elaboração de produtos de qualidade e de identidades próprias.

Blume recorre à definição de Veiga, para quem através da “abordagem territorial para o rural poderá proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como fundamentos ecológicos e econômicos cingidos no espaço”. (2004, p.42) Ao citar Veiga, Blume esclarece que considera esta discussão sobre o rural inovadora no Brasil. No estudo de Veiga, ele afirma a necessidade de serem incorporadas e valorizadas as potencialidades existentes no meio rural. A partir dessa visão, ocorrerá uma integração dos atores sociais, mercados e as políticas públicas, proporcionando, conseqüentemente, uma reestruturação do espaço, objetivando o desenvolvimento.

Diante dessas discussões, optamos por estabelecer o estudo a respeito do rural sob a ótica de Carneiro, privilegiando a questão cultural. Nesse exemplo estudado, observa-se que ao criar uma atividade agroalimentar, com base na cultura local, os atores buscam continuar convivendo no seu território. Tendo em vista a articulação existente, observa-se que não há indício de descaracterização do rural. Sob esta perspectiva, acreditamos que a criação das fabriquetas de queijo - atividade agroalimentar no meio rural sergipano - confirma uma estratégia, viabilizando o fortalecimento da ruralidade, uma vez que absorve a produção de leite dos vizinhos, parentes e amigos. Assim como, esta atividade resgata o saber-fazer dominante na área, produzindo em escala maior o alimento que faz parte da identidade cultural do sertanejo *o queijo*. Assim, ao contrário do que foi preconizado por alguns autores, a exemplo de Graziano da Silva, o *rural* continua vivo e revalorizado. Nos últimos anos, o agricultor sertanejo transformou-se, modificando o uso da terra para resistir à saída do campo. A partir da transformação dos cultivos agrícolas, inserindo as pastagens, o agricultor familiar busca na agricultura a sustentabilidade para continuar no seu território. No nosso caso, o território é o sertão sergipano que aqui será focado pela vertente da produção.

A agricultura no sertão sergipano

Segundo Andrade (1986) e Diniz (1996), a ocupação das áreas sertanejas em Sergipe, iniciou-se no século XVI com a doação de grandes e pequenas glebas de terras pela coroa Portuguesa, visando firmar a posse, então ameaçada pelas invasões holandesas. A dimensão dessas glebas de terras, isto é, das sesmarias, variava de acordo com as possibilidades de sua utilização econômica, como também por sua localização e facilidade de acesso. A pecuária praticada em grandes áreas, permitiu a formação de explorações extensas, porque necessitava de grandes áreas para a produção, uma vez que o gado era criado solto, sem grandes cuidados e economicamente, apresentava-se como uma atividade importante na complementação para a produção de açúcar, suprimindo a demanda de animais para os engenhos e na alimentação da população.

Embora tenham participado outras categorias na ocupação, o sertão tem, no vaqueiro, um dos agentes precursores do povoamento, como salienta Diniz:

Na expansão do povoamento para o sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro que utilizando-se da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais. (1996, p. 52)

Neste período, além da criação de gado, os agricultores familiares no sertão, dedicavam-se aos cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Para tanto, aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam com o grande proprietário uma relação indireta no uso da terra pagando em renda-trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas.

Porém, a produção de alimentos não se constituiu na atividade mais importante do sertão, como destaca Andrade:

[...] a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais”, devido à grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas. (1986, p. 155).

No final do século XVIII e no século XIX, houve uma grande expansão da lavoura do algodão, sobretudo no período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esta cultura presente nos estabelecimentos do agricultor familiar, desperta o interesse também do grande proprietário, uma vez que este, percebendo que a rama do algodão, juntamente com a palha do milho, poderia constituir-se em uma ração suplementar para o gado nos meses mais secos, passou a ceder terra aos trabalhadores desprovidos desse bem em troca do restolho dessas culturas. Conseqüentemente, houve uma revitalização da pecuária, surgindo novas perspectivas para o sertão. E esta atividade, juntamente com a pecuária, proporcionou o surgimento de vários centros urbanos no sertão sergipano.

Após o período de crise do algodão, o agricultor familiar continuou a plantar o mesmo cultivo consorciado, enquanto os grandes proprietários se dedicaram à pecuária de forma praticamente exclusiva.

A pecuária, apesar de ser uma atividade importante, até a metade do século XX apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa do sertão. A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, alçada prioritariamente por uma agricultura familiar, tem seu crescimento acelerado. Este crescimento é uma conseqüência de alguns fatores favoráveis como: melhores estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada principalmente para a região semi-árida através dos Projetos PROTERRA, POLONORDESTE e SERTANEJO.

As linhas de atuação do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste - consistiam no apoio ao campesinato, com pequenos estabelecimentos ou desprovido de terra através da desapropriação, e também com a introdução de programas de modernização agropecuária e agro-industrial com liberação de financiamentos a longo prazo e juros baixos. Entretanto, esse programa revelou-se como uma fonte de crédito rural em detrimento da distribuição de terras no Nordeste.

Para SORJ:

A maior parte desse crédito tem-se orientado para a pecuária de corte e leiteira, incentivando dessa forma a expansão da pecuária na região. Como é sabido, a pecuária se caracterizou por ser uma atividade poupadora de mão-de-obra, e assim os processos de expulsão dos trabalhadores rurais nos estabelecimentos que se pecuarizaram com o apoio do crédito do PROTERRA podem ser, em parte, creditados a ela. (1986, p. 103)

Dessa forma, o programa, que objetivava a distribuição de terras, aplicou a maior parte dos seus recursos na inovação e modernização dos grandes e médios estabelecimentos, proporcionando a expulsão de parte da população rural sem terra.

SORJ (op. cit. p. 104) ainda, analisando a atuação do POLONORDESTE – 1974 – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas, reafirma sua idéia ao dizer que este programa se transformou em um mecanismo de fortalecimento dos grandes e médios produtores, reforçado pela implementação de projetos de modernização agrícola, provocando o crescimento do êxodo rural, em virtude da expansão pecuarista na área.

O Projeto SERTANEJO – Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, foi criado em agosto de 1976. Visava interferir nesta área nordestina, objetivando tornar a sua agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento. Este projeto, contribuiu para o crescimento da pecuária, atuando na viabilização das reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem, funcionando como linha de crédito destinada a investimentos fixos, semifixos e de custeio. Tal projeto, desenvolveu ações que proporcionaram a implantação de pastagens,

mecanização e tração animal, conservação de açudes e solos. Assim, de forma crescente foram introduzidas na área sementes selecionadas como a do *buffel* (*Cenchrus ciliaris*), pangola (*Digitaria decumbens* S) e a brachiária (*Brachiária decumbens*), além da utilização de máquinas agrícolas modernas (como tratores) na aração das terras.

Com a introdução dessas mudanças na agricultura e o incremento da pecuária, os proprietários rurais utilizam-se de reduzida mão-de-obra no trato com o gado. Na formação das pastagens plantadas, recorrem-se à renda-trabalho para semear o capim, cedendo a terra por um a dois anos aos camponeses, recebendo em troca o pasto formado. Assim esse trabalhador, sem-terra ou com terra, insuficiente passa a deslocar-se em busca de novas terras.

Aliando-se a esses fatores, têm-se os efeitos da legislação trabalhista, que muito onera os empregadores na manutenção de trabalhadores residentes, optando estes, desse modo, pelo emprego dos temporários. Além dessas causas, a cidade atrai o homem do campo, devido ao desenvolvimento industrial e à maior oferta de serviços; entretanto, a oferta não se apresenta compatível com a demanda de postos de trabalho, em virtude da velocidade do crescimento populacional urbano. Devido a esta acentuada urbanização nos anos 1970, há um incremento na demanda do leite e uma maior valorização desse produto. O escoamento é facilitado pelas novas e pavimentadas rodovias que integram com rapidez as áreas produtoras aos recentes mercados. Em contrapartida, tem-se a decadência do cultivo do algodão neste Estado devido à praga do bicudo-*Anthono-musgandis*, ficando o camponês sem um produto de valor comercial. Desse modo, há um crescimento na pecuária leiteira principalmente nos estabelecimentos camponeses do sertão sergipano, com produto com inserção no mercado.

Assim, a pequena unidade de produção pertencente aos agricultores familiares, que se dedicavam à lavoura de milho, feijão, mandioca e algodão consorciados, transformam a pequena unidade de produção, especificamente os espaços de seus cultivos, em pastagens direcionadas para o gado leiteiro, na busca da sobrevivência. A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorreu do rendimento mais estável e seguro da pecuária, o que viabiliza a persistência camponesa, criando dessa forma uma estratégia de reprodução. Assim se expressa WOORTMANN, em uma análise da relação entre o camponês e sua propriedade, nas terras sergipanas:

No sítio o gado é “criação” e corresponde a uma atividade meio. Seu significado é, basicamente o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; o de uma forma de acumulação ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive para possibilitar a herança. (1995, p. 286)

A atividade pecuarista além de ser um “capital” para uso em caso de necessidades, contribuiu para o crescimento da migração de trabalhadores em virtude da relação capital-trabalho que os empurra para os centros urbanos, surgindo o chamado exército de reserva. O capital industrial investe e atrai trabalhadores da zona rural e, a sua expansão se dá associada à formação do latifúndio. Nesse ínterim, os agricultores com até 50,00 ha, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo da cotonicultura e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens. Esta estratégia de reprodução, contribuiu também para a expansão da atividade pecuarista e rompe com a tradição da exclusividade do grande produtor responsabilizar-se por essa criação.

Nesse contexto, a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar criando uma nova forma de renda semanal, através da comercialização do leite. Tal fato pode ser comprovado através das informações censitárias de 1970, 1985 e 1995/1996. Refletindo as conseqüências das públicas direcionadas a expansão pecuarista e a mudança no uso da terra nos estabelecimentos familiares observa-se um crescimento de 16,6% entre 1970 e 1995/1996 no número de vacas ordenhadas na

microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco¹. No último censo, esta microrregião totaliza um percentual superior a 37% de vacas ordenhadas no Estado de Sergipe, estando os mesmos concentrados nos estabelecimentos familiares que dedicam com exclusividade à criação destes animais. Vide tabela 01.

Tabela 01 – Sergipe: vacas ordenhadas – 1970-1985-1995/1996

Microrregiões geográficas	1970 cabeças	1970 %	1985 Cabeças	1985 %	1995/1996 Cabeças	1995/1996 %
Sertão Sergipano do São Francisco	17979	20,9	34973	30,0	52318	37,5
Carira	12980	15,1	12436	10,7	13894	9,9
Nossa Senhora das Dores	7077	8,3	5880	5,0	8408	6,0
Agreste de Itabaiana	5647	6,6	7524	6,5	8404	6,0
Tobias Barreto	5829	6,8	10873	9,4	11836	8,5
Agreste de Lagarto	10260	11,9	8833	7,6	7931	5,7
Própria	5325	6,2	6223	5,4	8981	6,5
Cotinguiba	6294	7,3	4849	4,2	2443	1,8
Japarutuba	2546	2,9	1572	1,4	3795	2,7
Baixo Cotinguiba	2443	2,8	5017	4,3	6294	4,5
Aracaju	2129	2,5	2189	1,9	1944	1,4
Estância	1555	1,8	4614	3,9	4672	3,3
Boquim	5908	6,9	11315	9,7	8608	6,2
Total	85972	100,0	116298	100,0	139528	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1970, 1985, 1995/1996.

Analisando as informações censitárias, podemos comprovar os efeitos da transformação do uso da terra pelo agricultor familiar, sobretudo na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco. Nesta microrregião, houve um aumento de 25,5% no volume de leite produzido, no período de 1970 a 1996, absorvendo, no último censo, mais de 40% do total produzido no Estado, constituindo a maior bacia leiteira. Observa-se que esta microrregião apresenta um percentual de crescimento superior na produção de leite-25,5%, comparando com o crescimento no total do número de vacas ordenhadas-16,6% o que significa, que ocorreu um melhoramento no padrão genético dos animais. (tabela 02).

Tabela 02 – Sergipe: produção de leite (mil litros) – 1970-1985-1995/1996

¹ Microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco é formada pelos seguintes municípios: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Gararu, Feira Nova e Graccho Cardoso, Nossa Senhora da Glória.

Microrregiões geográficas	1970 volume	1970 %	1985- volume	1985 %	1995/1996 Volume	1995/1996 %
Sertão Sergipano do São Francisco	8165	17,9	30948	33,2	54746	43,4
Carira	6648	14,6	10047	10,8	15067	12,0
Nossa Senhora das Dores	4029	8,8	4341	4,7	7027	5,6
Agreste de Itabaiana	2725	6,0	5853	6,3	6865	5,4
Tobias Barreto	2252	4,9	6430	6,9	7973	6,3
Agreste de Lagarto	5976	13,1	6441	6,9	6539	5,2
Própria	3925	8,6	5480	5,9	8620	6,8
Cotinguiba	1822	4,0	3088	3,3	3507	2,8
Japaratuba	1501	3,3	1218	1,3	2372	1,9
Baixo Cotinguiba	1901	4,2	6672	7,2	2926	2,3
Aracaju	1145	2,5	1618	1,7	1737	1,4
Estância	2934	6,5	3041	3,2	2933	2,3
Boquim	2557	5,6	8007	8,6	5802	4,6
Total	45580	100,0	93148	100,0	126114	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1970,1985,1995/1996.

Corroborando com a discussão sobre as alterações no uso da terra, Debeux Júnior afirma que a pecuária leiteira deve ser tratada, no caso da região Nordeste, relacionando-a à questão social; nesse sentido enfatiza:

A atividade leiteira deve ser vista sob um prisma social em algumas regiões semi-áridas do Nordeste, contribuindo para aumentar a oportunidade de ocupação da mão-de-obra e remuneração do trabalho familiar sendo mais estável que a agricultura de sequeiro. (1998, p. 65)

Sua opinião reforça o que já foi apresentado anteriormente e, defendido pelos autores como Wanderley (2001) e Woortmann (1995), sobre a reorganização das forças produtivas criando novas possibilidades de sobrevivência local, através da transformação do uso da terra, permitindo a continuidade dos agricultores no seu território. Esta reorganização tem sido feita na agricultura familiar, sobretudo com a multifuncionalidade.

Abordando a temática da multifuncionalidade Carneiro assinala:

[...] manter a identidade do agricultor significa, nesses termos, (produção de alimentos, sobretudo) para estabelecer trocas com vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido. (2003, p. 96)

No caso específico aqui estudado, ao abordar a agricultura e a identidade cultural, observa-se que a mudança no uso da terra deverá ser entendida também como uma estratégia econômica e cultural, uma vez que há necessidade do agricultor em conviver na sua localidade. Portanto, ele recorre à multifuncionalidade como uma estratégia que o permite de inserir-se, o ser um membro social de um grupo. Esta reflexão vai ao encontro do posicionamento de Maluf que acrescenta:

A relação que a agricultura e a identidade social, num quadro de redução da importância econômica na produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com os parentes e vizinhos (sociabilidade e a produção de alimentos para a própria família”. (2003, pp. 144-145)

Com o crescimento da pecuária leiteira, surgem novas atividades construídas a partir do aumento da oferta do leite existente nessa região, transformando-o em derivados nas pequenas unidades de produção. Nos estabelecimentos agrícolas o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, de caráter informal. Estas são férteis mananciais de habilidades empreendedoras a exemplo das inovações na produção de novos tipos de derivados de leite, a utilização de caldeiras. São também estimuladoras de geração de renda e postos de trabalho. Essas pequenas empresas comerciais, artesanais ou protoindustriais diversificam as economias locais, surgindo um número considerável de lojas de produtos agropecuários e pequenas oficinas que criam suportes para o transporte do leite, reduzindo a utilização de animais como cavalos e/ ou jegues, e sim em motocicletas, em todos os municípios sertanejos. Observa-se que há uma necessidade incitando essas famílias a exercerem ou criarem atividades externas à agropecuária ou aproveitarem desse potencial adaptando o saber-fazer típico existente na área.

Esta atividade agroalimentar permite a consolidação dos agricultores, uma vez que absorve a produção de leite, sobretudo do agricultor familiar, constituindo em alternativa única em vários municípios do sertão sergipano. Ainda são gerados postos de trabalho no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados, incorporando em parte, os filhos dos agricultores em uma área carente de trabalho e renda. Sob esta ótica, essa estratégia expressa a garantia da permanência no meio rural preservando a identidade cultural.

Discutindo a noção de identidade, Haesbaert (1999) esclarece que a identidade social, é também territorial, quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do território ou transpassa o território. “Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que simboliza uma comunidade, até o recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, com o da Estado-Nação”. (1999 p.179)

No caso, dessas atividades agro-alimentares elas são, por excelência, intimamente ligadas ao território, em razão do processo histórico dominante na área em que se localizam como também da oferta de matéria-prima; além disso, elas identificam a cultura incorporada dos agricultores e dos consumidores. Assim, o espaço, através do trabalho, transforma-se em território. Continuando essa discussão observa-se em Dias (2005) que a lógica territorial deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados por laços de proximidade espacial e mecanismos exógenos. Para este autor (Dias) o enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno valorizando os aspectos culturais locais, a inserção de política pública apropriadas e as inovações tecnológicas apropriadas. Faz-se mister, portanto, valorizar os fatores considerados não transferíveis ou não mercantis como os fenômenos culturais e de identidade local, que facilitam a comunicação interna entre os atores através de redes.

Conforme lembra Haesbaert: “o simples fato de vivermos no espaço, já nos identifica socialmente e é na valorização simbólica do território que o processo de organização local das camadas excluídas é favorecido, embora muitas vezes esta tarefa seja árdua, pois

envolvem fatores muito subjetivos como sentimentos de confiança e identidade coletiva, nos quais estará baseada e será fortalecida”. (2003, p.18).

Este caráter é observado por Guattari ao abordar a idéia de apropriação, incorporando também uma dimensão simbólica, identitária e afetiva ao território quando afirma:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é um conjunto de projetos e das representações nos quais vão desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, investimentos, nos tempos e nos espaços sociais culturais [...]. (1996, p. 323).

Em uma nova perspectiva, o território é considerado atualmente não como um quadro de localização de agentes ou simplesmente um suporte de atividades econômicas. Para Mucknik & Sautier, o território:

é um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e de pertencer a este espaço. O território é então um resultado e não um dado. (1999, pp. 04-05)

Esta concepção de território é corroborada por Abramovay (2002), enfatizando a não vinculação exclusiva aos atributos naturais, sendo este, uma construção de acordo com a capacidade dos atores de estabelecerem relações organizadas mercantis e não mercantis favorecendo a troca de informações e a conquista de certos mercados, bem como a pressão coletiva pela existência de bens públicos e administrativos que dinamizam a vida regional. Observando os atores do sertão sergipano, de fato há uma troca de informações no tocante a questão de mercado, a inserção de novas práticas na produção dos derivados e em menor intensidade a exigência coletiva para satisfação de bens públicos.

Em 1996, Offner e Pumain apresentaram uma problemática nova no campo da geografia, que consiste na articulação da rede social e território. Para eles, a rede social é como um conjunto de indivíduos ou de grupos que entretêm relações binárias permitindo a circulação de oportunidades. Quanto ao território:

o território é apropriação. Através dele uma população define o que, no espaço, releva a um uso legítimo, prático e simbólico...O território é regulação; não há identidade sem regras, implícitas ou explícitas ou consentidas, modelando as trocas entre si e com os outros. (1996, p.155)...o território é pois espaço-definido de modo muito geral como um sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. (1996, p.156)

No caso das atividades agroalimentares do sertão sergipano, nota-se que o território foi definido pelo setor queijeiro. Ele consolida-se, também, pelas redes, importantes na articulação dos elementos, que compõem a cadeia produtiva do leite.

As redes e a formação do território queijeiro

Focalizando a discussão sobre redes, Haesbaert (2002) afirma que este conceito nasce com o capitalismo, sendo utilizado pelos pesquisadores no século XIX, ao tentar explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista.

Para Guerrero (1999), a rede é constituída por um conjunto de atores sociais que atuam como emissores ou receptores, e os vínculos ou elementos relacionais atuam como canais de comunicação.

A importância adquirida pelas redes, na sociedade atual, está relacionada ao papel conquistado por elas na circulação de bens, pessoas e informações. Haesbaert (2002), destaca que identificar as redes de dimensão planetária é tão importante quanto identificar as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas. Neste artigo, abordaremos as redes de caráter local denominadas de redes sociais ou de sociabilidade relacionando-a com a atividade agroalimentar no sertão sergipano.

Dias (2005), discutindo sobre as redes sociais, enfatiza que “o mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social parentesco, amizade, vizinhança”. (2005, p. 30). Esta autora destaca que “estas redes transcendem as organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, os sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico”. (2005, p.36) Corroborando com essa discussão sobre redes, Randolph afirma:

Usa-se o termo em relação a relações familiares (rede familiares), de amizade, de ajuda mútua (redes de vizinhança), de contatos e organização de movimentos sociais (redes sociais). (1993, p. 788)

Comungando com essa discussão, neste artigo está sendo considerado o termo rede para relações familiares, de vizinhança articuladas por agricultores em busca da reprodução no sertão sergipano. E para isso estamos respaldadas em Castells (2000), para quem as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade e constroem redes entre vizinhos... Essas redes são frutos de histórias em comum e confiança, que cresce no cotidiano de pessoas com objetivos semelhantes.

Na viabilização da atividade queijeira, surge como principal incentivador, a rede familiar, que cede o capital inicial e repassa o “saber-fazer”, conhecimento adquirido com a família na produção do queijo caseiro. A rede de vizinhos fornece a matéria-prima (leite) contribuindo para a viabilização da atividade. A mão-de-obra é familiar e, em alguns casos, são utilizados trabalhadores temporários e/ou permanentes, de acordo com o volume da matéria-prima e a demanda do mercado.

Essas pequenas unidades informais do setor leiteiro, absorvem a produção dos agricultores familiares, além de médios e grandes proprietários. Cerdan & Sautier (2002), ressaltam a importância econômica e a resistência dessas unidades de transformação modestas e até rudimentares, relacionando-as à proximidade geográfica e social entre os fabricantes e produtores. Apresentam como vantagens comparativas, o controle exercido direto pelo proprietário, um fluxo de informações eficientes e as relações entre as mesmas de cooperação no período de inverno, e de concorrência no verão, devido à escassez de matéria-prima. Para Abramovay (1999), mais importante que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base de empreendimentos inovadores. Esta reflexão vai ao encontro da abordagem de Santos (1997), ao afirmar que para o geógrafo, as relações de proximidade não se limitam a uma mera definição de distâncias. Estas relações de proximidade estão relacionadas às inter-relações vividas entre as pessoas em uma mesma extensão, não devendo ser apreendidas em uma análise da situação de vizinhança somente às relações econômicas, mas, à sua totalidade. A partir das abordagens dos autores, observa-se a importância da vizinhança para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas frente às dificuldades tornando-se estas relações um atributo valioso existente no mundo rural.

Segundo Abramovay (1997), a valorização dos atributos de uma região pelos atores locais permite a existência de uma dinâmica de concorrência-emulação-cooperação entre as empresas de uma certa região.

De fato, ao observarmos a rede de comercialização de queijo, os produtos das fabriquetas são deslocados dos seus municípios e com utilização dos fluxos atingem os

mercados intra-estadual e interestadual. Sobre a questão dos fluxos e sua ligação com as redes, Dias expõe:

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações, pressupõem a existência de redes. A primeira propriedade das redes é a conexão – qualidade de conexo – que tem ou em que há conexão, ligação. (1995 p. 148)

Diante desse contexto, verifica-se que a rede comercial ou de circulação, comanda esses fluxos de forma contínua, programada entre os membros envolvidos, interagindo-se diariamente e impulsionando as mudanças exigidas pelo mercado. Ainda sobre as redes de circulação, Santos destaca:

No processo global de produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. (1996, p. 214)

Estes fluxos sobrevivem e fazem sobreviver no sertão sergipano os agricultores familiares através da circulação das mercadorias – derivados de leite e conseqüentemente capital que por sua vez dinamiza áreas.

Não é sem razão que a rede comercial exerce um “poder” sobre a atividade na medida em que fixa os preços dos produtos refletindo a demanda e oferta do mercado, além de introduzir algumas mudanças nos derivados de acordo com a exigência do consumidor. A situação do agricultor familiar neste contexto é uma conseqüência dessas relações uma vez que o preço do leite depende do valor dos derivados que são fixados pela rede comercial. Entretanto, vale lembrar que muitos dos comerciantes são filhos desses agricultores não tendo estes o objetivo de prejudicá-los economicamente.

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. (1993, p. 204)

O poder neste caso é exercido pelos comerciantes e atravessadores. De acordo com as exigências do mercado consumidor, repassadas pela rede comercial, os produtores de queijo introduzem algumas modificações em busca de nichos de mercados, propiciando a sua inserção econômica e a sua manutenção.

A aceitação deste produto esta intimamente relacionada à identidade cultural. Quanto aos consumidores desses produtos, eles têm perfil extremamente variado, pertencendo às mais diferentes classes sociais; porém, observa-se que muitos consumidores, ao provarem esses produtos, revelam a lembrança com fatos passados, que têm traços de uma identidade cultural. Nesse sentido, Vilela destaca:

O alimento representa um símbolo e contém códigos que influenciam determinantemente a sua escolha. Em outras palavras, alimento e sabor são, em grande medida, culturalmente determinados, uma expressão da identidade (local/ regional/nacional). (1999, p. 31).

É interessante ainda registrar que as gerações mais novas nem sempre consomem esses produtos devido aos novos tipos oferecidos no mercado como requeijão cremoso e tantos outros. No entanto, verificou-se que alguns consumidores repassam para seus filhos a tradição do consumo desses produtos tradicionais. Tal fato foi comprovado em entrevistas no momento de aquisição dos produtos nas diversas feiras de Aracaju, como destacou uma consumidora pertencente à classe média.

Outros consumidores consideram o queijo um alimento essencial, que não pode ficar ausente no seu dia-a-dia. Daí, ele ser um comprador regular desse derivado na feira de bairro que frequenta.

Uma tendência em crescimento, atualmente nas capitais nordestinas, consiste na venda do queijo de coalho assado nas praias, além do aumento de restaurantes típicos que oferecem produtos tradicionais da cozinha nordestina como o queijo coalho, a manteiga comum e a de garrafa. Com esses novos mercados e a exigência da qualidade nos dias atuais, deve os produtores repensar urgentemente a sua melhoria. Devem passar essa preocupação aos produtores rurais desde o momento da ordenha, pois a falta de cuidados vai interferir na integridade da matéria-prima. Com o crescimento do mercado consumidor e o surgimento de novos nichos de mercado, eleva a demanda por esses produtos artesanais, proporcionando o surgimento de numerosas unidades de produção nos municípios sergipanos. Verifica-se uma aglomeração de micro-empresas informais, concentradas geograficamente no sertão sergipano, estabelecendo a cooperação e competição entre si e interagindo com os demais atores (produtores de leite, comerciantes, atravessadores) constituindo vínculos com toda cadeia produtiva do leite, enraizando-as em vários municípios, sendo consideradas como um SPL.

Veiga (2005), define os SPL (Sistemas Produtivos Locais) como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam um determinado território. A principal vantagem, os SPL, para o desenvolvimento, são as relações de proximidade e de interdependência entre as empresas favorecendo a competitividade do território. Nessa perspectiva, este autor acrescenta que “a melhor ferramenta de desenvolvimento local passa a ser o patrimônio natural, que também costuma ser ligado a alguma forma de patrimônio cultural”. (2005, p. 75-76) Estas relações de proximidade constituem em um suporte frente as dificuldades vivenciadas por esta atividade informal no mundo globalizado.

Nas últimas décadas, vivendo a era da globalização, as fronteiras da relação mercado interno/mercado externo tornam-se mais tênues, prevalecendo o chamado sistema global. Nesse contexto, a alocação de capitais no interior do globo são comandadas por transnacionais, que se constituem em novos sujeitos. O parâmetro mais importante para essas empresas é o nível de valorização ampliada dos seus capitais. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão e concentração de capitais com a instalação de transnacionais no interior, constata-se a criação de estratégias de reprodução, explorando nichos, contribuindo para a inserção no mercado informal dos agricultores familiares.

Como pode sobreviver uma atividade "rudimentar" calcada no saber-fazer em um mercado globalizado e competitivo? Neste caso, a expansão dessa atividade no sertão nordestino não está relacionada exclusivamente à questão meramente econômica. O crescimento é proporcionado pela existência de redes permeadas com relações de proximidade. Diante desse contexto, pode-se aferir que existe nesse território um potencial que deve ser incorporado e valorizado pela sociedade e pelas instituições objetivando o desenvolvimento dessas comunidades. Discutindo a potencialidade existente em determinadas comunidades, Scherren-Warren assinala, um social capital sendo definido como:

um potencial produzido na vida das pessoas de uma comunidade, compreendendo características como a existência de redes sociais, normas, e confiabilidade, que permite aos indivíduos agirem mais eficazmente juntos a desenvolverem objetivos comuns. (2005, p. 34)

Portanto, na área de estudo, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e solidariedade através das redes sociais ou de sociabilidade. Estas são relações horizontais com forte poder de coesão social, cultural e territorial viabilizadoras da persistência do agricultor familiar.

Constata-se que algumas atividades produtivas desenvolvem-se através de articulação de relações de proximidade e das redes econômicas, sociais e técnicas. Segundo Hubert (1997), as redes sócio-técnicas são entendidas como estruturas

desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas, que reúnem atores individuais e institucionais em âmbito regional ou local, em torno de objetivos comuns. Na realidade, essas redes muitas vezes não são perceptíveis. Assim, raramente as instituições públicas, avaliam o potencial dessas articulações possibilitadoras de crescimento das atividades e do desenvolvimento local a partir da sustentabilidade desta atividade e, por conseqüência, do agricultor familiar.

Com o processo de mundialização do capital, observa-se que há um crescimento de produtos alimentícios de outros mercados distantes, bem como a presença de empresas globais no interior dos territórios até então de domínio nacional, inclusive na região sertaneja. Entretanto, essas empresas como é o caso da *Parmalat* estão preocupadas com a reprodução ampliada do capital mantendo relações meramente econômicas no meio no qual estão instaladas. Uma empresa do porte desta, transnacional, privilegia a regularidade e o maior volume de produção diário. Assim, a *Parmalat*, argumentando que a área sertaneja não apresentava tais características e, como existisse ainda uma forte concorrência no mercado do leite com as fabriquetas de queijo, alegou tais fatos para o fechamento das instalações em 1998, saindo do mercado local. Sobre essas concorrências Jank afirma:

As multinacionais exigentes em qualidade e padronização de seus derivados lácteos convivem com pequenas queijarias que sobrevivem das lacunas na fiscalização e legislação tributária. (1999, p. 59)

Com a saída da *Parmalat*, as fabriquetas de queijo proliferaram mais ainda no semi-árido sergipano, absorvendo o leite produzido pelos estabelecimentos agrícolas grandes, médios e principalmente dos pequenos, isto é, dos agricultores familiares. Estas unidades de produção são imprescindíveis na viabilização do mercado leiteiro como enfatiza Souto, referindo-se ao noroeste sergipano:

Produzindo principalmente manteiga comum, requeijão, queijo coalho, e manteiga de garrafa (subproduto do queijo coalho), as fabriquetas participam do mercado com certa competitividade diante das agroindústrias. (1998, p. 36)

A expansão da produção de queijos atinge os municípios circunvizinhos do Sertão Sergipano, a exemplo de Nossa Senhora de Lourdes, um grande número de jovens e adultos, além da produção dos derivados de leite, faz a intermediação, responsabilizando-se por grande parte da comercialização de queijos na capital do Estado - Aracaju. Essa atividade está disseminada em toda a sua área rural e urbana. Tal fato foi verificado por VARGAS ao estudar a região do Baixo São Francisco, tendo a autora destacado a expressão da comunidade sobre o município, enfatizando tal atividade:

Na sede, quase todo mundo é ocupado com uma atividade, geralmente familiar, mas todas clandestinas: fabricam manteiga, queijo, requeijão e mussarela, criam porco. Tudo é vendido sem intermediário. Estas atividades elevaram a renda da população que, comparada com os municípios vizinhos, tem mais poder de compra. (1999, p. 201).

Entretanto, o Estado permanece ignorando esta atividade, não promovendo a sua modernização. Observa-se que há uma tendência em se demonstrar o valor das fabriquetas de queijo na economia dos pequenos municípios sertanejos. Porém, é notória a necessidade de novas tecnologias no processamento, o estabelecimento de padrões mínimos de higiene e a diversificação da produção com novos queijos, como já ocorre de forma pontual em algumas áreas. Além disso, com a introdução de produtos lácteos objetivando uma melhor utilização do soro uma vez que possui alto valor nutritivo, poderia elevar a renda com um novo produto a oferecer de grande aceitação no mercado.

É preciso que o Estado participe efetivamente, promovendo a modernização dessa atividade, o que beneficiará a cadeia produtiva do leite, principalmente no sertão sergipano.

Tal mudança poderá incrementar um melhor nível de vida para todos aqueles que estão atrelados a essas pequenas unidades de processamento de leite, que, sem sombra de dúvidas, são também os pequenos produtores rurais. Discutindo o combate ao baixo nível de vida no Brasil, SILVA destaca a viabilidade da instalação de agroindústrias no país:

[...] uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país, tem de incorporar uma proposta de urbanização desse mundo interiorano... e estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, tanto para aumentar o valor agregado da produção local e evitar os “passeios de safra”, como para absorver a força de trabalho agrícola excedente, especialmente dos jovens. (1999, p. 231).

Aqui é defendido que as fabriquetas são formas protoindustriais, configurando-se como agroindústrias familiares, atrelando mais de 70% dos produtores rurais. Como essas unidades não são inspecionadas e participam do mercado informal conseqüentemente, apresentam maiores dificuldades competitivas no tocante à tecnologia. Dessa forma, estão com sua sobrevivência ameaçada a médio prazo em função do PNMQL - Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, que propõe normas rigorosas para a produção leiteira.

Considerações finais

Nota-se que há uma tendência em se demonstrar o valor social, cultural e econômico das fabriquetas. Porém, é notória a necessidade de novas tecnologias no processamento, o estabelecimento de padrões mínimos de higiene e a diversificação da produção com novos queijos, como já ocorre de forma pontual em algumas áreas. Além disso, deveriam ser introduzidas tecnologias para a produção de novos derivados lácteos, objetivando uma melhor utilização do soro, uma vez que possui alto valor nutritivo, poderia elevar a renda com um novo produto a oferecer de grande aceitação no mercado.

Jank (1999), acredita na tendência da pecuária leiteira em reduzir o número de produtores com a elevação da produção por estabelecimento. Para ele, os pequenos estabelecimentos produtivos gerenciados pela mão-de-obra familiar, tendem a permanecer no sistema, desde que o mercado continue a comercializar o leite por eles produzidos. Nesse contexto, verifica-se a importância das queijarias ou fabriquetas de queijo na área.

As atividades construídas pelos seus atores, demonstram sua viabilidade na medida em que, essas unidades de produção, sobrevivem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura local, a circulação de capital, geração de postos de trabalho e renda, utilizando-se do saber-fazer dominante na cultura dos sertanejos e concorrem com empresas formais globalizadas. Nesse sentido Reis (1995), destaca que não podemos negar os processos de instalações das transnacionais que são denominados de economia-mundo atualmente inclusive nos mais diversos espaços como no sertão sergipano. Entretanto, para este autor o mais importante é revelar que também existem fenômenos parciais de implosão da norma e que a influência do global sobre o local nunca é total. Esta implosão decorre das diversas formas de resistência bem como, porque ocorrem estratégias criadas pelo local. Neste sentido, observa-se que no Estado de Sergipe, a iniciativa criada pelos sertanejos conseguiu imprimir uma outra realidade onde uma transnacional não conseguiu concorrer com as pequenas unidades informais.

Essas alternativas de trabalho e renda incluídas na economia informal, objetivam a sustentabilidade do agricultor familiar, no meio rural, diante do crescente desemprego e da insuficiência das políticas públicas de geração de emprego.

Dessa forma, a prática da agricultura, ainda que deficitária em relação à questão econômica e às políticas públicas, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade e se destaca como condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impraticável em outros espaços. Wanderley (2004), enfatiza que nos últimos anos o meio rural está

sendo olhado não como um foco de problemas, mas como portador de alternativas na geração de emprego, de lá surgem estratégias que reproduzem e valorizam a identidade territorial. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural.

Diante das abordagens dos conceitos de ruralidade, redes e território, destacamos que a identidade cultural, desempenha papel fundamental, articulando através das redes de sociabilidade, estratégias buscando a resistência do agricultor familiar, resultando na construção do território das fabriquetas de queijo.

Observa-se que as experiências bem sucedidas de determinadas áreas, são resultantes de um processo de dinâmica territorial, constituídas por uma rede de relações sociais amplas, envolvendo os planos cultural, econômico e político.

A análise desta alternativa de trabalho, no contexto histórico, evidencia as implicações dessa estratégia na sociedade local, gerando postos de trabalho de forma direta e indireta, fixando o agricultor familiar na zona rural e possibilitando maior circulação de capital nos municípios. Nesse caso, concluiu-se que o espaço formado pela ação das redes, pode ser considerado como um território, o território construído pelos produtores de leite e derivados ou o território das fabriquetas de queijo de Sergipe. Esse território, constitui um espaço onde foi adaptado o saber, culturalmente e historicamente arraigado na área sertaneja, através dos laços familiares. Para isso, a família, é uma grande incentivadora, ao lado do apoio dos vizinhos e demais parentes. Há uma relação de ajuda mútua entre produtores e fornecedores de matéria-prima, denotando um caráter muitas vezes afetivo entre todos.

O Sertão do São Francisco apresenta-se como um território construído historicamente e socialmente. E, as atividades tornam-se eficientes, na medida em que são fortemente condicionadas pelos laços de proximidade entre aqueles que participam da cadeia produtiva e permitem explicar as formas de construção do espaço.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- _____. Sete desafios para o desenvolvimento territorial. Palestra 04, Fundação Lyndolpho Silva – BNAF – Novembro de 1999, 8 pp.
- _____. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão do IPEA nº702. São Paulo 2000.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 1997.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- BLUME, R. Ruralidade e território: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS: Porto Alegre, 2004, pp.28-53.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rururbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T. da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. de C. (orgs.) Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. pp. 95-117.
- _____. Do rural ao urbano: uma terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). II Seminário sobre o rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001, pp. 1-16.

- _____. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, P. 88-103.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. 3ª Edição. Paz e Terra. São Paulo, 2000.
- CERDAN, C. et al. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais. IN: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília. EMBRAPA. Informação tecnológica. 2002.
- DEBEUX JÚNIOR, J. C. B. Cenário atual da produção leiteira pernambucana: caracterização e identificação de demandas tecnológicas. In: Seminário identificação de restrições econômicas e institucionais ao desenvolvimento do setor leiteiro nacional. Região Nordeste. Anais. Fortaleza, 1998. pp. 63-68.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 141-162.
- _____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 11-28.
- DINIZ, J. A. F. A condição camponesa em Sergipe – desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo, 1996.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- _____. Da desterritorialização à múltipla territorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia. N°29,(1), pp. 11-24. AGB. Seção Porto Alegre, 2003.
- _____. Territórios alternativos. Niterói. Ed.UFF. São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- _____. Identidades territoriais. In: Manifestações da cultura do espaço. ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, pp.169-190.
- HUBERT, B. Appui à l' agriculture familiale: appuis institutionnels et initiatives locales. Montpellier: INRA-SAD/CIRAD-SAR.1997.
- MACHADO, M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Revista GEO/UERJ, nº 1; Rio de Janeiro: 1997.
- MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: Carneiro, M. J; MALUF, R. S. (orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp.135-152.
- MENEZES, S. S. M. As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi – SE. Dissertação. (Mestrado em Geografia) NPGeo/UFS. Aracaju, 2001.
- MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. Sistemas agro-alimentares localizados e construção de territórios. Paris: CIRAD, 1999. 18p. Projeto de pesquisa.
- OFFNER, J. PUMAIN, D. Réseaux sociaux et territoires. In: _____. Réseaux et territoires – significations croisées. Ed. De L'Aube, 1996. pp. 137-171.
- RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial, à procura de novas formas territoriais. In: V Encontro Nacional da ANPUR: encruzilhadas das modernidades e planejamento. Anais. Belo Horizonte. Agosto 1993, p.783-794.
- REIS, J. O desenvolvimento local é possível? FORUM. Edição SPER-Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Lisboa, 1995.

- SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. Delimitação e regionalização do Brasil Semi-Árido. CNPq/SUDENE/UFS. Aracaju:1992.
- SANTOS, G. A. Redes e territórios; reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 51-78.
- SANTOS, M. et al. (orgs.). O novo mapa do fim do mundo. Fim do século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993b.
- _____. O retorno do território. In: Território, globalização e fragmentação. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. (orgs.) São Paulo: Hucitec/ANPUR.1994.
- SCHERRER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 29-50.
- SORG. B. Estados e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro. 1986.
- SOUTO, M. H. Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no Noroeste de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Geografia). NPGEO/UFS. Aracaju, 1998.
- TONNEAU, J. P. Articulação entre as escalas territoriais e consequências sobre o planejamento rural. IN: SABOURIN, E. ;TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsis e experiências. Brasília. EMBRAPA. Informação tecnológica. 2002.
- VEIGA, J. E. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: Ed. UPF, 1999, pp. 23-56.
- _____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Copem.) Uma nueva ruralidade en America Latina? Buenos Aires, CLACSO, 2001, pp. 31-44 (Colección grupos de Trabajo de CLACSO).
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Ed. UNB. 1997.

Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje

Wagner Miralha

Mestrando em Geografia pela UNESP/Campus de Presidente Prudente
 Membro do Grupo de Estudos Dinâmica regional e agropecuária – GEDRA
 Endereço profissional: FCT/UNESP, Grupo de Estudos Dinâmica regional e agropecuária –
 Sala 17-A, Docente I – Rua Roberto Simonsen, 305, Jardim das Rosas, 19.060-900 –
 Presidente Prudente, São Paulo, Brasil – Caixa Postal: 957
 Telefone: (18) 3221-5388/ramal: 5551; Fax: (18) 3223-2227
 Endereço eletrônico: wa_miralha@yahoo.com.br

Resumo

Um dos principais temas debatidos entre os pesquisadores e estudiosos dos estudos agrários no Brasil é a questão agrária, ou seja, a relação entre o problema da concentração fundiária, as injustiças no campo e a miséria da população rural, e a reforma dessa desigual estrutura agrária que está concentrada nas mãos de poucos. Dessa maneira, os objetivos do presente artigo são: identificar as origens da questão agrária brasileira e seus desdobramentos para então entender o atual embate político sobre a realização da reforma agrária; bem como analisar a questão da reforma agrária hoje no Brasil, identificando a necessidade, a importância, a viabilidade e quais as perspectivas de realização por meio da análise do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborada pelo atual governo federal.

Palavras-chave: questão agrária, reforma agrária, assentamentos rurais, conflito fundiário, movimentos sociais.

Resumen

Cuentón agraria brasileña: origen, necesidad e perspectivas de reforma hoy

Uno de los temas principales discutidos entre los investigadores y estudiosos de los estudios agrarios en el Brasil es la cuentón agraria, o decir, la relación entre el problema de la concentración fundiaria, las injusticias en el campo y la miseria de la población rural, e la reforma de esta diversa estructura agraria que es concentrada en las manos de pocos. De esta manera, los objetivos del actual artículo son: identificar las orígenes de la cuentón agraria brasileña y de sus despliegue para entonces entender al actual choque político sobre la realización de la reforma agraria; así como analizar la cuestión de la reforma agraria hoy en el Brasil, identificando la necesidad, la importancia, la viabilidad y que las perspectivas de la realización por medio del análisis del Plan Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaboraron por el gobierno federal actual.

Palabras clave: cuentón agraria, reforma agraria, asentamientos rurales, conflicto fundiario, movimientos sociales.

Abstract

Brazilian agrarian question: origin, necessity and perspectives of reform today

One of the main subjects debated between the studious researchers and of the agrarian studies in Brazil is the agrarian question, or either, the relation enters the problem of the agrarian concentration, the injustices in the field and the misery of the agricultural population, and the reform of this different agrarian structure that is intent in the hands of few. In this

way, the objectives it present article are: to identify to the origins of the Brazilian agrarian question and its unfoldings for then understanding the current shock politician on the accomplishment of the agrarian reform; as well as today analyzing the question of the agrarian reform in Brazil, identifying the necessity, the importance, the viability and which the perspectives of accomplishment by means of the analysis of the National Plan of agrarian reform (PNRA) elaborated by the current federal government.

Keys-words: agrarian question, agrarian reform, agricultural nestings, agrarian conflict, social movements.

A questão agrária brasileira: origem e desdobramentos

O período colonial

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira e tem sua origem desde o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias que, era o regime de posse da terra vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras. No entanto, no período de colonização apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho, que eram “puros” obtinham uma grande área para plantar cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população não tinha o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios.

O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

Nesse contexto, é importante destacar que a forma familiar de produção agropecuária sempre esteve presente desde o processo de ocupação do Brasil, no entanto, a produção familiar existia de uma forma subordinada à grande propriedade, produzindo principalmente produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais, pois, as grandes lavouras, na época, só produziam cana-de-açúcar para ser escoado para Portugal.

Dessa maneira, a produção familiar no Brasil colônia se constituía em,

[...] atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo - inclusive, principalmente, de capangagem. Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...], eles eram freqüentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhores que as dos escravos. [...]. De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. (SZMRECSÁNYI, 1990, pp. 14-16)

Além de tudo isto, é importante destacar ainda que,

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou

modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, pp. 36-37)

Dessa maneira, apesar de todas as barreiras e imposições, os trabalhadores familiares no Brasil resistiram, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande propriedade. É importante salientar que, durante o período colonial, a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, teve uma grande importância para o Brasil naquela época, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população.

O regime de sesmarias foi suspenso em 1822, meses antes da Independência, no entanto não foi substituído por outro regime da posse da terra, mas na verdade esse regime foi mantido até 1850.

A Lei de Terras de 1850

Em meados do século XIX o Estado Brasileiro estava sendo pressionado pelas grandes potências da época, que queriam expandir seus mercados, para que acabasse com a escravidão, pois escravo não compra. No entanto, o Estado vivia um dilema, pois dependia dos grandes fazendeiros plantadores de café, visto que o café era o “carro chefe” da economia brasileira naquele período. A situação piora com o fim do tráfico negreiro em meados do século XIX.

Dessa maneira, vendo que a abolição da escravatura era uma questão de tempo, o governo brasileiro, agindo em comum acordo com os grandes fazendeiros produtores de café, que eram então a elite decretou a Lei de Terras de 1850. Assim, a partir daí só era possível ter a posse da terra por meio da compra em dinheiro.

Dessa maneira,

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje. (MARTINS, 1997, p. 17)

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava preste a ser abolido.

Dessa maneira, se os imigrantes chegassem no Brasil e o acesso a terra fosse livre, como no regime de sesmarias (livre para os “puros”), eles obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café.

Assim, em meados do século XIX o Brasil teve um primeiro momento propício para a realização da reforma agrária, mas é claro que isso não interessava às elites brasileiras e, muito pelo contrário, elas queriam ter trabalhadores sem-terra para trabalharem nas lavouras de café.

Nesse sentido, o Brasil fez o contrário dos Estados Unidos que abriu as terras da fronteira do Oeste para livre acesso aos colonos que quisessem ocupá-la, mediante uma supervisão do governo. “Essa foi a reforma agrária americana, que assegurou a

transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar” (MARTINS, 1997, p. 14).

Dessa maneira, é em meados do século XIX que se gerou a questão agrária brasileira, pois, segundo Martins (1997, p. 12),

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

Assim, a Lei de terras, foi artifício fundamental para as elites da época manter inalterada a estrutura agrária e resolver o problema da mão-de-obra para o café. Segundo Martins (1997, pp. 17-18),

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder.

Desse modo, com a Lei de Terras passava-se do cativeiro do homem (escravo) para o cativeiro da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café.

A crise de 1929 e a permanência da influência do poder político da oligarquia agrária

No final do século XIX e início do século XX o país começou apresentar uma modesta industrialização e assim os industriais precisavam expandir o mercado de consumo interno para vender seus produtos, mas, a maior parte da população se constituíam de trabalhadores das grandes fazendas de café que trabalhavam no regime de colonato que, não eram consumidores de produtos oriundos da indústria, pois não tinham a posse da terra e eram “presos” a uma grande propriedade.

Dessa maneira, o país vivia um segundo momento propício para a realização da reforma agrária, visto que os interesses dos industriais se chocavam com o dos grandes fazendeiros de café, surgindo no Brasil, então a oportunidade da burguesia industrial entrar em um conflito com os grandes proprietários de terras e tentar promover uma reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo no país, pois a democratização do acesso à terra dinamiza a economia capitalista, pois inclui na economia produtores familiares que se tornam consumidores de produtos industriais e produtores de alimentos, que, se produzidos em grande quantidade tem seu preço no mercado reduzido, rebaixando assim o salário dos operários.

Dessa maneira, nos países centrais do capitalismo,

[...] as elites, as burguesias industriais recém-chegadas ao poder, a partir da Revolução Francesa, compreenderem a magnitude deste problema agrário, da concentração da propriedade como uma trava ao desenvolvimento mesmo do capitalismo, e trataram de buscar uma solução sensata. Propuseram a distribuição. A democratização da propriedade da terra, e chamaram esse processo de reforma agrária. (STÉDILE, 1997, pp. 95-96)

E assim agiu a maioria das burguesias industriais dos países centrais que viram na concentração fundiária um resquício feudal que impedia o desenvolvimento do capitalismo, e desse modo trataram de promover uma reforma agrária, como por exemplo, o caso dos EUA, já em meados do século XIX, e do Japão.

No entanto, no Brasil, como na maioria dos países da América Latina, nunca se configurou um confronto entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária, mesmo porque a economia do Brasil, no final do século XIX e início do século XX, era comandada ainda pelo café e então a oligarquia rural ainda mantinha o poder e o controle da economia.

Porém, a crise de 1929 causa uma queda drástica do preço do café, que era a principal cultura que movia a economia do país, e assim o café passa a entrar em decadência juntamente com a oligarquia rural. Dessa maneira, no Brasil, a partir da década de 1930, muda o eixo de acumulação da economia, passando da monocultura do café para indústria, e assim o Brasil vai aos poucos deixando de ser um país agrário exportador e passa a se configurar como um país urbano industrial, pois com a crise de 1929 o governo brasileiro, com Getúlio Vargas, implanta o modelo de substituição de importações estimulando a indústria nacional e fortalecendo o mercado interno.

Dessa maneira, quando a burguesia industrial passa a ter o comando da economia, esperou-se que tinha o caminho livre para realizar a tão necessária reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo e a completa modernização do país. No entanto, conforme ressalta Martins (1997, p. 20),

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós.

Com a crise de 1929 a agricultura brasileira que era baseada, principalmente, na monocultura do café, se diversifica, sendo que outras culturas, como o algodão, o feijão, o arroz, etc. aumentaram sua importância econômica e a área cultivada. Nesse sentido, segundo Sorj (1986, pp.15-16),

[...] a produção agropecuária continua expandir-se, embora a um ritmo menor que a industrial, porém suficiente tanto para suprir as necessidades do crescente mercado interno como para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização por substituição de importações [...]. Este desenvolvimento por sua vez se deu sem modificações básicas da estrutura fundiária ou nas relações de produção.

A reorganização da economia a partir de novos centros de produção agrícola e a formação de uma industrialização interna, após a década de 1930, promove vários movimentos migratórios, tanto no sentido rural-urbano como intra-rurais, principalmente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo (SORJ, 1986).

Em suma,

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não-efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21)

Com a industrialização do Brasil, a partir dos anos de 1950, o espaço rural começou a receber inovações tecnológicas provenientes da indústria, estimulado pelo governo federal através de financiamentos subsidiados do Banco do Brasil para os Grandes proprietários. Essa ação do governo teve o objetivo de erradicar os velhos cafezais substituí-los por outras culturas com utilização de tecnologias fabricadas pelas indústrias, como o trator e máquinas modernas.

Em meados do século XX o,

O Padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e portanto um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária. (SORJ, 1986, p. 20)

Nesse sentido, é fato que no Brasil a pequena produção familiar sempre teve importância no Brasil e continua resistindo, apesar do governo incentivar apenas a grande produção monocultora. Assim, se a produção familiar tivesse o apoio necessário, teria condições de se desenvolver e dinamizar a produção agropecuária brasileira. Dessa maneira, fica evidente a necessidade da reforma agrária.

Mas, conforme ressalta Sorj (1986, p. 22),

A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento central na compreensão da permanência do latifúndio no bloco do poder durante o período populista.

Golpe de Estado de 1964: o pacto das elites contra a reforma agrária e opção pela modernização tecnológica da grande propriedade

Desse modo, no final da década de 1950 e início da década de 1960, começam a aparecer no campo, militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que começam a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária que existe no Brasil, pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país. E esses movimentos sociais ganham força quando João Goulart assume a presidência, visto que este presidente tinha idéias progressistas e entendia que a reforma agrária era fundamental, naquele momento, para a completa modernização do país.

Nesse sentido, o grande e principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil foi no início da década de 1960, pois se conjugou vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária e finalmente, em toda a história brasileira o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária.

De acordo com Sorj (1986, p. 23),

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confrontamento e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

Dessa maneira, o Grande momento histórico da realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi sabotado e destruído por um pacto entre as elites (o golpe de Estado), ou seja, a velha oligarquia rural que permeia o poder político através de vários deputados, senadores, governadores, etc., e a burguesia industrial, que

decidiram manter inalterada a estrutura fundiária brasileira e assim, mudaram o rumo do país.

Então, após 1964 ocorre uma reorganização da produção agropecuária e,

[...] foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado. No caso Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras. (SORJ, 1989, p. 28)

Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária, e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de escandalosos subsídios.

A modernização tecnológica da agricultura teve sua origem na década de 30, quando o Brasil muda o rumo de sua economia, passando de agrário exportador para investir mais pesado na industrialização e formação de um mercado interno. No entanto, como ressalta Belik e Paulillo (2001),

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. O crédito agrícola foi o vetor da modernização do Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias-primas do campo. Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo constituindo setores e definindo a ênfase das políticas.

No âmbito da legislação agrária, se destacam o Estatuto do Trabalhador rural (promulgada em 1963) e o Estatuto da Terra. Essas leis, na verdade foram criadas pela elite política dominante no sentido de conter os movimentos sociais e criar um obstáculo jurídico à reforma agrária, visto que, por exemplo, o Estatuto do Trabalhador rural proibia greves no campo e o Estatuto da Terra acabou, conforme Gomes da Silva *apud* Bergamasco e Norder (2003, p. 21),

[...] patrocinando a ‘modernização conservadora’, que alargou as desigualdades na agricultura elevou o preço das terras agrícolas, destruiu a propriedade agrícola familiar e consolidou o latifúndio.

Dessa maneira, o Estado mostrava claramente a opção feita para o setor agropecuário, ou seja, captar recursos fartos para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, mantendo intocada a estrutura fundiária, reprimindo os militantes e movimentos pró-reforma agrária.

A dita “modernização da agricultura”, na verdade só modernizou as médias e grandes propriedades com a adoção de tecnologias no processo produtivo, por meio do crédito subsidiado que proporcionou aos grandes proprietários a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, etc. É interessante notar que essa modernização incentivou a compra de produtos de uma indústria que surgiu especializada em produzir produtos para a agricultura, que junto com a agroindústria, que compra os produtos produzidos pela agricultura formam então o complexo agroindustrial.

Dessa maneira, fica claro porque a burguesia industrial nacional se compactuou com os grandes proprietários de terras, pois, com o incentivo fornecido pelo governo os grandes produtores se tornavam consumidores da indústria.

O complexo agroindustrial e os resultados da “modernização conservadora”

O processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, com o aumento massivo da mão-de-obra assalariada nas grandes propriedades modernizadas, surgindo assim os trabalhadores volantes (“bóias-fria”) que normalmente moram nas cidades, em sua maioria nas periferias, e são transportados diariamente para o local de trabalho, as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de segurança no serviço.

Então, como resultado do processo de modernização tecnológica da agricultura,

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total. (GONÇALVES NETO, 1997, pp. 224-225)

Nesse sentido, a modernização da agricultura “[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 30).

O desenvolvimento agrícola com o processo de modernização tecnológica da agricultura, segundo Graziano da Silva (1996, pp. 30-31), “[...] passou por três momentos decisivos: o da constituição dos CAIs, o da industrialização da agricultura e, o mais recente, o da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro”.

Graziano da Silva (1996, p. 31) ressalta ainda que,

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, basicamente através do SNCR [...].

No entanto, segundo MAZZALI (2000, pp. 35-36), a partir da década de 1980,

[...] a noção de complexo agroindustrial foi colocada em xeque enquanto aparato conceitual para a apreensão da dinâmica do setor, uma vez que os elementos básicos que lhe deram sustentação – um padrão de desenvolvimento tecnológico, que tem por referência os princípios da “Revolução Verde”; um estilo de inserção da agricultura no mercado internacional e um determinado perfil de intervenção do Estado – sofreram profundas alterações. [...] O aspecto central do novo cenário é a ampliação considerável do campo de ação por parte dos diferentes capitais com interesses na atividade agroindustrial. A redução considerável da intervenção do Estado potencializou a possibilidade de formulação de estratégias alternativas e autônomas, assentadas na diversidade de oportunidades advindas da implementação das novas tecnologias.

Com relação aos resultados da modernização tecnológica da agricultura, não podemos negar que esse processo gerou efeitos considerados positivos, no plano econômico, para a agricultura brasileira, como:

- a transformação da base técnica;
- o aumento médio da produtividade, graças aos insumos modernos; e,
- o aumento da produção agropecuária nacional, que possibilitou ao país mais divisas através do aumento das exportações de produtos agrícolas.

No entanto, os efeitos positivos só ficaram na esfera econômica, enquanto que para os âmbitos social, espacial, cultural e o ambiental os resultados desse processo não foram nada bons, muito pelo contrário, a “modernização conservadora” gerou efeitos drásticos, como por exemplo, os seguintes:

- intensificação do êxodo-rural, pois esse processo perverso abrangeu apenas o médio e grande produtor gerando assim, uma expulsão e expropriação de grande parte de pequenos produtores, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, etc. que ficaram abandonados sem nenhuma forma de incentivo, e pelo fato dessa modernização se caracterizar também pela utilização de máquinas modernas nas grandes propriedades absorvendo uma pequena parte de trabalhadores para se sujeitar a ao trabalho assalariado, a maioria foram obrigados, então, a migrar para as médias e grandes cidades em busca de emprego, principalmente na indústria. Mas, a maioria, não conseguiu se incluir no mercado de trabalho urbano e acabaram excluídos, “inchando” as periferias das cidades. Nota-se, dessa maneira, de acordo com a Tabela 01, que a população rural que era maioria em 1950, com 63,8% do total, começa a reduzir-se e, na década de 1970, a população urbana passa a predominar no país, com 55,9% e a população rural com 44,1%. A proporção da população urbana sobre a rural continua aumentando e no ano de 1980 atinge 67,6%, enquanto que a rural diminui para 32,4%.

Tabela 01 – Evolução da população rural e urbana no Brasil, 1950-1980

Anos	População rural		População urbana	
	Número	%	Número	%
1950	33.161.666	63,8	18.782.891	36,2
1960	38.987.526	54,9	32.004.817	45,1
1970	41.037.586	44,1	52.097.260	55,9
1980	38.573.725	32,4	80.437.327	67,6

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970 e 1980).

- ampliou a concentração fundiária que já estava por demais concentrada;
- ampliou ainda mais as desigualdades sociais, pois os resultados econômicos dessa modernização, pouco beneficiou a classe trabalhadora, favorecendo as elites, ou seja, os grandes produtores e latifundiários, e os industriais, em detrimento da classe trabalhadora que são as mais necessitadas;
- alargou as desigualdades regionais, visto que esse processo se concentrou apenas no Centro-Sul que já era dinâmico, enquanto que o Nordeste e a grande região da Amazônia ficaram a margem desse processo;
- causou sérios danos ambientais em alguns lugares, como a compactação do solo pela utilização intensiva de tratores e máquinas pesadas, a poluição dos solos e dos rios por agrotóxicos e fertilizantes químicos, etc.;
- provocou danos à saúde humana pela utilização em massa de biocidas e adubos químicos nas lavouras, que contaminam os alimentos produzidos que são consumidos pela população; e,
- alterou hábitos alimentares da maior parte da população para o consumo de produtos industrializados ao invés de produtos naturais que são mais saudáveis.

- Hespanhol (2000, p. 24) analisa a expansão da agricultura moderna para o Centro-Oeste brasileiro e constatou que,

[...] o processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura nos moldes em que se deu, levou ao afloramento, na região, de problemas relacionados a questão do acesso à terra, da exclusão de pequenos produtores, da baixa qualificação de mão-de-obra, da elevada concentração de renda, enfim, de todos os problemas gerados pelo modelo de crescimento agrícola (modernização conservadora) implementado no país a partir da década de 1960. [...]. A chamada agricultura convencional, altamente dependente dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, compromete a qualidade do solo, sendo muito comum na região a ocorrência dos processos de erosão e de compactação, o que a médio prazo, poderá, não somente, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais.

Dessa maneira, vemos que os resultados gerados pela modernização tecnológica da agricultura só fizeram ampliar ainda mais as desigualdades sociais e a concentração fundiária no país, bem como causar sérios danos ao meio ambiente.

Assim, conforme ressaltam Bergamasco e Norder (2003, p. 30),

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome. A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

A “Nova República”: emergência de grupos e movimentos sociais de luta pela terra e a constituinte de 1988 como obstáculo jurídico contra a reforma agrária

Quando a ditadura chega ao fim em meados da década de 1980, pensava-se que a reforma agrária poderia ser realizada, pois o Estado brasileiro voltava a ser democrático, dando a oportunidade dos movimentos sociais¹ de luta pela terra, igrejas, sindicatos, partidos políticos a favor da reforma agrária pudessem pressionar o governo, agora sem opressão, no sentido da realização da reforma agrária. O MST, a CPT, o PT e a Contag, constituíram-se nos principais grupos de pressão a favor da reforma agrária no final da ditadura militar.

O primeiro governo democrático, com a presidência de José Sarney, chegou a elaborar o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), todavia, esse plano ficou no papel, visto que as forças contrárias à reforma agrária, novamente, eram maiores, pois,

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de

¹ No fim do período militar surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul que, se constituiu no principal movimento social de luta pela terra no Brasil até hoje.

interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (MARTINS, 1997, p. 35)

Dessa maneira, mais uma vez o Brasil teve uma oportunidade de realizar a reforma agrária e novamente ela é barrada pelos interesses particulares dos grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, no plano jurídico, no período que vai do fim da ditadura militar a meados da década de 1990,

Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisia não apenas política, mais também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementados nos anos 80. O Governo Collor deu continuidade a esta paralisiação política e institucional da reforma agrária. [...] a legislação agrária, sobretudo após a constituinte, a Lei Agrária e suas complementações e regulamentações, tornou-se contraditória e complicada (BERGAMASCO; NORDER, 2003, pp. 33-34).

Sobre a constituinte de 1988, Sorj (1998, p. 29) salienta que,

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

Assim, os obstáculos jurídicos para a reforma agrária refletem a supremacia da elite latifundiária que permeia a política nacional e a “derrota” dos movimentos populares no final da década de 1980, e início da década de 1990, com o governo neoliberal de Collor.

Pressão dos movimentos sociais de luta pela terra e o aumento do número de assentamentos rurais

Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor².

Dessa maneira, devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente a partir de meados da década de 1990, o governo federal, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, começa a acelerar os processos de desapropriação de terras e a intensificar a implantação de assentamentos rurais. Nesse sentido, a quantidade de famílias assentadas aumenta de número até 1999 e volta a regredir a partir do ano 2000 (Tabela 02).

Tabela 02 – Número de famílias assentadas 1995-2002

² Para saber mais sobre o MST ver Fernandes (1996 e 2000).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Famílias assentadas	30.716	41.717	66.837	98.740	99.201	69.929	73.754	43.486

Fonte: BRASIL/MDA, 2003.

Martins (2000) elabora uma crítica ao MST e a CPT, salientando que, esses se constituíram em grupos de mediação pela reforma agrária, permeados pela ideologia da classe média. O autor frisa que os mediadores da luta pela terra (sindicatos, agentes de pastorais, militantes, intelectuais, etc.) são integrantes da classe média, cujos interesses e visões de mundo se afastam dos verdadeiros protagonistas da questão agrária, que são os trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, meeiros, minifundiários, pequenos arrendatários, etc. havendo assim, um desencontro entre a reforma agrária almejada pelos mediadores da luta pela terra e um projeto de reforma agrária aceita pelo Estado, o que segundo Martins (2000) acaba impossibilitando um possível diálogo para a realização de uma reforma agrária possível.

Martins (2000, pp. 25-26) destaca que,

O desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e Igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado Brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam essa inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. [...] Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo. O MST e as igrejas, e não só a CPT, vão ficando fora do amplo processo de reforma agrária conduzida pelo Estado. Estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória.

Dessa maneira, Martins (2000) ressalta que o MST e as igrejas, pela dificuldade do diálogo com o governo federal, acaba dificultando a realização de uma reforma agrária no Brasil, no entanto, é preciso reconhecer que os projetos de assentamentos rurais implantados até hoje, em sua maioria, só ocorreram em virtude da pressão, principalmente destes grupos, pois se fosse deixar à vontade do Estado muito pouco, ou quase nada, tinha sido feito até hoje com relação à desapropriação de terras e implantação de assentamentos rurais, visto que os grandes proprietários de terras, possuem a maioria dos representantes no meio político nacional.

Necessidade, importância e perspectivas da reforma agrária hoje no Brasil

O número de assentamentos implantados pelo Estado na década de 1990 é, realmente, uma vitória dos grupos e movimentos sociais de luta pela terra, no entanto, quantidade não se reflete na qualidade, ou seja, os assentamentos implantados pelo Governo FHC possuem carências no que se refere ao crédito, a extensão rural, a educação, lazer e saúde. Bem como equívocos em não considerar as diferenças regionais e as particularidades locais, dentro de cada estado.

Assim, há uma grande distância entre os assentados implantados nas décadas de 1980 e, principalmente, na década de 1990 pelo governo federal e os governos estaduais com várias carências e equívocos e a idéia de assentamentos rurais que realmente promova as condições necessárias para o assentado produzir de maneira viável, considerando as diferenças e particularidades locais e regionais do Brasil (visto que o Brasil possui um território bem extenso), transformando uma série de excluídos do mercado de trabalho e do acesso à terra em sujeitos políticos e produtores viáveis, resgatando, assim, a dignidade humana e a justiça social.

Nesse sentido, podemos afirmar que não se tem realizado reforma agrária no Brasil, mas sim, uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro do

assentado na terra, ou seja, com as condições necessárias para o mesmo produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente permanecendo no campo com qualidade de vida.

Essa política de assentamentos rurais não se constitui em uma verdadeira reforma agrária, também, pelo fato de, na maioria das desapropriações ocorre a indenização dos “proprietários” a preços que incluem a especulação imobiliária, o que impede um melhor investimento nos assentamentos e dificultando uma reforma ampla na estrutura agrária. Dessa maneira, a desapropriação de latifúndios para a realização de assentamentos rurais por meio da compra de terras pelo Estado com pagamento da dívida agrária, com preços que só interessam aos grandes proprietários, não é reforma agrária e sim um “negócio agrário”.

A crítica da reforma agrária

Atualmente, muitos estudiosos da questão agrária brasileira, tais como Graziano Neto e Geraldo Muller, alegam que hoje a reforma agrária não é mais necessária, pois, segundo eles a agricultura brasileira, se modernizou, constituindo-se nos CAIs, assim, os produtores familiares devem transformar-se em trabalhadores para o capital, ou se integrar às agroindústrias.

Nessa perspectiva, no modo de entender de Müller (1994), as agroindústrias são,

[...] uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico. (MÜLLER, 1994, pp. 235-236)

Graziano Neto (1994, pp. 248-249), também manifesta a sua posição crítica à reforma agrária, ressaltando, de forma equivocada que,

[...] primeiro, inexistente farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição agrária no Brasil. Segundo, mesmo que houvesse abundância de terras, não haveriam tantos interessados nos lotes. Terceiro, mesmo com terras ociosas e pretendentes certos, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no país.

Na verdade, Graziano Neto (1994) só propõem a distribuição de terras do Estado na região pré-amazônica para diminuir os conflitos existentes, e não na desapropriação de terras no Centro-Sul, pois, segundo ele, isso vai contra os interesses dos latifundiários e grandes agricultores.

Dessa maneira, segundo as próprias palavras de Graziano Neto (1994),

Na região pré-Amazônica, entre os estados de Tocantins, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão, certamente há muita terra desocupada, embora com florestas naturais, que poderiam ser desapropriadas para serem distribuídas aos trabalhadores rurais, tanto os da própria região como aqueles trazidos de fora. Grandes projetos de assentamento rural poderiam nessa região ser implantados, beneficiando milhares de famílias e diminuindo os conflitos existentes. [...] em quase todo o Centro-Sul do País, a distribuição de terras visa desapropriação de latifúndios improdutivos certamente terá pequena

eficácia numa política fundiária conseqüente. (GRAZIANO NETO, 1994, p. 251)

Essa visão de Graziano Neto (1994) é equivocada, pois assentar produtores familiares na região pré-Amazônica, sem infra-estrutura adequada para escoar a produção e ter acesso saúde e educação, sem um mercado local dinâmico para comercializar a produção, é abandonar esses produtores à própria sorte. Essa visão não é coerente para resolver a questão agrária brasileira, e se assemelha ao governo ditatorial que, realizou projetos de colonização na Amazônia unicamente para desarticular os movimentos de luta pela terra e diminuir os conflitos no Centro-Sul.

Contrariando a essa visão crítica da reforma agrária, no nosso entender uma ampla e eficaz reforma agrária ainda é necessária para atingir, não só uma modernização econômica e tecnológica, mas uma modernização social com mais qualidade de vida para a população como um todo e uma maior eqüidade social, bem como importância econômica, fortalecendo a produção familiar no Brasil dinamizando assim, o mercado interno, principalmente através da produção de produtos alimentícios e o aumento de consumo de produtos da indústria, devido a inclusão social de várias famílias.

Nesse sentido, de acordo com Martins (1997, p. 48),

[...] uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

Dessa maneira, segundo Veiga (1991) para o desenvolvimento da produção familiar no Brasil é necessário, antes de tudo, a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária, através da implantação de assentamentos rurais (acompanhada de crédito para custeio e investimento e assistência técnica), que forneça terra para parceiros e arrendatários subordinados às grandes propriedades e que torne os minifundistas produtores com maior acesso à terra, juntamente com as devidas condições para o assentado produzir viavelmente.

A importância econômica e social da reforma agrária e dos assentamentos rurais

A reforma agrária hoje possui uma grande importância, principalmente no âmbito social. É unânime entre os estudiosos favoráveis à reforma agrária a sua importância social, como uma política de distribuição de renda e de inclusão social, “desafogando” pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, e minifundiários e proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades e excluídos do mercado de trabalho e que foram expulsas do espaço rural nas décadas de 1960/1970 migrando para as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade. Até porque, segundo Martins (2000, p. 37),

[...] os fatos demonstram, no período recente, que a disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária, para não poucas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e desagregação familiar.

Assim, alguns estudiosos brasileiros vêm realizando pesquisas para analisar os impactos sociais dos assentamentos rurais implantados nas décadas de 1980/1990. Dessa maneira, apesar de carências de condições básicas, como crédito, extensão, saúde,

educação viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais, constataram-se resultados muito significativos no âmbito social.

Dessa maneira, há vários estudos de caso que comprovam a relevância social dos assentamentos rurais no Brasil. Um bom exemplo é o trabalho de Ramalho (2002), que estudou os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, que se constitui no principal município em termos de número de assentamentos rurais com um total de 28. Assim, Ramalho (2002) constatou em sua pesquisa que,

[...] a criação dos assentamentos possibilitou para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote. Ainda que de forma precária passaram a ter acesso à moradia, saúde, escola. [...] Para além das questões econômicas, criam-se novos sujeitos sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída. O acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhoria em relação ao passado. (RAMALHO, 2002, pp. 130-131)

Leite (1997, p. 168) analisa os impactos dos assentamentos rurais no Brasil e deixa claro quando diz que, “os assentamentos não só geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, como também transformaram em maior ou menor medida as relações de poder local”.

Segundo Leite (1997), a tentativa mais ambiciosa de estudos de assentamentos rurais no Brasil é o estudo realizado pela FAO. Neste estudo foram selecionados 440 assentamentos criados entre outubro de 1985 e outubro de 1989, e deles selecionou-se uma amostra de 44 casos distribuídos por todos os estados do país. Dessa maneira, Leite (1997, p. 165) salienta que, entre as conclusões da pesquisa da FAO,

[...] os autores apontam, a partir da análise de variáveis como geração de e distribuição de renda, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção, etc., que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem no campo.

Em suma, os assentamentos rurais no Brasil têm demonstrado ser de grande importância social para o país, dando a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado do trabalho e do acesso a terra, transformando um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos.

No que tange à questão econômica da reforma agrária hoje, muitos intelectuais brasileiros favoráveis à reforma agrária, incluindo partidários da esquerda, compreendem que a reforma agrária não possui importância econômica para o país, sendo importante apenas como uma política de cunho social como parte de uma “dívida social” com os “pobres da terra” que historicamente enfrentam a opressão e exclusão das elites latifundiárias.

Sobre a questão da importância econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária, Zamberlam e Florão (1991, pp. 36-38) realizaram um estudo sobre o impacto econômico dos assentamentos rurais na economia em municípios na região de Cruz Alta (RS) e constataram que,

Do ponto de vista econômico, os assentamentos pesquisados encontram-se numa posição vantajosa, se levarmos em consideração outras propriedades, nas mesmas condições, fora dos assentamentos. Os resultados econômicos dos assentamentos em termos de geração de impostos diretos e indiretos têm sido um fator positivo aos cofres públicos.

Com relação à viabilidade econômica dos assentamentos rurais, Zamberlam e Florão (1991, p. 39) salientam que,

[...] a colocação de terras de latifúndios para assentamentos para assentamentos de trabalhadores rurais tem viabilidade econômica. O nível de produção e produtividade, a qualidade de vida dos assentados, têm reafirmado a condição intrínseca do expressivo excedente, que colocado no mercado reforça o próprio fim social da terra.[...] Os retornos em forma de tributos diretos e indiretos, para a sociedade, por seu montante, demonstram que os assentamentos são centelhas energizantes na alimentação e aquecimento do sistema capitalista, seja pelos tributos gerados, seja pela demanda e oferta de produtos ao mercado.

Dessa maneira, fica evidente que os assentamentos rurais implantados até hoje no Brasil - que ficam longe de ser considerado como reforma agrária, em virtude da forma em que a maioria foram implantados, tendo o Estado que desembolsar recursos financeiros para a desapropriação da propriedade e investir pouco em infra-estrutura e recursos sociais, econômicos e culturais para que o assentamento se torne realmente viável – mostram resultados positivos tanto econômico quanto social, e nesse sentido reforçamos a idéia de que o Brasil ainda necessita de uma ampla e verdadeira reforma agrária que geraria resultados muito melhores do que os assentamentos rurais implantados até hoje.

Desenvolvimento territorial, assentamentos rurais e organizações coletivas na pequena produção familiar

Um projeto de reforma agrária hoje para realmente ser viável e promover uma dinamização do espaço rural tem que ser concebida a partir de uma visão de desenvolvimento territorial considerando o capital social dos territórios.

Nesse sentido, segundo Abramovay (2000, p. 13),

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados.

Dessa maneira, é preciso mudar a maneira de pensar o rural como um setor econômico separado da sociedade, mas sim articulado com a economia e com a sociedade em geral. Assim, o desenvolvimento rural não pode estar separado do desenvolvimento urbano e das questões ambientais.

Abramovay (2000, p. 13), destaca ainda que,

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

O desenvolvimento territorial passa pela constituição de novos atores sociais locais e novas instituições que fortaleçam os capitais sociais do território. Dessa maneira, a implantação de projetos de assentamentos rurais está diretamente relacionado à idéia de desenvolvimento territorial, visto que promove a constituição de novos atores sociais locais

que pode dinamizar o lugar (município) ou região onde forem instalados, mas depende também dos investimentos em infra-estruturas e o fortalecimento do capital social e articulação com o mercado local/regional.

Nesse sentido, Veiga (2001, pp. 83-84), ao formular uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, propõe,

[...] o surgimento de um contrato territorial de desenvolvimento (CTD) a ser firmado com articulações intermunicipais cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes. [...] As ações de desenvolvimento rural que precisam ser subvencionadas no âmbito dos CTD são de três tipos básicos: (A) aquisição de competência; (B) programas de inovação rural; e (C) criação em rede.

Além de estar inserido em uma estratégia de desenvolvimento territorial, os projetos de assentamentos rurais baseados na pequena produção familiar, precisam ser concebidos, também, considerando a formação da coletividade, ou por formações de associações de produtores ou núcleos de cooperação, pois o mercado capitalista atual é muito competitivo, e se o pequeno produtor se inserir de forma isolada no mercado fatalmente não terá condições de competir com o médio e o grande produtor.

Desse modo, Farina e Lazzarini (1999, p. 2) salientam que,

Um pequeno produtor não pode contratar um gerente financeiro, um especialista de marketing ou um engenheiro agrônomo, mas um conjunto de produtores pode. Não só os custos são compartilhados, mas é possível que se tenham efeitos sinérgicos. Neste sentido, a cooperação também auxilia na redução dos entraves associados à baixa escala operacional. Ultimamente as organizações cooperativas não tem sido bem vistas pela sociedade ou mesmo pelos empresários. No entanto são cada mais importantes na busca de obtenção e preservação de vantagens competitivas aos pequenos e médios produtores.

Dessa maneira, a solução para a inserção competitiva no mercado da pequena produção familiar, em especial a dos assentamentos rurais, é se inserir de forma coletiva, tendo assim, mais força para permanecer no mercado, de maneira viável, com qualidade de vida. A união dos pequenos produtores é essencial para comprar tratores, insumos agrícolas e máquinas de forma coletiva, comercializar a produção com preços melhores, bem como, para reivindicar seus direitos e interesses na sociedade capitalista.

O PNRA do Governo Lula

Para termos uma idéia do que poderá ser alterado na questão agrária com a mudança de governo federal a partir de 2003 com o governo Lula, é necessário avaliar o PNRA proposto, que tem como período de duração o ano de 2004 a 2007.

Dessa maneira, a partir da análise do PNRA do atual governo, observamos que o mesmo, propõem várias concepções e medidas interessantes com relação à mudança da estrutura fundiária, viabilidade dos assentamentos rurais e distribuição de renda, bem como a inclusão e reinclusão de várias famílias no processo produtivo, constituindo uma política de combate à desigualdade e desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o Plano, primeiramente vai exigir uma integração interinstitucional entre os vários ministérios e órgãos federais relacionados com a questão agrária.

O Plano deixa bem clara a importância econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária como um setor estratégico para a segurança alimentar.

O cenário de retomada do crescimento econômico e de expansão das exportações agrícolas combinado com as metas do Fome Zero de inclusão de 44 milhões de pessoas no Programa Bolsa-Família em 4 anos projeta uma ampliação da demanda por alimentos e produtos agrícolas que deverá ser suprida pela produção da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária. [...] Sua dimensão social se combina com implicações macroeconômicas por meio da inclusão de um setor dos agricultores que está excluído do circuito econômico, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da ampliação da produção de alimentos de forma integrada às políticas de segurança alimentar. (BRASIL/MDA, 2003, pp. 4-5)

O Plano tem uma visão ampla com respeito à reforma agrária, entendendo que para viabilizar os assentamentos e almejar uma mudança da estrutura agrária brasileira é preciso,

[...] democratizar o acesso a terra, desconcentrando a estrutura da propriedade da terra, e intervir sobre a estrutura produtiva por meio de garantia do Crédito, do Seguro Agrícola, da Assistência Técnica e Extensão Rural, de políticas de comercialização e de agroindustrialização. (BRASIL/MDA, 2003, p. 4)

Outro aspecto positivo do Plano é o reconhecimento das diversidades regionais e culturas e a desigualdade entre homem e mulher no Brasil, visto que este país é muito heterogêneo.

No sentido de viabilizar os assentamentos de reforma agrária, o PNRA considera a questão da formação de cooperativas e associações de produtores. O Plano vai além, também, ao adotar a idéia de desenvolvimento do espaço rural como um desenvolvimento territorial sustentável.

Na nossa avaliação, o principal ponto positivo do Plano é o enfoque geográfico de realização da reforma agrária, visto que,

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da reforma agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional. (BRASIL/MDA, 2003, p. 10)

As áreas reformadas são bases para a intervenção estatal nos assentamentos, contemplando a diversidade regional, evitando o isolamento dos assentamentos e potencializando, assim, os investimentos.

No sentido de concretizar essa questão das diversidades espaciais do território brasileiro, para a implantação de assentamentos rurais, o Plano considera a,

[...] a ativa participação dos movimentos e entidades da sociedade civil. [...] amplamente discutido e desdobrado em planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em planos territoriais que integrem e potencializem as ações de diferentes esferas de governo e seus respectivos órgãos. (BRASIL/MDA, 2003, p. 06)

Apesar dos vários aspectos positivos do PNRA, há também vários aspectos que impedem a realização de uma verdadeira reforma agrária que seja realmente capaz de transformar a estrutura agrária brasileira, desconcentrando a posse da terra, dinamizando o espaço rural e proporcionando o desenvolvimento de uma forma ampla.

Um desses obstáculos é o crédito fundiário mantido, principalmente para minifundiários, que é, “[...] um mecanismo de acesso a terra por meio do financiamento da aquisição do imóvel rural” (BRASIL/MDA, 2003, p. 21), destinados para 130 mil famílias, enquanto a distribuição de terras é prevista para 400 mil famílias. Esse sistema de assentamentos rurais que promove o acesso a terra por meio da compra do beneficiário deixa o assentado endividado.

A distribuição de terras só é prevista para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, etc., enquanto que os minifundiários só estão contemplados no crédito fundiário, ou seja, empréstimo de dinheiro para comprar a terra. O sistema de Crédito Fundiário é bom para os proprietários/latifundiários que recebem a vista pela terra, sendo que é o assentado que contrai a dívida.

O PNRA também expressa contradição entre a política mais geral do Governo Lula, seja a macroeconômica, sejam as alianças políticas que, por exemplo, inviabilizam a revogação da medida provisória que criminaliza as ocupações.

Outro aspecto negativo é a ausência de critérios para a sucessão da posse da terra para os filhos dos assentados.

Por fim, nota-se uma subordinação do PNRA à lógica do capital, pois o mesmo reforça a concepção da terra como propriedade privada, ao invés de uso coletivo da terra pelos beneficiários, que poderia gerar um espírito de coletividade ao invés da individualidade, podendo facilitar a viabilização dos assentamentos.

Considerações finais

A forma familiar de produção agropecuária esteve presente no Brasil desde o início do seu processo de formação, na época colonial, apesar de não receber nenhum incentivo por parte do governo, e pelo contrário, ser historicamente injustiçada por uma política que privilegia escandalosamente a grande produção.

Dessa maneira, apesar de todas as barreiras e imposições, os trabalhadores familiares no Brasil resistiram, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande propriedade, devido à injusta concentração fundiária brasileira. É importante salientar que, durante o período colonial, a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, teve uma grande importância para o Brasil naquela época, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população.

O Brasil é hoje um dos maiores países em dimensão territorial do mundo, no entanto, possui milhares de agricultores sem terra e/ou com pouca terra (menos de 20 ha). Essa contradição se explica pela extrema concentração fundiária e desigualdade social que há no país, e que foi ampliada com a “modernização conservadora” a partir da década de 1960, onde tem proprietários que chega a ter, muitas vezes de forma ilícita, através da grilagem, mais de 20 mil hectares de terras. Essa desigualdade na posse da terra é histórica e remonta ao período colonial.

Essa concentração fundiária exclui da produção agropecuária milhares de famílias que hoje se encontram nas periferias das cidades, desempregadas que, possuem apenas o desejo de ter a oportunidade de ter o acesso a terra e melhorar sua condição de vida.

Dessa maneira, ainda hoje a reforma agrária se faz necessária, principalmente por motivo social, para incluir milhares de famílias que estão excluídas do mercado de trabalho, e também por motivo político, pois o país tem uma “dívida social” com a população pobre que historicamente sofreu com a escravidão, a exploração e a subordinação nas grandes fazendas, visto que, são eles os verdadeiros responsáveis pelo crescimento econômico do país, por meio do trabalho, e, no entanto, continuam excluídos e esquecidos na mais absurda miséria.

Mas, a reforma agrária também possui um sentido econômico, pois se a produção familiar for incentivada pelo Estado ela pode, por exemplo, fortalecer o mercado interno, por meio da produção de alimentos com baixo custo e a inclusão econômica e social de milhares de famílias.

Dessa maneira, é visível que o Brasil possui uma massa de produtores familiares e trabalhadores rurais sem-terra, que se tiverem o acesso à terra e o apoio e incentivo do governo, podem ter condições de produzir de maneira viável. Assim, é notória a urgência e a necessidade de uma reforma agrária para potencializar a capacidade produtiva dos pequenos produtores e agricultores sem-terra, incluindo na economia uma massa de excluídos do mercado de trabalho, gerando assim, produtores viáveis e consumidores com maior capacidade de consumo no mercado, e sujeitos políticos com maior representação na sociedade.

Desse modo, um projeto de reforma agrária, a partir da implantação de assentamentos rurais, deve contemplar uma política de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo o capital social e incentivando um espírito coletivo entre os produtores assentados, junto com toda uma infra-estrutura e serviços básicos como saúde, educação, crédito, assistência técnica, etc.

Por fim, analisando a PNRA percebemos vários pontos positivos, como a concepção geográfica de implantação de assentamentos rurais (áreas reformadas) a partir de um desenvolvimento territorial sustentável de tais áreas. No entanto há também, vários pontos que impedem a realização de uma verdadeira e ampla reforma agrária, pois o PNRA do atual governo é resultado da pressão dos movimentos sociais e também da reação das forças contrárias à reforma.

Na verdade, mesmo se este Plano for plenamente concretizado, fica longe de resolver o problema agrário do país, pois, no nosso entendimento, só se conseguirá realizar uma verdadeira reforma agrária no Brasil com um “racha” na classe dominante que leve os grandes proprietários ao isolamento, diminuindo assim o seu poder³ e influência política que tanto impedem a reforma agrária.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, Sisnando Pedro et alli (orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, 2000.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BRASIL (MDA). Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003.

FARINA, Elizabeth; LAZZARINI, Sérgio G. A pequena produção e o agribusiness. 1999, mimeo.

³ No Brasil o poder dos grandes proprietários de terras representa, como bem salientou Martins (1999), o *poder do atraso*.

FERNANDES, Bernardo Maçano. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 238-254.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. In: Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente: AGB, nº22, 2000, pp. 7-28.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 157-176.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MAZZALI, Leonel. O processo de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MÜLLER, Geraldo. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 221-237.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

SORJ, Bernardo. Estado e classes na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SORJ, Bernardo. Reforma agrária em tempos de democracia e globalização. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. pp. 23-40.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. 219 pp. (Estudos Rurais 11).

VEIGA, José Eli da. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

ZAMBERLAM, Jurandir; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta/RS. In: GÖGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: VOZES, 1991, pp. 11-41.

Você tem fome do que?

José Arbex Júnior

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
 Professor no Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e líder de Núcleo Perseu Abramo de Pesquisa em Jornalismo da PUC-SP
 Endereço profissional: rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05.014-001 – São Paulo, SP, Brasil
 Telefone: (11) 3670-8511; Fax: (11) 3670-8511
 Endereço eletrônico: arbex@uol.com.br

O presente artigo procura mostrar que a fome e a subnutrição, que hoje atingem pelo menos 852 milhões de seres humanos em todo o mundo, não são consequência de problemas naturais, nem do suposto crescimento descontrolado da população mundial, mas sim de políticas neoliberais que tratam a comida como uma mercadoria qualquer e, nessa medida, sujeita às leis e mecanismos da especulação financeira.

Palavras-chave: fome, alimentação, commodities, tecnologia, agro-negócio, transgênicos.

Resumen

¿Usted tiene hambre de lo que?

El actual artículo busca mostrar que el hambre y el subnutrición, que alcanzan hoy por lo menos 852 millones de seres humanos en el mundo entero, no son consecuencia de problemas naturales, ni del crecimiento incontrolado de la población mundial, pero sí de las políticas neoliberal que tratan el alimento como mercancía cualquier e, en esta medida, sujeta el leyes y a los mecanismos de la especulación financiera.

Palabras clave: hambre, alimentación, *commodities*, tecnología, agro-negócio, transgênicos.

Abstract

You're hungry of what?

The present article tries to show that hunger and malnutrition, that today reach at least 852 million human beings all over the world, are not consequence of natural problems, nor of the supposed uncontrolled growth of the world population, but of neoliberal politics that treat food as any merchandise, and subject, as such, to the same laws and mechanisms that regulate financial speculation.

Key-words: hunger, feeding, commodities, technology, agriculture-business, genetically modified food

Fome e subnutrição matam 6 milhões de crianças por ano

A fome e a subnutrição matam cerca de 6 milhões de crianças por ano, em todo o mundo, segundo o relatório anual da Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (OAA – ONU), divulgado em novembro de 2005.¹ A maioria das mortes é provocada por distúrbios neonatais e doenças como diarreia, pneumonia e malária, que poderiam ser facilmente curadas se as vítimas não estivessem debilitadas pela falta de

alimentos. A escassos dez anos do prazo final para reduzir à metade o número total de seres humanos vítimas da fome, subnutrição e miséria (estabelecido pela ONU em 1990), delineia-se um quadro de fracasso total. Baseando-se no seu próprio relatório de 2004, a OAA conclui que 852 milhões de pessoas no mundo padeceram de subnutrição ou fome no período entre 2000 e 2002 (815 milhões nos países em desenvolvimento, 28 milhões nos países “em transição” – antigo bloco socialista europeu – e 9 milhões nos industrializados).ⁱⁱ Isso significa algo como cinco vezes a população total do Brasil, ou ainda um em cada sete habitantes do planeta. Cerca de 2 bilhões de seres humanos sofrem de carência de micronutrientes (incluindo ferro, iodo, cálcio, outros minerais e vitaminas A, C e outras).

Cerca de 75% dos seres humanos subalimentados vivem no meio rural, ao passo que muitos dos 25% restantes são integrados por camponeses que foram expulsos de seus locais de origem, para engordar as favelas e bairros periféricos das grandes cidades, ou miseráveis campos de refugiados da ONU e outras instituições. A agricultura mundial emprega, no total, 1,3 bilhão de pessoas ativas, o que significa quase 3 bilhões de seres humanos, contando os familiares, isto é, praticamente a metade da população planetária. A cada ano, cerca de 50 milhões deles (cerca de três vezes a população da Grande São Paulo, estimada em 17 milhões) são expulsos do campo. A propaganda oficial - de governo e das corporações privadas – argumenta que a globalização e o agronegócio tendem a melhorar esse quadro. O relatório da OAA de 2004 diz o contrário:

Durante a segunda metade do decênio de referência [anos 90], o número de pessoas cronicamente famintas nos países em desenvolvimento aumentou segundo um ritmo de quase 4 milhões ao ano, o que apagou dois terços da redução de 27 milhões conseguida nos cinco anos anteriores.

As denúncias da IV Conferência Internacional da Via Campesina

A razão para o aumento da fome no campo é simples, e foi bem explicada pela Declaração Final da IV Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em junho de 2004, em Itaici - SP (a primeira aconteceu na Bélgica, em 1993; a segunda, no México, três anos depois, e a terceira na Índia, no ano 2000): a crescente concentração de riqueza, se aumenta a produtividade mediante o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas, piora a situação de quem não tem acesso a essas mesmas tecnologias. O documento é um libelo contra o neoliberalismo e tudo de trágico que ele significa para centenas de milhões de camponeses de todo o mundo – incluindo a exploração predatória da biotecnologia, os tratados de “livre comércio” que consagram e ampliam o poder transnacional de algumas centenas de corporações, a expulsão do camponês pobre do campo, o fechamento de perspectivas para a juventude, a preservação do patriarcalismo e a conseqüente super-exploração do trabalho feminino, as violações sistemáticas dos direitos humanos, a multiplicação de guerras.

Há, enfim, um abismo intransponível entre o quadro descrito pela Via Campesina e a face brilhante da “revolução verde” (a mecanização intensiva da agricultura combinada com o avanço biotecnológico), mola propulsora do agro-negócio (ou *agrobusiness*, como prefere a mídia). Mas os dados fornecidos pela OAA corroboram as denúncias da Via Campesina. Em todo o mundo, por exemplo, existem apenas 28 milhões de tratores em operação. O número indica que a “revolução verde” beneficia uma ínfima minoria. Nas culturas mecanizadas, um único trabalhador pode cultivar cerca de 200 hectares, com altíssimo índice de produtividade (medido em toneladas de cereais por trabalhador por ano), graças a investimentos em tecnologia, bioquímica, seleção de sementes e raças de animais etc. Em contrapartida, menos da metade dos trabalhadores rurais dispõe de tração animal para tocar suas culturas, e cerca de 1/3 estão à margem da “revolução verde”. São os camponeses pobres, que formam o exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações. No Brasil, apesar da vasta extensão territorial e do lugar que o país ocupa como exportador mundial de alimentos, o

mercado de tratores e de máquinas agrícolas reflete o monopólio exercido pelo latifúndio e exploração de vastas monoculturas de exportação, como demonstra o seguinte quadro:

Evolução da produção e venda de máquinas agrícolas automotrizes no Brasil *			
Ano	Produção	Exportação	Vendas no Brasil **
2000	35.501	5.270	31.062
2001	44.339	8.246	35.523
2002	52.010	10.443	42.568
2003	61.026	21.422	37.995
2004	69.418	31.022	37.790

* Incluem cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras.
 ** Incluem venda de veículos importados.
 Fonte: Anfavea – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (<www.anfavea.com.br>)

A situação mundial da agricultura é brutalmente desigual. No lado rico e privilegiado, fica um punhado de produtores que se beneficiam da “revolução agrícola”, concentrados nos países industrializados e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento. Tais setores são capazes de produzir até 2.000 toneladas de equivalentes – cereais por trabalhador por anoⁱⁱⁱ, mediante o uso de tratores e grandes máquinas que custam até 300 mil dólares por trabalhador.^{iv} No meio do espectro, ficam alguns milhões de empresários, nas regiões favorecidas dos países em desenvolvimento, com capacidade de produzir até 50 toneladas por trabalhador, com equipamento de tração animal custando menos de 10 mil dólares por trabalhador, e até 10 toneladas mediante o uso de equipamento manual, ao custo de menos de 100 dólares por trabalhador. Finalmente, no extremo mais pobre, centenas de milhões de camponeses que dispõem unicamente de um equipamento manual rudimentar, privados de sementes selecionadas, produzindo menos de uma tonelada de equivalente – cereais por trabalhador por ano.^v Do ponto de vista dos camponeses pobres, os dados estatísticos têm um significado terrível, devastador. A micro-região de Ribeirão Preto (SP), conhecida como a “Califórnia brasileira”, maior produtora de cana de açúcar do país e sede da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (*Agrishow*), oferece um exemplo muito nítido disso.

Em 2005, o total de negócios transacionados no âmbito da feira somavam algo em torno de três bilhões de reais. O agro-negócio levou ainda mais dinheiro para a região. Em 2002, a colheita de cana ultrapassou 81 milhões de toneladas, quase 10 milhões a mais do que a obtida no ano anterior (72,2 milhões de toneladas); a produção de açúcar atingiu 5,3 milhões de toneladas, quando foi de 4,1 milhões de toneladas em 2001. Operam, na região, mais de quinhentas colhedoras de cana, cada uma com capacidade de colher setecentas toneladas diárias – isto é, fazem o trabalho equivalente de cem homens (no total, as máquinas desempregam um exército de 50 mil trabalhadores). Para aumentar a produtividade, os grandes usineiros lançam mão da biotecnologia, incluindo a construção de biofábricas de cana.^{vi}

O inferno na “Califórnia brasileira”

Em total contraste com o quadro de tamanha prosperidade, os trabalhadores rurais vivem o inferno. Uma primeira conseqüência do modelo é o desemprego e a migração de milhares de seres humanos famintos e errantes, que vagam pela região em busca de “bicos”, trabalhando até mesmo em troca de prato de comida. Jovens formam gangues (em

2002, a Polícia Militar chegou a contar 25 delas na micro-região de Ribeirão Preto) dedicadas ao narcotráfico, roubo, exploração da prostituição, homicídio, extorsão de pequenos comerciantes. Os que têm “sorte” de arrumar trabalho, recebem salários cada vez mais aviltados (em 2001, cada trabalhador recebia R\$ 1,50 por caixa de laranja colhida; em 2002, recebeu R\$ 0,50 pelo mesmo trabalho), quando recebem – é comum a prática de parcelar os salários, ou simplesmente não pagá-los. Com o objetivo de capacitar os trabalhadores para o trabalho e manter o índice de produtividade, apesar da péssima alimentação, os usineiros de açúcar, orientados por nutricionistas, distribuem um componente à base de glicose, único meio de suportar o calor infernal, especialmente após o meio-dia.

A perda líquida do organismo em função do alto ritmo de trabalho – o cortador dá 9.700 golpes de facão para atingir a média de dez toneladas diárias de cana – além de ocasionar as câibras, provoca inúmeras disfunções físicas que chegam a provocar enfartes. Foram colhidos muitos depoimentos de familiares de jovens que, após a jornada de trabalho, sentiram muitas câibras e dores no peito, vindo a falecer em seguida. Na região da Alta Paulista, mais precisamente no município de Pacabembu, os trabalhadores estão sendo vitimados pela “birola”, assim definida por eles. Em função do esforço desmesurado, muitos são acometidos durante o trabalho por convulsões, tremedeiras, suores, havendo casos de mortes no canavial, segundo relatos. Para a reposição de energias, muitos trabalhadores fazem uso de medicamentos (injeções amarelinhas), cujos efeitos para a saúde lhes são totalmente desconhecidos. Há alguns anos, reportagens veiculadas pela mídia televisiva chocaram o país ao revelarem o uso de drogas, como o *crack*, pelos cortadores de cana na região de Jaú, a fim de aumentarem o ritmo de trabalho.^{vii}

É essa extrema desigualdade – a escravidão em plena “Califórnia brasileira” - que gera o fenômeno da fome e da subnutrição no Brasil e em escala planetária. A fome não é decorrência da falta de oferta de alimentos. Não há escassez de comida. Sobra alimento, ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, ou alguma teoria de inspiração malthusiana.^{viii} Já no final dos anos 20 do século passado, os Estados Unidos, por exemplo, produziam muito mais alimentos do que eram capazes de consumir e exportar (essa foi uma das grandes causas da Depressão de 1929). A fome e a subnutrição estão relacionados com a incapacidade de consumo por parte de populações miseráveis que não têm como pagar pelo prato de comida. No período pós-Segunda Guerra, a produção agrícola e alimentar mundial mais do que dobrou, graças ao extraordinário aumento da produtividade registrado nos países industrializados. No início dos anos 50, 2,5 bilhões de seres humanos contavam, em média, com 2.450 quilocalorias diários; em 2000, 6 bilhões tinham à sua disposição, em média, 2.700 quilocalorias. A extensão de terras aráveis e de culturas permanentes passou, no mesmo período, de 1,33 bilhão para 1,5 bilhão de hectares, ao passo que a área total de superfícies irrigadas mais do que triplicou (de 80 milhões para 270 milhões de hectares).^{ix}

As causas da fome e da subnutrição não radicam, portanto, na natureza, mas na política e na economia, nos interesses concretos que movem Estados e empresas. É óbvio que fatores climáticos, como a seca, têm influência, mas não são determinantes. Se há um exemplo irrefutável disso é o flagelo da pobreza no Nordeste brasileiro. Ali, a “indústria da seca” manteve e ainda mantém a posse da água (por meio da construção de açudes, abertura de poços e de sistemas de captação) sob o controle de oligarquias e coronéis que a utilizam como instrumento político de poder. Há inúmeros estudos sobre essa questão. Mesmo o projeto de transposição do rio São Francisco, apresentado pelo governo federal como a solução final do problema da seca nordestina, na forma como foi proposta preserva, de fato, o jogo das oligarquias, com prejuízos incalculáveis para povos originários, populações ribeirinhas e ao meio ambiente.

“Ajuda” maldita: o exemplo da Somália

A desigualdade mundial foi agravada a partir de 1954, quando a OAA decidiu criar um programa internacional de ajuda alimentar, destinado a amenizar os sofrimentos das populações pobres, principalmente na África e na Ásia. Nos marcos do sistema econômico liberal construído pelos acordos de Bretton Woods de 1944, os Estados Unidos, seguidos dos outros países desenvolvidos, transformaram a idéia de ajuda em contratos comerciais que, claro, deveriam assegurar benefícios para as corporações exportadoras de alimentos. A concepção básica sobre a qual tais contratos se apoiavam - e ainda se apoiam – é a de que a indústria de alimentos é apenas mais um negócio, sujeita às mesmas leis e mecanismos de mercado que regulamentam o comércio de mercadorias em geral. Ao mesmo tempo, cada país desenvolvido, em especial os Estados Unidos, protege os seus próprios produtores rurais com fortes subsídios públicos e leis que impedem a concorrência externa.

A Somália oferece um exemplo tão nítido quanto trágico desse processo. Até os anos 70, o país, nos limites de sua precariedade, era auto-suficiente na produção de alimentos. Sua economia era baseada em relações de troca entre criadores de gado (pastores nômades que representavam 50% da população) e pequenos agricultores. Até 1983, o rebanho contribuía com 80% das receitas da exportação. As comunidades adaptavam-se, ainda que pobremente, ao regime das secas.

A intervenção do FMI e do Banco Mundial no começo dos anos 80 contribuiu para exacerbar a crise da agricultura no país. As reformas econômicas minaram a frágil relação de troca entre as economias nômade e sedentária, isto é, entre os criadores de gado e os pequenos agricultores, caracterizada por transações feitas com dinheiro ou na forma de escambo tradicional. Um programa de austeridade muito rígido foi imposto ao governo, em grande parte para possibilitar a liberação dos fundos necessários para o serviço da dívida da Somália com o Clube de Paris.

(...) O PAE [Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo FMI] reforçou a dependência da Somália referente aos grãos importados. Dos meados dos anos 70 ao dos anos 80 a ajuda alimentar aumentou quinze vezes, à taxa de 31% ao ano. Associado ao aumento das importações comerciais, esse influxo de excedentes de trigo e arroz baratos vendidos no mercado doméstico acarretou a exclusão dos produtores locais, bem como uma grande mudança nos padrões de consumo de alimentos, em detrimento das safras tradicionais (milho e sorgo). A desvalorização do *shilling* somali, imposta pelo FMI em junho de 1981, foi repetida periodicamente, causando aumento nos preços do combustível, dos fertilizantes e dos insumos agrícolas. O impacto sobre os agricultores foi imediato, particularmente nas plantações regadas pela chuva, mas também nas áreas cultivadas com sistemas de irrigação. O poder aquisitivo urbano caiu fortemente, os programas de expansão do governo foram cortados, a infra-estrutura entrou em colapso, a desregulamentação do mercado de grãos e o influxo da “ajuda alimentar” originaram o empobrecimento das áreas rurais.

Durante esse período, muitas das melhores terras cultiváveis foram apropriadas por burocratas, oficiais do Exército e negociantes ligados ao governo. Em vez de promover a produção de alimentos para o mercado doméstico, os financiadores encorajaram o desenvolvimento dos chamados produtos de “alto valor agregado” – frutas, legumes, sementes oleaginosas e algodão – para exportação, nas terras de melhor irrigação.^x

Para além dos resultados economicamente predatórios de uma “ajuda” baseada nas leis de mercado, os programas acabaram estimulando a prática desenfreada de corrupção, pois os detentores do direito de distribuir a comida nos países pobres – em geral, ditaduras e governos despóticos - acumularam, obviamente, um extraordinário poder político em suas

mãos. Criou-se, assim, uma rede intrincada de interesses entre as grandes corporações, governos locais corruptos e os estrategistas dos governos capitalistas avançados. A “ajuda alimentar permanente” fornecida pelos países desenvolvidos cresceu no ritmo da globalização do mercado de alimentos. Nos anos 80, as milhares de toneladas de cereais e carne enviadas da Comunidade Européia (atual União Européia) e Estados Unidos para a África subsaariana, por exemplo, representaram uma arma das corporações na disputa pelo controle dos mercados. A ajuda, convenientemente, implicou a redução dos estoques de excedentes empilhados nos armazéns dos países ricos, mas desorganizou a produção agrícola africana.

Como aconteceu no caso da Somália, os produtores locais, obviamente, não tinham como competir com os preços praticados por gigantes do comércio de cereais, como a Cargill, nem com os exportadores de carne europeus. O resultado foi o êxodo rural. Em contrapartida, os pacotes da “ajuda” eram embalados por campanhas publicitárias milionárias, que multiplicavam imagens fortes e comoventes de crianças, mulheres e idosos em situações de absoluta indigência, o que faz apenas acentuar o seu caráter desumano e imoral. Nos anos 90, a liberalização radical da economia, no quadro da globalização neoliberal, completou o processo de submissão da produção agrícola às regras do mercado financeiro. O jogo especulativo das bolsas de valores que operam no mercado mundial de *commodities*, que movimentam dezenas de bilhões de dólares, e não a necessidade de comida, determina o preço dos alimentos. As consequências são terríveis para os países mais pobres, cujas atividades vinculadas à agricultura representam, em média, cerca de 30% do total do Produto Interno Bruto, e envolvem 70% da população. Com uma renda por habitante média que oscila em torno de 1 dólar estadunidense por dia (discutível linha de pobreza fixada pelo Banco Mundial), essas populações são extremamente dependentes dos preços das *commodities* no mercado internacional.^{xi} Uma pequena variação pode significar um completo desastre para um país que se enquadra nessa categoria.

A questão estratégica da soberania alimentar

Mas nem só as considerações imediatamente econômicas entram nos cálculos dos mais ricos. Eles sabem que a soberania de um país depende de sua capacidade de produzir o seu próprio alimento, ou de, pelo menos, controlar as suas fontes e o seu comércio, com ainda maior acuidade do que a verificada no setor energético. Por ser tratar de um setor estratégico, é tratado com todo o tipo de proteções e garantias por parte dos respectivos Estados. Os países mais ricos são os que garantem mais protecionismo, não apenas criando reservas de mercado contra a competição os estrangeiros, mas também subsidiando os seus produtores, em caso de queda dos preços internacionais dos produtos. Sempre que as cotações caem no mercado internacional, os países ricos reforçam as barreiras às importações (por exemplo, impondo pesadas tarifas que encarecem as importações) e aumentam os subsídios e benefícios destinados aos seus agricultores, evitando perdas para a agropecuária. Quando acontece o inverso, em períodos de alta de preços, as barreiras tarifárias e os subsídios pagos diretamente aos agricultores são reduzidos, em doses homeopáticas, apenas para aliviar momentaneamente as pressões sobre o orçamento daqueles países.

Esse mecanismo é facilmente identificado quando se analisa períodos históricos. Um estudo feito pelo Banco Mundial mostra que nos anos 70, quando o mercado mundial de *commodities* desabou, como resultado do aumento recorde dos estoques de alimento, os mecanismos de proteção de preços e subsídios diretos aos produtores passaram de pouco menos de 30%, na média entre 1965 e 1974, para quase 40% do valor total da produção agrícola no triênio 1979 a 1981.^{xii} Na fase seguinte, entre 1986 e 1988, saltaram para quase 63% do valor da produção - pico registrado para os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os governos das nações mais desenvolvidas. A recuperação dos preços agrícolas na segunda metade dos anos 90 derrubou os níveis de proteção nos países da OCDE para 41,5%, na média do período

1995-1997. Mas aquele índice voltou a subir no triênio 2000/2002, para 44,9%, diante de novo recuo dos preços entre o final dos anos 90 e 2001. Os subsídios diretos à produção agrícola e os mecanismos de suporte aos preços domésticos, no setor, consumiram 228 bilhões de dólares entre 2000 e 2002 nos países da OCDE, dos quais perto de 143 bilhões de dólares corresponderam a tarifas aduaneiras, cobradas na importação, e 85 bilhões de dólares foram destinados a subsídios diretos aos produtores.

Protecionismo agrícola dos países ricos			
Subsídios e proteção total aos produtores, em porcentagem sobre receita bruta do setor agrícola			
Países/blocos	1986/1988	1995/1997	2000/2002
OCDE	62,5	41,5	44,9
União Européia	75,8	48,8	53,4
Estados Unidos	34,3	14,9	26,2
Japão	162,1	144,7	146
Leste europeu*	63,6	13,5	22,1
Austrália e Nova Zelândia	10,6	6,8	3,6
Canadá	64,2	55,4	23
Outros países da OCDE em desenvolvimento**	37,8	46,1	52,6

(*) República Tcheca, Hungria, Polônia e República Eslovaca
(**) República da Coreia, México e Turquia
Fonte: Banco Mundial

No Brasil, os preços mínimos são definidos pelo governo de forma a assegurar aos produtores uma renda mínima, permitindo, ao menos em tese, que honrem os empréstimos tomados e paguem os insumos (adubos, defensivos agrícolas, óleo diesel etc.) adquiridos para o plantio. Quando os preços caem abaixo daquele piso, o governo deveria entrar no mercado, comprando a produção – mas as mesmas autoridades que enaltecem as virtudes do agro-negócio como uma espécie de redenção da economia nacional, abandonam os pequenos produtores, alegando que “o mercado” se encarregará de trazer os preços para níveis satisfatórios. Os países mais pobres, sufocados por dívidas imensas e politicamente pressionados pelos ricos e por transnacionais dos alimentos, não reúnem condições econômicas nem políticas para subsidiar os seus próprios produtores, o que acentua a sua incapacidade de competir no mercado internacional e a sua dependência para com a importação de comida e implementos agrícolas.

Condicionado por políticas nacionais de subsídios e protecionismos dos países ricos que beneficiam os seus produtores, o setor agrícola oferece os maiores obstáculos a qualquer acordo multilateral de livre comércio. O impasse nas negociações internacionais conduziu à dissolução do Acordo Geral de Livre Comércio (GATT, na sigla em inglês), em 1996, após o fracasso da Rodada do Uruguai, e produziu novas situações de paralisia no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A extinção do GATT não foi um acontecimento secundário na história mundial. Criado logo após a segunda Guerra Mundial para regulamentar o comércio mundial, no quadro de relações completamente caóticas, o acordo conseguiu sobreviver a várias crises graves. O seu desaparecimento revelou as limitações do neoliberalismo: mostrou que a “liberdade de comércio” só serve quando se trata de beneficiar aos donos do capital e aos países centrais do sistema capitalista. Ao completar a sua primeira década de existência, a OMC caminha para o mesmo tipo de impasse.

Transgênicos: novo capítulo na história da fome

A completa liberalização do comércio de alimentos significou o desastre para as regiões mais pobres do planeta, completamente expostas ao jogo praticado nos grandes

centros financeiros internacionais. Apenas para citar um exemplo: entre 1980 e 1991, o índice médio dos preços das matérias-primas exportadas pela África (café, cacau, algodão, ouro, etc.) reduziu-se em 30%; como resultado, a dívida total da África subsaariana foi multiplicada por 3,3. Não será necessário explicar o que isso significou em termos de ampliação da “mancha da fome”. Mas não é “só”. A comercialização dos alimentos geneticamente modificados (transgênicos) introduziu um novo capítulo numa história já repleta de tragédias. Nos anos 90, as corporações produtoras de transgênicos passaram a impor o consumo de suas sementes aos países necessitados de ajuda, por meio de exigências feitas pelo Banco Mundial e diretamente pelo governo dos Estados Unidos, via USAID (programa governamental estadunidense de ajuda humanitária internacional). Em vários casos, isso significou jogar no lixo as leis vigentes nos países “ajudados” e afrontar os hábitos alimentares próprios das culturas nacionais.

Cada vez mais, a ajuda alimentar é utilizada como arma para criar mercados para as indústrias biotecnológicas e produtoras de alimentos geneticamente modificados. O exemplo mais escandaloso dessa forma desumana de ajuda foi a tentativa feita pela USAID de fornecer milho transgênico destinado à alimentação humana aos países do sul da África atingidos pela fome, incluindo Zâmbia, Zimbábue e Malawi. O Malawi foi forçado a aceitar o milho transgênico, por ter sido antes obrigado, pelo Banco Mundial, a vender suas próprias reservas de milho, como meio de obter verbas para pagar bancos credores. Em compensação, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, que jogaram um papel significativo nas negociações referentes ao protocolo sobre bio-segurança – sistema controlador dos alimentos geneticamente modificados adotado no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre biodiversidade –, rejeitaram o milho transgênico oferecido como ajuda alimentar. O presidente de Zâmbia Lévy Muanuasa declarou que seu povo preferia morrer a ingerir alimentos tóxicos.

A declaração foi dada após um processo de consulta nacional realizado em 12 de outubro de 2002, quando produtores agrícolas, associações de mulheres, líderes religiosos e tradicionais, parlamentares, políticos da oposição e do governo, todos juntos fizeram um apelo para que a população rejeitasse o milho transgênico. O presidente zambiano criticou a OAA, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), acusados de irresponsabilidade provocada por sua subordinação aos Estados Unidos. “Talvez sejamos pobres e talvez estejamos enfrentando penúria alimentar, mas não estamos dispostos a expor a nação a riscos conhecidos de doenças”, declarou o presidente. E acrescentou que os zambianos não deveriam ser usados como cobaias.^{xiii}

Durante a Cúpula da Terra (conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável), realizada em Johannesburgo (África do Sul), entre agosto e setembro de 2002, o então secretário de Estado estadunidense Collin Powell fez forte pressão sobre os países africanos para que importassem alimentos geneticamente modificados produzidos nos Estados Unidos. Como resposta, obteve uma declaração assinada por representantes da sociedade civil de 45 países africanos, condenando a imposição de comida contaminada e sugerindo medidas alternativas que tinham como pressuposto o direito do camponês à terra, às sementes e à água.

A imposição do uso de grãos transgênicos atingiu um ponto de auge no Iraque invadido pelas tropas de George Bush, onde os agricultores foram proibidos de reservar as suas próprias sementes para o plantio do ano seguinte. Ao invés disso, são obrigados a comprar sementes de empresas como a Monsanto, que, nos últimos anos, patentearam diversas variedades de sementes melhoradas pelas populações locais. Paul Bremer, então administrador estadunidense da coalizão do governo provisório do Iraque, “atualizou” a lei de propriedade intelectual do país, para “atender os atuais padrões de proteção internacionalmente reconhecidos”. A nova lei torna ilegal a colheita de sementes para a

safras do ano seguinte, prática realizada por 97% dos agricultores iraquianos em 2002 e procedimento agrícola milenar presente nas mais diferentes civilizações. De acordo com o Artigo 4.b, “todos os anos os iraquianos devem destruir suas sementes e comprar sementes de fornecedores autorizados, sob pena de multas e prisão”.^{xiv}

Brasil: golpe e capitulação do governo federal

No Brasil, no final dos anos 90, um número crescente de agricultores do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul passaram a usar sementes transgênicas de soja contrabandeadas da Argentina, contrariando as leis então em vigor no país. Criaram um fato consumado, já que as leis brasileiras não permitiam o uso de transgênicos. Para evitar a falência de milhares de agricultores que, em 2002, colheram 4,5 milhões de toneladas de soja geneticamente modificada no estado gaúcho e (em menor escala) no Mato Grosso do Sul, o governo federal foi levado a autorizar o seu comércio, com restrições, por obra de uma medida provisória de março de 2003. Estava aberto o caminho para a aprovação definitiva da produção e comércio de alimentos geneticamente modificados, consagrada em votação da Lei de Biossegurança, pela Câmara dos Deputados, com 352 votos, em março de 2005. A Monsanto alega não ter qualquer responsabilidade pelo contrabando das sementes, mas isso é muito duvidoso, já que ela foi a grande beneficiada. De fato, a liberação dos transgênicos no Brasil, literalmente, salvou a empresa da quebra. A Monsanto produz 91% das sementes transgênicas do mundo, mas seu estoque perdeu 50% de seu valor, entre 2001 e 2003, porque a Europa, o Brasil, o México, a China e outros grandes mercados não permitiam sua entrada. A transnacional contabilizava prejuízos da ordem de 1,7 bilhão de dólares.

O Brasil era o único país com produção de soja não contaminada em escala suficiente para suprir a demanda internacional. De fato, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil são responsáveis pelas exportações de 90% da soja consumida no mundo, mas só a brasileira era não contaminada. Precisamente por esse motivo, a exportação de soja brasileira cresceu à taxa de 2,9% ao ano entre 1996 e 2001 enquanto a estadunidense recuou 4,2% ao ano. Em uma palavra, a Monsanto estava desesperada. De seu ponto de vista, era vital que o Brasil liberasse o uso e o comércio da soja modificada. O governo brasileiro não tinha que ceder à pressão dos agricultores. Havia alternativas: por exemplo, comprar toda a safra ilegal, exportar para algum país que se dispusesse a comprá-la e pagar os produtores com multa; ao mesmo tempo, suspender a licença de operação da Monsanto no Brasil, até que todas as responsabilidades fossem apuradas. A Monsanto, em vez de punida, foi premiada. Logo após a edição da medida provisória que autorizou a comercialização da soja ilegal, a transnacional anunciou que cobraria *royalties* (direito de uso) dos agricultores. Até mesmo os produtores favoráveis à liberação dos transgênicos foram pegos de calças curtas. O então vice-presidente da Comissão Nacional de Agricultura (CNA), Marcel Caixeta, disse que os agricultores não sabiam que as sementes cultivadas eram patenteadas pela Monsanto e muito menos que deveriam pagar pelo uso da tecnologia. Em outras palavras, os agricultores brasileiros caíram numa armadilha. “É exatamente o procedimento adotado nos outros países. A indústria vende as sementes a baixo custo e a partir daí passa a exigir *royalties*”, explica Osiris Lopes Neto, então consultor jurídico da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A capitulação vergonhosa do governo federal brasileiro no caso das sementes contrabandeadas abriu uma ampla avenida para que a aprovação definitiva passasse no Congresso Nacional, em 24 de março de 2005, sob a forma de uma Lei de Biossegurança. Para empurrar a soja modificada goela abaixo dos brasileiros, os seus defensores utilizaram um recurso esperto: incluíram no mesmo pacote a liberação dos transgênicos e a pesquisa com células tronco, essencial para a eventual cura de doenças que causam grande sofrimento aos seus portadores, incluindo câncer (a leucemia inclusive), lesões na coluna (problemas de paralisia), danos cerebrais (traumas e doenças como os males de Alzheimer e de Parkinson), tratamentos para doenças neurodegenerativas e danos no coração. A

aprovação dos transgênicos passou de contrabando na nova lei, como antes as sementes da Monsanto foram contrabandeadas da Argentina.

Na Argentina, onde as sementes transgênicas foram liberadas, em 1997, pelo mesmo governo que levou o país ao desastre econômico e social total, aumentou a miséria no campo. O pequeno produtor não tem como pagar as taxas exigidas pela Monsanto pelo uso da semente transgênica, que contamina (pelo vento, ação dos pássaros e da natureza) até mesmo as plantações daqueles que querem manter a soja pura. Pior ainda: a cultura de sementes transgênicas produziu um desastre ambiental de grandes proporções, graças ao uso de toneladas de glifosato, fabricado e comercializado pela Monsanto.

A perigosa subversão neoliberal das leis naturais

No atual estágio das pesquisas, os alimentos geneticamente modificados só podem ser encarados como uma incógnita, ainda mais por possibilitarem, pela primeira vez na história, uma transposição radical de barreiras entre os reinos animal, vegetal e mineral. O mundo botânico, tal como o conhecemos hoje, foi criado e moldado ao longo de 4 bilhões de anos; as plantas aproveitadas na agricultura são o resultado de um processo de pelo menos 10 mil anos de seleção lenta e gradual. Na natureza, mesmo as menores mutações só sobrevivem se passarem pelo teste do tempo. Agora, a engenharia genética propõe uma completa revolução, subordinando a natureza às necessidades do capital. Experimentos criados em laboratório, em ritmo completamente artificial, são imediatamente colocados em circulação no mercado, sem que se saiba quais serão as suas conseqüências para os consumidores.

Como notam os cientistas estadunidenses Amory Lovins (físico, graduado por Oxford e Harvard, com seis doutorados honorários e 26 livros publicados) e Hunter Lovins, “a nova botânica transfere mecanicamente genes entre organismos, que jamais se cruzariam naturalmente: um gene anti-congelante de um peixe (o linguado do Ártico) pega uma carona num vírus-hospedeiro para se tornar parte de batatas ou morangos”,^{xv} para, com isso, permitir a produção de morangos e batatas no inverno, com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro. Só que ninguém sabe responder a que reino pertence o tal morango que contém um gene de peixe: é animal, vegetal ou algo bizarro, que pode gerar efeitos catastróficos na saúde e no meio? Só nos Estados Unidos, ainda segundo Lovins, o Departamento de Agricultura já aprovou cerca de 50 variedades transgênicas, incondicionalmente liberadas, e os pesquisadores dos Estados Unidos já testaram outras 4.500. É uma indústria que escapa completamente ao controle da sociedade.

Uma notícia alarmante, publicada pelo jornal britânico *The Independent* e reproduzida no Brasil pela *Folha de S. Paulo*, parece corroborar os piores temores dos críticos: o uso intensivo de alimentos transgênicos produziu efeitos devastadores em ratos. As experiências foram conduzidas pela própria Monsanto, que tratou de guardar as suas conclusões a sete chaves, até que o assunto “vazou”:

Ratos alimentados com uma dieta rica em milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações em seu sangue, segundo um estudo. Os resultados trazem à tona os velhos temores de que a saúde humana possa ser afetada pelo consumo de alimentos transgênicos.

O jornal britânico *The Independent* obteve detalhes de um estudo secreto realizado pela companhia Monsanto, uma gigante no ramo de alimentos geneticamente modificados, que mostra que ratos alimentados com o milho alterado tinham rins menores e variações na composição de seu sangue.

Segundo o relatório confidencial de 1.139 páginas, esses problemas de saúde não apareceram em outro conjunto de roedores, alimentados com produtos não-modificados para servir de grupo de controle para comparação dos resultados.

As revelações surgem em meio a pedidos para que os resultados sejam tornados públicos, enquanto os países europeus se preparam para votar sobre se o milho modificado deve ou não ser colocado no mercado para consumo por seres humanos.

(...) Embora a Monsanto descarte as anormalidades observadas nos ratos como insignificantes e aleatórias, uma fonte no governo britânico disse que os ministros estavam tão preocupados pelas descobertas que estavam requisitando mais informações.

Os ambientalistas encaram as descobertas como confirmação de um estudo britânico de sete anos atrás, que sugeria que ratos alimentados com batatas transgênicas sofriam danos à saúde. Aquela pesquisa, severamente criticada pela comunidade científica britânica, foi interrompida, e Arpad Pusztai, o cientista que liderou o estudo, foi forçado a se aposentar. Pusztai também reportou uma “enorme lista de diferenças significativas” entre ratos alimentados com milho convencional e modificado.

Produto antigo

O novo estudo da Monsanto é feito com um milho, com codinome MON 863, que foi modificado para se proteger contra uma larva de besouro, que a companhia descreve como “uma das pragas mais perniciosas a afetar plantações de milho ao redor do mundo”.

(...) Os detalhes completos da pesquisa com os ratos estão no relatório principal, que a Monsanto se recusa a divulgar por considerar que ele “contém informações confidenciais de negócios que poderiam ter uso comercial por nossos competidores”.^{xvi}

Os defensores do uso dos transgênicos esgrimmem o argumento de que o uso de novas tecnologias sempre provocou reações e “sustos” por parte dos setores mais conservadores da sociedade. Mas essa afirmação é capciosa, primeiro por falsamente identificar o debate sobre os alimentos geneticamente modificados com a discussão mais geral sobre a revolução tecnológica, da qual a indústria alimentar é apenas uma parte; segundo, porque ninguém se opõe, abstratamente, ao avanço da ciência. Não se trata, é óbvio, de descartar a priori qualquer inovação científica, nem de defender determinadas tradições pelo mero fato de constituírem usos consagrados ao longo de milênios, mas sim de permitir que a sociedade tenha o devido tempo para conhecer e debater democraticamente os seus efeitos. O problema é que tempo, justamente, é um artigo com o qual as corporações não aceitam negociar. Querem ganhar a corrida tecnológica, em nome do lucro e de ocupar a maior parcela possível do mercado, antes que os seus concorrentes o façam.

Estamos, aqui, no cerne do problema: a relação entre ética, a ciência e a tecnologia. Os números, as tabelas, os prognósticos e os índices funcionam como argumentos de autoridade que inibem e substituem a interlocução, o diálogo, o exercício da indagação e da crítica. Há muito dinheiro em jogo. Só em 2001, o total de investimentos em pesquisas com novas tecnologias, em todos os campos, foi de quatro bilhões de dólares, envolvendo todas as grandes corporações do planeta.^{xvii} Em nome da ciência e do “progresso”, mas em busca do lucro, ergue-se um edifício discursivo monolítico e impositivo que impede o debate democrático.

O grau de aperfeiçoamento da biotecnologia agrária chegou a tal ponto que, mediante a manipulação molecular, as indústrias podem substituir artificialmente produtos que antes só eram encontrados na natureza. Um exemplo disso é a produção de um substituto de manteiga de cacau com base na utilização de óleos e gorduras derivados de plantas e animais.^{xviii} Em outros termos, as transnacionais dependerão cada vez menos de produtores de *commodities*, em geral localizados nos países pobres do Terceiro Mundo, e cada vez mais de seus próprios laboratórios. Ora, é fácil imaginar o que isso pode significar para uma economia como a de Gana, que tem no cacau a sua segunda maior fonte de receita de exportação, depois do ouro, e com um setor agrícola que responde por 35% de seu Produto Interno Bruto. O produtor de cacau de Gana já não mais competirá com os seus

concorrentes da Indonésia e do Brasil, mas “num mercado mundial de gorduras com os cultivadores de coco da Tailândia e os palmeirais da Malásia, com o cultivo da azeitona na área do Mediterrâneo, as lavouras de colza no norte da Alemanha e, provavelmente, com a frota pesqueira japonesa.”^{xix} E na medida que as pesquisas avancem, serão encontrados outros substitutos artificiais que tenderão a provocar efeitos catastróficos nas já combalidas economias nacionais dos países exportadores de *commodities*.

Lagos de excremento: a perspectiva do capitalismo

Essa mesma mentalidade criou a doença da “vaca louca” (encefalopatia bovina espongiforme, ou BSE, na sigla em inglês), oficialmente diagnosticada em 1986. Pecuaristas britânicos, em nome da eficácia e da produtividade, misturaram pó da carcaça moída do gado à ração que alimentava as vacas, sem fazê-la passar por qualquer controle sanitário, assim transformando seres herbívoros em canibais. Os produtores contavam com a cumplicidade ou a total ausência das autoridades sanitárias, inebriadas pelo clima neoliberal instaurado no país pela “dama de ferro” Margareth Thatcher. Produziu-se, assim, um efeito multiplicador da doença.

Apesar do trágico exemplo oferecido pela “vaca louca”, nos Estados Unidos, o governo Bush levou ao limite extremo a total falta de cuidado para com as questões ambientais e a negligência quanto ao controle da agro-indústria. Multiplicam-se, nos Estados Unidos, e em particular no Estado de Ohio, os chamados campos de Operação Concentrada de Alimentação de Animais (*Concentrated Animal Feeding Operation*, ou *Cafo*, na sigla em inglês), método empregado por grandes corporações da indústria de alimento para aumentar a produtividade e os lucros. Centenas de milhares de porcos criados em áreas exúguas e sem cuidados sanitários adequados criam imensos lagos de excrementos que contaminam a terra, os lençóis freáticos e as comunidades humanas vizinhas.

Lagos de excremento, aliás, são uma boa metáfora daquilo que o neoliberalismo significa para os povos do mundo.

Notas

ⁱ Encontrado em <ftp.fao.org/docrep/fao/008/a0200s/a0200s.pdf>, visitado pela última vez em 20 nov. 2005.

ⁱⁱ Relatório da OAA sobre a fome no mundo, 2004. Encontrado em <www.fao.org/documents/>, visitado pela última vez em 02.abr.2005.

ⁱⁱⁱ Equivalente – cereal é a quantidade de cereais necessária para produzir o mesmo valor calórico que a produção agrícola considerada.

^{iv} Um trator fabricado pela empresa Case, para plantio, aplicação de defensivos e colheita de cana, controlado por sistema GPS (*global positioning system*, que permite traçar rotas com auxílio de satélite), foi uma das vedetes da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow) de Ribeirão Preto (SP), realizada em maio de 2005.

^v Dados fornecidos por Marcel Mazoyer, “*Mondialisation libérale et pauvreté paysanne – quelle alternative?*”, em *Question agraire et mondialisation*, Alternatives Sud – vol IX (2002), publicação do Centre Tricontinental, com sede em Louvain (Bélgica), ed. L’Harmattan, Paris, pp. 11-12

^{vi} V. Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes Silva (orgs.), *O avesso do trabalho*. Expressão Popular, São Paulo, 2004. Os dados citados estão contidos no ensaio “Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas”, de Maria A. M. Silva, pp. 29 a 78.

^{vii} Idem, p. 48.

^{viii} No livro *Ensaio sobre o princípio populacional* (1798), o economista Thomas Robert Malthus afirma que as populações humanas crescem em ritmo mais acelerado do que a sua capacidade de produzir alimentos, e que por isso a fome, e todos os problemas a ela associados, seria um fenômeno inerente à condição humana. As guerras e as epidemias seriam medidas naturais de auto-defesa criadas pelo próprio sistema, para impedir uma explosão populacional incontrolável, que implicaria a destruição da vida humana. Charles Darwin leu a obra de Malthus, que acabou exercendo uma influência decisiva em sua teoria sobre a sobrevivência do mais adaptado para explicar a evolução das espécies.

^{ix} Marcel Mazoyer, Op. Cit., p. 8

^x Michel Chossudovsky, *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Ed. Moderna, São Paulo, 1999. pp 90-91.

^{xi} V. o documento da OAA, “*Food security prospect for food-insecure countries*”, encontrado no endereço: <www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/y5143e/y5143e00.htm>, visitado pela última vez em 25.jul.2005

^{xii} Citado por Lauro Veiga Filho, em “Os países ricos defendem os seus mercados”, jornal *Brasil de Fato* ed. 101, encontrado em: <www.brasildefato.com.br/economia/101ospaises%20ricosdefendem.htm>, visitado pela última vez em 25.jul.2005

^{xiii} Vendana Shiva, “*Famines et aliments génétiquement modifiés: une aide inhumaine*”, em *Interventions humanitaires?*, Alternatives Sud – vol XI (2004 / 3), publicação do Centre Tricontinental, com sede em Louvain (Bélgica), ed. Syllepse, Paris, pp. 95-96.

^{xiv} Encontrado no site <globalresearch.ca/articles/KHA501A.html>, consultado pela última vez em 08.abr.2005.

^{xv} Amory Lovins e Hunter Lovins, “O conto das duas botânicas”, Agência Estado, 13. mar. 2003.

^{xvi} “Milho transgênico causa alteração em rato”, *Folha de S. Paulo*, 23.05.2005

^{xvii} *Tecnologia atômica a nova frente das transnacionais*, organizado pelo Grupo ETC. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2004, p. 21.

^{xviii} Idem, p. 12

^{xix} Idem, p. 12.